

SÉRGIO EDUARDO MONTES CASTANHO

Este exemplar corresponde à redação final  
da Dissertação de Mestrado defendida por  
Sérgio Eduardo Montes Castanho e aprovada  
pela Comissão Julgadora em: 04/12/1987

Data: 04/12/1987

Assinatura: Jm Montes Castanho

POLÍTICA CULTURAL

Reflexão sobre a separação entre a  
educação e a cultura no Brasil.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

1987

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL

SÉRGIO EDUARDO MONTES CASTANHO

POLÍTICA CULTURAL

Reflexão sobre a separação entre a  
educação e a cultura no Brasil.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

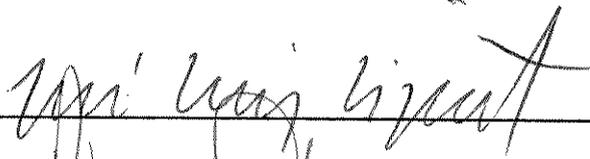
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

1987

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação, na Área de Filosofia da Educação, sob a orientação do Prof. Dr. José Luiz Sigrist.

Prof. Dr. JAMES PATRICK MAHER  
COORDENADOR DE PÓS-GRADUAÇÃO  
Faculdade de Educação - UNICAMP

COMISSÃO JULGADORA

  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_

Para Dona Albertina,  
mãe, que leu Balzac  
aos 13 anos e o mundo  
o resto do tempo,  
saudoso.

Para Maria Eugênia,  
esposa, Mestre em  
Educação, pela  
orientação prática.

Para Daniela,  
para Sérgio  
e para Camila,  
filhos queridos.

Para o Dr. José Luiz  
Sigrist, Orientador,  
amigo, companheiro,  
que me sugeriu este  
trabalho.

## AGRADECIMENTOS

Para a realização deste trabalho concorreram a solicitude, o apoio e a colaboração de diversas pessoas, às quais desejo agradecer de maneira especial:

\* Ex-Secretários Municipais de Cultura José Roberto Magalhães Teixeira, atual Prefeito Municipal de Campinas, Itagiba D'Ávila Ribeiro, Antônio Carlos Guedes Chaves e Plínio Guimarães de Moraes, e atual Secretário Municipal de Cultura, Antônio Augusto Arantes Neto, pela prontidão com que se dispuseram a responder ao questionário sobre política cultural.

\* Ex-Secretário Municipal de Educação e Cultura, José Alexandre dos Santos Ribeiro, pelo relatório que preparou especialmente para este trabalho e pela entrevista sobre política cultural.

\* Jornalista Jane Costa, pelo profissionalismo com que me assessorou no levantamento junto à imprensa.

sa dos fatos ligados à historiografia da política cultural de Campinas num período de 10 anos desde a implantação da Secretaria Municipal de Cultura de Campinas.

\* Companheiros de ideais dos tempos do movimento estudantil, do Centro "Émmanuel Mounier" e da Universidade de Cultura Popular de Campinas.

\* Professores do Curso de Pós-Graduação em Educação da Unicamp cujos cursos tive a oportunidade de freqüentar: Profs. Drs. Newton Aquiles Von Zuben, Pedro L. Goergen, Dermeval Saviani, José Dias Sobrinho, José Luiz Sigríst, Joaquim Brasil Fontes Jr. e Maurício Tragtenberg. E Prof. Dr. Régis de Moraes, pelas agradáveis conversas e excelentes indicações bibliográficas.

\* Colegas de Mestrado da Faculdade de Educação da Unicamp.

Caminante, no hay camino.

Caminhante, são tuas pegadas  
o caminho, nada mais.  
Caminhante, não há caminho,  
se faz caminho ao andar.  
Ao andar se faz caminho  
e ao voltar a vista atrás  
se vê a senda que nunca  
se voltará a pisar.  
Caminhante, não há caminho,  
só há os sulcos no mar.

Antonio Machado

## ÍNDICE

RESUMO .....	i
PRÓLOGO .....	I
1. INTRODUÇÃO .....	1
1.1. Notas para um conceito de cultura .....	2
1.2. Os limites da política cultural .....	12
A questão do método .....	16
2. POLÍTICA EDUCACIONAL E POLÍTICA CULTURAL NO BRASIL REPUBLICANO: OS CAMINHOS DA SEPARAÇÃO....	18
2.1. O SURTO REPUBLICANO	
Unidade educação-cultura no interior da po- lítica educacional da Primeira República ..	19
Cultura: a resposta do bacharelismo .....	29
2.2. 1930-1960	
A política de massas e o rompimento da uni- dade educação-cultura. Implantação da polí- tica cultural .....	37
A reinterpretação extra-universitária do Brasil .....	43
Sentido geral da primavera liberal de 1930.	47

A política educacional orgânica do pós-37 .	49
Primeiros passos de uma política cultural .	52
1945: o avanço do populismo .....	54
Grandes sínteses .....	55
A auto-consciência isebiana .....	58
Os novos marcos da políticas de educação e cultura .....	62
2.3. 1961-1964	
Os anos sessenta: ação cultural na sociedade civil .....	66
A Cultura Popular como categoria política .	73
A educação popular e o discurso do Método Paulo Freire .....	76
Os contrapontos .....	81
2.4. 1964-1985	
Educação e cultura no Estado autoritário ..	86
A política educacional do autoritarismo ...	90
A política cultural do Estado autoritário .	97
O espaço da tradição .....	109
2.5. OS ANOS OITENTA	
Transição política, impasse na educação e definição da política cultural .....	121
O impasse da política educacional .....	128
A ideologia da política cultural .....	134

Do nacionalismo ao marketing cultural .....	136
A ideologia que nasce de dentro: as idéias em seu lugar .....	143
Pródromos da criação do Ministério da Cultura .....	147
Surge o Ministério da Cultura. De início, à busca da própria identidade .....	154
A organização mercadológica da cultura ....	160
Política cultural e indústria cultural ....	168
3. UMA EXPERIÊNCIA: A CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE CAMPINAS .....	174
3.1. As condições .....	175
3.2. A autonomização da esfera cultural burocrática .....	182
3.3. A implantação da Secretaria de Cultura de Campinas .....	186
3.4. Desenvolvimento da Secretaria de Cultura ..	192
3.5. A percepção .....	196
4. EPÍLOGO .....	201
BIBLIOGRAFIA .....	213
ANEXO I - Política cultural em Campinas: 1969-1975.	236
ANEXO II - Historiografia da política cultural municipal de Campinas de 1975 a 1987 ...	246
ANEXO III - Levantamento sobre o nível de percepção da política cultural dos secretários de cultura de Campinas .....	266

ANEXO IV - A Cultura no Brasil vai para

a ponta esquerda .....

280

## RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo desenvolver uma reflexão que buscasse esclarecer o porquê da separação entre educação e cultura no seio das políticas oficiais e fornecesse alguma pista com o fim de superar os sérios impasses acarretados por essa disjunção.

Para alcançar tal objetivo o trabalho foi dividido em quatro partes. De início procurei esclarecer o conceito de cultura que nortearia toda a investigação. Encontrei-o na contribuição multidisciplinar, propondo-o como estrutura simbólica produzida pelo trabalho coletivo dos homens, de natureza social e histórica, possuindo dimensões cognitiva (saber) e valorativa (poder), mas não se reduzindo a qualquer de suas dimensões. Em seguida busquei o conceito de política cultural, encontrando-o na estratégia do Estado para controle de relações sociais mediatizadas pelo mercado de bens simbólicos. Finalmente, dentro da primeira parte, coloquei o problema metodológico, tendo constatado que, para o objeto da investigação, o método adequado seria o histórico.

Na segunda parte estudei, com certo detalhe, os caminhos da separação entre as políticas de educação e de cultura no Brasil republicano. Pude constatar a unidade (elitista) da educação e da cultura na Primei

ra República. No período de 1930 a 1960 encontrei o rompimento da unidade elitista educação-cultura pela emergência da política de massas; o início da implantação de uma política cultural; o aparecimento das grandes sínteses sobre a realidade brasileira a partir da universidade; e o predomínio da ação cultural da sociedade civil, de que destaquei como paradigmática a auto-consciência do ISEB, sobre a política cultural estatal. Estudo em seguida a intensificação dessa ação cultural da sociedade civil nos anos sessenta até 1964, detendo-me particularmente nos movimentos de cultura popular e de educação popular. Analiso, na continuação, a política educacional do Estado autoritário, que desculturaliza a educação tecnicizando-a; e sua política cultural, firmemente orientada no sentido da repressão às iniciativas da sociedade civil e da centralização estatal, conferindo autonomia funcional à esfera cultural. Por último, ensaio um entendimento dos anos oitenta, localizando seu início em 1978, verificando: a ambigüidade da transição, o impasse da política educacional, a formação da ideologia da política cultural, o debate na sociedade civil sobre a política cultural, o surgimento do Ministério da Cultura em 1985, seu caráter de organizador do marketing cultural e enfim o problema de suas relações com a indústria cultural. Encontrado o porquê da separação educação-cultura na estratégia de controle estatal, coincidindo sua radicalização com o período autoritário, reencontro, na terceira parte do trabalho, as mesmas tendências a nível municipal, pesquisando a experiência de que participei pessoalmente da criação da Secretaria Municipal de Cultura de Campinas. Enfim, na quarta parte, examino a possi-

bilidade de uma ação de retorno da sociedade civil para o reencontro de algum novo tipo de integração educação-cultura, não atendendo, como nos primórdios republicanos, ao elitismo, mas às demandas populares, que se colocam como horizonte das possibilidades das necessárias transformações da estrutura social brasileira.

## P R Ó L O G O

O que desde sempre pretendi, com este trabalho, foi, a partir de uma tríplice experiência — no magistério universitário, desde 1965; no exercício da profissão de comunicador, desde 1967; e na implantação da Secretaria Municipal de Cultura de Campinas, em 1976, — desenvolver uma reflexão que esclarecesse o porquê da separação entre educação e cultura no seio das políticas oficiais e fornecesse alguma pista com vistas à superação de sérios impasses que essa disjunção parecia estar acarretando. Este, o escopo.

No nível dos objetivos, pretendia oferecer algum tipo de subsídio que pudesse contribuir para o esclarecimento de questões em três planos:

- a. no plano teórico, para uma melhor compreensão dos próprios termos que estavam sofrendo o processo de separação e também para uma maior clareza na definição de "política cultural";
- b. no plano prático, a nível institucional, subsídios para uma atuação mais consciente no âmbito da política cultural, no quadro da situação brasileira atual, marcado pelas tensões resultantes da exacerbação dos conflitos sociais concomitantemente com a redivisão de funções no aparelho governamental e a redefinição das normas gerais de seu funcionamento e seu relacionamento com a sociedade civil;
- c. enfim, ainda no plano prático, mas a nível individual, subsídios para uma inserção mais lúcida no trabalho profissional;

nal de agentes culturais situados nas posições de professor, de comunicador e, em geral, de "produtor cultural".

A pesquisa que empreendi caminhou pelas seguintes direções:

- 1ª) Levantamento bibliográfico e hemerográfico com vistas ao tratamento teórico das questões da cultura e da política cultural, em suas relações com a educação e a política educacional;
- 2ª) Idem com vistas ao conhecimento da evolução histórica das políticas educacional e cultural no Brasil republicano, completadas com pesquisa de fontes primárias no que diz respeito aos anos 80;
- 3ª) Levantamento de documentos de época para estabelecer o que foi e em que contexto se deu a criação da Secretaria de Cultura de Campinas;
- 4ª) Idem, especialmente na imprensa campineira, para recensar as atividades da Secretaria de Cultura de sua criação até aos dias atuais;
- 5ª) Entrevistas com secretários de cultura de Campinas que ocuparam o cargo desde a criação da secretaria, com a finalidade de captar o nível de percepção da política cultural desenvolvida.

\* \* \*

O projeto original tinha uma pretensão maior. Previa duas partes muito amplas. A primeira, de caráter antropológico e de natureza predominantemente teórica. A segunda, de caráter prevalentemente histórico.

A primeira parte comportaria dois capítulos. Primeiro: "Notas

para uma definição de cultura", em que seriam examinados conceitos correntes e noções indispensáveis ao esclarecimento da questão da cultura; levantar-se-iam as "condições" da cultura; e se examinaria a "Teoria da Cultura", com os aportes das ciências da cultura e a possível contribuição de uma antropologia filosófica ou de uma filosofia da cultura. Segundo: "Educação e cultura", um estudo da evolução em virtude da qual, de um estado pré-escolar, altamente culturalizado, passa-se à ritualização cultural, daí à escola e enfim à unidade cultura-educação, que por seu turno se rompe, ensejando a separação educação-cultura e colocando alternativas de privilégio, ora num, ora noutro sentido. Ainda aí seria tentada a retomada, numa perspectiva dinâmica, das tradicionais categorias de educação formal e informal, da idéia de processo em educação, da cultura como processo, da escola como lugar da educação, passando para uma discussão da tópica cultural. À luz das categorias revisitadas seria rediscutido o problema de agências culturais, especialmente o papel dos intelectuais. Enfim, seria discutido o problema da política cultural (ou políticas culturais), a cultura no Estado burocrático, o problema da separação educação-cultura no moderno Estado burguês, a questão da indústria cultural e da contracultura.

Submetido à banca de qualificação para a dissertação de mestrado, o projeto foi bem recebido. Mas a banca houve por bem dissuadir-me de intentá-lo no seu todo, visto que essa primeira parte, sozinha, já ensejaria um trabalho alentado. Convenceu-me, então, a trabalhar na segunda parte do projeto. Foi o que fiz, em boa hora alertado para a vastidão da tarefa e reconduzido a um terreno em que, apesar de inçado de problemas, já dispunha de boa parte dos levantamentos completos.

O presente trabalho, correspondente à segunda parte do projeto original, comporta quatro seções.

A primeira seção, agora resumida por razões que creio terem ficado bem esclarecidas, é portadora do referencial teórico-metodológico que guiou as demais.

A segunda seção, composta de cinco capítulos, destina-se ao exame dos momentos significativos em que se elaboraram, discutiram, integraram, repeliram e superaram políticas educacionais e culturais no Brasil, desde o surto republicano até ao momento paroxístico de separação oficial entre educação e cultura representado pela criação do Ministério da Cultura em 1985.

Na terceira seção acompanho, numa sorte de "pesquisa participante", a criação da Secretaria de Cultura, de que participei inclusive na elaboração do seu anteprojeto de lei, sua implantação, da qual também fui parte como seu primeiro secretário, seu desenvolvimento posterior e enfim o nível de percepção revelado pelos responsáveis por sua condução. Este último foi objeto de pesquisa de características especiais, de que dou conta num dos anexos.

Na quarta seção, finalmente, faço um balanço crítico do caminho percorrido e sugiro algumas linhas de reflexão e possível ação face à situação atual da política cultural brasileira.

Segue-se a bibliografia (quase que resumida aos títulos citados no decorrer do trabalho, acrescida apenas de obras referenciais não indicadas em notas mas consideradas absolutamente indispensáveis por terem concorrido com peso muito grande na formação do ponto de vista adotado nele) e, após esta, os anexos, contendo a seqüência historiográfica da política cultural campineira em dois períodos, 1969-1975 (Anexo I) e 1975-1987 (Anexo II), a tabulação das entrevistas com os secretários municipais de cultura (Anexo III) e o texto de uma entrevista com o secretário de educação e cultura imediatamente anterior à criação da Secretaria de Cultura.

1. INTRODUÇÃO

Notas para uma definição de cultura. Os limites da política cultural. A questão do método.

1.1. Notas para um conceito de cultura.

"Cultura", dizia Carlos Estevam, primeiro presidente do Centro Popular de Cultura da União Nacional de Estudantes, o CPC da UNE, envolto numa linha de militância político-cultural que marcou época — os anos sessenta — "é um conceito de extensão miseravelmente vasta" /1/.

No entanto, a bem considerar, não há um só termo que, depois de se envolver nas disputas sociais, saia delas incólume. Normalmente, apropriado à esquerda e à direita, sai ampliado em sua extensão. Acaba ganhando, malgré soi, "uma extensão miseravelmente vasta".

A apropriação de conceitos até certo momento unívocos, feita por diferentes grupos sociais, ao longo dos intermináveis conflitos que marcam a história humana, torna-os equívocos e plurívocos. Muitas vezes passam a dizê-los, não só com entonações diferentes, mas sentidos opostos, dando origem às polifonias e às polissemias. Este é, de resto, o destino comum das palavras no mundo humano.

---

/1/ Carlos Estevam Martins, "A Questão da Cultura Popular", in: Osmar Fávero, Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60, 1983, p. 33.

· Não admira, pois, que cultura tenha sido um desses termos cuja extensão mais se ampliou. É que, além de ser uma palavra, e assim sofrer todo o processo de esquarteramento a que se sujeitam as palavras quando socialmente disputadas, ela é uma metapalavra, isto é, uma palavra sobre a palavra. A cultura, e toda cultura, pretende ser o código de acesso à palavra legítima.

No entanto, pensar a cultura apenas do ângulo da legitimação social, e portanto do poder, é sem dúvida vê-la de uma de suas dimensões mais graves. Não esgota, porém, o núcleo de sua significação.

Um clássico da antropologia, Clyde Kluckhohn, faz um mapeamento, em vinte e sete páginas do seu Mirror for Man, das diferentes acepções, ou conceituações, em que se pode tomar o termo cultura /2/. Comentando uma outra obra de Kluckhohn, em que retoma, desta feita em conjunto com Kroeber, a tarefa de elucidar esse conceito fugidio, denominada Culture, a critical review of concepts and definitions, Rezende nela também encontra "inúmeras definições de cultura", mas não vê nisso grande dificuldade: "Na verdade, essas definições são complementares, senão para o estabelecimento de uma definição única, ao menos para manifestar os pontos de vista a partir dos quais a cultura pode ser considerada" /3/.

---

/2/ Apud Clifford Geertz, A interpretação das culturas, 1978, p. 14.

/3/ Antônio Muniz de Rezende, Educação e ser-no-mundo: um projeto de fenomenologia da educação, 1978, tese de livre docência, Unicamp, mimeo, p. 77.

No meio do cipoal de acepções de cultura, é a reflexão filosófica que tem garantido o acesso a uma visão unificada, que ao mesmo tempo esclarece radicalmente o seu sentido e abre campo para o avanço científico.

A filosofia apresenta a cultura como sendo um fenômeno de natureza simbólica. Merleau-Ponty, estudando as diversas espécies de estruturas, distingue-as segundo o grau de dependência do comportamento humano em relação à natureza. Num primeiro nível, o das estruturas ou formas sincréticas, que correspondem, grosso modo, ao nível instintivo dos animais, há um aprisionamento do comportamento às condições naturais que o enquadram. É o nível em que as respostas são dadas a estimulações imediatas. Seu limite é o da concretude imediata, destituída de mediações.

Num segundo nível, das formas amovíveis, o comportamento já não é uma resposta imediata e presa aos quadros da natureza, mas aparecem os sinais, que são mediações que remetem o sujeito de uma coisa a outra coisa.

No terceiro nível, o das formas simbólicas, o comportamento animal é enfim superado. O símbolo é a possibilidade, radicalmente humana, não de fazer o comportamento transitar de uma para outra coisa, mas de uma para outra perspectiva em torno de uma mesma coisa. Este é o mundo propriamente humano, o mundo da cultura/4/.

Nesse mesmo sentido, Cassirer: "Entre o sistema receptor e o sistema de reação, que se encontram em todas as espécies animais, encontramos no homem um terceiro elo, que podemos descrever como o sistema simbólico" /5/. Por isso mesmo, o homem é um animal symbolicum. Seu mundo é o da cultura.

Retornando agora ao campo da ciência antropológica, veremos então que a uma idêntica concepção estão chegando antropólogos com uma longa história de pesquisa empírica, evidentemente associada a um largo trato teórico, já que não há ciência sem teoria cien-

---

/4/ Apud Antonio Muniz de Rezende, op.cit., p.80 e 81, citando a Fenomenologia da Percepção, de Merleau-Ponty.

/5/ Ernst Cassirer, Antropologia filosófica, s/d., p.49. Cassirer procura, neste ponto, superar o círculo funcional de Uexküll, com posto de um sistema emissor, um sistema receptor e, circulando entre ambos, estímulos e respostas.

tífica /6/.

Clifford Geertz, por exemplo, coloca-se nessa perspectiva: "Como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis (o que eu chamaria de símbolos, ignorando as utilizações provinciais), a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível — isto é, descritos com densidade" /7/. Essa via "áspera" de conceber a cultura evita muitas confusões que em recente passado sobrepuseram as áreas de investigação da sociologia das instituições, por exemplo, com a antropologia. Do ponto de vista que Geertz chama de "semiótico", a cultura como trama de significações não se confunde com seus significados institucionais. O estudo da cultura passa a ser, pois, muito mais o de uma realidade constituinte do que o de uma realidade constituída.

Para chegar a essa caracterização da cultura como teia simbólica foi necessário superar, de um lado, a antropologia iluminista, para a qual o homem fazia um único bloco com a natureza (da qual se destacava apenas como "natureza humana"), o que cerceava os direitos de um mundo propriamente humano da cultura. E, de outro lado, a concepção "estratigráfica" da antropologia clássica, que concebia a realidade humana como sucessão de "estratos". Na base, os fundamentos biológicos; sobre estes, os fatores psicológicos; mais acima, as regularidades estruturais e funcionais da organização social; e enfim a camada cultural. Resultado de um processo evolutivo, o homem foi constituindo essas camadas, que permaneceram depositadas no fundo do seu ser total /8/.

Na superação dessa concepção estratigráfica — para a qual contribuíram muito críticas como a de Marx, reivindicando para o processo histórico a determinação do homem, "síntese de múltiplas de terminações" — foi necessário deixar de ver a cultura como "coi

---

/6/ Marshall Sahlins, Cultura e razão prática, um diálogo crítico com a teoria marxista da cultura. Clifford Geertz, op.cit., uma defesa da teoria simbólica da cultura. E Edmond Leach, Cultura e comunicação: a lógica pela qual os símbolos estão ligados, um emprego da análise estruturalista em antropologia social.

/7/ Clifford Geertz, op.cit., p.24.

/8/ Clifford Geertz considera que o homem, nessa perspectiva, como animal hierarquicamente estratificado, é um "depósito evolutivo". Cf. Clifford Geertz, op.cit., p.50

sa", padrões de comportamento, costumes, usos, tradições, feixes de hábitos, passando a vê-la como "receita", como "plano" que controla essa coisa /9/. Ou seja, propriamente como referencial simbólico a partir do qual as diferentes instâncias de relação do homem com o mundo (trabalho, economia) e com os outros homens (relações sociais, política) ganham sentido dentro da história /10/.

Esta concepção da cultura como símbolo e, pois, como o especificamente humano na história, permanece como instância crítica paradigmática, permitindo-nos ver com mais clareza os processos históricos que desapossam o sujeito humano do seu referencial simbólico.

No entanto, não se trata de problema resolvido ou fora de disputa. Ao contrário, ao estudar as posturas básicas dos que buscam entender os sistemas de fatos e de representações abrangidos pelo conceito de cultura, Bourdieu /11/ distingue duas orientações centrais. Uma remonta à tradição kantiana e tem herdeiros em Cassirer, Sapir, Durkheim e Lévi-Strauss — apesar das enormes diferenças que os separam dentro desse elenco em que é possível ainda vislumbrar antropólogos como os citados Leach, Sahlins e Geertz /12/. Em comum, possuem o considerar a cultura, e os processos simbólicos que a constituem (arte, mito, linguagem etc.), como processos de comunicação em busca do consenso: um acordo quanto ao que significam os signos e o mundo como um todo. De outro lado, reponta toda a tradição marxista e o legado weberiano, os quais, em que pese as disjunções profundas que os separam, convergem nisso em que a cultura e seus processos simbólicos são considerados instrumentos de poder, e portanto de legitimação duma dada ordem social. Os símbolos não se constituiriam num referencial para a busca do sentido comum, como na primeira tendência, mas em valores que emergem no processo competitivo e são apropriados para manter a dominação.

O grande problema da primeira perspectiva, quando isolada como tipo puro, é fechar a cultura num sistema constituído (não constituinte), deixando de considerar "as funções econômicas e políticas

---

/9/ Clifford Geertz, op.cit., p.56.

/10/ Marshall Sahlins vai além e procura, em cada estrutura social, um locus institucional privilegiado do processo simbólico: ora na economia (Ocidente atual), ora nas relações sociais ("primitivos") Marshall Sahlins, op.cit., p.232.

/11/ Pierre Bourdieu, A economia das trocas simbólicas, 1987, e especialmente a "Introdução: A Força do Sentido", de Sérgio Miceli.

/12/ V. Nota 6.

dos sistemas simbólicos e enfatizando a análise interna dos bens e mensagens de natureza simbólica". No limite, a posição de Lévi - Strauss de trabalhar a dimensão simbólica do social como a única capaz de integrar os diferentes níveis da realidade /13/. Já se alertou para o risco que esta ordem de consideração acarreta, a de transformar a pesquisa cultural numa espécie de jogo de procurar significados ocultos nas práticas sociais /14/.

De outra parte, o problema implícito na tradição marxista e weberiana é de fazer dos sistemas simbólicos ou uma alegoria da organização social (o encontro de cuja lógica é o intento de Weber) ou uma metáfora determinada por condições de existência econômica e política, servindo para a reprodução e transformação da sociedade.

Na busca de uma síntese que supere tais orientações, Bourdieu começa por considerá-las inadequadas. A primeira absolutiza as relações internas dos campos de significações. Torna-se uma lógica interior à esfera simbólica, auto-suficiente, autônoma. A segunda, Bourdieu considera-a reducionista, fazendo de todo campo de significações uma ideologia atada ao campo social das relações de classe. O projeto de Bourdieu é articular esses dois campos: as relações de significação não são apenas metafóricas de relações de classe, como não são também "apenas" significantes. "É porque elas realizam um trabalho simbólico de um certo tipo que podem funcionar como articulação de um outro campo — o campo das relações de classe; e conseqüentemente fazem também o trabalho de poder e dominação" /15/. Ou Bourdieu: "É como instrumentos estruturados e estruturadores de comunicação e conhecimento que os 'sistemas simbólicos' cumprem sua função política como instrumentos de dominação... (Desse modo) o campo das posições ideológicas reproduz o campo das posições sociais numa forma transfigurada" /16/. A cultura não se reduz à sua dimensão cognitiva (a de saber), mas também não se confina à sua dimensão ideológica (a de valor).

---

/13/"Não se conhecem as coisas por serem elas úteis. Elas são declarada úteis por serem antes conhecidas". Claude Lévi-Strauss, La pensée sauvage, 1962, p.15.

/14/ Cf. José Luiz dos Santos, O que é cultura, 1985.

/15/ Centre for Contemporary Cultural Studies (org.), Da ideologia: Stuart Hall, "O interior da ciência: Ideologia e a 'Sociologia do Conhecimento'", p.40.

/16/ Cit.p. Stuart Hall, op.cit., p.40.

A partir desses contributos multidisciplinares, posso caminhar um pouco mais no esclarecimento dos conceitos básicos que norteiam o presente trabalho.

Vejo a cultura como um sistema simbólico, ou estrutura de significação, que não é, porém, arbitrária. Ela é produzida pelo trabalho coletivo dos homens, que interagem para a sua produção. Ela é, portanto, e neste sentido, social desde o início. É histórica por origem. Seu locus é a sociedade. O pequeno grupo de vizinhança, a comunidade rural, a aldeia indígena, o meio acadêmico, o país. Mas é importante advertir: os fins a que ela serve dependem dos homens que nela estão intervindo.

Em relação ao grupo social, a cultura — ou trama simbólica — é ao mesmo tempo constituída e constituente. Como constituída, ela é uma realidade objetiva, que se expressa numa linguagem, em normas, em idéias acerca do mundo e da sociedade, num saber que organiza a própria vida. Objeto de estudo científico, a cultura, neste sentido, é o sistema de referência para a vida dos homens e de cada homem dentro do grupo.

Como constituinte, a cultura é como que o processo de destruição da realidade cultural objetiva, de revisão das idéias, de verificação das normas, de renovação da linguagem e de contestação ao saber cristalizado. É o oposto dialético da realidade cultural objetiva, embora não se possa dizer que é a cultura subjetiva.

Pondo-se a questão em outros termos, pode-se dizer que, determinada pelo tipo de relações que os homens mantêm entre si, a cultura possui um traço reverso de por seu turno determinar outros significados — os significados mediante os quais os homens apreendem, classificam, ordenam o seu próprio mundo, num todo coerente que lhes serve de código, com o qual também realizam outra função especificamente humana, a de comunicação.

Articuladas as proposições precedentes num circuito dialético de determinações, podem elas unir-se da seguinte forma: é no curso de sua existência social que os homens produzem a cultura, que se distingue da dimensão da produção material por sua estrutura significante; por sua vez, a cultura assim produzida é fonte de

significados de que os homens se apropriam para a compreensão do seu mundo: espera a intercomunicação.

Dessa sorte, a cultura só pode ser compreendida como significativa desde que referida ao contexto mais amplo em que os homens se relacionam para a produção econômica, para o exercício do poder e para a própria troca simbólica. O contexto em que os símbolos são gerados adquire significação à luz desses mesmos símbolos.

Peculiar condição da cultura que ao mesmo tempo se determina e determina! É por isso que procurar entender uma cultura a partir de seus símbolos, sem retrair o contexto em que esses símbolos foram gerados, é o mesmo que procurar entender uma sociedade desconhecendo o código de sua cultura. Esta reversibilidade parece-me ser um dos traços principais da teoria da cultura que hoje se encontra em circulação-gestação.

Essa dupla mão não é tautológica nem conduz a um beco sem saída. Apenas ela coloca um problema de natureza epistemológica, sem dúvida sério, crucial mesmo: o de como o conhecimento se posiciona diante de um objeto complexo, que é ao mesmo tempo entrada e saída de um sistema. Apesar da inegável dificuldade, que não seria o caso de aqui enfrentar, bastando deixá-la registrada, seria útil, contudo, avançar uma única idéia que, ampliada, discutida e verificada, pode ter a ver com o seu deslinde. Trata-se da compreensão dialética da realidade cultural, que se afigura como instrumento bastante para dar conta de uma realidade assim contraditória /17/.

Eis, portanto, que a compreensão de uma dada cultura, a dos "chapinhas" que fazem ponto nos entroncamentos viários, a de camponeses do agreste pernambucano, a dos operários do ABC paulista, a do proletariado brasileiro, a da burguesia brasileira, a dos nhambiquaras, isto é, das diversas culturas sociais ou da cultura de uma dada formação social — requer a compreensão: 1ª) do conjunto de significados, ou código, que vige no grupo de cuja cultu

---

/17/ Tarefa desse tipo foi ensaiada no âmbito da educação por Carlos Roberto Jamil Cury, Educação e contradição, 1985. As bases metodológicas principais encontram-se em Karel Kosik, Dialética do concreto, 1969; Adolfo S. Vázquez, Filosofia da Práxis, 1977, entre outros.

ra quero ocupar-me; 2º) do contexto mais amplo em que tais significados foram gerados, isto é, das formas concretas como se relacionam os homens, nessa sociedade específica, no âmbito da produção, do poder e, propriamente, do símbolo. Assim, ao considerar a cultura dos "bóias-frias", é necessário entender o porquê do trabalhador volante nas lavouras cíclicas no âmbito da produção capitalista dum país periférico, o porquê da geração da marginalidade social no contexto da marginalidade econômica, o tipo de exclusão política que essa condição acarreta e, enfim, como o universo simbólico (hipóteses: pobreza vocabular, analfabetismo, subserviência — ou resistência?) articula-se com essas condições econômico-sociais.

Afastam-se, pois, quaisquer pretensões a pensar a cultura como predeterminada ou não determinada. Ficam afastados o preconceito: pensar uma cultura como uma aproximação ou afastamento do meu modelo de cultura, que tenho por completo; o idealismo: pensar uma cultura como derivada direta do modo de produção, sem as mediações sociais e simbólicas de que retiram significado; o evolucionismo, o historicismo, o progressismo: pensar a cultura como o resultado da evolução de fases culturais precedentes, da história das idéias, do progresso em relação a formas menos elaboradas de cultura.

A compreensão, pela ciência ou por agentes sociais imbuídos de projetos políticos, da cultura de grupos sociais implica, portanto, a tarefa, que exige metodologia apropriada no campo científico e sensibilidade desenvolvida no agenciamento social, de reconstruir estruturas complexas de significação. É nelas que homens concretamente situados enfrentam-se com a natureza, posicionam-se face à sociedade e se comunicam com seus símbolos /18/.

---

/18/ Ver o bonito ensaio de Carlos Rodrigues Brandão, A educação como cultura, 1985, especialmente o capítulo "O Sentido do Saber".

## 1.2. Os limites da política cultural

Já foi explicitado, nas páginas precedentes, o conceito de cultura que orienta a presente investigação. Já ficou dito também, e isso logo ao início, que tal conceito apresenta-se como instância crítica, ou matriz normativa para avaliação de situações históricas concretas.

Agora é preciso caminhar mais no sentido de esclarecer o que se entende por política cultural, já que este é o núcleo da pesquisa proposta. O que se coloca é: de que "política" se trata quando se fala em política cultural. E também: qual é a cultura que se evidencia no âmbito da política cultural.

É preferível, para dar seqüência às conceituações precedentes, iniciar pelo lado da cultura.

Pois bem: a cultura, de que trata a política cultural, é da mesma ordem que toda e qualquer cultura, isto é, envolve uma estrutura simbólica, serve de referencial à vida de sujeitos coletivos, surge de um contexto histórico e social determinado e ao mesmo tempo empresta sentido a esse contexto. O que a torna distinta é o seu nível. Trata-se da cultura de uma sociedade global. Caracteriza-a, pois, o nível macrossocial. Além disso, embora seja redundante falar de cultura "pública", pois toda cultura é um discurso que se articula no forum para em seguida internalizar-se nos sujeitos individuais, a cultura macrossocial é repisativamente pública, pois aspira à exclusividade da representatividade pública /19/.

---

/19/ No sentido de representatividade na esfera pública empregado por Habermas. Cf. Jürgen Habermas, Mudança estrutural da esfera pública, 1984.

Essa busca da exclusividade da representatividade pública significa a aproximação do poder, não no sentido de poder social difuso tal como na análise genealógica de Foucault /20/, mas no sentido jurídico de poder público, ou seja, de Estado. O lugar de legitimação da cultura macrossocial é o Estado. Sua aspiração é política no sentido de representar a totalidade social no Estado mediante um processo de identificação. Não admira que a "identidade cultural" seja a meta a todo tempo perseguida pelo poder político.

O processo mediante o qual a cultura (social) é internalizada no indivíduo, durante a socialização primária, é bem conhecido /21/, muito embora as condições de quase isolamento do pequeno grupo (família, vizinhança, comunidade) em situação de limitadíssima ou nula divisão do trabalho sejam, e a cada dia mais, uma longínqua ficção laboratorial. A irrupção prematura de processos socializadores secundários, a penetração a bem dizer universal de meios de comunicação de massa em todos os grupos sociais apontam na direção de um câmbio radical na assimilação cultural.

Se isso altera os esquemas de internalização da cultura no nível da socialização primária, não afeta radicalmente as relações entre a cultura macrossocial (Florestan Fernandes denomina-a "cultura cívica" /22/) e o poder, senão na medida de sua aceleração por efeito da introdução de novas técnicas.

A maior mudança que, esta sim, mudou as condições de produção e de legitimação do discurso público vem com a constituição de um mercado de bens simbólicos, surgido com o desenvolvimento do capitalismo industrial na Europa. No Brasil trata-se de fenômeno bem mais recente. Seu estudo para as sociedades européias foi feito por Bourdieu /23/.

Trata-se de um profundo câmbio, não só no sistema de produção

---

/20/ Michel Foucault, Microfísica do poder, 1985, e a excelente Introdução de Roberto Machado, "Por uma genealogia do poder".

/21/ Peter L. Berger e Thomas Luckmann, A construção social da realidade, 1985.

/22/ Florestan Fernandes, "A formação política e o trabalho do professor", in: Denise B. Catani et.al. (orgs.), Universidade, escola e formação de professores.

/23/ Pierre Bourdieu, op.cit., especialmente o capítulo 3º, "O Mercado de Bens Simbólicos", p.99-154.

de bens simbólicos, mas na própria estrutura desses bens. Constituiu-se, progressivamente, um campo intelectual e artístico. Cada vez mais autonomiza-se o sistema de relações de produção, circulação e consumo de bens simbólicos. Os novos agentes (o intelectual e o artista, que superam o letrado e o artesão) colocam-se em oposição às instâncias econômicas, políticas e religiosas que pretendem legislar na esfera cultural em nome de um poder não cultural. Os grupos de produtores de bens simbólicos tendem a se tornar o princípio unificador e gerador (e, pois, explicativo) dos diferentes sistemas de tomadas de posição culturais. Para esse campo tornar-se autônomo foi necessário o concurso de três condições: 1ª) a constituição de um público de consumidores virtuais, extenso e socialmente diversificado, capaz de propiciar aos produtores de bens simbólicos condições mínimas de independência econômica aliada a um princípio de legitimação paralelo; 2ª) a constituição de um corpo de produtores e empresários de bens simbólicos, profissionalizados em razão do acesso a meios técnicos especializados e a de normas disciplinadoras da participação no métier; 3ª) a multiplicação e diversificação de instâncias de consagração (como as academias e os salões, num primeiro momento), competindo pela legitimidade cultural, e de instâncias de difusão, com operações de seleção investidas de legitimidade propriamente cultural, como as editoras num primeiro momento.

Na continuação, Bourdieu mostra como esse sistema se divide em campos distintos, o da produção erudita e o da indústria cultural.

O importante, pelo menos por ora, é salientar que esses campos são propriamente os produtores do "discurso público", composto de bens simbólicos. Seus consumidores são, ou outros produtores de bens culturais (no campo da produção erudita os produtores culturais produzem para outros produtores culturais), ou não-produtores de bens culturais recrutados nas frações não intelectuais das classes dominantes e nas demais classes sociais.

É de primeira evidência que, tornado autônomo, esse campo começa a produzir efeitos sobre as relações sociais que interessam às classes e às frações de classes sociais empenhadas na manutenção da dominação ou em projetos hegemônicos alternativos (no caso de frações divergentes das classes dominantes) /24/.

O Estado, nas mãos da classe dominante, procurará, em relação à produção cultural autonomizada, cassar-lhe a autonomia, através de processos repressivos, ou cooptá-la, a fim de que os efeitos, que essa produção acarreta nas relações sociais, sejam compatíveis com os estabelecidos pelo controle estatal. A finalidade da intervenção do Estado na área da cultura é sempre a de manter, consolidar e ampliar seu controle sobre relações sociais suscetíveis de alteração sob o impacto de ações culturais autônomas. Controle sobre a produção cultural. Embora, a nível de proclamação, o Estado intervenha em nome da distribuição cultural.

Nasce nesse momento a política cultural, que é, tecnicamente, uma "política social", já que se apresenta como um mecanismo distributivista (social) de bens culturais.

Nas sociedades capitalistas cujo grau de maturação tenha levado até à constituição de um mercado de bens simbólicos, como é o caso do Brasil, sempre que uma fração da classe dominante tente alterar a composição estatal para se impor hegemonicamente perante o corpo social, ela irá, através dos intelectuais a seu serviço, divulgar a ideologia do novo modelo para obter o assentimento do corpo social. Ela deve apresentar sua proposta como propiciadora de benefícios reais ao corpo social, para que este a receba, assimile, defenda e reproduza. Sem dúvida, entre os benefícios propostos, deverão constar os de distribuição de bens culturais. É assim que se articula a ideologia da política cultural.

A política cultural, como é entendida neste trabalho, é uma política social, ou seja, uma estratégia de controle pelo Estado/25/

---

/24/ Os conceitos de Estado, Sociedade Civil, classe e fração de classe, hegemonia, ideologia e outros empregados na análise orgânica de relações de poder são tomados do conjunto da obra gramsciana e de alguns comentadores como Hugues Portelli. V. Bibliografia.

/25/ Cf. Evaldo Amaro Vieira, "Estado e Política Social", Educação & Sociedade, nº 2, janeiro de 1979, p.79-87. E também: Bárbara Freitag, "Política Social e Educação", Em aberto, nº 27, julho-setembro de 1985.

do âmbito cultural. Tanto Marshall quanto Fischlowitz, considerados "clássicos" em questão de política social, entendem que a sua finalidade seja proporcionar "bem-estar" aos cidadãos /26/. Em contrapartida, a teoria política gramsciana tem demonstrado cabalmente que essa prestação efetiva de bem-estar é secundária, podendo até colidir (e, colidindo, ser suprimida) com o objetivo primordial do capitalismo de reprodução ampliada do capital. O fundamental, deste ponto de vista, não é a prestação efetiva do bem-estar, mas sua difusão discursiva, de jeito a que o Estado conte com o assentimento do corpo social. É preciso acrescentar que, na perspectiva gramsciana, a direção cultural predomina sobre a direção política, pois "o momento da força é instrumental, e portanto subordinado ao momento da hegemonia" /27/.

Por que a constituição de um mercado de bens simbólicos é fundamental para a formulação de uma política cultural? Exatamente porque toda política tende à funcionalização e precisa definir as unidades mínimas de prestação a implementar, as agências de intermediação e os beneficiários da prestação. No caso da política cultural, as unidades mínimas de prestação são os bens simbólicos; as agências de intermediação, os produtores culturais; e os beneficiários da prestação, os consumidores de bens culturais.

#### A questão do método

Não serão aqui dispensadas à questão do método mais que algumas poucas linhas. Já apontei, anteriormente, a necessidade de um aprofundamento metodológico para dar conta da conflituosa questão cultural. /28/. Não é esse, contudo, o escopo do presente trabalho, que se limitou, conforme apontei no Prefácio, a acompanhar, dentro de um determinado período de tempo, a separação das esferas da e-

---

/26/ Estanislau Fischlowitz, Fundamentos da política social, 1964; e T.H.Marshall, Política social, 1967. Cf. Evaldo Amaro Vieira, op.cit.

/27/ Evaldo Amaro Vieira, op.cit., p.81.

/28/ V. Nota 17.

ducação e da cultura no âmbito das políticas do Estado brasileiro e a resgatar, na mesma perspectiva, idêntica separação ocorrida na municipalidade de Campinas. Trata-se, nitidamente, de um trabalho de índole histórica.

Por conseguinte, o método a empregar é o método histórico, que não se confunde com mero levantamento historiográfico, apesar de conter esta fase no seu desdobramento.

A primeira fase é a do aclaramento conceptual, quando se definem as categorias de análise e se traçam as hipóteses de trabalho. A segunda fase é a da historiografia propriamente dita. Nem aqui, porém, trata-se de um "registro vazio", mas de uma "descrição densa", em que o arcabouço conceptual já está permeando o próprio levantamento historiográfico, na seleção e classificação dos fatos de relevância /29/. Demais, a historiografia não é registro de fatos da pura empiria. Na verdade, é uma ordenação de "instâncias empíricas", tais como definidas por Florestan Fernandes /30/. Na fase seguinte, as categorias e as hipóteses são testadas quanto à sua pertinência e valor explicativo. E a partir daí são feitas as totalizações, no retorno ao teórico. Afinal, non datur scientia nisi universalis.

O que se pode considerar é que o todo é teórico, mas foi antecedido por uma prática (da qual saíram as categorias e as hipóteses) e retorna a uma prática, esclarecida pela teoria. É assim que funciona o esquema prática-teoria-prática /31/.

---

/29/ "Descrição densa", no sentido empregado por Clifford Geertz, op. cit.

/30/ Florestan Fernandes, Fundamentos empíricos da explicação sociológica, 1967.

/31/ Pedro L. Goergen, "Teoria e prática: problema básico da educação", in: Antônio Muniz de Rezende (org.), Iniciação teórica e prática às ciências da educação, 1979, p.23-34.

2. POLÍTICA EDUCACIONAL E

POLÍTICA CULTURAL NO BRASIL REPUBLICANO:

OS CAMINHOS DA SEPARAÇÃO.

## 2.1. O SURTO REPUBLICANO

### Unidade educação-cultura no interior da política educacional da Primeira República

No seu estudo amplo sobre a cultura brasileira em sua evolução histórica, no qual procurou determinar, não cristaliza - ções culturais nos moldes das "histórias das idéias", mas forma ções dinâmicas de complexos simbólicos agindo sobre e conforman do-se por relações sócio-econômicas configuradas em estruturas temporais, Carlos Guilherme Motta deixou a descoberto o período da chamada "república velha", remetendo os interessados a alguns trabalhos produzidos sobre esse lapso de tempo /1/.

No entanto, trata-se de período de suma importância para o entendimento da gênese do comportamento político no âmbito da educação e cultura no Brasil. Em outras palavras, é nesse momento profundamente contraditório para o país — contraditório por que tudo parece ser e não ser: a república é e não é uma revolu ção, a aristocracia imperial é derrotada e vitoriosa, a educa ção parece conciliada e em luta com a cultura — que iremos encontrar, seminais, os elementos que eclodem, a partir de 1930, com feição revolucionária.

---

/1/ Carlos Guilherme Motta, Ideologia da cultura brasileira, 1980, p.21. O autor remete a trabalhos de Alfredo Bosi, Antônio Cândido, Adalberto Marson e João Luís Lafetá.

Para entender o que se passou na República Velha nesse âmbito é preciso tentar recuperar o curso de idéias que circulavam a respeito de educação e cultura, o contexto histórico de que surgiam e com que dialogavam, a posição dos sujeitos sociais (grupos e classes) e a forma de atuação estratégica do Estado, no âmbito considerado, com vistas à manutenção, expansão e consolidação de um esquema determinado de dominação social.

No que diz respeito às idéias, o que deve ser dito é que o período caracterizou-se por ser um amálgama, em que se uniam, de maneira até certo ponto "indigesta" (para usar uma figura gramsciana, empregada pelo pensador italiano para designar as misturas mal cozidas de componentes ideológicos confusos e até contraditórios, presentes nos níveis mais elementares do sistema ideológico), componentes sacados do fundo do velho baú jesuítico, nas suas diversas transcrições /2/, mesclados aos princípios positivistas, às concepções cientificistas de influência americana — que aqui aportavam junto com a influência do direito público anglo-saxônico, importado para a constituição do Estado republicano — e com as últimas concepções pedagógicas inspiradas em Herbart e em Pestalozzi. /3/.

É certo que a passagem do império para a república não pode caracterizar-se como um movimento revolucionário. O império era uma forma de governo, a forma monárquica de governo. Não se deve, pois, confundir o regime imperial com a estrutura sócio-econômica-política existente ao tempo do império. Para que o império caísse não era necessário haver uma revolução, quer dizer, uma alteração radical na estrutura econômica, social e política do país. Bastava que os elementos que dominavam essa estrutura se desinteressassem pela sorte do império e permitissem que outros elementos se incumbissem da transformação da forma

---

/2/ V. Antônio Paim, História das idéias filosóficas no Brasil, 1967.

/3/ Cf., entre outros: Casemiro dos Reis Filho, A educação e a ilusão liberal, 1981; Fernando de Azevedo, A cultura brasileira, 1963; Paulo Ghiraldelli Jr., "Introdução à evolução das idéias pedagógicas no Brasil", Educação & Sociedade, nº 26, abril/1987, p.85-104.

governamental. Foi o que ocorreu. O império desagregou-se à medida em que perdeu o apoio do clero, de que é sintoma a "questão religiosa"; da classe armada, de que é sinal a "questão militar"; e, sobretudo, da classe senhorial, agastada com a abolição da escravatura, que só é possível compreender quando se amplia o olhar para o âmbito internacional e se compreende a situação de dependência estrutural de um país cuja economia era toda orientada para o exterior. No momento em que a classe senhorial deixou de dar seu apoio ao império, ela permitiu que outros setores, especificamente os militares, levassem avante a mudança governamental. O que não significasse que a classe senhorial tivesse tido um papel ativo na transformação republicana. Tanto não que, nas últimas eleições imperiais para a Câmara, na vigência do voto censitário (seleção por renda, o que significava fechamento do sistema eleitoral em torno da classe senhorial), o Partido Republicano não obteve sequer uma cadeira; os votos seguiram ainda para os dois tradicionais partidos senhoriais, o liberal e o conservador. A classe senhorial assistiu à transformação republicana, fortaleceu-se politicamente no interior das províncias, para as quais, transformadas em "estados", deslocou-se parte ponderável do poder, com o advento do federalismo republicano, e logo acomodou-se à perfeição no próprio governo central, através do mecanismo da "política dos governadores" /4/.

Tratava-se, nitidamente, de uma "recomposição no seio das classes dominantes", no sentido gramsciano da expressão, devendo-se ressaltar, como elemento novo, a presença no Estado de representantes da pequena burguesia, a classe média que surgia através do fenômeno da urbanização. Essa classe média é representada basicamente pelos militares, pelos intelectuais como Rui

---

/4/ Cf. notas do m/ curso, História do Brasil, 1969 (mimeo).

Barbosa, os positivistas de Benjamin Constant, Quintino Bocaiuva e ainda por uma burocracia de amanuenses que começa a se formar.

Exatamente por não representar uma quebra profunda na estrutura política, que apenas se recompôs, transpondo para o âmbito provincial o poder político do Estado que de unitário passou a federativo, conforme o modelo americano, tendo-se nos "estados" instalado as oligarquias do ancien régime, de onde passaram a controlar a própria composição do governo da União; exatamente por isso foi possível acomodar, no plano ideológico, as tendências tradicionais, como a jesuítica, com as modernas, como as do cientificismo, do positivismo, da renovação pedagógica.

Não se pode perder de vista que o modelo econômico não sofreu alteração com a crise republicana. Seguiu sendo uma estrutura baseada na grande propriedade fundiária, explorada na monocultura cafeeira, voltada para a exportação. É certo que algumas rachaduras fazem-se notar nessa estrutura. Mas a classe senhorial, com apoio do Estado, defende sua integridade. A industrialização ensaia seus primeiros passos, orientada de fora: é a queda nos preços do café no mercado externo que determina a transferência para o setor urbano de uma parcela da mão de obra agrícola originária da imigração, detentora de alguma tecnologia industrial trazida de seus países de origem e de um pequeno capital financeiro amealhado graças à ascese capitalista que sua cultura européia permitia. Posteriormente, outros fatos também externos, como a 1ª Guerra Mundial de 1914-1918 e o crack da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, determinarão novos impulsos na industrialização brasileira.

Mescla, portanto, de elementos contraditórios, não antagônicos, porém combináveis, não é de admirar que essa estrutura propiciasse um clima até de efervescência intelectual e ideológica. Como acentuou Nagle, vivia-se como se um novo país estivesse sendo construído, livre do trabalho escravo, livre do pe-

so institucional da monarquia /5/, aberto para a grande discussão do federalismo, como em Jefferson, da democracia, como em Tocqueville, da educação para todos, como nos reformadores pedagógicos.

Quando Bárbara Freitag afirma que "no fim do Império e começo da República se delineiam os primeiros traços embrionários de uma política educacional estatal"; que esta seria "fruto do próprio fortalecimento do Estado, sob a forma de sociedade política", já que, até então, "a política educacional era feita quase que exclusivamente no âmbito da sociedade civil, por uma instituição todo-poderosa, a Igreja"/6/, o que não é dito, mais va sans dire, é que, pela primeira vez, o Estado precisava incluir no elenco de suas estratégias a pauta educacional, justamente como exigência da pequena burguesia com o sentido de contraprestação ao aval que prestava à continuidade da dominação da oligarquia rural exportadora.

Não se conclua, todavia, que essa sensibilidade para com a questão educacional levasse a grandes reformas, ou que o Estado passasse a desencadear iniciativas educacionais em larga escala. Restrita a algumas capitais estaduais, as reformas do ensino tiveram diminuto alcance /7/. A própria Constituição republicana de 1891 era pouco mais que lacônica quanto à educação. Entre as atribuições do Congresso, no âmbito, portanto, da União, reservou-lhe, no artigo 35, dois incisos, o 3º e o 4º, onde declara ser sua incumbência "criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados" e "prover à instrução secundária no Distrito Federal". Se se pudesse falar em política cultural, esta ficaria por conta do inciso 2º: "animar, no país, o desenvolvimento das letras, artes e ciências, bem como imigração, a agricultura, a indústria e o comércio, sem privilégios que tolham a ação dos governos locais"/8/.

---

/5/ Jorge Nagle, "Educação na Primeira República", in: Boris Fausto, História geral da civilização brasileira, 1978.

/6/ Bárbara Freitag, Estado, escola e sociedade, 1977, p.39-42.

/7/ Cf. Casemiro dos Reis Filho, op.cit.

/8/ Adriano Campanhole e Hilton Lobo Campanhole, Todas as constituições do Brasil, 1971, p. 465.

Em outras palavras, o sistema baseado na Constituição de 1891 atribuía à União a criação e controle da instrução superior e do ensino secundário acadêmico em todo o país, bem como da instrução secundária, acadêmica ou profissionalizante, no Distrito Federal. Aos estados competia a criação e controle do ensino primário e do secundário profissionalizante, que, na altura, compreendia escolas normais femininas e escolas técnicas masculinas.

O sistema de compromisso, base da composição do poder republicano, transparecia à clara. Como a estrutura de dominação da velha sociedade agrária e escravocrata permanecia, ainda que recomposta em função da emergência do trabalho assalariado, das correntes de imigração, da expressão de uma pequena burguesia heterogênea e da aparição, conquanto ainda pouco delineada, de uma burguesia industrial incipiente, a estratégia educacional do Estado também permanecia no que era básico, mas se refazia nos termos do compromisso. Assim, a dicotomia da educação imperial — educação superior para a elite dirigente, educação profissional para as classes subalternas — era mantida. O poder central cuidaria diretamente da educação da classe dominante, provendo nacionalmente o ensino secundário acadêmico (estágio para o superior) e o ensino superior (estágio para a direção estatal). A atenção especial para o ensino secundário no Distrito Federal decorria de sua função exemplar, através do Colégio Pedro II, como degrau pré-acadêmico. O compromisso das oligarquias com base nos estados era com a expansão e modernização do ensino primário e secundário profissionalizante.

O que caracterizou, portanto, a política educacional dos primórdios republicanos foi a manutenção do sistema dualista de ensino, conforme há bom tempo Fernando de Azevedo já elucidara /9/. O difícil equilíbrio entre esse compromisso de poder e as novas exigências da sociedade civil, que são crescentes e decor

---

/9/ Fernando de Azevedo, op. cit.

rem da emergência de grupos sociais urbanos já identificados, não se resolve de maneira lógica. A solução é pendular e acompanha as oscilações da estrutura social contraditória em que se origina. De um primeiro momento de "euforia educativista", que é exemplo candente a reflexão que acompanha a prática reformadora de Caetano de Campos /10/, em que ainda se associavam o republicanism e o liberalismo democrático, em que o discurso dos intelectuais encontra espaço para progredir — passa-se, notadamente a partir de 1894 com a eleição de Prudente de Moraes, ao revigoreamento do poder oligárquico /11/. A partir daí, a discussão educacional e a crença no poder regenerador social da educação passam por sensível arrefecimento.

A Primeira República ainda tenta algumas reformas. Embora os insucessos superem em muito os êxitos, torna-se necessária a continuidade de planos de reformas. É que a política educacional da Primeira República não é propriamente um conjunto de medidas para atender às necessidades populares, mas uma estratégia do Estado oligárquico para se manter hegemonicamente, isto é, com o assentimento dos setores que compõem a sua base social de sustentação.

Um marco no estabelecimento dessa política educacional é a criação do Ministério da Instrução, a 19 de abril de 1890. Mas, se atentarmos cuidadosamente para esse fato, perceberemos nele mais ambigüidades do que uma firme definição em favor da educação ampliada. Primeiro, seu aparecimento em circunstâncias completamente conjunturais, não orgânicas: ao próprio tempo da criação do ministério corria a suposição de que tanto sua instituição quanto a nomeação de Benjamin Constant para chefiá-lo não passavam de expedientes para afastar de pasta da Guerra esse professor da Escola Militar, uma das mais eminentes figuras da nova intelectualidade e de maior influência junto à jovem oficialida-

---

/10/ Casemiro dos Reis Filho, op. cit.

/11/ Victor Nunes Leal, Coronelismo, enxada e voto, 1978.

de do Exército /12/. Segundo, sua própria denominação: "Ministério da Instrução, Correios e Telégrafos", reunindo, na mesma pasta, serviços públicos "tão diferentes e disparatados" /13/, o que denunciava "o grau de importância que assumia, para as classes dirigentes do momento, a educação do povo" /14/ — nenhuma! Terceiro, sua efêmera duração, que não chegou a dois anos, sendo extinto a 26 de dezembro de 1892. A educação foi absorvida pelo Ministério do Interior e Justiça.

Mas, como no nível político o proclamado sobreleva ao realizado, coube ao ministro da instrução promover a primeira reforma do ensino da república: a Reforma Benjamin Constant, a partir daí um novo marco na política educacional. No âmbito das idéias, a reforma consagrava postulados da corrente positivista, representada pelo próprio ministro, e da tendência liberal, centrada em outro ministro, o da fazenda, que por seu turno faria prevalecer sua orientação no âmbito da política econômica /15/. Essa reforma, a mais ampla de todas, valeu sobretudo como ideário. Pouco dela foi posto em prática. Como fazia parte do breviário positivista (em que pesem as dúvidas de ortodoxia levantadas por Fernando de Azevedo e José Veríssimo), seu principal alvo foi o currículo escolar: pretendia-se a substituição de um currículo acadêmico, fundado nas humanidades, por outro científico. Como o quadro comtiano das ciências tem uma "ordem", a reforma buscou a seriação do ensino; como, no seu conjunto, o quadro científico tem pretensões à organicidade, a reforma intentou sistematizar a totalidade do ensino, compreendendo o primário, o normal, o secundário, o superior, o artístico e o técnico. Não faltou até um centro unificador do todo, o Pedagogium, que deveria funcionar como um núcleo de aprimoramento do magistério e de irradiação das reformas.

Se a intenção reformista encontrava guarida no discurso estatal, sua implementação esbarrava na prática conservadora. Daí que a Reforma Benjamin Constant, apesar de ter representado um a

---

/15/ O fenômeno do "encilhamento", com o surgimento de empresas que vendiam em subscrição pública suas ações sem mesmo estarem em funcionamento e logo quebravam, foi o resultado da aplicação de uma política econômica liberal, de inspiração americana, no contexto de uma sociedade conservadora.

vanço por romper o anel de ferro do ensino humanístico tradicional, não alcançou conseqüências práticas dignas de nota.

Na continuação, outros marcos legais de destaque são: 1. o Código Fernando Lobo (1892-1899), modificando em vários pontos a Reforma Benjamin Constant e redirecionando o currículo à preparação do aluno para o ensino superior; 2. Código Epitácio Pessoa (1901-1911), enfatizando o ensino secundário, priorizando o desenvolvimento intelectual e representando uma mescla entre o liberalismo de Rui Barbosa e o positivismo de Benjamin Constant ; 3. Lei Rivadávia Correa (1911-1915) que, em nome da radicalização das propostas positivistas, que teriam sido desvirtuadas pelo "estatismo" da Reforma Benjamin Constant, representa um retrocesso em termos de política educacional compreendida em termos de "responsabilidade pública" com o ensino: determinando a autonomia didática e administrativa dos estabelecimentos educacionais, restringiu a responsabilidade governamental ao subsídio; instituiu os "exames de admissão" para as escolas secundárias, um dos instrumentos de elitização do ensino público de nível médio, vigente por mais de meio século, só tendo sido eliminado em 1971; e criou os exames de capacitação (uma antecipação dos atuais vestibulares) para ingresso no ensino superior; 4. Reforma Carlos Maximiniano (1915-1925), que, após a primavera liberal da Lei Rivadávia Correa, retomou o curso do controle estatal sobre o ensino, passando a ser conhecida como a "lei do aperto"; 5. Reforma Rocha Vaz, a última da Primeira República, tendo como finalidade, na esteira da anterior, reforçar os mecanismos de controle governamental sobre a totalidade do ensino.

Procedendo-se a um balanço dos resultados alcançados pela política educacional nesse período, força é reconhecer uma evolução, refletida em números como estes: em 1889, para uma população de 14 milhões de habitantes, havia 250 mil alunos na escola primária; em 1924, para pouco mais que o dobro da população ( 30 milhões ), as matrículas no ensino elementar haviam sextuplica -

do: 1.500.000. Daí até 1930 a população total cresceu quase 17% e as matrículas no primário aumentaram em quase 33,5%. Apesar de tal incremento, o analfabetismo brasileiro, em fins da Primeira República, ainda era um dos maiores do mundo, atingindo 75% do conjunto da população e chegando a 90% no meio rural /16/.

Qual a causa disso? Não há como ordenar "êxitos" e "fracasos" educacionais se não forem eles referidos ao contexto mais amplo da sociedade como um todo, e especificamente à estrutura de demanda e oferta de educação dessa sociedade.

Nesse sentido, é importante atentar para que, numa economia rural, baseada na propriedade latifundiária e na monocultura e que não contava com aumentos de produtividade a partir da modernização tecnológica, mas apenas com o alargamento da cultura extensiva e a aplicação de técnicas de cultivo herdadas de tempos imemoriais, não havia como pensar na educação, em termos de investimento, como elemento prioritário. A população concentrava-se na zona rural. As técnicas agrícolas tradicionais dispensavam a instrução e, passadas oralmente de uma geração para outra, sequer necessitavam de alfabetização. Por isso, o trabalhador rural não exercia qualquer pressão por educação, da mesma forma como o proprietário rural. Na cidade, sim. As classes médias e operárias urbanas procuravam a escola, vendo nela uma oportunidade de ascensão social e de êxito ocupacional. Daí que o poder público não teve dificuldade em atender a essa demanda urbana, no quadro de uma sociedade ainda pouco urbanizada e de industrialização incipiente. Atendendo-a, pôde continuar proclamando a democratização educacional sem dar importância à educação popular e mantendo a tônica na velha educação acadêmica e aristocrática.

Na realidade, é só quando essa estrutura começa a romper-se, com a intensificação da urbanização e da industrialização, que terá um novo impulso após a quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, que também a política educacional tomará rumos diferen-

---

/16/ Cf. Leôncio Basbaum, História sincera da república, 1981, vol. 2, p. 194.

tes, aumentando a pressão da demanda escolar e da camada intelectual, esta no sentido de mudanças nas próprias concepções pedagógicas em circulação /17/.

A política educacional, apesar de todas as oscilações ínsitas à estrutura social sobre que interferia e à composição do próprio núcleo de poder que a deflagrava, acabou sendo positiva pelo menos num sentido: a de ser uma resposta adequada aos interesses representados no Estado. Sim, porque ela poderia ter sido incompetente mesmo nessa direção. O certo é que o Estado logrou a direção da educação, que antes da república situava-se sobretudo no âmbito da sociedade civil. Em resumo: o advento republicano representou o paulatino deslocamento da educação para a esfera pública.

Este câmbio estrutural, que perderia significado se desarticulado de suas determinações históricas concretas, ganha ainda maior relevo quando faceado ao movimento que se pode detectar no âmbito da cultura. Algumas perguntas devem ser colocadas antes de alinhar os acontecimentos que são o conteúdo desse movimento histórico.

Cultura:

a resposta do bacharelismo.

Pode-se falar, a rigor, de uma política cultural na Primeira República? Que tipo de demanda cultural havia na sociedade no período em foco? Que tipo e que nível de resposta dava o Estado a essa demanda? Em que esfera, pública ou privada, colocava-se a questão da cultura? Que relações mantinham entre si, do ponto de vista estrutural, as esferas educacional e cultural, em termos de prioridade, antecedência, inclusão, exclusão? O que predominava: a culturalização da educação? a ritualização educacional da cultura? Que tensões advieram dessas relações e em que medida elas contribuíram e anteciparam mudanças estruturais que se sabe terem ocorridos a partir de 1930?

A rigor não se pode falar de uma política cultural na Primeira República. O Estado republicano não demonstrou interesse em atuar na área especificamente cultural. Nem da parte da sociedade civil houve qualquer pressão no sentido de que o Estado viesse a assumir a atribuição de planejar e implementar algo como uma política de cultura.

Além do fato evidente de não estar ainda estruturado um mercado de bens simbólicos dotado de razoável autonomia — a formação desse mercado está em fase de gestação, correndo paralelamente à industrialização e à urbanização da vida brasileira, — o que explica, de um lado, a impossibilidade de uma atuação estatal na área, e, de outro, a desnecessidade dessa atuação, que só ocorre quando é necessário atuar sobre relações sociais mediadas pelas trocas simbólicas; além desse fato evidente, acresce que a política educacional do Estado primeiro-republicano já atende ao tipo de demanda cultural existente. É na escola e através da escola que se manifesta, aí, a estratégia cultural do Estado.

A sociedade evidentemente tinha alguma demanda cultural. E, embora ainda rígida na sua estratificação, já mostrava as fissuras da abertura social. Daí que a demanda cultural, sobre ser efetiva, havia de ser plural.

Do ponto de vista da oligarquia dominante, a demanda era inteiramente satisfeita. O fenômeno do bacharelismo, apontado pelos estudiosos do período como uma das mais visíveis heranças da elite imperial, é ainda a marca da cultura oligárquica na República Velha. Para a demanda bacharelística, a resposta estatal era a "academia", a agência escolar da reprodução elitística. Em 1916 havia 16 faculdades de direito, com uma formatura anual de 408 bacharéis. Pouco adiantava que Tobias Monteiro, em seu Funcionários e Doutores, lastimasse a desqualificação técnica em favor da formação bacharelística. "Os bacharéis ocupavam todos os

cargos públicos importantes, mesmo os técnicos e especializados para os quais não tinham nenhum conhecimento" /18/.

Num primeiro momento, após a proclamação republicana, os expoentes mais notórios do império foram sacrificados. De sua parte, os quadros republicanos foram depurados de seus "radicais", mais identificados com o "povo" em nome do qual havia sido feita a "propaganda republicana".

Logo o equilíbrio se restabeleceu. Uma nova burguesia, ligada aos interesses comerciais e principalmente à intermediação do café junto ao mercado internacional, e, subsidiariamente, saída da industrialização inicial, aliou-se aos setores da oligarquia que haviam aderido à república. Uma parte da velha classe sucumbiu, especialmente no centro dinâmico da política nacional que era o Rio de Janeiro. Como um todo, essa velha classe acabou por se fortalecer no eixo São Paulo-Minas Gerais, de onde passou a comandar o Estado através da "política dos governadores".

Essa nova burguesia, essa "leva de arrivistas" como depreciativamente era chamada pela aristocracia, logo conseguiu situar-se no centro do sistema. Foi, inclusive, um dos pólos mais ativos da "Regeneração", um movimento urbano, mais do que urbano, carioca, cuja finalidade era, a um tempo, apagar da memória o modo de vida tradicional — ligado, é claro, à aristocracia rural, — e afastar qualquer irrupção do popular no espaço público em gestação. Espaço público, aqui, não apenas no sentido de "lugar social", mas também de "locação física": a reforma urbanística do Prefeito Passos, no Rio, relocou os grupos populares que habitavam a área central da cidade, afastando-os para as regiões periféricas, e reservando o centro para habitação da nova burguesia e para seus espaços de lazer, à francesa /19/. Uma das marcas da Regeneração era precisamente o elemento cosmopolitista.

---

/18/ Leôncio Basbaum, op. cit., vol. 2, p. 196.

/19/ Desde então a imaginação urbanística burguesa vem-se repetindo nessa política centrífuga em relação aos setores populares da população, mediante políticas de desfavelamento, desocupação de cortiços etc. E o Prefeito Passos é considerado, pela historiografia oficial, como modelo de administração urbana.

Não se tratava, porém, de um elemento surgido casualmente. Ligado ao cosmopolitismo brasileiro havia uma tendência internacional da economia capitalista que, sob o influxo da revolução tecnológica, mudara qualitativamente. Estava em pleno desenvolvimento o capitalismo monopolista, dos grandes conglomerados, da economia de escala, do mercado mundial e da associação, sempre que possível, com Estados nacionais interventores.

O cosmopolitismo manifestava-se em inúmeras instâncias culturais, a moda, a etiqueta, o gosto artístico, a higiene. É nesse contexto que surgem as campanhas sanitárias, a vacinação obrigatória, a limpeza pública como valor urbanístico.

A Regeneração era tipicamente urbana. E, se não contestava ideologicamente a hegemonia oligárquica (à qual se aliara politicamente), entrava em conflito cultural com o "Brasil do mato". Uma personagem-símbolo desse conflito é o Jeca Tatu, de Monteiro Lobato, em que a ignorância e a indolência do matuto são combatidas em nome da ciência e da operosidade modernas. Apelos como cosmopolitismo, modernização, elevação do nível cultural estão presentes na obra, não só de Lobato, como de Euclides da Cunha, Graça Aranha, Lima Barreto.

A oligarquia, encastelada no poder, não cedia com facilidade a dissolução de seu mundo cultural. No entanto, acomodada à legitimação tradicional de seu poder na sociedade imperial isenta de disputa a nível de discurso público — é preciso lembrar, com Weber, que a legitimação tradicional, por se prender a um poder "originário", dispensa o discurso racional — procurou outros caminhos para se consolidar que não o da disputa ideológica com a "leva de arrivistas". Ela não chegou a organizar uma estratégia para a cooptação dos intelectuais orgânicos da nova burguesia. Por isso, e retornando ao ponto de partida, é difícil falar legitimamente de política cultural na Primeira República.

Numa curiosa inversão de expectativas, os setores mais li-

gados à oligarquia, representados pela elite política paulista, formada no esquema bacharelístico das faculdades de direito, ostentava tendências liberais, apontando na direção do cosmopolitismo, enquanto que a vanguarda republicana, positivista e militar, deixava-se marcar "pelos estigmas da intolerância, da frugalidade e do isolamento, quer sob a forma da 'ditadura positivista' ou do 'caudilhismo latino'" /19/.

Se a classe senhoral via atendida sua demanda cultural através da academia e exercia seu poder sem preocupação de obtenção do consenso; se a nova burguesia aderente à república havia-se conciliado com aquela em torno dos interesses comerciais ligado ao mercado internacional; resta saber o destino reservado, no espaço público, às classes subalternas e à classe média intelectual.

Muitos trabalhos acadêmicos contemporâneos têm-se voltado ao lugar do proletariado na Primeira República /20/. Tais estudos dão conta especialmente do movimento operário nos centros urbanos de São Paulo e Rio de Janeiro. Não é aqui, contudo, o lugar para a recuperação dessa memória, mesmo porque do ângulo aqui privilegiado, o da elaboração do discurso público, o proletariado, ou o movimento político proletário, sindicalista ou partidário, teve pequeno êxito no período da Primeira República. É certo que o insucesso político, conforme a lúcida reflexão de Edgar de Decca, não é contado pelos vencidos, mas pelos vencedores, na sua linguagem e sob sua lógica. É certo também que, após 1920, a participação do movimento popular na estruturação do espaço público cresceu de importância. Mas, tomado em seu conjunto, o silêncio dos vencidos continuou sendo silêncio. Talvez das profundezas da geologia histórica em que foi sepultado esse silêncio venha a ressurgir, com a energia das forças telúricas.

E os intelectuais? Salvo uma certa marginália representada pela tutela estatal a organizações culturais e pelo mecenato da chancelaria sob Rio Branco a "notáveis" da literatura /21/, o seu

---

/19/ Nicolau Sevcenko, Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República, 1985, p. 48.

/20/ Boris Fausto, Trabalho urbano e conflito social, 1983; Edgar de Decca, 1930: o silêncio dos vencidos, 1984.

/21/ Nicolau Sevcenko, op.cit.

lugar não foi o Estado.

Antecipando um fenômeno hoje explosivo, o da indústria cultural, já nesse período nota-se que o aperfeiçoamento das técnicas de comunicação dava início a um deslocamento da intelectualidade. A universidade, como espaço crítico, não existia; o Estado, como foi visto, não atraiu a intelectualidade; o livro decaía de prestígio quando o tempo, tornado bem de consumo, passou a ter expressão econômica. Nesse contexto, a intelectualidade descobriu a imprensa, assim como a imprensa, ainda não dotada de quadros profissionalizados, descobriu a intelectualidade.

O teor do discurso dos intelectuais oscilou entre a sensibilidade para com os vencidos e a exaltação dos vencedores. Estes, mediante instâncias apropriadas, foram transformados em modelos para a admiração popular. Coelho Neto, por exemplo, era exaltado pelo preciosismo vocabular. A Academia Brasileira de Letras, criada no início do século, tornou-se instância de consagração do valor literário, com fé pública. Os presidentes da república assistiam à posse dos notáveis acadêmicos.

Numa síntese de rara felicidade, Alfredo Bosi mostra que a ideologia da intelectualidade movia-se entre o tradicionalismo saudosista e a atitude revolucionária, passando pelo liberalismo burguês e o reformismo pequeno-burguês /22/. Tudo isso no pré-modernismo. Quanto ao modernismo, a partir do seu marco formal, a Semana de Arte Moderna, em São Paulo, 1922, pode-se considerar também que, abstração feita de sua plataforma estética, como expressão social foi igualmente conflituoso e até certo ponto irracionalista. Apertado entre a tradição, que valorizava por nela encontrar as raízes culturais do país (e nesse sentido o modernismo era nacionalista), e a ruptura, que entendia como uma inserção na civilização industrial, o modernismo foi bem uma "cultura de passagem". Nele estão presentes, no campo estético, elementos que guardam estreita homologia com o que se passa, na área política, com as ir-

---

/22/ Alfredo Bosi, História concisa da literatura brasileira, 1978, p. 341.

rupções "revolucionárias" dos militares ao longo dos anos vinte, a mais célebre das quais acabou sendo a Coluna Prestes, em 1925. No seu conjunto, tais movimentos são agrupados sob a denominação de "tenentismo" e tiveram "ostensivamente por bandeira a libertação do país do jugo da oligarquia política dominante" /23/. Em outras palavras, intentavam golpear o establishment governamental, dele alijando o patriciado agrário, nele consolidando a burguesia crescente com a industrialização e nele abrindo espaço, enfim, para a participação das classes médias urbanas.

Em resumo: rigorosamente falando, não houve uma política cultural na Primeira República. A demanda cultural atendida foi praticamente só a da elite dirigente do Estado. A questão da cultura situou-se na esfera da sociedade civil. A esfera educacional sobrepujou, antecedeu e incluiu a cultural. E das tensões ocorridas entre essas esferas resultará uma síntese, inaugurada nos anos trinta, que se caracterizará pela progressiva separação entre ambas, além de mudanças estruturais em cada uma delas, sendo que a mais sensível, na da cultura, será a de sua progressiva burocratização.

---

/23/ Néelson Werneck Sodré, A Coluna Prestes, p. 64.

## 2.2. 1930-1960

### A política de massas e o rompimento da unidade educação-cultura. Implantação da política cultural.

Para se compreender o que se passou nas esferas da educação e da cultura a partir de 1930, o menos importante é saber se esse ano é o marco de uma revolução, no sentido técnico-político do termo. Embora na seqüência de 30 tenham ocorrido inúmeros episódios de composição entre os vencedores e os vencidos, o certo é que a característica mais notável desse momento é a ruptura. Uma ruptura que, a partir de uma reestruturação na base econômica, levou a uma redefinição de papéis sociais, a uma recomposição em profundidade no núcleo do poder e à deflagração de estratégias inéditas afetando de maneira irreversível as políticas de educação e de cultura.

Na base econômica, a crise da cafeicultura exportadora, latente em toda a Primeira República, acaba eclodindo. Detentores do poder político, os setores agro-exportadores tiveram êxito no acoplamento entre a iniciativa privada e o Estado, êxito que ficou patente no Convênio de Taubaté, porém não evitaram a superprodução. A economia no seu todo era frágil e extremamente dependente de um núcleo dinâmico situado fora do país. Com o crack da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, e o colapso do mercado mundial, o que

acontece é o desabamento dessa economia na sua totalidade. A expressão física dessa hecatombe é a queima dos estoques de café. A expressão social é a ruína dos cafeicultores, endividados com o governo, sem liquidez, proprietários de terras subitamente sem valor, e dos negociantes ligados ao comércio exterior do café. A expressão política é a perda de força das bases de sustentação da oligarquia. A expressão ideológica é a articulação de um discurso de mudança que cresce por toda parte, no norte e no sul do país, clamando por alterações no Estado /1/.

O isolamento forçado da economia brasileira deu força a um vigoroso processo de industrialização por substituição de importações, que apenas timidamente havia sido iniciado após a primeira guerra mundial. O alargamento da industrialização é feito combinando a capacidade empresarial privada, ainda que restrita, com a intervenção do Estado, especialmente em setores de produção de bens de capital. O que ocorre correlativamente é a ampliação da burguesia industrial e da burocracia estatal intervencionista. Isto do lado do capital. Do lado do trabalho, dá-se finalmente a emergência do proletariado, não apenas como conjunto de trabalhadores, mas já como categoria política. A urbanização se acelera. Expande-se e adquire força política a classe média.

No dizer de Octávio Ianni, inaugura-se o populismo, visto como estratégia política do desenvolvimento econômico. Este é entendido como sinônimo da industrialização. A passagem de uma estrutura agrária para uma industrial é conduzida dentro de um padrão político — a política de massas — e de um modelo de organização estatal — a democracia populista. Mesmo que o Estado Novo signifique um "retrocesso" em termos democráticos, o modelo mantém-se enquanto forma de legitimação. A "categoria política fundamental", a partir daí, vai ser o "povo brasileiro" — não importa o quão tensas sejam as relações no interior dessa totalidade /2/.

---

/1/ A maneira como elas ocorrem e o seu tratamento a partir de categorias como "populismo" e "democracia" podem ser excelentemente acompanhadas no trabalho de Francisco W. Weffort, "Estado e Massas no Brasil", Revista Civilização Brasileira, Ano I, nº7, maio/1966, p. 137.

/2/ Guerreiro Ramos, A crise do poder no Brasil, 1961, p. 42.

Aliás, a própria administração dessas tensões é um dos principais motores que levam adiante a política populista.

O Estado conquistado à oligarquia pela Aliança Liberal em 1930 sente a necessidade de se fortalecer: "a sociedade política invade áreas da sociedade civil, subordinando-as ao seu controle" /3/. Esse fortalecimento não se fará sem fissuras, muitas delas profundas. É exemplar, num primeiro momento, e no âmbito educacional, a oposição entre católicos e liberais /4/.

É que, ao mesmo tempo em que o Estado se fortalece em relação à sociedade civil, esta também se expande, criando novos espaços de discussão social e de institucionalização de seus conflitos. A principal característica da expansão da sociedade civil será exatamente essa: a disputa do espaço público tornada permanente.

Não há, pois, incompatibilidade entre essas duas linhas: a do fortalecimento do Estado e a da expansão da sociedade civil. Cada uma caminha numa direção. O fortalecimento do Estado significa a acentuação de seu caráter de direção política, de controle direto. A expansão da sociedade civil é a expressão do dissenso, é resultante da complexificação da vida social, da socialização acelerada. E, em termos de exercício do poder social, a sociedade civil é a instância em que a dominação é intentada por via da convicção. O dissenso, condição e expressão da sociedade civil, é o caminho do consenso.

O que acontece, portanto, a partir de 1930, é a aceleração da expansão da sociedade civil, processo que o controle rígido pelas oligarquias no período antecedente continha em limites máximos de tensão, porém com eficácia incontestável.

É essa bipolaridade controle estatal-dissenso social que vai marcar profundamente os âmbitos da educação e cultura e as respectivas estratégias, tanto da parte do núcleo do poder quanto das instâncias sociais não-estatais. No primeiro caso, uma política cultural, no sentido em que já ficou conceituada. No segundo

---

/3/ Bárbara Freitag, op.cit., p.43.

/4/ Carlos R. Jamil Cury, Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais, 1984.

caso, uma "ação cultural".

Inicialmente o que predomina soberanamente é a discussão da política educacional, pretendendo fixar os limites e o conteúdo da atuação do Estado no âmbito da educação, em oposição à sociedade civil, especialmente à Igreja, que por seu turno posta-se como defensora, não do "seu" direito de educar, mas do "da família". A discussão da política educacional não se limita a aspectos técnicos, operacionais da ação do Estado, como sejam prioridades físicas, alocação de recursos, distribuição geográfica. Vai além, abrangendo o problema da qualidade da escola, da pedagogia a adotar. Supera o âmbito apenas formal, adentrando a questão do próprio conteúdo educacional. A eficácia pretendida não se encerra no limite da escola. Supera-a e busca a regeneração social e o aperfeiçoamento político democrático.

Na esteira da abundante literatura educacional produzida ultimamente com o fim de recuperar e integrar os momentos mais significativos da educação brasileira, insistiu-se muito no debate ocorrido no início dos anos 30, opondo os "profissionais da educação", signatários do Manifesto dos Pioneiros /5/, os "liberais" em sentido amplo /6/, representando ideologicamente os grupos sociais emergentes, e os católicos, que, apesar de características distintivas dentro do bloco, representaram, como um todo, a defesa do tradicionalismo, identificados com os setores oligárquicos que perdiam força na recomposição do poder.

Quando se pensa estruturalmente, a tendência é trabalhar com categorias excludentes. Assim, se em 1930 a burguesia industrial assume a direção do processo político, "conseqüentemente" perde-o o grupo agrário que o monopolizava oligarquicamente. Certamente as coisas não se passaram assim. O que ocorreu foi que os

---

/5/"Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova", Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, nº 79, 1960, p.108-127.

/6/ Carlos Roberto Jamil Cury, op.cit., agrupa sob essa denominação um amplo leque de intelectuais tributários de Dewey, de Durkheim e da esquerda comunista.

/7/ Tristão de Ataíde, Debates pedagógicos, 1931; Alexandre Correia, Leonardo Van Acker e Tristão de Ataíde, Pedagogia de escola nova, 1931; entre outros.

detentores de capital agrícola em parte passaram-se para a indústria, tornando-se empresários industriais ou combinando ambas as atividades: surge o "fazendeiro do asfalto".

Essa combinação de interesses explica também a acomodação que se dá no nível do Estado, que passa a comportar elementos diferenciados na sua composição: a burguesia industrial, a nova classe rural e os elementos da classe média que, sob a liderança burguesa, passam a ocupar posições no aparato governamental. De outra parte, a irrupção do proletariado e o caráter ambíguo da classe média explicam a crescente politização no trato da "questão social".

O estabelecimento da política educacional não poderia deixar de ser, e de fato foi, um processo penoso cujos resultados representaram a acomodação entre as frações conflitantes.

Em 1930 é criado o Ministério da Educação e Saúde Pública. É muito sintomático que a criação do ministério tenha sido uma das primeiras decisões do novo governo. Também não deixa de ser a ligação educação-saúde. Se, nos primórdios republicanos, havia-se criado um ministério que cuidava da educação juntamente com correios e telégrafos, juntando-se coisas díspares por mera aglutinação, agora não: uniam-se duas dimensões de "política social". Mas também, ao ser ligada com a saúde, a educação tinha acentuado o caráter "assistencial" com que era vista pela nova ordem.

Com o ministério, a educação ganhou um lugar estatal relevante. É a partir daí que se traçam as diretrizes da política educacional, embora também seja característica dessa fase a ampla discussão dessas diretrizes a nível de sociedade civil.

Os grupos sociais e as ideologias em conflito encontraram um lugar excepcional para o debate na Assembléia Nacional Constituinte. A Constituição de 1934, um avanço democrático, revelava amplamente os passos da conciliação entre os setores que se opunham.

A Constituição de 1934 inaugura a prática legislativa de

cuidar em capítulo específico da educação e da cultura, o que não acontecia nem na carta imperial nem na primeira carta republicana: ponto para os liberais. O ensino religioso constará obrigatoriamente do currículo das escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais: ponto para os católicos. Mas sua freqüência será facultativa: vantagem para os liberais. A educação, um direito de todos, como queriam os liberais, será ministrada pela família, como pretendiam os católicos, e pelos poderes públicos, como mais ou menos admitiam todos.

Passa a ser preceito constitucional a instituição de uma política nacional de educação. À União compete privativamente traçar suas diretrizes. Cabe-lhe fixar o plano nacional de educação, bem como coordenar e fiscalizar sua execução. Para isso o Conselho Nacional de Educação deverá, além de elaborar o plano, sugerir as medidas concretas e a distribuição dos fundos especiais para sua implementação. Os estados organizarão e manterão seus sistemas de educação, respeitadas as diretrizes federais. Tanto o plano nacional quanto os estaduais obedecerão a princípios fixados: ensino primário gratuito e obrigatório; "tendência" à gratuidade nos demais níveis; liberdade de ensino; adequação entre quantidade (número de matrículas) e qualidade ("capacidade didática"); e proclamação da defesa da estabilidade e boa remuneração do magistério. Ficou também estabelecido que a União e os municípios aplicarão no mínimo 10% e os estados e o Distrito Federal pelo menos 20% de suas rendas de impostos na manutenção e desenvolvimento dos sistemas educativos.

Até à implantação do Estado Novo, em 1937, os educadores-reformadores participarão, em diversos níveis, da implementação desses princípios para cuja elaboração contribuíram ativamente no período constituinte. Houve um efetivo crescimento das redes de ensino elementar /9/ e dos demais graus. Criou-se em 1932 a Cruzada Nacional de Educação, cujos promotores acreditavam que a campanha contra o analfabetismo "precisava ter caráter de sal-

---

/9/ Vanilda Pereira Paiva, Educação popular e educação de adultos: contribuição à história da educação brasileira, 1973, p.115.

vação pública" /10/.

O prestígio dos reformadores educacionais coincidiu com o período mais liberal do pós-30. E declina, embora não chegue a extinguir-se, com sua crise em 1937. Declínio em termos, porque, apesar da repressão estadonovista, que incide sobre muitos deles, outros serão absorvidos pela nova ordem e a ela prestarão serviços técnicos, convencidos de que seus ideais pedagógicos sobre - pairam às condições políticas de sua efetivação.

### A reinterpretação extra-universitária do Brasil.

É possível estabelecer-se uma distinção, de alguma utilidade, entre política cultural em sentido lato e em sentido estrito. Lato sensu, a política cultural diria respeito às estratégias do poder político referentes ao conjunto da produção e reprodução dos bens simbólicos. Nesse sentido, inclui a educação, não só como instância social de reprodução cultural, mas, no sentido mais amplo, como momento no processo geral da cultura. Stricto sensu, tal como a expressão é correntemente usada (e aqui adotada), excui a educação formal, escolar, concentrando-se em outras formas de produção e agenciamento/distribuição de bens simbólicos, incluindo a educação informal e o circuito "não educacional" da criação e circulação desses bens, por exemplo, o domínio da arte e da literatura.

Um terreno limítrofe é o da universidade. Esta instituição possui a peculiaridade de, embora formalmente ser uma escola (e ela o é sob todos os aspectos, inclusive como detentora do monopólio de legitimação de competências profissionais), ao mesmo tempo constituir-se num espaço cultural que transcende a definição estrita de escola como lugar institucional de transmissão do saber sistematizado. A universidade não apenas transmite o sa-

ber, ela o cria. Não apenas recebe as idéias e valores gerados no conjunto da sociedade, mas submete-os à crítica. Assim, constituiu-se numa instância criadora e crítica do saber, tão mais afinada com sua vocação histórica quanto mais consiga criar mecanismos de rejeição à tendência social de acomodação /11/.

Essa condição da universidade, fruto de um determinado desenvolvimento histórico e não de padrões ideais de sua essência, faz dela um território limítrofe entre a sociedade civil e o Estado. Mesmo quando pública, a universidade não é apenas um reflexo da política do Estado.

Tais características dão ao surgimento da universidade brasileira uma importância muito grande dentro do estudo da evolução da política cultural.

Embora três delas tenham sido criadas antes de 1930 (a do Paraná, em 1912; a do Rio de Janeiro, em 1920; e a de Minas Gerais, em 1927), não passaram de meros agregados de cursos já existentes. Em 1931 o Estatuto das Universidades Brasileiras instituiu o regime universitário no país. Seus fins eram grandiloqüentes+ "elevar o nível de cultura geral; estimular a investigação científica em quaisquer domínios dos conhecimentos humanos ; habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior; concorrer, enfim, pela educação do indivíduo e da coletividade, pela harmonia de objetivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as atividades universitárias, para a grandeza da Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade" /12/.

Alguns vícios de origem acompanharam a universidade brasileira até nossos dias. Não se deve imputá-los ao "despreparo" dos que a estatuíram em 31, mas às já apontadas contradições entre as facções responsáveis pela condução da revolução de 30. É por isso que, ao considerar suficientes, para a criação de uma universidade, três cursos entre os de direito, de medicina, de engenharia e de educação, ciências e letras (art.5º), atrelava-se ao velho espírito bacharelístico que inspirara os cursos superio

/11/ Para um dimensionamento crítico da universidade ver, entre outros: Florestan Fernandes, A universidade brasileira, 1975; Henrique de Lima Vaz, Cultura e universidade, 1966.

/12/ Otaíza de Oliveira Romanelli, op.cit., p.133.

res no Brasil desde o Império até à Primeira República. Atribuiu a autonomia a cada escola dentro da universidade, o Estatuto foi liberal. Mas, submetendo a universidade como um todo ao Ministério da Educação, ao qual cabia prover a maioria dos cargos importantes da organização universitária, refletiu o estilo de controle estrito da velha oligarquia. Foi este estilo, herdado do baronato e do coronelismo, o responsável também pela ditadura do catedrático no seio da universidade recém-instituída. Ditadura que, dialeticamente, revela duas faces: numa, a face autoritária que adentra a universidade; noutra, a face de resistência que permite a oposição ao controle extra-universitário.

A primeira universidade organizada nos moldes do Estatuto foi a Universidade de São Paulo, surgida em 1934, tendo como diferencial o seu núcleo constituído pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Os objetivos desta, conforme Fernando de Azevedo, além da formação de professores para o ensino secundário, eram a realização de "altos estudos desinteressados e a pesquisa" /13/.

Pouco depois, no Rio de Janeiro, em 1935, Anísio Teixeira estava à frente da criação da Universidade do Distrito Federal, que em 1938 foi absorvida pela Universidade do Brasil.

No início essas universidades não impuseram sua marca na reflexão sobre a cultura brasileira. Tanto que, na consagrada obra de Carlos Guilherme Motta sobre a ideologia da cultura brasileira, os "primeiros frutos da universidade" são considerados como tendo sido produzidos no período de 1948 a 1951 /14/. Os grandes intelectuais, responsáveis pelo "redescobrimento do Brasil" entre 1933 e 1937, sob o bafejo da renovação política trazida pela revolução de 30, não estiveram ligados à universidade

---

/13/ Apud Otaíza O. Romanelli, op.cit., p. 133.

/14/ Carlos Guilherme Motta, op. cit., p. p. 33.

brasileira. Estas grandes sínteses são as de Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Roberto Simonsen.

Caio Prado Júnior, com Evolução Política do Brasil /15/ , surgida em 1933, introduz pela primeira vez a classe social como categoria de análise e de explicação da realidade brasileira em seu devir histórico. Gilberto Freyre, inspirado na antropologia cultural americana, principalmente em Franz Boas, vai superar o negativismo racial dos intérpretes do fim do século passado e começo do atual, como Sílvio Romero e Nina Rodrigues, e encontrar nas raças um elemento positivo na sociogênese brasileira. Sua obra básica, Casa Grande & Senzala /16/, também de 1933, é obra de difícil enquadramento tanto em termos científicos quanto do ponto de vista de seu posicionamento político. Embora apontado como um "intelectual de direita", Freyre talvez não mereça o epíteto pela obra em questão, mas por outros posicionamentos. Ao contrário, em Casa Grande & Senzala manifesta oposição declarada ao racismo de Oliveira Vianna e até demonstra simpatia pela teoria da luta de classe tal como esposada por Astrojildo Pereira e pelo próprio Caio Prado Júnior /17/. Outra síntese de porte é a de Sérgio Buarque de Holanda, em Raízes do Brasil /18/, de 1936,

---

/15/ Caio Prado Júnior, Evolução política do Brasil e outros estudos, 1966.

/16/ Gilberto Freyre, Casa Grande & Senzala, 1963.

/17/ Assim escreve Gilberto Freyre no prefácio à primeira edição de Casa Grande & Senzala: "Refutando a teoria de Oliveira Vianna — a inexistência de luta de classes na formação social do Brasil — lembra Astrojildo Pereira as guerras, os conflitos dos 'senhores' com os indígenas e com os negros fugidos (quilombolas) e da própria burguesia nascente com a aristocracia rural já estratificada. Também os conflitos dos representantes da Coroa, quando fortalecidos pela descoberta das minas, com os caudilhos rurais. Estes, embora atravessando crises e sofrendo depressões de poderio, foram a força preponderante (...). Já depois de escrito este ensaio, apareceu o trabalho de Caio Prado Júnior, Evolução Política do Brasil (Ensaio de Interpretação Materialista da História Brasileira), São Paulo, 1933, com o qual me encontro de acordo em vários pontos. (...). O critério de ter sido a economia agrária patriarcal, modificada por diferenças de condições regionais, a força dominante na formação brasileira — critério esboçado no presente ensaio — foi recentemente estendido ao estudo da literatura brasileira". Id.ibid., p. 7.

/18/ Sérgio Buarque de Holanda, Raízes do Brasil, 1963.

que, conforme notou Antônio Cândido, representou a aplicação pela primeira vez no Brasil da distinção weberiana entre patrimonialismo e burocracia, utilizando a categoria do "homem cordial" como tipo mediador da passagem de uma para outra estrutura/19/. Por último, a obra de Roberto Simonsen, História Econômica do Brasil, de 1937, marca a utilização pioneira da quantificação econômica na seriação historiográfica brasileira, ao mesmo tempo em que interessa por revelar "a experiência de homem de negócios de Roberto Simonsen, expoente do grupo industrial que formou a ideologia do desenvolvimento" /20/.

No seu conjunto, essas obras têm o grande significado de desmistificar o passado brasileiro, dessacralizando-o e buscando, para a interpretação do ser brasileiro, modos de explicação seculares, modernas, nascidas do mais recente avanço experimentado pelas ciências sociais.

#### Sentido geral da primavera liberal de 1930

A evolução da política liberal pós-30 no sentido de uma política de massas traz uma grande efervescência no seio da sociedade civil recém-vinda para os ares da autonomia. É evidente, contudo, que a sociedade civil ainda é débil, "com raízes recentes e tenras" /21/. Dessa debilidade se aproveitarão as classes dominantes para, uma vez mais na nossa história, servirem -se do Estado e, implantando mecanismos de dominação "de cima para baixo", darem um novo curso ao processo de modernização ca

---

/19/ Antônio Cândido, "Prefácio", in: Sérgio Buarque do Holanda, op.cit., p. X.

/20/ Francisco Iglésias, "Prefácio", in: Celso Furtado, Formação Econômica do Brasil, 1963, p. XI.

/21/ Carlos Néilson Coutinho, "Os intelectuais e a organização da cultura no Brasil", Temas de Ciências Humanas, vol.10, 1981, p. 104.

pitalista: um curso conservador, elitista, afastando o povo das decisões e, assim, rompendo "qualquer veleidade de autonomia da sociedade civil nascente" /22/. A par do "terrorismo" das elites — é Carlos Néilson Coutinho quem lembra adequadamente — também houve uma radicalização "infantil" das forças políticas emergentes, à direita e à esquerda. A política de massas esboçada pela Aliança Nacional Libertadora acabou comprometida pela aventura em que embarcaram setores à direita, ligados à Ação Integralista Brasileira, e à esquerda, radicalizados no golpismo, apostando na quartelada que ficou conhecida como a Intentona Comunista de 1935, abortada no Rio e em Natal.

Dessa sorte, e nos termos da análise que vem sendo feita neste trabalho, o primeiro momento do período varguista, a sua primavera liberal, caracteriza-se por um duplo movimento de fortalecimento do Estado e de conquista de espaço pela sociedade civil. O fortalecimento estatal é visível no setor educacional. A política educacional é estabelecida com vigor. Mas, de outra parte, não chega a se estabelecer uma política cultural em sentido estrito. As iniciativas referentes à produção e circulação de bens culturais situam-se no nível da sociedade civil. A educação é altamente culturalizada, no sentido de que as estratégias traçadas na sua área específica resultam de um amplo esforço de apreensão de significados gerados na sociedade civil e apropriados pelo Estado na formulação de sua política. A produção cultural encontra seu momento interpretativo na elaboração de grandes intelectuais modernizadores, descomprometidos em relação ao Estado, e no pensamento pedagógico de educadores militantes, este sim absorvidos pelo Estado. É lógico: a política educacional está em pauta e seu conteúdo cultural depende da teorização dos pedagogos profissionais.

O momento seguinte, o inverno estadonovista, inaugurado com o golpe de Estado de 1937 e institucionalizado com a Cons-

---

/22/ Id., ibid., p. 104.

tituição outorgada em 37, vai apresentar características distintas, tanto na direção da política educacional (que se voltará para o paternalismo assistencialista, repontado de elitismo recidivante e de dualismo recalitrante) quanto na sua relativa desculturalização. Correlativamente, o lado da política cultural conhecerá um esboço de implantação, numa linha ambígua e oscilante entre o preservacionismo nacional-cultural e o controle censorial e inculcador de cunho fascista. A produção dos intelectuais esmorecerá em virtude da alta repressão do Estado Novo.

#### A política educacional orgânica do pós-37.

O regime de 37 divide os educadores: "Vários escolanovistas se afastaram (ou foram afastados) dos cargos públicos. Todavia, outros, pelo contrário, se entusiasmaram com o novo regime que achavam ser capaz de efetivar na prática os ideais do Manifesto de 32" /23/. De fato, para citar um dos mais eminentes dos reformadores educacionais, Fernando de Azevedo, basta ler estas palavras repontadas de entusiasmo: "É, sobretudo, a partir de 1937, porém, que o governo federal entra resolutamente nesse novo caminho, imprimindo novos rumos à política escolar e inaugurando a fase mais brilhante e fecunda, no domínio da educação profissional, em seus diversos graus e em todas as suas formas" /24/.

As lutas ideológicas em torno da educação entram, na expressão de Otaíza Romanelli, "numa espécie de hibernação". Isto naturalmente se deve ao avanço do Estado, que ocupa maiores es-

---

/23/ Paulo Ghiraldelli Jr., "Introdução à evolução das idéias pedagógicas no Brasil", Educação & Sociedade, nº 26, abril de 1987.

/24/ Fernando de Azevedo, op.cit., p. 739.

paços da sociedade civil, através de mecanismos de repressão , cooptação, associação, substituição e assistência.

A Constituição de 37, no capítulo dedicado à educação e à cultura, abre com uma proclamação inédita ligada à política cultural: "A arte, a ciência e o seu ensino são livres à iniciativa individual e à de associações ou pessoas coletivas, públicas e particulares. É dever do Estado contribuir, direta ou indiretamente, para o estímulo e desenvolvimento de umas e de outro, favorecendo ou fundando instituições artísticas, científicas e de ensino" (art.128). Esse favorecimento ou fundação, pelo Estado, de instituições culturais, marca o início do estabelecimento de uma política cultural em sentido estrito no país. A cooptação de intelectuais se através de sua inserção na burocracia, certamente com antecedentes em outros períodos, passa a contar, aqui, com um marco formal. Por outro lado, inaugura-se também o preservacionismo cultural, ao se erigir o Estado em protetor de monumentos (art.134). O Estado se culturaliza através de um novo setor, ao mesmo tempo em que se desculturaliza na educação, que passa a ser encarada como algo "técnico".

A política educacional passa a reger-se pelos princípios seguintes: a) Supletividade. A educação deixa de ser pública como regra. Passa a ser particular como regra e pública como exceção. b) Prioridade do ensino profissional. Este, sim, é visto como "dever" do Estado, que o implantará direta ou indiretamente, subsidiando o setor privado. c) Complementaridade. A aprendizagem profissional se fará mediante complementaridade entre o setor privado, através de associações e sindicatos patronais, e o Estado.

Além desses princípios, a Constituição estabelece diretrizes de coloração fascista, como o culto à "educação física", aos "trabalhos", ao "ensino cívico". O artigo 132 é típico dessa orientação: "O Estado fundará instituições ou dará o seu auxílio e proteção às fundadas por associações civis, tendo umas e outras por fim organizar para a juventude períodos de traba -

lho anual nos grupos e oficinas, acima como prover-lhes a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento de seus deveres para com a economia e a defesa da Nação".

As Leis Orgânicas do ensino completaram a ordenação constitucional. O ensino técnico-profissional foi disciplinado por leis orgânicas editadas nesta seqüência: ensino industrial, comercial e agrícola — acompanhando as novas prioridades econômicas. O esquema adotado foi o de associação entre as empresas privadas e o Estado. O sistema se completou com a criação do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) /25/.

O ensino secundário, também disciplinado por lei orgânica ( que foi o decreto-lei 4244, de 1942), teve ressaltados, tanto a nível de proclamação quanto de organização curricular, seu caráter de cultura geral humanística e sua natureza propedêutica em relação ao ensino superior.

O conjunto legislativo, e sua prática, consagraram o sistema dualista de ensino, reservando o ensino superior aos egressos do ensino médio e destinando este, por mecanismo seletivos, à burguesia e à alta classe média. O ensino profissional, formador da força de trabalho qualificado, se destinará, desde a proclamação legal até sua prática, "às classes menos favorecidas" (Constituição de 1937, art. 129): os filhos dos trabalhadores urbanos imigrantes e dos trabalhadores rurais migrantes.

A industrialização brasileira fazia num sistema de associação íntima entre o Estado e a economia privada, sob a direção do primeiro. O Estado acumulava as funções de investidor em infra-estrutura e indústria de base, "árbitro das pendências" (para usar uma expressão ainda atual de Le Bret) entre o setor agrário e o industrial (sempre a favor deste), modernizador das relações sociais capitalistas (salário mínimo: 1940; legislação

trabalhista: 1943) e, como se viu há pouco, organizador e financiador da expansão da mão-de-obra.

É neste sentido que a educação assumiu caráter "técnico". A esperança de regeneração social, que ela havia suscitado nos primórdios da revolução de 30, cede o passo à sua função integrativa das relações sociais do capitalismo industrial em desenvolvimento. Trata-se, na plenitude da expressão, de uma política educacional orgânica.

#### Primeiros passos de uma política cultural.

Do lado da política cultural, costuma-se situar o episó -  
dio Mário de Andrade como o marco de sua deflagração: "A cultura começou a ser efetivamente levada em conta pelo Estado no Brasil a partir do crescente poderio de Getúlio Vargas em meados da década de 30. Às vésperas do Estado Novo, o ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, pediu a Mário de An  
drade que redigisse um anteprojeto de um serviço de proteção do patrimônio artístico nacional. Um ano depois nasceu aquele que seria o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Mas, apesar do bom trabalho feito por Mário e de seu prestígio intelectual, ele foi demitido do cargo de diretor do Departamento Municipal de Cultura de São Paulo, logo após o gol  
pe de Getúlio, o que revelou ser impossível o relacionamento en  
tre a maioria dos intelectuais e o Estado ditatorial" /25/.

O que ressalta do episódio, que vem relatado amplamente

pelo ensaísmo cultural /26/, pela historiografia brasileira e , hoje, pelo florescente "jornalismo cultural", é que o Estado , no âmbito da cultura e no seu relacionamento com seus produtos exponenciais, transita com igual desenvoltura da cooptação à repressão.

Antes de passar à abordagem do facies repressivo do Estado na esfera cultural, convém verificar as linhas de iniciativa adotadas pela política cultural "positiva". Uma das características centrais deste período é a burocratização cultural. Numa pesquisa sumária a que procedi no nível legislativo, localizei as seguintes instituições: Instituto Nacional de Cinema Educativo-INCE, lei 378, em 1937; Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, decreto-lei 25, em 37; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, dec.-lei 218, em 38; Instituto Nacional do Livro-INL, dec.-lei 93, em 37; Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, dec.-lei 4993, em 42; Serviço de Radiodifusão Educativa, decreto 11.491, em 43; Curso de Museus no Ministério da Educação, dec.-lei 6.689, em 44; e Salão Nacional de Belas Artes, dec.-lei 8.153, em 1945 /27/.

Pelo lado repressivo respondia o DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda, criado pelo decreto-lei nº 4.064, de 29 de janeiro de 1942. No entanto, mesmo aqui revelava-se o caráter ambíguo do Estado nesse momento. O mesmo DIP, responsável pela censura e pelo "terrorismo intelectual de Estado", que levou ao cárcere intelectuais como Graciliano Ramos, por outro lado procurava captar a adesão dos intelectuais, para isso publicando uma revista, denominada Cultura e Política, que circulou entre 1941 e 1945.

---

/26/ Ressalta Martin Cezar Feijó que, na altura do episódio, Mário de Andrade dirigia o Departamento de Cultura de São Paulo , criado em 1935 pelo prefeito Fábio da Silva Prado. E comenta : "Mais uma vez, financiada pela 'oligarquia', uma proposta nova avançava". Esse "mais uma vez" referia-se à anterior criação da USP em 1934 por Armando Salles de Oliveira.

/27/ MEC, Dicionário da Legislação Federal, 1961.

1945: o avanço do populismo.

Com a queda da ditadura getulista, em 1945, acontece algo parecido com aquilo que, mutatis mutandis, ocorrera por ocasião do surto republicano: uma alteração formal, a nível governamental, sem modificação na essência estatal em termos de composição social. O componente repressivo do regime regride, mas não desaparece, nem pode desaparecer, em regime inegalitário, onde coerção e convicção desempenham papéis complementares, com alternância de domínio. O estamento militar, que sobe ao primeiro plano da política com a república, cinde-se na preparação revolucionária de 30, recompõe-se no período varguista e, a partir daí, especialmente do Estado Novo, passa a exercer uma função tutelar, de que não se afastará mais em momento algum, a não ser quando, por substituição, assume a liderança na crise de 1964.

A partir de 1945 o populismo avança a passos rápidos. Mesmo prejudicada por uma política econômica predatória, que consome a poupança do período da guerra com importações voluptuárias, a industrialização só faz crescer, agenciada pelo Estado. Na sua esteira, a urbanização. Nas cidades, a ampliação da população proletária e de classe média. Tudo isso contribuindo, a par do efeito-demonstração conseqüente à ruína fascista, para o fortalecimento da sociedade civil. Os sindicatos operários, conquanto tutelados, por vício de origem, pelo Ministério do Trabalho, crescem de importância, não só no nível do que Gramsci chama de "corporativo" (luta econômica), mas também no sentido político. A classe média tenta organizar-se independentemente do Estado, através de partidos políticos e de associações profissionais. As bases materiais para a produção intelectual ampliam-

-se, com o crescimento da imprensa (jornais, revistas), da ra diodifusão, das editoras de livros /28/ e do setor universitá- rio, que, além da expansão quantitativa, passa a ter também maior autonomia. O "intelectual profissional" (expressão neces sária depois de Gramsci) pôde sair do seu "intimismo à sombra do poder" /29/.

### Grandes sínteses.

A expansão e autonomização da universidade fazem com que, no período inaugurado em 1945, comecem a surgir os primei ros frutos da universidade, conforme a expressão de Carlos Gui lherme Mota, que não deixa de acentuar, porém, sua estreita ligação com a orientação estrangeira /30/, em especial a euro péia, que legou sua marca através das "missões culturais" de que participaram Braudel, Lévi-Strauss, Monbeig, Roger Bastide e Ungaretti, entre outros. Uma das principais obras do perío do, citada por Mota ao lado das de Cruz Costa e Alice P. Cana brava, é a de Vítor Nunes Leal, Coronelismo, enxada e voto/31/, que introduz a novidade do estudo do "poder local", o Brasil rural, onde se estrutura o sistema político coronelístico, "do minado por uma relação de compromisso entre o poder privado de

---

/28/ Néelson Werneck Sodré, História da imprensa brasileira, 1966.

/29/ A expressão é de Carlos Néelson Coutinho, para quem a ati vação da sociedade civil abre novas possibilidades mesmo ao in telectual vinculado profissionalmente ao Estado: "A relação de dependência entre cooptação e adoção de uma cultura elitista tende a relaxar, a deixar de ser uma tendência dominante, no momento em que surge ou se fortalece uma sociedade civil arti culada". Carlos Néelson Coutinho, op. cit., p. 105.

/30/ Carlos Guilherme Mota, op.cit., p. 33.

/31/ Vítor Nunes Leal, Coronelismo, enxada e voto, 1975.

cadente e o poder público fortalecido" /32/. Seu interesse, que será também o de amplos setores da intelectualidade do período, voltar-se-á para a modernização, ou seja, a liquidação da estrutura agrária vista como arcaica, causa e conseqüência do coronelismo /33/. A solução passa pela reforma agrária /34/.

Ainda no tocante aos "grandes intelectuais" gramscianos, é preciso acrescentar outras realizações que se seguiram à de Leal. Pois, sem entender a contribuição desta segunda geração, não se compreendem as três linhas ideológicas que polarizam o discurso público até à ruptura de 1964: o nacionalismo, o desenvolvimentismo e o reformismo.

Com poucas exceções tradicionalistas, a grande maioria dos intelectuais que nesse período se preocupam com a "realidade brasileira" busca a recuperação histórica do "nacional", orientando-a para o desenvolvimento, não importa o quão amplo seja este conceito. Assim é com Celso Furtado, cuja Formação Econômica do Brasil /35/, "um livro de história escrito sob a perspectiva do economista", no dizer de Francisco ... contribuiu, entre outras coisas, para espantar o fantasma do "atraso do desenvolvimento brasileiro" quando comparado ao de outros povos, especialmente os Estados Unidos. Assim é também com Raymundo Faoro, com Os donos do Poder. Formação do Patrona-

---

/32/ Id., ibid., p. 252.

/33/ Id., ibid., p. 257.

/34/ O raciocínio de Vítor Nunes Leal será incansavelmente repetido no discurso reformista dos primeiros anos sessenta: "As conseqüências aí estão: o mercado interno não se amplia, porque a vida encarece e a população rural continua incapaz de consumir; não dispendo de mercado, a indústria não prospera, nem eleva seus padrões técnicos e tem de apelar, continuamente, para a proteção oficial; finalmente, a agricultura, incapaz de se estabilizar em alto nível dentro do seu velho arcabouço, prossegue irremediavelmente no caminho da degradação. Fecha-se, assim, o círculo vicioso: no plano econômico, agricultura rotineira e decadente, indústria atrasada e onerosa, uma e outra empobrecendo sistematicamente o país; no plano político, sobrevivência do "coronelismo", que falseia a representação política e desacredita o regime democrático, permitindo e estimulando o emprego habitual da força pelo governo ou contra o governo". Id., ibid., p. 258.

/35/ Celso Furtado, op. cit.

to Político Brasileiro /36/, de 1958, que, inspirando-se no historicismo e na hermenêutica de Weber, recupera o processo de instituição do poder político no Brasil em relação com o patrimonialismo. Ambos excluem, em suas grandes sínteses, a hipótese de que os aspectos raciais pudessem comprometer o desenvolvimento, seja econômico (Furtado), seja político (Faoro).

Na Universidade de São Paulo os nomes centrais são os de Antônio Cândido e Florestan Fernandes, ambos sociólogos, ex-assistentes de Fernando de Azevedo. São os chefes de escola. Têm em comum a perspectiva histórica como marca distintiva das investigações. A de Antônio Cândido, mais voltada para a problemática artística, literária, cultural. A de Florestan Fernandes, mais preocupada com a especificidade dos fenômenos histórico-sociais, a delimitação dos modos de produção e a historicidade dos fenômenos. Por seu intermédio entram na cogitação acadêmica, para nela ficar a partir de então, temas antes restritos à rua, à praça, ao campo e à cidade. Irrompem para a meditação universitária as classes sociais, o povo e o populismo, o trabalho e o desenvolvimento, o estudante e a transformação da realidade, as classes populares e a política, o ensino confrontado com a divisão social, o conflito social e o sindicalismo, a sociedade industrial, o nacionalismo, o empresário, a burguesia nacional /37/: temas impensáveis fora de uma sociedade em rápida transformação movida pela industrialização.

Toda essa produção universitária se traduz em "ação cultural": a cultura produzida e, mais que isso, protagonizada pela sociedade civil — pouco importando que a universidade seja estatal. Essa ação cultural pode até coincidir com as linhas

---

/36/ Raymundo Faoro, Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro, 1958.

/37/ São quase que literalmente esses os títulos das principais obras de Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Emília Viotti da Costa, Luiz Pereira, Marialice Foracchi, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Francisco C. Weffort, Maria José Garcia Werebe, Leôncio Martins Rodrigues, Juarez Brandão Lopes, Gabriel Cohn, José de Souza Martins, L.A. Costa Pinto e Luciano Martins.

da política cultural emanada da sociedade política, mas freqüentemente com ela colide.

No seu conjunto, tal produção favoreceu a ideologia do nacionalismo, assumida, nos embates da política populista, pelas classes populares e setores da classe média, e a do desenvolvimentismo, também em parte assumida pelas classes populares, setores da classe média e pela burguesia.

#### A auto-consciência isebiana

"Até 1922, queremos dizer, até a 'semana de arte moderna', não há propriamente história, mas pré-história do Brasil. Não tínhamos, até então, uma filosofia própria, uma ciência nossa, uma arte, uma literatura e uma poesia autênticas. Não tínhamos consciência de nós mesmos, não sabíamos o que éramos, não nos conhecíamos, éramos um subproduto, um reflexo da cultura européia. Não nos víamos com os próprios olhos, mas com os olhos dos europeus. Tínhamos vergonha de nós mesmos, de nossa pobreza, de nossa incultura, de nossa inferioridade. Encharcados até os ossos de cultura européia, éramos cegos e surdos em relação ao Brasil".

Roland Corbisier /38/

A conjugação dos dois vetores ideológicos no nacionalismo-desenvolvimentista será obra do ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

---

/38/ Roland Corbisier, Formação e problema da cultura brasileira, 1960.

Embora criado por decreto e funcionalmente vinculado ao Ministério da Educação, o ISEB só pode ser caracterizado pela sua feição estatal mediante formalismo exagerado. De fato, na sua atuação concreta, o ISEB aproximou-se da sociedade civil e, em certa medida, refletiu suas divisões, inquietações e esperanças.

Com ser um aparelho do Estado, o ISEB não se tipifica pelo lado da burocracia estatal. Seus procedimentos não são rotinizados. O vínculo que com ele mantêm seus principais funcionários, os intelectuais, não é permanente. A rigor, a própria palavra "funcionários" é pesada para caracterizar os intelectuais que escrevem, dão cursos, fazem palestras, participam de simpósios do ISEB, a não ser no sentido gramsciano de "funcionários da superestrutura". Às vezes, a produção caracteristicamente isebiana de um intelectual é irrelevante no conjunto de sua obra, como é o caso de Celso Furtado; às vezes, ela é fundamental, como em Roland Corbisier ou Álvaro Vieira Pinto /39/.

Por outro lado, o ISEB aglutina, em torno de sua idéia-força de nacionalismo desenvolvimentista, concepções de homem e de mundo não necessariamente unitárias, podendo oscilar do marxismo ortodoxo de um Nelson Werneck Sodré ao existencialismo culturalista de Roland Corbisier. "Fábrica de ideologias" /40/, o ISEB converge no nacionalismo desenvolvimentista sua estratégia como um todo /41/. No entanto, abriga considerável divergência entre seus intelectuais, cada um interpretando com categorias próprias a ação cultural desempenhada.

Outro esclarecimento indispensável é quanto à formulação de uma política cultural no seio de uma política de massas. Sucede que, estando a sociedade civil hiper-excitada, ela recebe a cultura, elaborada para manipulá-la segundo as conveniências do sistema global que ao Estado cumpre manter e consolidar, e a reelabora, na linha das necessidades de sua práxis, podendo vol

---

/39/ Não cabe aqui distinguir refinadamente as linhas de orientação dos isebianos. V. Vanilda Pereira Paiva, Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista, 1980, espec. o Capítulo I.

/40/ Caio Navarro de Toledo, ISEB: fábrica de ideologias, 1977.

/41/ Vanilda Pereira Paiva, op. cit.

tar-se contra os interesses que o Estado intenta preservar. Esta ambigüidade é ínsita às políticas sociais /42/, numa espécie de feitiço que se volta contra o feiticeiro. E é o que, no limite, acontece na deflagração desta política cultural via ISEB. O nacionalismo-desenvolvimentista, elaborado e difundido com o fito de aliciar as massas na política de desenvolvimento agenciado pelo Estado (por isso "nacionalista") e liderada pela burguesia (por isso "desenvolvimentista"), desperta a consciência social de setores populares e de classe média, levando-os, no período subsequente, a antagonizar a dominação burguesa com a formulação de um projeto político que chega até ao socialismo.

Na concepção isebiana, cujo paradigma pode bem ser localizado na figura de seu diretor e um dos mais produtivos de seus intelectuais, Roland Corbisier, a noção de cultura exerce um papel central. É através da apropriação da cultura que uma nação se identifica. E, identificando-se, liberta-se da situação colonial. É preciso o "advento de uma consciência nacional popular" para que essa libertação se dê. Quem a realiza? Sem dúvida os intelectuais, mediadores simbólicos entre a nação e o Estado. É por isso que a primeira condição para a libertação nacional é o "advento de uma 'inteligentzia' nacional, aberta aos problemas do país e empenhada em sua solução, capaz de converter-se em órgão da consciência nacional" /43/. Coincidentemente (todas as ideologias apresentam como coincidência o que

---

/42/ Numa tentativa de aproveitar as contribuições teóricas de Claus Offe (nos seus ensaios em Problemas estruturais do estado capitalista, especialmente "Teoria do estado e política social", 1984) e Jürgen Habermas (em Legitimationsprobleme des spätkapitalismus, 1973, e Technik und Wissenschaft als Ideologie, 1968), Bárbara Freitag escreveu "Política Social e Educação", Em aberto, ano 4, nº 27, jul./set. 1985. Nesse artigo: "... as diferentes políticas sociais se desdobram em movimentos dialéticos com efeitos não programáveis, que muitas vezes produzem o reverso do originalmente intencionado. Somente admitindo essa dialética intrínseca ao Estado e às suas políticas sociais é que podem ser elucidados fatos (...)" . Pág. 7.

/43/ Roland Corbisier, op. cit., p. 44.

é sua própria razão de ser) essa intelectualidade, que não existia antes do modernismo /44/, agora existe e está disponível para realizar sua tarefa histórica. Sem dúvida é a intelectualidade isebiana.

Justamente a autonomização do conceito de cultura como operador de transformações coincide com o início de uma autonomização da esfera cultural em relação à educacional. A separação educação-cultura começa a figurar como um processo irreversível.

Depois de momentos em que a educação foi objeto de intenso entusiasmo, agora o interesse se desloca. Já não se difunde, como antes, seu poder democratizante. Já não se busca, no aperfeiçoamento pedagógico, a possibilidade um aperfeiçoamento assim do indivíduo como da sociedade. A educação é dada como um "fato" ou como uma "função", perfeitamente integrada na sociedade. Resta saber quem a controla. Ou seja, o interesse se desloca para o próprio núcleo do que se pode considerar uma política educacional: a questão do poder de educar. Escola pública ou escola particular? Quem educa: o Estado ou a sociedade?

A discussão em torno do projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) vai centralizar, nesse período, toda a atenção, não só dos educadores, mas de amplos setores da sociedade civil, especialmente a Igreja Católica, empenhada na defesa do espaço já conquistado como detentora da maior rede privada de estabelecimentos de ensino do país.

O período iniciado em 1945 conheceu, no âmbito da política educacional, três acontecimentos relevantes: a Constituição de 1946, a criação do Ministério da Educação e Cultura (MEC) em 1953 e a discussão e aprovação, depois de longo processo legislativo, da LDB em 1961.

---

/44/ Conf. epígrafe da nota 38. Devo acrescentar que, no Curso Extraordinário de Introdução aos Problemas do Brasil, realizado pelo ISEB em maio e junho de 1960, que frequentei, a tônica das aulas, inclusive a de Roland Corbisier, era a de realçar a "responsabilidade do intelectual na construção do Brasil moderno".

Os novos marcos das políticas de educação e cultura.

A Constituição de 1946, que segue a tradição republicana de dedicar um capítulo exclusivo à educação e cultura, trilha por um caminho híbrido entre o liberal e o social. Proclama a educação como "direito de todos", mas não como "dever do Estado", realizando-se "no lar e na escola". Sua inspiração encontra-se nos "princípios da liberdade", pelo lado liberal, e nos "ideais de solidariedade humana", pelo lado social. A dicotomia escola pública-escola particular, que se acentuará na discussão da LDB, é elevada a norma constitucional (art. 167). A obrigatoriedade do ensino primário não é garantida pelo seu caráter público. Quando público, ou quando ministrado no âmbito de empresas a seus empregados, o ensino primário será gratuito. Nos demais graus, somente aos que provem "insuficiência de recursos". A aprendizagem industrial e comercial, como resultado da associação Estado-empresas, é mantida. O ensino religioso continua facultativo, mas com caráter curricular. Os sistemas de ensino são estaduais e supletivamente federais. Pela primeira vez o lado "compensatório" aparece num texto constitucional, embora não com essa carga teórica, mas revestido de sentido assistencialista: fornecimento de "condições de eficiência escolar" aos "alunos necessitados".

A Constituição dedica ao âmbito cultural os três últimos artigos do capítulo. Num estabelece a liberdade científica, literária e artística (art. 173). Noutro estatui, como "dever do Estado", o "amparo à cultura". Curioso notar que o Estado já não se impõe como dever a prestação educacional, porém o amparo à cultura, expressão genérica mas sintomática estampada na cabeça do artigo 174. Tão genérica que o parágrafo único desse artigo corre a esclarecer: "A lei promoverá a criação de institutos de pesquisas, de preferência junto aos estabelecimentos de ensino superior". Por fim, no artigo 175, repete-se o espí-

rito preservacionista com relação às obras, monumentos e documentos históricos, artísticos e naturais.

No que tange à educação, os propósitos são na linha liberal-democrática. No que toca à cultura, ainda não há uma linha clara de propósitos. Apenas uma tendência, não muito clara para os encarregados de delinear-la, em direção a uma relativa autonomização da esfera cultural.

O processo de discussão da LDB, no contexto de uma sociedade que se liberalizara após a liquidação do Estado Novo, deixa entrever a contradição básica desse período: a contradição entre "modelo econômico" e "ideologia política". O modelo econômico aponta para a aceleração da industrialização via substituição de importações ligada à internacionalização da economia. Os incentivos ao capital estrangeiro são de tal ordem que, em dez anos, a fisionomia econômica brasileira muda por completo, com a implantação em grande escala das empresas multinacionais. Os grupos sociais, internamente, apresentam como que uma convergência em torno dos objetivos econômicos: a burguesia nacional, a classe média e o proletariado querem a industrialização, como também a querem os grupos ligados ao capital estrangeiro, tanto no Estado quanto fora dele. São todos desenvolvimentistas. Mas nem todos querem a direção nacional do desenvolvimento. Por isso, alguns grupos, não todos, são nacionalistas. A união prática de todos sob o nacionalismo-desenvolvimentista é, pois, uma união precária, tensa, que se desmanchará no início da década de 60 com o esgotamento do modelo econômico.

Nesse contexto é aprovada a LDB, que reflete precisamente essa unidade precária de setores heterogêneos da sociedade. Como a lei não pode ir à frente da sociedade, ela acabou ficando exatamente onde estava: "Embora pretendesse, como registra em sua ementa, tratar da 'Educação Nacional', limitou-se à organização escolar; e, quanto a esta, cingiu-se a regular o funcionamento e o controle do que já estava implantado", comen

ta argutamente Saviani /45/.

A transformação do Ministério da Educação e Saúde, em 1953, no Ministério da Educação e Cultura, não passa de um episódio burocrático. No tocante, à educação, a nova figura ministerial em nada alterou a situação anterior. No que respeita à cultura, apenas se aglutinaram, sob a nova denominação ministerial, órgãos existentes desde o período estadonovista.

No entanto, a nível de propósitos, é impossível não registrar um movimento, por menor que seja, na nova postura burocrática. A cultura, tão viva na sociedade civil, começa a deixar de ser indiferente ao Estado. Pode-se prever, num ministério que cuida da cultura, ainda que ao lado da educação, a disposição da classe dominante no Estado de avançar estratégias para controle de relações sociais mediadas pela esfera da cultura.

É nesse sentido que se torna possível entender organicamente fatos como o ordenamento constitucional adentrando a área do simbólico e a especialização cultural a nível ministerial.

No entanto, é preciso acentuar que as iniciativas fundamentais nesse âmbito, no período em referência, couberam à sociedade civil, mesmo quando a ação partiu de um organismo juridicamente estatal, como o ISEB.

Em síntese, o período histórico brasileiro delimitado entre 1945 e 1960 caracteriza-se pelas seguintes tendências: 1º) a educação desculturaliza-se; 2º) a política educacional tecniciza-se crescentemente; 3º) a cultura começa a autonomizar-se em relação à educação; 4º) inicia-se, timidamente, a burocratização

---

/45/ Dermeval Saviani, Educação: do senso comum à consciência filosófica, p.144. Conclui Saviani: "Os verdadeiros problemas educacionais permaneceram intocados e a educação popular sequer foi considerada. A organização escolar manteve, assim, a sua característica de aparelho reprodutor das relações sociais vigentes".

cultural; 5º) há amplo predomínio da ação cultural a nível da sociedade civil em relação à política cultural estatal.

Tais processos, ou tendências, vão acentuar-se no período seguinte (1961-1964), que a rigor não seria bem um período, mas um momento crítico no desenvolvimento do período que se acaba de examinar.

### 2.3. 1961-1964

#### Os anos sessenta: ação cultural na sociedade civil.

No final dos anos cinqüenta e início dos sessenta ocorrem fenômenos de tal profundidade na sociedade brasileira que obrigam a considerar esse momento, se não como um período, no sentido historiográfico, ao menos como um "entreato", que engloba e dá sentido ao período anterior, ao mesmo tempo em que fornece elementos para a compreensão do posterior.

Esquemática e resumidamente, tais fenômenos podem ser assim descritos: o desenvolvimento industrial, considerado globalmente, dá-se por consolidado; as conquistas da industrialização passam a ser defendidas pelo Estado (Lei de Tarifas, protegendo a indústria nacional contra a concorrência de produtos importados; a associação entre o capitalismo brasileiro e o internacional (ou, se se quiser, a internacionalização do capitalismo brasileiro ou, ainda, o início de implantação do modelo associacionista no desenvolvimento do capitalismo brasileiro inserido no conjunto da economia capitalista mundial) é objeto de regulamentação normativa, graças à Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito - SUMOC, que concedeu grandes benefícios cambiais, tarifários, fiscais e creditícios às empresas estrangeiras; a agricultura, mal refeita da crise cafeeira, busca novos caminhos para um desenvolvimen

to em moldes capitalistas (o Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963, é a expressão jurídica da introdução de relações capitalistas de produção no campo); o movimento sindical, fruto da expansão industrial, fortalece-se em diversos níveis, inclusive no nacional, graças aos acordos intersindicais; e, por fim, a participação do povo no processo político é crescente /1/.

A política de massas, que foi "a vida e a morte do modelo getuliano de desenvolvimento econômico" /2/, entrava em nova fase. Até mesmo no campo, até então cidadela inexpugnável do setor mais conservador da sociedade brasileira, adentrava o populismo. A introdução no meio rural da produção em modo capitalista e, por aí, de relações de produção de tipo capitalista /3/, traz como conseqüência a politização dos trabalhadores rurais /4/. Ligas Camponesas, Sindicatos Rurais: "a democracia populista transborda para o mundo rural e alarma a burguesia agrária" /5/.

Mas é realmente no mundo urbano que essa efervescência da política de massas mais aparecerá. Seu pano de fundo é a radicalização do conflito entre modelo econômico e ideologia política, atrás mencionada. Se, no fim dos anos cinqüenta, a industrialização se consolidava, isso significava que o modelo econômico que a conduzira (substituição de importações) estava esgotado. Mas, do ponto de vista ideológico, era aí que o conflito, antes latente, torna-se patente. De um lado, setores da burguesia e da classe média consideravam-se "realizados" com o cumprimento da industrialização. De outro lado, o operariado urbano e a parcela da classe média que o apoiava, formando no seu conjunto a "esquerda brasileira", consideravam que a conquista desse patamar deveria ser aprofundada: incluía na sua pauta, não mais o desenvolvimento, de caráter homogêneo, mas agora "a socialização dos frutos do desenvolvimento". Queriam, para usar uma terminologia de Darcy Ribeiro,

/1/ Luiz Carlos Bresser Pereira, Desenvolvimento e crise no Brasil: 1930-1967, 1968, p. 119.

/2/ Octávio Ianni, O colapso do populismo no Brasil, 1971, p. 53.

/3/ Celso Furtado, Dialética do desenvolvimento, 1964, p. 143.

/4/ Octávio Ianni, op. cit., p. 82.

/5/ Id. ibid., p. 88.

uma "aceleração evolutiva", não uma simples "atualização histórica". O combate à desigualdade social, posto entre parênteses no período desenvolvimentista, sobe agora à condição de prioridade política para as classes trabalhadoras e os setores da classe média seus aliados. O programa da greve geral de 5 de julho de 1962 dá bem uma idéia do nível de reivindicação da esquerda brasileira /6/.

---

/6/ "1. Luta concreta e eficaz contra a inflação e a carestia, mobilizando todos os meios de transporte para condução de gêneros essenciais dos centros produtores para os consumidores, chegando-se, se necessário, até ao confisco dos estoques existentes; 2. Reforma agrária radical e, de imediato, reconhecimento dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais; 3. Reforma Urbana como única solução para o problema da casa própria; 4. Reforma Bancária, com a nacionalização dos depósitos; 5. Reforma Eleitoral, com direito de voto aos analfabetos, aos cabos e soldados das Forças Armadas e a instituição de cédula única para as eleições de 7 de outubro; 6. Reforma universitária e a participação de 1/3 dos estudantes nas Congregações, Conselhos Departamentais e Conselhos Universitários; 7. Ampliação da atual política externa do Brasil, pela conquista de novos mercados, em defesa da paz, do desarmamento total e da autodeterminação dos povos; 8. Repúdio e desmascaramento da política financeira do Fundo Monetário Internacional; 9. Aprovação da lei que assegura o direito de greve, nos termos do projeto aprovado pela Câmara Federal, com as emendas propostas e já aprovadas pelos trabalhadores em suas conferências e congressos; 10. Encampação, com tombamento, de todas as empresas estrangeiras que exploram os serviços públicos; 11. Controle na inversão de capitais estrangeiros no País e limitação da remessa de lucros; 12. Participação de trabalhadores nos lucros das empresas; 13. Revogação de todo e qualquer acordo lesivo aos interesses nacionais; 14. Fortalecimento da Petrobrás, com o monopólio estatal da importação de óleo bruto, da distribuição de derivados a granel, da indústria petroquímica e a encampação das refinarias particulares; 15. Medidas concretas e eficazes para o funcionamento da Eletrobrás; 16. Criação da Aero-brás, instituindo o monopólio estatal na aviação comercial; 17. Manutenção das atuais autarquias que exploram o transporte marítimo, assegurando-se-lhes o percentual de 50% das cargas transportadas na importação e exportação, às embarcações mercantis nacionais; 18. Aprovação da Lei que institui o pagamento do 13º mês de salário".

Jorge Miglioli, Como são feitas as greves no Brasil, 1963.

Com a indústria consolidada, com o nacionalismo mudando de mãos, da burguesia industrial para as das esquerdas, com as alianças do mundo burguês com o mundo rural e com o capital estrangeiro, com o avanço sindical e a crescente participação popular no processo político, o que era inevitável acontece : rompe-se a aliança entre a burguesia industrial e as esquerdas /7/. E, "pela primeira vez na história do Brasil", passa a ser possível aludir a "uma esquerda autônoma e com razoável significado político" /8/.

Para caracterizar ainda mais o espaço público neste entreato populista, seria necessário mapear as organizações políticas que nele atuavam, tanto as de jure — partidos políticos na legalidade, PSD, PTB, UDN e os "pequenos" — quanto as de facto — PCB, PCdoB, Polop (Política Operária), IV Internacional (trotskista) e Ação Popular (AP). Mas não se intenta aqui a compreensão do estritamente político no seio do espaço público brasileiro, mas, neste, o educacional e cultural.

Bem por isso, é necessário dar seguimento ao raciocínio que vinha sendo desenvolvido e constatar o seguinte: 1º) o bloco de poder, em virtude da cisão ocorrida em suas bases de sustentação, experimenta também uma divisão, uma parte acompanhando os novos rumos da esquerda, outra parte procurando fazer-lhe face num movimento de reação cada vez mais organizado; 2º) A fração à esquerda no seio do grupo governante é ambígua, não tendo condições sociais e políticas de radicalizar no sentido de implementar as aspirações dos grupos sociais que estão em sua base; 3º) Daí se segue uma certa anomia, explorada pela fração à direita no projeto de reversão política que passa a coordenar; 4º) Correlativamente à debilitação da sociedade política, a sociedade civil expande-se e ganha uma dimensão inédita na história brasileira.

É no seio dessa aquecida sociedade civil que se deflagram as principais iniciativas que marcarão os âmbitos da cultura e da educação.

Ideologicamente, o espaço público brasileiro é disputado pelo reformismo e pelo conservadorismo.

É importante notar que, ao lado das classes trabalhadoras e dos setores de classe média que a apoiavam, passam a desempenhar papel de grande importância nesse espaço e nessa disputa os estudantes.

Fora do contexto do capitalismo altamente tecnologizado da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, mas sob o efeito-demonstração das revoltas estudantis que aí cresceram e enfim eclodiram, também no Brasil a participação estudantil teve um papel de alta relevância nas lutas pela transformação da sociedade que estiveram em curso nos primeiros anos sessenta /9/.

Apesar da dificuldade teórica do porquê desse engajamento /10/, permanece indiscutido o fato mesmo da participação estudantil na intensa movimentação política que se seguiu ao impasse experimentado pelo país no fim dos anos cinquenta. Através de organizações de base, geralmente de inspiração mar-

---

/9/ Herbert Marcuse é geralmente apontado como o grande teórico das revoltas estudantis européias. Depois de ter, em 1955, com Eros e Civilização, analisado o caráter repressivo da sociedade capitalista avançada e simultaneamente descoberto dentro dela uma energia capaz de contrastar essa repressão; após a radiografia que fez dessa mesma repressão, em 1964, com Ideologia da Sociedade Industrial, em que patenteia sua descrença no povo como fator de mudança; finalmente, em 1967, refletindo sobre as agitações estudantis ocorridas na Europa em geral e na França em particular, Marcuse reafirmou o que denominou "a morte da linguagem tradicional" e sua correlativa crença na "juventude sublevada e rebelde", portadora da única linguagem revolucionária. Conf. Herbert Marcuse, Eros e civilização, 1968; Ideologia da sociedade industrial, 1967; "A arte na sociedade unidimensional", in Theodor W. Adorno e outros, Teoria da cultura de massa, 1982.

/10/ Um dos trabalhos mais completos nessa linha explicativa é o de Marialice M. Foracchi, de 1965, O estudante e a transformação da realidade brasileira, em que a autora trabalha com três categorias básicas: a situação familiar (dependência); a emancipação através do trabalho; e a carreira profissional como projeto.

xista ou de esquerda cristã, às vezes de orientação liberal independente, os estudantes estabeleceram um todo estruturado, o "movimento estudantil", compreendendo os diretórios e centros acadêmicos, em cada faculdade ou instituto; os diretórios centrais de estudantes, em cada universidade; as uniões estaduais de estudantes, em cada estado federado; e a União Nacional dos Estudantes - UNE, cúpula do movimento.

No seu conjunto, as organizações operárias (sindicatos, ligas, partidos, centrais), estudantis e de classe média não estudantil (intelectuais independentes, professores universitários, profissionais liberais e muitos outros) respondem pela intensa atividade cultural centrada na sociedade civil.

O Estado, em crise de composição, aproximava-se e distanciava-se da sociedade civil, de acordo com a afinidade de setores governamentais em relação às ações desencadeadas socialmente. Quando isso ocorria, o governo federal e os governos estaduais e municipais encampavam as iniciativas.

Essa ação da sociedade civil manifestou-se, de maneira radical, nos âmbitos: cultural, abarcando o amplo leque da "cultura popular", e educacional, subordinado ao anterior, englobando iniciativas de "educação popular".

Apesar de uma certa arbitrariedade na divisão, ela é útil, não só por dar seguimento ao problema aqui em análise, o da aproximação e separação entre educação e cultura, mas também porque os próprios agentes desse processo entenderam como específicas essas áreas.

Por cultura popular o que se entendeu, quer como "movimento", quer como "instrumento de luta política", foi a "crítica não apenas da maneira como se pensava 'folclórica', 'ingênua' a cultura do povo brasileiro, mas também e principalmente os usos políticos de dominação e alienação da consciência das classes populares, através de símbolos e dos apare-

relhos de produção e reprodução de uma 'cultura brasileira', ela mesma colonizada, depois internamente colonialista" /11/.

Por educação popular, na esteira de uma já antiga luta por um ensino público "efetivamente popular e democrático", o que entendiam os movimentos ideológicos da época era algo como uma ação política educativa, a partir da crítica à educação oficial corriqueira e "bancária", denunciada "como algo que ficava entre a elitização do saber e a manipulação populista das classes populares, através da escola e das campanhas de alfabetização e educação de adolescentes e adultos" /12/.

O intuito era político, no sentido definido por Michel Debrun /13/, já que se intentava a transformação das estruturas da sociedade global. Fávero é claro: "Dentre as formas de luta popular que surgiram naqueles anos, ou que neles conseguiram se fortalecer, uma delas se chamou cultura popular; e ela subordinava outra: a educação popular. Nesse campo, tudo se refez e tudo se imaginou criar ou recriar, a partir da conscientização e da politização — ou seja, da organização das classes populares. O que se pretendia? Transformar a cultura brasileira e, através dela, pelas mãos do povo, transformar as ordens das relações de poder e a própria vida do país" /14/.

Os principais movimentos irradiadores de cultura popular foram os Centros Populares de Cultura, os Movimentos de Cultura Popular e o MEB - Movimento de Educação de Base. Carlos Brandão prefere ampliar o leque para "grupos, movimentos e outras agências", aí incluindo a Ação Popular e a Campanha de Pé no Chão também se Aprende a Ler /15/.

Tendo em vista uma melhor apropriação do sentido desses movimentos, convém revisitar alguns de seus conceitos básicos e articulações fundamentais.

---

/11/ Osmar Fávero, Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60, p. 8.

/12/ Id. ibid., p. 8.

/13/ Michel Debrun, O fato político, 1962, p. 37.

/14/ Osmar Fávero, op. cit.

/15/ Carlos Rodrigues Brandão, A educação como cultura, 1985.

A Cultura Popular como categoria política.

Para a Ação Popular, "a cultura é um processo histórico (e portanto de natureza dialética) pelo qual o homem, em relação ativa (conhecimento e ação) com o mundo e os outros homens, transforma a natureza e se transforma a si mesmo, construindo um mundo qualitativamente novo de significações, valores e obras humanas e realizando-se como homem neste mundo humano" /16/. A partir daí, a cultura é histórica, é social, é pessoal e é universal, sendo tais "propriedades", além de constitutivas do ser cultural, também os "critérios" para julgamento da autenticidade da cultura. Reconhecendo como "estruturas dialéticas dentro das quais pode articular-se o movimento de reconhecimento das consciências que constitui a história /17/ a estrutura de dominação e a estrutura de comunicação ou reconhecimento, a AP vê, de um lado, a "cultura inautêntica", mediadora de dominação, anti-histórica, anti-social, antipessoal e antiuniversal; de outro, a "cultura autêntica", mediadora de comunicação. O mundo moderno, essencialmente antropológico, engendra uma cultura potencialmente universal. No entanto, por ser antropológico, ele é também ideológico. E a ideologia é a apropriação, no interesse de uma classe dominante, dessa cultura de destinação universal. Daí o desafio: "fazer com que a cultura passe de arma ideológica a instrumento de promoção do homem, ou melhor, a espaço de realização do homem que os homens se comuniquem em termos de reconhecimento" /18/. Esse "instrumento" é a cultura popular, a cultura "co-

---

/16/ AP, "Cultura Popular" (documento da Ação Popular, elaborado em 1963 e distribuído mimeografado, como orientação aos militantes), in: Osmar Fávero, op. cit., p. 16.

/17/ Id. ibid., p. 18.

/18/ Id. ibid., p. 23.

municável ao povo", aquela que "le~~v~~va o homem a assumir a sua posição de sujeito de sua própria criação cultural" /19/. O trabalho de cultura popular deve visar à conscientização, politização e organização do povo, sendo seus instrumentos a alfabetização, a criação de núcleos populares, o teatro, as praças de cultura, a arte, as publicações, as festas populares e os festivais de cultura popular. Esse trabalho deverá desenvolver-se em todos os planos — municipal, estadual e nacional — e áreas — operária, popular, camponesa e estudantil, nessa ordem, — procurando, sempre que possível, relacionar-se com entidades públicas.

A fundamentação da AP encontra-se na linha do personalismo cristão de Emmanuel Mounier /20/ e na construção filosófica do padre Henrique de Lima Vaz /21/.

Partindo de outros pressupostos, genericamente relacionados com o marxismo como filosofia e o leninismo como política, Carlos Estevam Martins, primeiro presidente do CPC da UNE (Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes), chega a postulados convergentes. A cultura, "um conceito de extensão miseravelmente vasta" /22/, inclui tudo o que não é natureza: "uma infinita variedade de bens, utensílios e instrumentos, de atividades de produção, reprodução, manutenção e administração, de normas, preceitos e símbolos, de idéias, crenças e sentimentos, de costumes, técnicas e organizações, que constituem, enfim, todo um complexo universo criado pelo trabalho e que tem por finalidade garantir, a um nível cada vez mais integral, a realização do ser humano no mundo". Im-

---

/19/ Id. ibid., p. 23.

/20/ Emmanuel Mounier, El personalismo, 1962.

/21/ Henrique de Lima Vaz, "Jovens Cristãos em luta por uma história sem servidões" e outros ensaios em: Cristianismo hoje, 1962.

/22/ V. Nota 1, no Capítulo 1 deste trabalho.

possível fazer política num universo tão amplo. Urge restringir o conceito de cultura para o domínio da consciência. Mais ainda: para o da consciência política. Ainda mais: para a ação política do povo. Agora sim: a cultura popular "é o conjunto teórico-prático que co-determina, juntamente com a totalidade das condições materiais objetivas, o movimento ascensional das massas em direção à conquista do poder na sociedade de classes" /23/. Seu objetivo: "a formação da consciência política ativa das massas", a "educação revolucionária das massas" /24/.

No mesmo sentido, embora com menor carga teórica do que em Carlos Estevam e do que na AP, o terceiro presidente do CPC da UNE, o poeta Ferreira Gullar, ao pôr a cultura em questão, deságua na cultura popular, identificando-a com a "tomada de consciência da realidade brasileira" /25/, com a "consciência revolucionária" /26/, com a cultura tornada "problema social" /27/.

Esses conceitos e posicionamentos reproduzem-se em diversos outros textos que analisei: o Manifesto do CPC da UNE, de março de 1962; a comunicação feita pelo Movimento de Pé no Chão também se Aprende a Ler no I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, em Recife, setembro de 1963; as notas para estudo sobre cultura popular elaboradas em meados de 1963 pela Equipe Nacional do Movimento de Educação de Base; o relatório "Que é Cultura Popular" apresentado pelo CPC de Belo Horizonte no Encontro de Recife acima citado; e o Plano de Ação para 1963 do Movimento de Cultura Popular - MCP.

---

/23/ Carlos Estevam Martins, "A Questão da Cultura Popular", in: Osmar Fávoro, op. cit., p. 39.

/24/ Id. ibid., p. 40.

/25/ Ferreira Gullar, Cultura posta em questão, p. 3.

/26/ Id. ibid., p. 4.

/27/ Id. ibid., p. 5.

Ponto comum a todas essas manifestações é o cuidado que demonstram de não quererem substituir-se à "cultura do povo". Com isso deixam claro que a cultura popular não se confunde com a cultura do povo. A idéia militar-leninista de "vanguarda" permite essa disjunção no meio com vista à conjunção no fim. A cultura do povo, por processos seculares de colonização, encontra-se "alienada". Darcy Ribeiro, em linguagem mais desabrida, irá dizer que ela está eivada de "elementos espúrios" /28/. Para desaliená-la, para purificá-la dessa ganga exógena, para provocar a coincidência dela consigo mesma, ou, numa linguagem de registro político mais contemporâneo, para torná-la mais orgânica, torna-se necessário assumir a cultura popular como uma proposta de trabalho para e de trabalho com. Ao querer livrar-se do paternalismo, ela é um trabalho com. Para fugir ao espontaneísmo (e retornar ao vanguardismo), ela é um trabalho para.

A educação popular e  
o discurso do Método Paulo Freire.

Do lado da educação popular, a mobilização é feita brandindo-se, não um Manifesto, mas um Método. É a época da ascensão do Método Paulo Freire de Alfabetização de Adultos, que empolga os meios estudantis e passa a ser empunhado como bandeira de luta.

---

/28/ Darcy Ribeiro, Teoria do Brasil, 1975, p. 152.

Embora não seja intenção deste trabalho recuperar o pensamento do educador a quem Roger Garaudy considerou "o maior pedagogo do nosso tempo" /29/, mesmo porque uma bem construída literatura dá conta dessa necessidade /30/, importa pelo menos situar, para inteirar na perspectiva histórica aqui seguida, as linhas centrais de sua teoria-e-prática.

Acredito poder encontrar tais linhas num texto de 1963 /31/, em que Freire explicita os fundamentos, a situação da elaboração e os principais passos metodológicos de sua pedagogia.

O homem, segundo esse texto, destaca-se da esfera animal porque é capaz, em face da realidade objetiva, de estabelecer "relações", não apenas contatos. No conceito de "relações" estão implicadas conotações de pluralidade, transcendência, criticidade, consequência e temporalidade. A história e a cultura são domínios exclusivamente humanos. Tratando-se de um ser de relações, o homem não apenas se "acomoda" ao meio (o que é próprio do contato), mas se "integra", criando, recriando e decidindo. Suas respostas não são reflexas, mas reflexivas. Nesse fazer e refazer do espaço, o homem faz cultura. Esta é marcada por um "jogo dialético". Numa mesma época histórica existe uma forte tensão entre valores que se desejam preservar e outros emergentes que se querem plenificar. "Quan

---

/29/ Citado por Moacir Gadotti, no prefácio, de sua autoria, ao livro de Paulo Freire, Educação e Mudança. In: Paulo Freire, Educação e mudança, 1983, p. 11.

/30/ Refiro-me, muito especialmente, aos textos de Vanilda Pereira Paiva, Paulo Freire e o Nacionalismo-desenvolvimentista, 1980; e de Celso de Rui Beisiegel, Política e educação popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil, 1982.

/31/ Paulo Freire, "Conscientização e alfabetização: uma nova visão do processo", in: Estudos Universitários - Revista de Cultura da Universidade do Recife, nº 4, abr.-jun 1963, p.5-22, transcrita em Osmar Fávero, op. cit., p.99 e ss.

do ocorre isso, instala-se o trânsito" /32/. A categoria de trânsito é aqui fundamental, pois é a partir dela que se define o educador: aquele que se identifica com o próprio trânsito. No caso brasileiro, o trânsito é de uma sociedade fechada para uma sociedade aberta. A sociedade brasileira encontra-se "rachada", dividida entre "reacionários" e "progressistas". Estes últimos são os que se inserem na corrente da "democratização fundamental" mannheimiana. O povo, que antes estava "imerso", agora "emerge": quer participar, decidir. Deixa de ser objeto para ser sujeito. "De sua posição inicial de intransitivização da consciência, característica da imersão em que estava, passou, na emersão que fez, para um novo estágio — o da transitivação ingênua. Da transitivação ingênua, não involuindo para o estágio anterior, ou se promoverá para a transitivação crítica ou se distorcerá para a fanática" /33/. A educação tem papel fundamental nesse processo. Não qualquer educação. Mas "uma educação altamente criticizadora". E que adote uma pedagogia "de métodos educativos ativos".

Estes, os fundamentos. Em resposta a quê foram elaborados? A uma experiência de quinze anos de prática educativa de adultos em áreas proletárias e subproletárias, urbanas e rurais. Essa prática levou à convicção de que "democratizar a cultura" (ou "fazer cultura popular", como se dizia em outros meios) não era "vulgarização cultural" ou "imposição cultural" (do educador em relação ao educando), mas a ativação de um processo de trânsito cujo ponto de partida não poderia ser outro senão a situação existencial do educando. "Fora disso, estaríamos repetindo falhas de uma educação alienada, por isso ininstrumental". Buscando superar a tradicional "escola notur

---

/32/ Paulo Freire, op. cit., p. 102.

/33/ Id. ibid., p. 108.

na para adultos", inadaptada à "dinâmica do trânsito", chegou-se ao Círculo de Cultura, onde os debates giravam em torno de situações existenciais do analfabeto. A finalidade era fazer com que este alcançasse o "conceito antropológico de cultura" /35/: levar o analfabeto a distinguir os mundos da natureza e da cultura e compreender que "cultura é toda criação humana". O ápice desse processo é o momento em que o educando toma consciência de ser culto, não importando o nível de elaboração dessa cultura. A partir desse momento tem início a alfabetização propriamente dita, com suas conhecidas "fases". Ao término da experiência realizada em Angicos, os resultados positivos foram de 70% na medição do aprendizado e de 80% na medição de respostas a problemas brasileiros.

Jarbas Maciel, Jommar muniz de Brito e Aurenice Cardoso, em textos publicados no mesmo lugar e na mesma ocasião que o de Freire, explicitam, alargam, exemplificam, especificam, mas, quanto à armadura conceitual, à urdidura política e à arquitetura metodológica, seguem absolutamente coerentes com os postulados de Paulo Freire /36/.

Deles também não discrepam muito, a não ser para suavizá-los, mitigá-los, torná-los politicamente menos radicais, os enunciados do Movimento de Educação de Base - MEB. Tratava-se, afinal, de um movimento gerado na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB. E a Igreja, mesmo abrindo-se aos ventos modernizadores dos tempos pós-conciliares, carrega consigo uma tradição que, conforme notou Cândido Mendes, busca sempre a conciliação do novo com o antigo /37/.

Suas categorias básicas e suas preocupações centrais po

---

/34/ Id. ibid., p. 116.

/35/ Jarbas Maciel, "Fundamentação teórica do Sistema Paulo Freire de Educação"; Jommar Muniz de Britto, "Educação de Adultos e Unificação da cultura"; e Aurenice Cardoso, "Conscientização e alfabetização: uma visão prática do Sistema Paulo Freire", in: Osmar Fávero, op.cit., p.127 e ss.

/36/ Cândido Mendes, Memento dos vivos: a esquerda católica no Brasil, s/d.

dem ser assim elencadas: a) educação de base: é a "formação", possibilitadora da realização das exigências de humanização da pessoa; b) educação integral: é essa mesma formação enquanto atende, não a aspectos do homem, mas à globalidade "harmônica" do ser humano; c) conscientização: partindo da "intencionalidade da consciência", vista como réplica moderna da velha "inteleção" dos gregos e dos medievais, chega-se à conscientização. As consciências comunicam-se para a apreensão do humano, fundamento e fim da educação; d) não-diretismo: no trabalho junto a uma "comunidade", é esta que "cria" e que dirige o processo; e) animação popular: corolário da anterior, esta define o trabalho do educador de base como sendo de "assessoria", com vistas à "estruturação de comunidades", num processo "progressivamente assumido por seus próprios membros" /37/.

A educação popular, tal como vislumbrada por Paulo Freire, representou, e continua representando, uma via de integração profunda entre educação e cultura, como provavelmente não se encontrará nas muitas sínteses educacionais que hoje povoam o mundo da teoria. A sua descendência teórico-prática, representada pelo projeto da pedagogia radical, propõe a vinculação absoluta entre educação e cultura. Voltarei ao assunto no capítulo das conclusões deste trabalho.

---

/37/ Estas categorias básicas e preocupações centrais foram extraídas da análise dos seguintes documentos: Raul Landim Filho, "Educação e conscientização" (texto de estudo, preparado em outubro de 1963); Maria José Santos Romão, "Visão do trabalho educativo" (texto preparado como introdução a uma apostila sobre Animação Popular); MEB-Goiás, "Relatório do II Encontro de Animação Popular", realizado em agosto de 1965 (publicado originalmente no Boletim MEB nº 5, nov./1965; ver são revista por Carlos R. Brandão); MEB, "Animação Popular" (excertos de apostila publicada em fev./1965). Transcritos em: Osmar Fávero, op.cit., o. 173 e ss.

Os contrapontos.

Complementando esse quadro de intensa ação cultural no seio da sociedade civil, seria preciso acrescentar a ele alguns limites, contrapontos e reforços, representados pela massificação e internacionalização da cultura sob o influxo da indústria cultural; ao ensaio de enraizamento e protesto protagonizado pela arte; e à busca de identificação encetada pela universidade.

A indústria cultural /38/ conheceu nesse período grande expansão, embora ainda não com o caráter quase monopolista que conhecerá em futuro breve. A grande mídia começava a ocupar seu espaço. Com ela, todo o problema da formação e manipulação da opinião pública. Aliás, este é o grande divisor de águas entre o surgimento dos primeiros meios técnicos de reprodução da palavra e da imagem — o livro, o jornal, a revista, circulando em ambientes restritos — e sua expansão e tecnificação aprofundada — o rádio, o cinema, a televisão. É com essa segunda fase que rigorosamente se inicia a "massificação cultural", podendo-se, a partir daí, a justo título, falar de manipulação da opinião pública /39/. Especialmente a televisão, dentre todos os veículos de comunicação de massa, irá desempenhar esse papel. E com vigor ainda redobrado no período seguinte, nos anos setenta e oitenta, com a formação das redes nacionais. De qualquer maneira, inaugurada no Brasil em 1950 (seu marco é o funcionamento da TV Tupi de São Paulo, em setembro de 1950, primeira emissora de televisão da América Latina).

/38/ Discutirei o conceito no capítulo 2.5.

/39/ Essa transição do jornalismo literário de pessoas privadas aos serviços públicos dos mídias — a formação e manipulação propriamente dita da opinião pública — é excelentemente tratada em: Jürgen Habermas, Mudança estrutural da esfera pública, 1984.

América Latina a ir ao ar /40/), já nos anos sessenta a televisão demonstra a força que posteriormente se converterá num quase monopólio. O cinema, embora já tenha tido um papel relativo maior, é limitado como veículo, pois não chega à casa do receptor; e a casa, antigo abrigo do indivíduo, assim como a praça foi o lugar do povo, passa a ser a residência da massa. Quanto ao rádio, basta citar seu predominante papel de mobilização, no período de que aqui se trata, na Campanha da Legalidade, liderada pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, em defesa da posse do vice-presidente João Goulart após a renúncia do presidente Jânio Quadros em 1961.

Com a indústria cultural surgem as inevitáveis seqüelas que os setores de esquerda combatiam: a massificação, considerada pelos movimentos de cultura popular e de educação popular como o grande risco rondando a consciência popular, e a internacionalização cultural, já então, como alertavam especialistas em questões culturais, como Néstor García Canclini, um dado com o qual se tinha que contar em qualquer projeto de agenciamento educacional junto às classes populares /41/.

Vinculando-se, por um lado, às lutas por transformações na sociedade brasileira e à ideologia do reformismo então de bandeiras soltas, e, por outro lado, buscando reagir à massificação e à internacionalização cultural, os "meios artísticos" /42/ formularam propostas de expansão cultural nacionalistas e avançadas. Tais propostas ocorreram nas mais diver-

---

/40/ Péricles Leal, Iniciação à televisão, 1964.

/41/ Néstor García Canclini, "O sentido dialético do humano", Paz e Terra, nº 9, 1967.

/42/ A expressão tem aparência diluente mas corresponde a uma categoria sociológica com características próprias. A propósito, comentando o emprego de termos da linguagem cotidiana ou do jornalismo não especializado, Bourdieu entende que a ciência só se enriquece ao fazê-lo, com a condição de que trabalhe esses termos em profundidade, retirando-lhes o caráter de "familiaridade" que os compromete.

nas áreas de expressão artística, na poesia, nas artes plásticas, no teatro, na música. Mas terá sido seguramente no cinema que esse movimento, correndo em paralelo quando não na mesma trilha do de cultura popular, mais se fez notar. "É quase o símbolo da crise cultural brasileira que cineastas, poetas, romancistas, homens de teatro, artistas plásticos, tentam resolver pelo populismo, que é a manifestação cultural do presente momento social e político do Brasil", escrevia Jean-Claude Bernadet exatamente nessa época /43/. O cinema novo é a expressão cultural da classe média que radicaliza seu in conformismo, embora não possua um projeto político definido, o que acaba por se refletir no seu projeto estético: "Um povo sem operários, uma burguesia sem burgueses industriais, uma classe média à cata de raízes e que quer representar na tela seu marginalismo, mas sem se colocar problemas a si própria e sem revelar sua má consciência: isso dá um cinema cujo herói principal será o lumpen-proletariado" /44/. A ambigüidade é típica da classe média, em todas as instâncias de seu aparecer social e de seu discurso /45/. O que não impede seu engajamento na luta por transformações sociais, como ocorreu nos momentos críticos dos anos sessenta.

Movimento cultural de classe média, o dos anos sessenta não poderia deixar de repercutir na Universidade, que é, como notou José Arthur Gianotti, um espaço típico da classe média /46/. O reformismo adentrava esse espaço com uma pauta contra

---

/43/ Jean-Claude Bernadet, Brasil em tempo de cinema: ensaio sobre o cinema brasileiro de 1958 a 1966, 1967, p. 29.

/44/ Id. ibid., p. 32.

/45/ Francisco Weffort, "Política de massas", in: Octávio Ianni e outros, Política e revolução social no Brasil, 1965.

/46/ José Arthur Gianotti, "Universidade: espaço de tradição", palestra no curso livre da Funarte, "Cultura Brasileira: Tradição e Contradição", 1986.

ditória, que incluía, de um lado, a modernização funcional da universidade, segundo o modelo americano, de outro lado, a democratização de sua estrutura decisória, de acordo com o modelo das lutas estudantis na França; a tudo acrescentando o empenho por sua politização, no sentido de que ela se tornasse um centro de elaboração e difusão de uma cultura transformadora da sociedade brasileira. A criação da Universidade de Brasília, em 1961, obedecia a essas linhas, contidas no Plano Orientador elaborado por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro /47/.

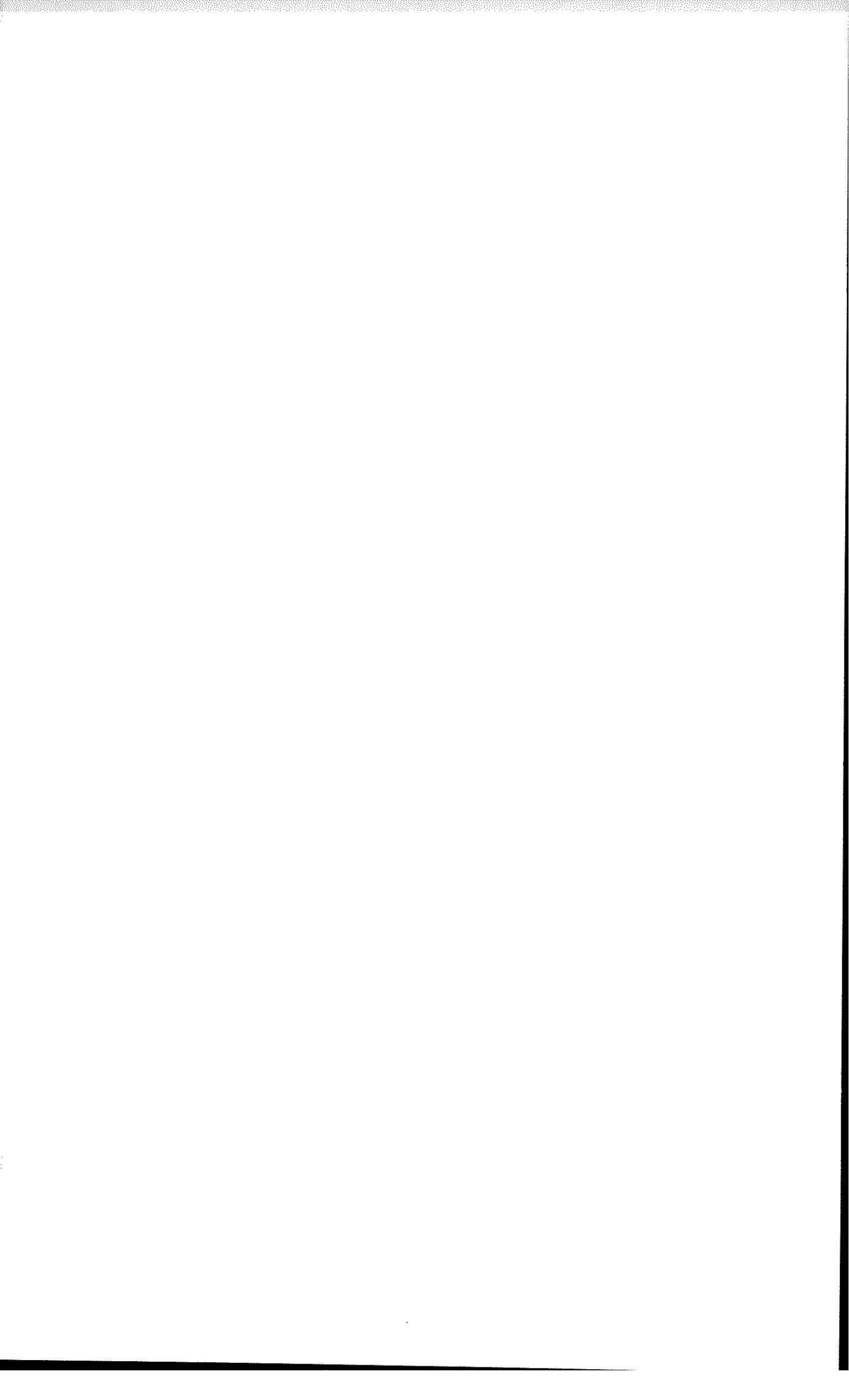
A 9 de abril de 1964 a Universidade de Brasília foi ocupada manu militari. Nessa data, "tropas do Exército sediadas em Mato Grosso, ocupando quatorze ônibus e trazendo três ambulâncias de serviço médico — não se sabe até hoje por quê, mas era esperada uma reação armada por parte da Universidade, — em uniforme de campanha e portando equipamentos de combate, invadiam o campus universitário" /48/.

O simbolismo dessa ocupação é muito grande. A partir daí a ação cultural centrada na sociedade civil será severamente reprimida. Da mesma forma, as iniciativas educativas na linha da educação popular serão coartadas e, com elas, a interpenetração e a recíproca fecundação da educação e da cultura. O Estado tomará a si uma rígida disciplina da área educacional. A política educacional será reorientada em conformidade com padrões tecnocráticos. E a política cultural acabará por se definir, passando a constituir objeto de planejamento estatal com vistas à implantação de um "sistema nacional" de cultura.

---

/47/ Darcy Ribeiro, A universidade necessária, 1969, p. 251.

/48/ Uma visão de conjunto do significado da Universidade de Brasília e do caráter simbólico de sua liquidação em 1964 pode ser tomada a partir do trabalho do ex-coordenador do seu Instituto Central de Ciências Humanas, A.L.Machado Neto, "A ex-Universidade de Brasília", Revista Civilização Brasileira, Ano III, nº 14, julho de 1967, p. 19.



2.4. 1964-1985

Educação e cultura no Estado autoritário.

1964 representa uma profunda recomposição do bloco de poder e uma redefinição do papel do Estado na condução das relações sociais sem precedentes no país. É o momento da liquidação da política de massas, considerada "revolucionária" pela doutrina da guerra revolucionária elaborada pela Escola Superior de Guerra. A classe média, que, como foi visto, participou ativamente da mobilização política populista, agora se cinde entre um setor radicalizado à esquerda e novos setores mobilizados para dar sustentação à deflagração do golpe militar. A isso ela é levada por um duplo temor: de sua própria proletarianização e da politização da classe operária. Mas seus limites são conhecidos e em nenhum momento a condução do processo de ruptura lhe cabe.

Realmente, a condução do processo coube à burguesia industrial e financeira, que, no final do governo Juscelino Kubistcheck, rompeu a aliança pluriclassista que sustentava a política de massas. Progressivamente identificada com o capitalismo internacional, a burguesia brasileira forçava no sen-

tido de reunificar o poder (econômico e político), procurando, na conquista do Estado, a mediação dessa unidade. O capitalismo brasileiro, tardio em relação aos centros dinâmicos do sistema mundial, e deste dependente, busca sua inserção definitiva no capitalismo internacional. De fato, já no período anterior, o capital nacional só consegue expressão quando associado ao transnacional ou quando ligado a empresas estatais. Mesmo esta sentiam já o papel central do capital transnacional "através de joint ventures (empreendimentos conjuntos) entre o Estado e corporações multinacionais" bem como do "controle multinacional parcial das ações de empresas estatais brasileiras" /1/.

A classe empresarial, que, ao contrário do que disseminava certa mitologia política, participava e participou, em todas as suas etapas, da tomada do poder em 64, tinha bastante claros seus objetivos, não só econômicos mas políticos.

Para isso ela se articula em grupos de pressão e de ação ideológica e social. E, em estreita ligação com o estamento militar, coopta, agita e enfim, deflagra o movimento militar propriamente dito, conquista rapidamente o Estado. "Uma vez no poder, o bloco financeiro-industrial multinacional e associado, ao procurar uma redefinição dos critérios de inclusão/exclusão no sistema político, não limitou sua atenção somente às classes trabalhadoras. O bloco de poder multinacional e associado impôs uma nova relação entre o Estado, as classes dominantes e ele próprio, que implicava a rejeição do bloco oligárquico-industrial populista e de seus mecanismos de representação e controle de classe" /2/. Assim, a nova composição do poder rejeitou como um todo a ordem política anterior. A nova ordem é "um regime tecno-empresarial, protegido

---

/1/ René Armand Dreyfuss, 1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe, 1981, p. 49.

/2/ Id. ibid., p. 485.

e apoiado pelas Forças Armadas, um regime tal que os políticos se tornariam ancilares e, no processo, perderiam seu poder central" /3/. De acordo com a excelente síntese de Ianni /4/, as "raízes econômicas" do movimento de 64 seriam: o estabelecimento do modelo associacionista; o aumento de racionalização no sentido tecnológico, visando à maior competitividade; e o incentivo à exportação, com a queda de barreiras protecionistas. Seus objetivos seriam: corrigir a inflação de custos através da poupança monetária forçada; reintegrar o Brasil na Aliança Ocidental liderada pelos Estados Unidos; e restaurar a unidade político-econômica do poder.

A base ideológica seria fornecida por duas doutrinas complementares, uma apontando para a associação internacional — a "doutrina da interdependência" — e a outra para dentro do país — a "doutrina da reversão de expectativas".

A doutrina da reversão de expectativas, assim chamada porque pretendia contrariar a perspectiva de viver às custas da inflação e criar as condições para nova economia, teve em Roberto de Oliveira Campos um de seus maiores ideólogos. Assenta em quatro pilares: fortalecimento do "poder nacional", desenvolvimento da livre empresa, "correção das injustiças sociais" e "integração do mercado brasileiro".

A aliança entre empresários e militares reflete-se no "complexo industrial-militar", exigência da Segurança Nacional, cristalizando-se na criação do Grupo Permanente de Mobilização Industrial, em 1964.

Um dos ideólogos do novo regime, Oliveiros S. Ferreira, expressa claramente os ideais de "grandeza", de "potência", que devem servir de guia às "elites do poder" /5/.

---

/3/ Id. ibid., p. 485.

/4/ Octávio Ianni, op. cit.

/5/ Oliveiros S. Ferreira, "O Plebiscito Cotidiano da Grandeza Nacional", apud Octávio Ianni, op. cit., p. 197. E também: Roberto Schwarz e Ruy Fausto, "Sobre o Raciocínio Político de Oliveiros S. Ferreira", Teoria e Prática, nº 1, 1967, p. 98-112.

Para realizá-los, todo vínculo com o recente passado populista deve ser desfeito: redução da participação política sindical, controle sobre alianças entre assalariados e burguesia de oposição, imobilização do fator trabalho (através da eliminação da estabilidade no emprego) e liquidação da política de massas, com a extinção dos partidos políticos, as cassações de lideranças, a emanação de atos institucionais, a imposição da Constituição de 67 e o controle do movimento estudantil /6/.

Tais preliminares contextuais são indispensáveis para compreender o processo pelo qual o Estado toma firmemente a direção da política educacional e da política cultural, separa visivelmente os âmbitos da educação e da cultura, descultu<sup>r</sup>alizando a primeira sob o manto do aumento de sua competência técnica e funcionalizando a segunda como cimento integrativo nacional.

É preciso examinar mais de perto esse dúplice processo.

---

/6/ A análise dos fatores estruturais (econômicos, sociais e políticos) do regime de 64 foi feita com lastro na seguinte bibliografia básica: 1. Renê Armand Dreyfuss, op. cit.; 2. Octávio Ianni, op. cit.; 3. Paulo J. Krischke, Brasil: do milagre à abertura, 1982; 4. Fernando Henrique Cardoso, O modelo político brasileiro, 1972; 5. Leôncio Basbaum, História sincera da república, vol. 4 (de 1961 a 1967), 1983; 6. Alfred Stepan, Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira, 1975; 7. Celso Furtado, Análise do modelo brasileiro, 1975; Luiz Pereira, Trabalho e desenvolvimento no Brasil, 1965; 9. Luiz Carlos Bresser Pereira, Desenvolvimento e crise no Brasil: entre 1930 e 1967.

A política educacional do autoritarismo.

Para iniciar esta abordagem da política educacional do período autoritário seria útil recordar alguns conceitos expendidos por um de seus principais formuladores, o ex-ministro do planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, em artigos publicados na imprensa, coincidentes com os expressos no Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), do governo federal, para o período 1968-1970. Não é demais lembrar que o mesmo Velloso foi também o coordenador do PED. /7/

Para Velloso, entre os fatores básicos do desenvolvimento estão a educação e o progresso tecnológico. Por sua vez, o processo tecnológico é visto como fator residual, dependente de três forças que ele assim explicita: a educação, responsável pela melhoria qualitativa da mão-de-obra; a organização empresarial e governamental; e a pesquisa científica, causadora do progresso tecnológico stricto sensu.

A política educacional, segundo a formulação de Velloso, passa a depender de dois suportes teóricos que não provêm internamente da educação, mas da economia: o fator residual e o capital humano.

Ambas as teorias são formuladas por autores americanos e europeus, que se colocam na perspectiva da economia da educação. São eles Edward F. Denison, autor de ensaio incluído em The Residual Factor and Economic Growth ("O fator residual

≡

---

/7/ Cit. por Maria Inêz Salgado de Souza, Os empresários e a educação: o IPES e a política educacional após 1964, 1981, p. 151.

e o crescimento econômico") /8/, Theodore W. Schultz, que, com Gary S. Becker, Friedrich Edding e Robert M Solow, responde pela Teoria do Capital Humano /9/.

Para que a educação possa ser fator acelerador do desenvolvimento, ela deve reorientar-se em termos de eficiência e produtividade: expandindo o ensino superior para atender à demanda do mercado de trabalho e racionalizando o aproveitamento da capacidade instalada nos demais níveis /10/.

Essa será a base teórica da política educacional do Estado tecnoburocrático-empresarial-militar, que se explicitará, na especificidade do educativo, através da pedagogia tecnicista /11/.

Mas, para implantar seu modelo de educação para o desenvolvimento, o governo precisaria, antes de tudo, "restabelecer o equilíbrio do setor público", conforme ressaltou Celso Furtado /12/, que, ao analisar "a nova estratégia de desenvolvimento" implantada no Brasil a partir de 1964, entreviu duas etapas: a primeira, de 64 a 68, em que o governo busca submeter a inflação a controle, captar recursos e elevar o investimento público. É uma fase "austera". A outra, a partir de 68, será a de expansão e desenvolvimento do setor industrial: a fase do "milagre brasileiro".

No curso da fase austera, a política educacional, em virtude da própria austeridade, vai situar-se aquém da expansão

---

/8/ Id. ibid., p. 194, Nota 2.

/9/ Cf. Notas 16, 17, 18 e 19 de Bárbara Freitag, op. cit., p.20. Theodore Schultz editado em português: O capital humano, investimentos em educação e pesquisa, 1971.

/10/ É útil consultar a coletânea coordenada por Humberto Bastos, Educação para o desenvolvimento, s/d., com trabalhos de Octávio Gouveia de Bulhões, "Educação, fase do desenvolvimento"; Roberto de Oliveira Campos, "Educação e Planejamento"; Moniz de Aragão, Mário Henrique Simonsen e outros.

/11/ Dermeval Saviani, Escola e democracia, 1985.

/12/ Celso Furtado, Análise do "modelo" brasileiro, 1975, p. 35.

necessária para atender à demanda educacional, que, nos planos, relatórios, diagnósticos, já se entrevia como imperiosa. Essa pressão da demanda educacional, segundo Luís Antônio Cunha, de via-se à alteração nos mecanismos de ascensão da classe média, que, com a expansão da indústria de alto capital (a qual, por seu turno, gerava novos empregos qualificados), transfere-se, da acumulação de via poupança individual com vistas à instalação de pequenas empresas e artesanatos, para as hierarquias ocupacionais nos setores público e privado. /13/.

Essa demanda não atendida está na base da grave crise dos "excedentes" (os que não obtinham vagas nas universidades), criando "focos de agitação social" que crescerão até 1968. Segundo o mesmo Cunha, o Estado, até 1968, não os atende, nem os atenderá depois, porque sua função não é essa, mas a de concentrar o capital, com o fim de "garantir, facilitar e subsidiar a expansão das empresas industriais privadas na direção da manutenção e elevação da taxa de lucro" /14/. Talvez, na perspectiva de um continuum estrutural, Cunha possa ter razão nessa análise, que, contudo, coloca alguns limites à compreensão da cambiante estratégia do Estado face às relações sociais que visa controlar.

Dessa sorte, na primeira fase, enquanto se capitaliza e se credencia para a captação de recursos também no exterior, o governo resolve a crise apenas a nível de "proclamação": é o tempo dos planos, programas, diagnósticos, dos Acordos MEC-USAID, do Relatório Meira Matos e do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária. Quando a crise atinge um limite que põe em risco os padrões de estabilidade social admitidos pela Segurança Nacional (erigida em parâmetro de medição da autonomia relativa da sociedade civil), nesse momento o governo saciona seu arsenal repressivo (começando com o AI-5, em dezem-

---

/13/ Luís Antônio Cunha, Educação e desenvolvimento social no Brasil, 1980.

/14/ Id. ibid., p. 240.

zembro de 1968), ao mesmo tempo em que inicia a implantação de medidas do outro lado, o da modernização. Também esta possui limites, sem dúvida, como se verá.

Os Acordos MEC-USAID /15/, assinados entre 1964 e 1967, abrangeram todos os níveis e ramos do ensino, administração e planejamento educacionais, controle de conteúdo e treinamento de pessoal docente e técnico. Quanto a este último aspecto, colaboraram na formação de um "mandarinato tecnocrático" no sistema educacional brasileiro, conforme a feliz expressão de Durmeval Trigueiro Mendes /16/.

O Relatório Meira Matos /17/, conclusivo dos trabalhos da Comissão nomeada pelo governo em fins de 67 sob a presidência do coronel Carlos Meira Matos, da Escola Superior de Guerra, insistiu na necessidade de aumentar a produtividade e eficiência do sistema escolar e de ampliar a oferta de vagas. Ao mesmo tempo, apontou os fatores que causavam a crise no setor educacional: falta de estrutura empresarial no MEC, crise de autoridade no sistema, insuficiente remuneração docente, necessidade de reforma universitária para eliminar espaço e professores ociosos, fiscalização na aplicação das verbas públicas e "formação de lideranças estudantis democráticas".

O Grupo de Trabalho da Reforma Universitária /18/ voltou a insistir na necessidade de uma "racionalidade instrumental do ensino superior", com vistas à maior eficiência técnica

---

/15/ Estão devidamente documentados em Márcio Moreira Alves, Beabá dos MEC-USAID, 1968. E também em Ted Goertzel, "MEC-USAID, Ideologia de Desenvolvimento Americano Aplicado à Educação Superior Brasileira", Rev. Civilização Brasileira, nº 14, julho de 1967, p. 123.

/16/ Durmeval Trigueiro Mendes, "Desenvolvimento, Tecnocracia e Universidade", Revista de Cultura Vozes, nº 6, 1975, p. 421-434.

/17/ Relatório Meira Matos, Revista Paz e Terra, nº 9, outubro de 1969, p. 199-142.

/18/ Relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, Revista Paz e Terra, nº 9, outubro de 1969, p. 243-282.

co-profissional, voltada ao aumento de produtividade dos sis temas econômicos. A universidade deveria constituir-se num "centro de investigação científica e tecnológica" para a expansão da indústria brasileira. Suas propostas: liberdade de regime jurídico para as universidades, mas possibilidade de nomeação de reitores pelo governo, mesmo fora dos quadros universitários; reorganização interna, mediante a introdução de ciclos básicos, carreiras curtas, pós-graduação e apoio às medidas introduzidas pelos decretos-leis 53, de 1966, e 252, de 1867, que criaram nas universidades órgãos centrais de ensino e pesquisa e estruturaram as unidades e departamentos. A última proposta era talvez a de maior urgência: expansão do ensino superior.

Em 1968, portanto, encaminhou-se a solução da crise estudantil mediante duas linhas de medidas: a repressiva, cuja inspiração se encontra no componente militar do bloco de poder, deflagrada com a edição do Ato Institucional nº 5 e do Decreto-lei nº 477 (fevereiro de 1969), aquele de caráter geral, cerceando a liberdade dos cidadãos, este específico para a contenção do movimento estudantil; e a modernizadora, inspirada no componente tecno-empresarial, que, através de uma série de medidas legais, implementou as principais recomendações dos Acordos Mec-Usaid, do Relatório Meira Matos e do G.T. da Reforma Universitária.

Essas medidas legais, na ordem de sua edição, foram: a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE (1968); a expansão do ensino superior (1968); o incremento de matrículas no ensino superior (1968); a Reforma Universitária - Lei 5.540 (1968); a Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus - Lei nº 5.692 (1971); e o Vestibular unificado e classificatório (1971).

A Reforma Universitária alterou a organização do ensino

superior no país, tornando-o exclusivo das universidades, a não ser em casos excepcionais; alterou-lhe a administração, centralizando-a internamente e fazendo-a mais controlável pela burocracia governamental; estabeleceu os cursos como sendo de graduação, pós-graduação, extensão, aperfeiçoamento e especialização; quanto aos de graduação, dividiu-os em ciclo básico e ciclo profissional; extinguiu a cátedra; incentivou formalmente a pesquisa; criou condições para a expansão "seletiva" do ensino superior.

A Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, que colocou como objetivos da educação a auto-realização do educando, sua qualificação para o trabalho e sua preparação para o exercício da cidadania, promoveu sua divisão básica em educação fundamental (unindo os antigos primário e ginásial no 1º Grau, obrigatório, com 8 anos de duração) e habilitação profissional (extinguindo o dualismo escola secundária-escola técnica, unificados na escola de 2º grau). Quis dar continuidade entre os níveis e graus, no sentido de uma crescente particularização (profissionalizante), e terminalidade a todos eles, no sentido de que cada um "termina" a formação profissional num determinado nível. No que respeita ao conteúdo do ensino, estabeleceu um núcleo comum, da alçada do Conselho Federal de Educação, uma parte diversificada, cabendo aos conselhos estaduais de educação, e matérias que poderiam ser propostas pelos estabelecimentos, prevendo ainda algumas disciplinas obrigatórias: Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde. Para implementar o conjunto da reforma, indicou os meios como sendo de natureza administrativa (a começar da reorganização do MEC), financeira (ampliando a captação de recursos para além das dotações orçamentárias e do salário-educação, passando a incluir percentagens da Loteria Federal e da Loteria Esportiva) e de pessoal (formação de

professores de primeiro e de segundo graus, numa escala de 5 categorias, formadas no 2º grau, nas licenciaturas curtas da universidade e nas licenciaturas plenas).

Assim expostos a ideologia, os propósitos proclamados e os marcos legais da política educacional, deveria, a seguir, fazer-se o confronto de tudo isso com a realidade concreta, no nível primário (da realização) e no nível profundo (da compatibilidade estrutural), este último o propriamente crítico. No entanto, demais dessa crítica já ter sido feita com eficiência pela literatura educacional dos últimos anos, retomá-la aqui significaria desbordar dos objetivos propostos.

Com efeito, para os fins aqui colimados, basta indicar que a política educacional instaurada a partir de 1964 e desenvolvida a partir de 1968, representou, em primeiro lugar, um fortalecimento sem igual no papel do Estado na sua formulação e implementação. As aberturas em direção à sociedade civil foram apenas, e exclusivamente, aquelas relacionadas ao imperativo — desde cedo traçado pela nova elite de poder — de estabelecer uma ponte entre a educação e os interesses da indústria /19/. Quanto ao mais, os canais de comunicação com a sociedade civil foram cortados e as pressões que desta poderiam ter-se originado foram cerceados através de instrumentos de alto teor repressivo. A "nova racionalidade", entronizando a razão tecnológica com seus indefectíveis atributos de neutralidade e acriticidade, expulsou, como subversiva, a "razão cultural", permeada de aspirações infuncionalizáveis, populares, políticas, estéticas, assistemáticas e insistemáticas. Fez, pois, a separação entre educação e cultura de maneira radical. Nem mesmo a unidade que o pensamento conservador reclamava para a universidade, como síntese de educação e cultu

---

/19/ Uma visão geral dos postulados do empresariado com relação à educação está em Glycon de Paiva (apres.), A educação que nos convém, 1969, que reúne os resultados do Fórum organizado pelo IPES da Guanabara nesse ano.

ra /20/, foi preservada. A racionalidade fria da técnica, como fundamento do sucesso empresarial e da dominação política, substitui a razão iluminista, que permeia de cultura todo o tecido social. Logo, a cultura deve habitar um mundo à parte, um mundo de coisas feitas, de produtos integráveis, passíveis de ordenação segundo uma política específica.

Tem início a política cultural propriamente dita.

#### A política cultural do Estado autoritário.

Homologamente ao que se passa na área da política educacional, nesta da política cultural vamos também perceber um primeiro momento em que a tônica é repressiva, com a predominância do facies militar do bloco de poder, seguido de outro momento em que o acento vai migrar para o lado modernizador, em que reponta o componente tecno-empresarial.

A diferença é que, além de dismantelar as organizações da sociedade civil que se haviam formado ao longo dos anos cinquenta e dos primeiros sessenta, na área estudantil, a política educacional teve também que se haver com a crise dos excedentes, que era algo novo. É por isso que, no âmbito educacional, a divisão dos dois momentos é nítida e tem, no ano de 1968, um claro divisor de águas, completando-se a tarefa repressiva e iniciando-se a normativa.

Já no que toca à política cultural, a situação é diferente. Não há um claro divisor de águas. A repressão acompa-

---

na. O autor  
/20/ V. Roque Spencer Maciel de Barros, Ensaio sobre educação, 1971.

nha o autoritarismo desde 1964 até aos primeiros anos oitenta, quando se inicia sua decomposição (não extinção). Mais intensa nos momentos iniciais de desmonte das organizações culturais do populismo (os CPCs e o ISEB foram imediatamente eliminados após o golpe), a contenção vai prosseguir ativa até ao fim dos governos militares. A ponto de Octávio Ianni, um dos poucos "grandes intelectuais" a estudarem a política cultural pós-64, ter chegado à desconcertante conclusão de que política cultural, nesse período, é sinônimo de repressão à cultura /21/. Ponto de vista que só parcialmente partilho, no sentido de reconhecer que a repressividade como um dos pólos da estratégia cultural do Estado. Jamais o único e o mais característico, exatamente porque a ambição estatal, ao agir no âmbito da cultura, é obter o consenso social. De fato, o pensamento autoritário chega até a incorporar o discurso democrático de estímulo à cultura. Sim, trata-se da cultura num novo registro, a cultura funcional. O Estado autoritário incentiva a cultura com uma condição: a de que ela desempenhe eficazmente a sua função, que é a de "integrar a nação" sob a sua (dele, Estado) autoridade. O problema do Estado não é impedir a cultura. Mas evitar que se invista nela a fundo perdido. E evitar também que seu curso seja autônomo.

As categorias básicas que informam o pensamento cultural autoritário são as mesmas que se utilizam com relação à segurança nacional. Em outras palavras: como a função da cultura é integrar a nação e a da segurança nacional, impedir que ela se desintegre, ambas acabam se encontrando na zona fronteiriça. Integração nacional, cultura funcional, controle estatal, segurança nacional: na política cultural autoritária a repressão e a promoção alternam-se e muitas vezes dão-se as mãos.

---

/21/ Octávio Ianni, "O Estado e a Organização da Cultura", Encontros com a Civilização Brasileira, nº 1, julho, 1978, p. 216-241.

Uma das características do Estado autoritário /22/ é o integracionismo. Contra a dispersão, a divergência, o fracionamento e a pluralidade, o pensamento e a prática do autoritarismo procuram a unidade, a coesão, a convergência e a integração. Seu horror ao múltiplo leva-o ao ideal do Sistema. Não se trata, porém, do ideal filosófico da universalização, como na fórmula clássica non datur scientia nisi universalis. O Sistema é o espaço unificado para o exercício da autoridade/23/. A autoridade aborrece a multiplicidade que lhe escapa das mãos. Ela necessita do todo para se exercer por completo. A hegemonia do Estado autoritário pressupõe a anulação do fracionamento representado pelas "diferenças regionais". Essa anulação é a integração. O conjunto de diretrizes (plano) e de ações (política) conflui no Sistema, que por seu turno é o resultado do planejamento e execução de políticas.

No âmbito cultural vai-se procurar estabelecer um Plano Nacional de Cultura, deflagrar uma Política Nacional de Cultura, definir um Sistema Nacional de Cultura. Será uma contrapartida, no campo cultural, de outros Sistemas Nacionais: de Energia, de Transportes, de Telecomunicações, de Turismo etc.

Isso tudo num contexto especial, marcado pela reorganização do capitalismo brasileiro, em associação com o internacional, buscando modernizar-se, introduzir novos métodos de administração, novas técnicas de ativação de mercado (marketing), a tudo imprimindo sua inexorável racionalidade técnica.

Nesse contexto, o mercado passa a ser a medida da eficiência da economia. O mercado é o lugar da troca dos bens materiais. Mas, simultaneamente, já que a racionalidade técnica do capitalismo avançado é expansiva e invade todos os seto

---

/22/ Expressão discutível, mas consagrada.

/23/ Para a ligação entre Sistema, Autoridade e Poder Nacional, v. conferência do General Castelo Branco no Fórum Roberto Simonsen, em 1962. Cf. Luís Viana Filho, O governo Castelo Branco, 1975, p. 82.

res, inclusive o de bens simbólicos, também estes passam a ser considerados em termos de mercado.

Mas não se trata de uma simples translação de sentido de um âmbito, o de bens materiais, para outro âmbito, o de bens simbólicos. O que se dá é, no sentido próprio, a estruturação de um mercado de bens simbólicos (no sentido de Bourdieu, cf. Cap. I deste trabalho), o que pressupõe a formação de um campo de produtores e de consumidores desses bens.

É o que ocorreu. O período pós-64 marca o triunfo definitivo da cidade sobre o campo, dos setores secundário e terciário da economia sobre o primário. A indústria, o comércio, os serviços, bancos, escolas, jornais, revistas, empresas pequenas, grandes e médias, nacionais, multinacionais e associadas, privadas, públicas e de economia mista, emissoras de rádio e de televisão, editoras, firmas de intermediação e distribuição, atacadistas, supermercados, laboratórios, hospitais, clínicas — é toda uma imensa gama de atividade econômica cujo centro é a cidade, cujo lugar é o mercado, cuja lógica é a do capital. Em torno desse universo urbano, grandes massas de empregados e funcionários, gerentes, sub-gerentes, chefes, sub-chefes, operários qualificados, semi-qualificados e desqualificados, mestres e contra-mestres, jornaleiros e tarefeiros, executivos seniors e juniors, empreiteiros, sub-empreiteiros, profissionais liberais, autônomos e vinculados, empresários pequenos, médios e grandes — todas as categorias ocupacionais, detentoras do capital ou do trabalho. As classes capitalistas comprimem-se, em função de um modelo econômico concentrador de renda /24/. Crescem as classes trabalhadoras. Mas o que mais se expande é a classe média, num amplo leque

---

/24/ Celso Furtado, Análise do "modelo" brasileiro, 1975.

que obriga os especialistas em comunicação dirigida a criar novas categorias de classificação sócio-econômica (A, B, C, D e E e ainda recursos como "B mais", "B menos", "C mais", "C menos"), já que os tradicionais critérios de "alta, média e baixa" não dão mais conta do universo social /25/. José Arthur Gianotti, ao comentar o problema universitário brasileiro, chama a atenção para o fato de que os cientistas sociais permanecem insensíveis ante essa profunda modificação que atinge os países capitalistas avançados, mesmo os periféricos: a cada quatro novos empregos que se criam, apenas um é industrial, os outros três são de serviços /26/.

Pois será exatamente essa classe média (ou o conjunto de suas inumeráveis frações) que responderá pela ativação do mercado de bens simbólicos no período pós-64.

Os fatos são conhecidos. E invariavelmente apontam para uma autêntica explosão em termos de consumo de bens simbólicos. Em cerca de quinze anos, a partir de 64, o número de telespectadores, audientes de rádio e leitores de jornais ultrapassa os mil por cento! Considerando-se que o aumento populacional, nesses 15 anos, foi pouco superior a 30 por cento, pode-se avaliar a extensão desse boom na demanda por bens simbólicos. Até mesmo o cinema, que sofreu grandemente com o avanço da televisão, apresenta números positivos, ou seja, superiores aos do crescimento vegetativo da população. A publicidade, que em 1957 havia firmado suas bases mínimas /27/, é em 1965 que se consolida, com a Lei 4.680 que disciplina a profissão de publicitário e regula a propaganda como negócio juridicamente disciplinado. Em 1978 a propaganda de-

---

/25/ A metodologia mais adotada é a das empresas anunciantes, denominada ABA-ABIPEME.

/26/ José Arthur Gianotti, em "Universidade: espaço de tradição", palestra no Curso Livre da Funarte Cultura brasileira: Tradição e contradição, 1986.

/27/ Criação do Instituto Verificador de Circulação, Normas-Padrão, Código de Ética e Conselho de Propaganda.

clara sua maturidade, passando a dispor de um "código de auto-regulamentação" nos moldes dos adotados nos países capitalistas desenvolvidos /28/. O mercado editorial avança, a despeito da repressão, e atinge o estágio dos best-sellers.

Esse processo é sem dúvida contraditório. No momento mesmo em que o Estado mais reprime a atividade cultural, ao nível da "liberdade de pensamento", ele também estimula e organiza o mercado cultural e nele passa a atuar via política cultural. Esse tipo de contradição é paralela àquela em que, na sociedade capitalista, é no momento em que mais se expande a produção material de bens ( o que, em termos lógicos, apontaria no sentido da maior distribuição social desses mesmos bens prodigalizados ), também mais se concentra a riqueza gerada. Só compreendendo essa contradição é inteligível o estímulo à cultura (em termos de mercado) com o seu desestímulo (em termos de liberdade para a geração de produtos simbólicos). Na verdade, o processo é complexo. O que o Estado faz, sob a denominação de "estímulo à cultura", é incentivar a produção e distribuição de um produto qualitativamente diverso daquele que, nas universidades e nos sindicatos, nos centros populares de cultura e movimentos de educação popular, nos cursos do ISEB e nas cartilhas de Paulo Freire, e nas comunidades rurais, nos círculos operários, nas reuniões estudantis, antes se entendia por cultura. Trata-se agora de um produto, despido de potencial crítico (no sentido de uma relação com a história concreta de seus portadores), devidamente asséptico e que, na evolução posterior, se mostrará crescentemente reificado /29/.

---

/28/ Código Brasileiro de Auto-regulamentação Publicitária e Conselho Nacional de Auto-regulamentação - CONAR (judicante), aprovados no 3º Congresso Brasileiro de Propaganda, 1978.

/29/ Lucien Goldmann, Dialética e cultura, 1967, p. 105 e ss.

O Estado estimula a expansão desse mercado de bens simbólicos, Como seu interesse é por uma cultura que lhe sirva de sustentação, e como sua sustentação está situada na área empresarial, os vínculos entre o Estado e a indústria cultural serão cada vez maiores. ao organizar a política cultural, uma das preocupações do Estado será exatamente a de criar as condições infra-estruturais para a consolidação e expansão da indústria cultural, esta também orientada no sentido da formação dos grandes monopólios simbólicos: redes de televisão, cadeias de rádio, impérios jornalísticos, macro-editoras de livros, revistas e fascículos.

Carlos Néilson Coutinho percebeu duas direções pelas quais se encaminhou a política cultural no Estado autoritário: primeira, a de fortalecer as correntes elitistas e/ou escapistas, o que se fez possível, por uma parte, através da censura e repressão à orientação cultural nacional-popular, abrindo espaço de fato às correntes intimistas; e, de outra parte, quebrando a autonomia da sociedade civil, base necessária para uma cultura pluralista e democrática /30/; segunda, a de conduzir a organização da cultura para a mesma direção a que era levada a economia em geral, a saber, a do capitalismo monopolista de Estado. A cultura se organizava mediante a formação de monopólios de meios de comunicação de massa.

Pode-se ter um quadro mais claro da cultura sob o Estado autoritário dividindo o seu processo em três movimentos. O primeiro, de 1964 a 1975, é marcado pelo duplo movimento de repressão e promoção e, no seu decurso, tem lugar uma série de atividades de instituição, definição, normatização e planejamento que, no seu conjunto, representam a própria organização da cultura segundo o modelo estatal. O segundo mo

---

/30/ Carlos Néilson Coutinho, op. cit., p. 106.

mento, de 1975 a 1979, tem como marco a edição do I Plano Nacional de Cultura e, como espírito, um acentuado otimismo, fruto do desempenho econômico positivo do período do "milagre brasileiro". O terceiro, a partir de 1979, origina-se da crise econômica, que leva à redefinição de prioridades em termos de investimento público e à passagem das políticas sociais, a educação e a cultura aí incluídas, para o segundo plano dos objetivos governamentais.

No primeiro período (1964-1975) o lado repressivo predomina. Uma síntese dos métodos e efeitos da repressão cultural pode ser encontrada no já citado trabalho de Ianni /31/. Numa atitude propriamente de controle, o Estado, através de ministérios, conselhos, comissões e institutos, busca, não apenas supervisionar, mas propriamente ditar o conteúdo das esferas de criação e debate culturais. Identificando tais esferas na televisão, rádio, jornal, editora, escola, teatro, cinema e música, a intervenção do Estado é feita por estímulo, tolerância e censura.

Apesar da bem conduzida argumentação de Ianni, não penso que repressão e controle esgotem o repertório estratégico do Estado no capítulo da política cultural. É preciso incluir aí a promoção, sob pena de faltar um referencial ligado à modernização que o Estado pós-64 se impôs como tarefa. Aí, sim, completa-se o tripé: o Estado reprime a manifestação cultural crítica; promove, organiza, subsidia (e controla) a cultura artística e a cultura popular; e delega ao setor privado a cultura de massa, fornecendo-lhe a infraestrutura e mantendo-a sob controle.

---

/31/ Octávio Ianni, op. cit.

Os principais órgãos de planejamento e execução da política cultural surgem nesse período: o Conselho Federal de Cultura - CFC, em 1966; o Instituto Nacional de Cinema - INC, também em 1966; a Embrafilme, em 1969; o Departamento de Assuntos Culturais - DAC, criado na reforma administrativa do MEC em 1970; e a FUNARTE, em 1975. A organização estatal da cultura se completará no segundo momento (1975-1979), com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (1975), do CONCINE e RADIOBRÁS (1979), da Secretaria de Assuntos Culturais do MECA - SEAC, absorvendo o DAC e transformando-se na semente do futuro Ministério da Cultura, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, herdeira distante do velho órgão planejado por Mário de Andrade, e a Fundação Pró-Memória.

A política cultural desde o início pretendeu retirar da cultura popular tudo o que a pudesse ligar a uma cultura de classe ou que lhe desse um potencial crítico. Nesse sentido, quando, em 1966, define-se a Política Nacional de Turismo, com a criação do Conselho Nacional de Turismo e da Embraur, as Casas de Cultura Popular, associadas a atividades folclóricas e artesanais, ficam ligadas às empresas turísticas /32/.

Por sua vez, a comunicação de massas acaba se ligando à Política Nacional de Telecomunicações. Desde 1952 o Estado se erigira em "dono" da televisão, concedendo a particulares canais para seu "exercício" (Decreto nº 31.835, de 21 de novembro de 1952). Agora, porém, quando a TV se prepara para dar o salto da formação de redes, o Estado se consolida como "concedente". Em 1965 é criada a Embratel para operar o sistema de telecomunicações via satélite, associando-se o Brasil

---

/32/ Conf. Renato Ortiz, Cultura brasileira e identidade nacional, 1985.

ao sistema Intelsat. Em 1967 é criado o Ministério das Telecomunicações. Daí para a frente, a história da televisão, que é a verdadeira história da integração de todo o país na sociedade de consumo e na sua cultura /33/, passa a ser uma via de mão dupla, ligando os interesses hegemônicos do Estado com os interesses do grande capital monopolista dos meios de comunicação.

O período é também marcado pela conformação do âmbito cultural a normas que disciplinam e organizam artistas, técnicos e outros produtores culturais, além de regularem a própria produção e distribuição desses bens. É ainda nesses anos que surge, embora de alcance limitado, o planejamento na esfera cultural. O I Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos (1972-1974) data dessa época, embora a parte propriamente dedicada à cultura seja insignificante diante da destinada aos outros setores.

Já em 1965 uma comissão nomeada pelo governo federal com o fim de estabelecer normas para um plano nacional de cultura, comissão essa integrada por diversos acadêmicos e presidida pelo escritor Josué Montello, da Academia Brasileira de Letras, conclui seus trabalhos sugerindo a criação do Conselho Federal de Cultura.

Este é criado pelo Decreto-Lei nº 74, de 21 de novembro de 1966. Na sua sessão inaugural, tanto o presidente Castelo Branco quanto o ministro Tarso Dutra, da Educação e Cultura, encarecem a necessidade de se elaborar um plano nacional de cultura. O artigo 2º do dec.-lei 74, ao traçar a competência e os objetivos do CFC, define-o como órgão de coordenação (não de execução) e lhe estipula como meta a formulação, em conjunto com as demais autoridades governamentais, de uma política nacional de cultura.

---

/33/ Luís Augusto Milanesi estudou a integração de Ibitinga, SP, na sociedade de consumo brasileira, em seu O paraíso via Embratel, 1985.

O espaço da tradição.

"Não: a saudade não é expressão de baixa pieguice 'reacionária'. Não é sentimentalismo rasteiro a que recorram apenas os adeptos do chamado status quo. Não é recurso a que se agarrem os 'regressistas' incapazes de acompanhar os 'progressistas' que representam a seu modo o que consideram determinismo histórico ou econômico. É afirmação, no indivíduo, quer com relação ao seu passado pessoal, quer com relação ao seu passado nacional, daquela autenticidade de caráter que encontra na identificação do mesmo indivíduo com os valores do seu passado, a sua base mais sólida".

Gilberto Freyre /34/

O aproveitamento de intelectuais tradicionais na formulação do discurso do Conselho Federal de Cultura deve-se, na expressão de Renato Ortiz, ao fato de serem eles "os únicos disponíveis" /35/. De fato, os intelectuais orgânicos da burguesia multinacional e associada, empresários e tecnocratas,

---

/34/ Gilberto Freyre, Pessoas, coisas e animais, 1979.

/35/ Renato Ortiz, op. cit., p. 91.

estavam empenhados, desde 1964, na modernização do Estado e da economia, na educação como fator de desenvolvimento, na administração pública como meio eficaz de fazer o liame com o setor privado, na segurança nacional — esta mais afeita aos ideólogos ligados ao estamento militar, mas nem por isso menos interessada em ganhar a sociedade civil, de que é prova o surgimento, em todo o país, das associações dos diplomados da Escola Superior de Guerra, dando cursos e ciclos de palestras. — No âmbito da cultura uma parte dos intelectuais foi absorvida pelo setor operacional (telecomunicações, por exemplo) e mercadológico (indústria cinematográfica). Quanto aos intelectuais orgânicos das classes subalternas e seus aliados de classe média, passaram-se quase sem exceção para a oposição. Restavam, pois, os intelectuais tradicionais, únicos disponíveis para elaborar o discurso da cultura brasileira, numa linha de continuidade de interpretação do "ser nacional" que deita raízes no fim do século passado em Sílvio Romero. Recrutados nas academias de letras, nos institutos históricos e geográficos, a esses intelectuais — dos quais Ortiz elege Gilberto Freyre como paradigma /36/ — caberá recuperar a memória cultural e a própria identidade brasileira, elementos de natureza tradicional. A contradição entre essa visão da tradição e a auto-proclamação do Estado como agente de modernização resolve-se na mesma linha com que os ideólogos militares, como Castelo Branco, resolveram os impasses entre o conservadorismo da segurança nacional e a racionalidade técnico-modernizadora: mediante o conceito de democracia.

---

/36/ Freyre retrabalha seus temas e categorias, segundo Ortiz, para fundamentar a concepção de cultura brasileira a ser posta em circulação pelo CFC. O tema da mestiçagem é retomado para acentuar as diversidades de origem da cultura brasileira; o sincretismo mostra a acomodação do diverso no uno, numa harmonia dum universo sem contradições; essa harmonia essencial da cultura brasileira revela sua vocação democrática, cuja assunção pelo Estado é a fonte legitimadora de sua política cultural. Conf. Renato Ortiz, op. cit., p. 93.

No caso da formulação política dos ideólogos do autoritarismo, democracia é defesa do status quo e, longe de ser a institucionalização da divergência, numa linha que passa por Diderot, Tocqueville, Robert Michels, Weber e Mannheim, ela é "disciplina" do povo para atender à "vocação política da Nação" /37/. Na linha da "cultura brasileira", essa "vocação" é redescoberta mediante o reconhecimento, tributário de uma antropologia culturalista, da "aculturação harmônica de diversos universos simbólicos" /38/.

Não admira que o tradicionalismo, conquanto tenha servido principalmente nos primeiros anos pós-64 como legitimação do "Estado revolucionário", a pouco e pouco ceda o passo a uma ideologia mais dinâmica, centrada no mercado de bens culturais. Aqueles estavam "fora do lugar". Estes vão colocar-se em seu right place: na burocracia estatal da cultura, especialmente nos órgãos de planejamento e execução da política cultural (não nos de formulação e coordenação dessa política, como o CFC), no Instituto Nacional de Cinema, na Embrafilme, no Departamento de Assuntos Culturais do MEC e, mais tarde, na Funarte e na Secretaria de Assuntos Culturais do MEC.

Para o fim de retomar a linha de reflexão deste trabalho, ligada à separação educação-cultura, é exemplar veri-

---

/37/ Na proclamação "à Nação", que constitui o preâmbulo do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, que modificou a Constituição de 1946 para ampliar os poderes presidenciais, consta que "a ordem revolucionária" "procura colocar o povo na prática e na disciplina do exercício democrático. Democracia supõe liberdade, mas não exclui responsabilidade nem importa em licença para contrariar a própria vocação política da Nação". Rubens B. Minguzzi (org.), Constituição da República Federativa do Brasil, p. 154.

/38/ Renato Ortiz, op. cit., p. 95. Ao aceitar, aqui, Gilberto Freyre como paradigma do pensamento tradicionalista, não excluiu seu posicionamento inovador na década de 30, ao "encontrar nas raças um elemento positivo na sociogênese brasileira", cf. 2.2., N. 16 e 17.

ficar a criação, em 1966, do Instituto Nacional de Cinema - INC, absorvendo o antigo Instituto Nacional de Cinema Educativo - INCE. Este se definia como um "instrumento de ensino e expressão cultural". Já o INC define todos os seus objetivos ligados à mercadologia cinematográfica: elaborar e executar a política de produção, importação, distribuição e exibição de filmes, e desenvolver a indústria cinematográfica brasileira /39/.

"Para que o País tenha um cinema que fale a sua língua é indispensável que ele conheça o terreno onde essa linguagem vai se exercitar. Esse terreno é realmente o seu mercado. Nesse sentido explícito, é válido dizer que 'mercado é cultura', ou seja, que o mercado cinematográfico brasileiro é, objetivamente, a forma mais simples da cultura cinematográfica brasileira. O consumo é uma experiência de fruição. A cultura é uma reflexão, é a fruição da reflexão (...)"

Gustavo Dahl /40/

O novo discurso, cujo lema mercado é cultura é lançado por Gustavo Dahl /41/, busca alinhar-se coerentemente com a

---

/39/ Filme-cultura, nº 2, novembro-dezembro 1966.

/40/ Gustavo Dahl, "Mercado é Cultura", Cultura, ano 6, nº24, janeiro-março 1977.

/41/ Adauto Novais rediscute posições como a de Dahl no âmbito do "patrulhamento" de intelectuais "progressistas" que passam a justificar o estabelecimento político-militar. Adauto Novais, "O Debate Ideológico e a Questão Cultural", Encontros com a Civilização Brasileira, nº 12, junho 1979, p.215.

perspectiva do desenvolvimento econômico. A política cultural deve voltar-se para o mercado, às vezes também denominado "o público". No caso do cinema, verifica-se que o que mantém o público afastado das salas de projeção é o ideologismo ( com seus preconceitos que criam barreiras) e o esteticismo ( com sua linguagem hermética e seu apego a temas distantes das preocupações cotidianas da população). É necessário, então, um cinema descomprometido, que permita: ao Estado, operacionalizar sua política de apoio sem comprometer a universalidade do seu fim; ao público, realizar sua "higiene mental" e ter acesso ao consumo de bens culturais num mercado aberto ("democrático"); à indústria cinematográfica, desenvolver-se como negócio, inserida adequadamente na situação mercadológica.

É exatamente quando se amplia essa nova orientação que é editado, em 1975, o I Plano Nacional de Cultura.

Resultado inequívoco da conciliação entre as duas facções ideológicas, a tradicional e a moderna mercadológica, o Plano estabeleceu como objetivos da Política Nacional de Cultura, que ele procurou definir, os seguintes itens: preservar o patrimônio cultural brasileiro; apoiar a produção teatral, cinematográfica e musical, bem como a dança; implementar as artes plásticas; e difundir a cultura através dos meios de comunicação de massa /42/.

Mais revelador que o próprio Plano é o documento intitulado "Política Nacional de Cultura", publicado igualmente em 1975 /43/. A conciliação entre as duas tendências já apontadas fica clara, com o bidirecionamento da política cultural para o passado (memória cultural da Nação) e o presente (ativação do mercado cultural). Quanto à primeira tendência,

---

/42/ Jason Tércio, op. cit., p. 36.

/43/ MEC, Política Nacional de Cultura, 1975. Com o mesmo título, resumo em Opinião, 29.10.1976, p. 20.

comentando o documento, José Castello Branco diz que o Estado não pode ficar sem criar a tradição e a memória da identidade nacional, porque o desenvolvimento não é só econômico, é também cultural; daí porque, através da Política Nacional de Cultura, o Estado reproduz as condições do seu próprio desenvolvimento /44/.

Nesse documento, a Política Nacional de Cultura cabe definir e situar, no tempo e no espaço, a cultura brasileira; explicitar os fundamentos legais da ação do governo no campo cultural; baixar as diretrizes para o trabalho do MEC nesse âmbito; esclarecer os objetivos e os elementos componentes da Política Nacional de Cultura; e exprimir as idéias, programas e formas de ação governamental na área cultural.

É de se observar, uma vez mais, que, reproduzindo as relações sociais que visa regulamentar, o Estado, através da Política Nacional de Cultura, retorna à segmentação cultural da sociedade brasileira, como papel carbono da segmentação social. Com efeito, cabe ao governo, segundo o documento, apoiar e incentivar a produção, a circulação e o consumo de artesanato, folclore, literatura, teatro, cinema, música, dança, artes plásticas, patrimônio científico e histórico do país. De outra parte, cabe-lhe valorizar, revelar ou desenvolver a "cultura nacional", a "cultura brasileira", a "memória nacional", o "homem brasileiro", os "valores culturais brasileiros". Octávio Ianni chama a atenção para essa segmentação, que considera "artesanal e folclórica" a cultura das classes subalternas (apoiável, acompanhável, incentivável) e atribui à cultura das classes dominantes o estatuto de "patrimônio histórico nacional", valorizável como memória nacional /45/.

---

/44/ José Castello Branco, "Os intelectuais e o Estado", Opinião, nº 227, 11 de março de 1977.

/45/ Octávio Ianni, op. cit., p. 231.

Seja como for, a política cultural assim implantada revela um otimismo que foi bem o paralelo, no plano cultural, à euforia do "milagre" econômico brasileiro dos primeiros anos setenta, refletida ainda no II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-1976). Houve motivo para perdurar o clima de otimismo. Apesar da forte crise internacional conseqüente à elevação dos preços do petróleo, o "capitalismo selvagem" brasileiro continuou crescendo /46/, só começando a apresentar siniais recessivos no final da década, início dos anos oitenta.

Nesse momento, a política cultural redefine suas prioridades e o tom de seu discurso. Tem início no MEC, em 1979, a gestão de Eduardo Portela. O Departamento de Assuntos Culturais - DAC transforma-se em Secretaria de Assuntos Culturais - SEAC, com campo alargado de ação e já contendo embrionária a idéia de uma separação radical com a educação. É editado o III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos , para o período 1980-1985, cuja proclamação chega a confundir: "O III PSECD (...) acenou com uma estratégia até progressista, defendendo uma cultura 'voltada essencialmente para os setores menos favorecidos da população. Numa perspectiva antielitista, comprometida com o conhecimento, a preservação e a dinamização dos valores culturais básicos do povo'" /47/.

A SEAC, ao definir as linhas condutoras de sua política, divide-as em institucional (promoção de eventos, apoio à produção artística, incentivo à difusão cultural) e comunitária (voltada para as populações de baixa renda), esta com dois sentidos: transformar em bens rentáveis a produção popular, criando mecanismos de distribuição do artesanato popular, por exemplo, e promover a cultura de subsistência.

---

/46/ Régis de Castro Andrade, "Brasil, a economia do capitalismo selvagem", in: Paulo J. Krischke (org.), Brasil: do milagre à abertura, 1982.

/47/ Jason Tércio, op. cit., p. 36.

O intrigante conceito de "cultura de subsistência", paralelo simbólico da economia de subsistência (esta, sim, uma estrutura por demais conhecida na tradição da ciência econômica), faz sua estréia na cena teórica brasileira por via oficial. Um dos intelectuais da gestão Portela, Pedro Demo /48/, entrevê três tipos de cultura: a de identidade nacional, que consiste na criação de valores culturais que identificam o povo brasileiro; a cultura alienada, que é a da minoria, da elite, e com a qual o Estado não tem que se preocupar pois a elite sempre acede à cultura, independentemente da mediação do poder público; e a cultura de subsistência, que é a da maioria, e que consiste na "arte de sobreviver num quadro de pobreza", exigindo criatividade, que é cultura. Cabe ao Estado identificar os "esquemas informais de subsistência" — e promovê-los.

Os absurdos teóricos são evidentes demais para que se perca maior tempo com essa classificação. Por exemplo: se a cultura de identidade nacional não é esta última, a da maioria, como pode ela expressar a identidade do povo brasileiro? Outro exemplo: cultura alienada, a da classe dominante? Alienada a quem? Alienada por quê? Que conceito de alienação subjaz a esse conceito permitindo aplicá-lo justamente à classe que, por exercer o poder social, tem pleno domínio de si?

O que importa é indicar que, ao introduzir esse conceito de cultura de subsistência em conflito com o de cultura de elite, o Estado não aponta a contradição com vistas à sua superação, mas à sua manutenção. É isso que quer dizer "promover os esquemas informais de subsistência". Além disso, se, ao olhar para "as classes menos favorecidas", a burocracia

---

/48/ Apud Renato Ortiz, op. cit.

governamental aí identifica a cultura de subsistência, esta, se pudesse lançar um olhar crítico para a cultura produzida pelo Estado, aí veria uma "política cultural da crise". Esquivando-se, por considerar, agora, que isso é elitista, de gerir a magnificação do mercado de bens culturais, em que antes se empenhava, o Estado encontra uma justificativa para a mudança de prioridades, relegando as políticas sociais, a de cultura aí incluída, a segundo plano.

Os primeiros anos oitenta vão ser marcados por um processo mais complexo, que inclui algumas direções identificáveis.

Em primeiro lugar, o Estado não pode destituir-se de sua hegemonia cultural sem pôr em risco a legitimação de sua autoridade, construída ao longo do período autoritário. A partir de um determinado momento, essa legitimação exige um diálogo com setores representativos da sociedade civil, já que estes, convocados à participação por setores dissidentes da classe dominante (dissidentes em termos de não concordância com a política econômica), inegavelmente crescem. Em consequência desse crescimento, começam a ser abertos maiores espaços "para uma organização da cultura que dê expressão efetiva ao pluralismo de nossa vida social e política" /49/.

O resultado se faz notar, não propriamente a nível de prática da política cultural, mas numa reforma do discurso.

É interessante ver que a conciliação entre patrimonialistas e modernizadores acaba por se dar no seio do próprio patrimonialismo. Aloísio Magalhães, presidente, em 1980, da Fundação Pró-Memória e secretário do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, afirma /50/, citando Gramsci,

---

/49/ Carlos Néilson Coutinho, op. cit., p. 109.

/50/ Em entrevista com o título "Os móveis e imóveis da memória", Leia, ano 7, nº 77, março 1985, p. 5.

ral num caminho conjunto de hegemonia cultural.

As condições prévias para a criação do Ministério da Cultura estavam dadas. A burocratização cultural, progredindo a passos largos, estabelecia novos marcos. Em todos os Estados surgiam secretarias de cultura. Até mesmo nos municípios, como foi o caso em Campinas, SP, a organização da cultura passava a ser absorvida pela órbita governamental. Em São Paulo, já num governo oposicionista (de Franco Montoro), o decreto nº 20.955, de 1º de junho de 1983, que reorganizou a Secretaria Estadual da Cultura, considerava que a cultura, "como administração pelo Estado de suas atividades criadoras e difusoras de conhecimentos, busca a valorização dos fins do homem"; e considerava que era "indispensável a existência, no corpo da administração do Estado, de um órgão dedicado à criação e distribuição da cultura" (o grifo é meu).

Quanto à outra linha, a da formação de uma frente conjunta entre o Estado e a indústria cultural, no sentido de uma instauração hegemônica, os fatos são conhecidos /52/.

Resta ver até que ponto se mantém a tese da separação entre educação e cultura, que parece ter-se demonstrado sólida em termos de formulação das respectivas políticas, quando se consideram fatos como a TV Educativa. É importante não esquecer, para evitar confusões de palavras (os idola fori, de Francis Bacon, erros de comunicação), que tais veículos eletrônicos jamais foram considerados educativos em sentido estrito. Sua educatividade sempre foi muito mais uma culturalidade. Pensou-se sempre predominantemente numa expansividade cultural do que numa transmissão sistemática de saber. A pon

---

/52/ Mauro Almeida, A comunicação de massa no Brasil, 1971 ; Mário Ferraz Sampaio, História do rádio e da televisão no mundo, 1984; César Tartalha, "O império Roberto Marinho. Dinheiro e poder político", Caderno do Ceas, nº 96, março-abril de 1985. Especificamente a respeito de relações entre propaganda, TV e cultura, revista Briefing, nºs 21, 34, 43 e 45.

to mesmo de pouco se ter procurado, pelo menos do lado dos educadores, construir uma pedagogia calcada nos meios eletrônicos de comunicação /53/. Não é de descartar, outrossim, que a TV Educativa representou, em muitos momentos, uma reivindicação paroquial, subordinada aos estreitos limites da política de província. Jarbas Passarinho, ministro da Educação e Cultura em 1970, assim comentava: "Todos querem uma TV Educativa, assim como todo prefeito quer sua fonte luminosa". Ademais, ao manter dessa forma a TV Educativa, o Estado na realidade veio em socorro das próprias emissoras comerciais, que tiveram a quem atribuir a parte mais onerosa de sua programação. Por último, é largamente reconhecida a incompetência da TV Educativa no sentido de se transformar em pólo de inovação cultural que pudesse refluir sobre o nível de criação da TV comercial. O contrário foi o que sucedeu, a TV comercial convertendo-se em criadora de padrões logo assumidos pela TV Educativa. A única esperança, como a demonstrada por Gabriel Cohn /54/, é apostar na ambigüidade das relações entre TV comercial, TV Educativa e Estado.

---

/53/ Francisco Gutierrez Perez, a partir de categorias como a de "comunicação total", propõe uma pedagogia desses meios e busca estabelecer qual seria sua metodologia, em: Língua - gem total: uma pedagogia dos meios de comunicação, 1978. Também: M.Alfonso Erasquin, Luís Matilla e Miguel Vázquez, Os teledependentes. 1983. as tentativas mais freqüentes são do lado dos comunicadores, não dos educadores.

/54/ Gabriel Cohn, "O patrocinador é você. E daí?", Folha de São Paulo, Folhetim, 25 de maio de 1980.

2.5. Os anos oitenta.

Transição política, impasse na educação  
e definição da política cultural.

Os anos oitenta começaram no Brasil em 1978. Trata-se de frase de efeito, mas, sob sua formulação hiperbólica, escondem-se alguns fatos que vêm sendo constatados pela ciência histórica. O primeiro é o de que, considerando-se como "anos oitenta" os de avanço da sociedade civil para ocupar espaços públicos antes rigidamente fechados pelo Estado, não resta dúvida de que 1978 é o marco nesse direção, por ter sido o ano em que os empresários e os juristas manifestaram-se pelo fim do autoritarismo, os estudantes reiniciaram sua mobilização, a Igreja Católica, por setores de sua hierarquia e pelas comunidades de base, adotou postura oposicionista — e, o que se pode considerar como um marco, a Emenda Constitucional nº 11, assinada pelo presidente Geisel, liquidou o regime do Ato Institucional nº 5, dez anos depois de sua promulgação.

Em 1979, com a posse do general João Baptista Figueire

do na presidência da república, desencadeiam-se novos fatos que se somam aos primeiros para indicar a inevitabilidade da "abertura" política. Entre eles, a anistia, que trouxe de volta ao país, e à vida política, diversas lideranças como Leonel Brizola, Miguel Arraes e Luís Carlos Prestes. É certo que a abertura é ambígua, conhece retrocessos, e o mesmo ano de 1978 que, em dezembro, viu desabar o AI-5, havia conhecido o "Pacote de Abril", que, mediante uma série de expedientes então tachados de "casuísticos", conseguiu minorar os efeitos da derrota eleitoral do oficialismo.

A ambigüidade da transição, contudo, não é acidental, é estrutural. Ela se apresenta como uma nova forma de controle social /1/. De fato, o que se articula nos últimos anos setenta e nos primeiros oitenta é um novo projeto de hegemonia político-econômica, comandado pela fração modernizante da burguesia e elaborado por seus intelectuais orgânicos. O que se vislumbra é uma nova "forma" de Estado, que faça a transição entre o regime autoritário e um regime mais representativo, marcado justamente por contornos não de todo definidos e deixando espaço para soluções surgidas de confrontos e arranjos entre forças políticas.

Tratando-se de projeto de uma fração da burguesia, a ele se oporá a outra fração, de perfil conservador, da burguesia monopolista nacional e internacional, que seguirá preferindo, como forma de controle, a união com o estamento militar na configuração de um Estado centrado na exacerbação da autoridade. O projeto modernizador não elide os conflitos entre o capital e o trabalho, mas aposta na capacidade de administração desses confrontos, considerados não antagônicos, em virtude do alto grau de capacitação e de racionalidade do capital.

---

/1/ José Álvaro Moisés, "Nova República: ambigüidade como forma de controle", in: Paulo Sandroni (org.), Constituinte, economia e política da Nova República, 1986.

O capitalismo, antes ocultado, é agora apresentado como "capitalismo moderno", sem reboços, capaz de administrar uma sociedade democrática, em que se amplie a capacidade de manifestação das classes trabalhadoras e da sociedade civil em geral. Muitas das novas lideranças empresariais, que se empenham no novo projeto, tinham no passado recente participado da intimidade do Estado autoritário. A análise do Partido Popular Brasileiro - PPB (logo alcunhado de "PB - Partido dos Banqueiros"), organizado em 1979 após a decretação da falência do bipartidarismo, revela, na sua composição, a união de políticos da oposição tradicional do MDB, como Tancredo Neves, com empresários que haviam servido politicamente ao autoritarismo, como Magalhães Pinto, Olavo Setúbal e Paulo Egydio Martins.

Mas foi o 1º D.E. - Primeiro Documento dos Empresários, datado de junho de 1978 /2/, a certidão de batismo do amplo movimento que, em ondas sucessivas, empolgou os diferentes setores da sociedade civil e desaguou na Nova República. Representando, em geral, os interesses dos industriais de bens de capital, que eram os que mais sentiam os efeitos do desmanche do "milagre econômico" (e que consideravam incompetente, para reverter o quadro recessivo que se anunciava, a tecnoburocracia civil e militar no governo), os empresários modernizantes vinham em grande parte da Associação Brasileira da Indústria de Base - ABDIB e da poderosa Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP. Tornavam-se conhecidos nomes como os de José Mindlin, Severo Gomes, Cláudio Bardela, Antônio Ermírio de Moraes, Einar Kok, Abílio Diniz e Dílson Funaro.

---

/2/ Primeiro Documento dos Empresários, Folha de São Paulo, junho de 1968.

O 1º D.E. queria o fortalecimento da indústria nacional, o pacto político, o saneamento do sistema financeiro . Mas não ficava nisso: reclamava "instituições democráticas " e a "atenuação das desigualdades". Era exatamente nesse sentido que se podia dizer que estava em gestação, não um simples rol de reivindicações corporativas, mas efetivamente um novo projeto de hegemonia. Os empresários falavam, não em nome de seus interesses (embora precipuamente o fosse), mas nos da "grande maioria da sociedade brasileira".

É significativa esta passagem do 1º D.E. em que seus signatários pedem "um programa de investimentos públicos em infra-estrutura urbana, que tente solucionar carências gritantes em matéria de saúde, saneamento básico, habitação, educação, transportes coletivos urbanos e a defesa do meio ambiente". Salientam que um tal programa "terá um poderoso efeito dinamizador sobre a indústria de bens de produção, levando à absorção de sua capacidade ociosa e, em seguida, reativando os investimentos privados e proporcionando a criação de empregos na proporção exigida pelo crescimento demográfico". Afinal, eram empresários ligados à indústria de base e não podiam deixar de expressar o conflito entre esse : setor industrial, predominantemente nacional, e a indústria de bens de consumo duráveis, caracteristicamente multinacional. No entanto, empenhados em estabelecer sua hegemonia, ampliavam os horizontes do seu projeto, requeriam "o fim das desigualdades sociais mais profundas", pretendiam "soluções compatíveis com a sociedade moderna", construída com a "ampla participação de todos".

O que os empresários deixavam subentendido era o fato de já estar a economia brasileira, no limiar dos anos oitenta, no patamar de um capitalismo maduro. Como oitava economia do mundo, era possível ao Brasil basear a reprodução am-

pliada do capital no aumento de produtividade, via introdução de tecnologias mais avançadas, e não apenas na exploração do trabalho /3/. Ou seja: superar o capitalismo "selvagem" em direção a uma exploração mais "científica". Para garantir uma tranqüila sobrevivência ao capitalismo brasileiro, era necessário obter o consenso das classes trabalhadoras, e evidentemente dos intelectuais e políticos da classe média a ela vinculados, e sua cooptação para um projeto de desenvolvimento.

A grande dificuldade para a implantação de um tal projeto consistia na dependência externa do país, compreendida não mais apenas como subordinação tecnológica (já que a economia brasileira, tendo completado a industrialização substitutiva de importações, iniciava sua auto-propulsão, com os setores complementando-se mutuamente), mas agora substancialmente financeira. O serviço da dívida externa drenava grande parte do excedente nacional, obstaculizando, em termos de recursos, a consecução do pacto social que a burguesia modernizante requeria.

Nos cinco ou seis anos que precederam a instalação formal da Nova República, a economia brasileira foi organizada de jeito a reduzir as importações por via substitutiva, de que é exemplo a expansão da produção petrolífera para cerca de 70 por cento do consumo interno em 1983, conter o crescimento dos salários (o conhecido "arrocho salarial") e ampliar ao máximo as exportações, visando gerar um excedente cambial para o pagamento do serviço da dívida externa /4/.

O achatamento salarial levou os trabalhadores à luta sindical, com a sucessão de greves no ABC paulista. A classe trabalhadora tinha sido levada ao limite inferior mais baixo de sua história salarial, a despeito do crescimento da renda

---

73/ Guido Mantega, "Pactos sociais e hegemonia na Nova República", in: Paulo Sandroni, op. cit., p. 24-41

/4/ Paul Singer, "A economia na Nova República: modelos em contradição", id. ibid., p. 13-23.

per capita ter mais do que decuplicado da década de 50 para a de 80. O índice de concentração da renda chegou a ponto de, nesse mesmo período, a décima parte da população reter a metade da renda nacional. Em 1984, para uma população economicamente ativa de 50,9 milhões de pessoas, ganhavam até 1 salário mínimo 21 milhões, isto é, 41,3% do total. Somadas, as faixas que ganhavam até 2 salários mínimos representavam precisamente 64,7%, quer dizer, dois terços da população/5/.

No movimento de luta contra a compressão salarial, os trabalhadores cresceram em participação política — o surgimento de um Partido dos Trabalhadores não é casual — e em organização sindical, logrando, não só o fortalecimento de suas entidades sindicais (apesar de seu estatuto jurídico varguista ainda atrelá-las ao Ministério do Trabalho), como ainda a rearticulação das centrais sindicais desmanteladas no pós-64.

No entanto, à medida que a classe trabalhadora avança, aumentam os temores da burguesia, não só da fração conservadora encastelada no Estado, mas também da fração modernizante que lidera o projeto da nova hegemonia. Daí os avanços e recuos, os pactos à esquerda e à direita, a ambigüidade fundamental. Daí os comícios multitudinários da campanha das "Diretas Já", com o mar de bandeiras vermelhas adentrando os lares pequeno-burgueses via Embratel, a par dos acordos com militares fiéis à liderança do ex-presidente Geisel para garantir barreiras contra o revanchismo à esquerda e o golpismo à direita. Daí também a ampliação da frente pelas mudanças e a entrega de sua coordenação a um político tradicional como Tancredo Neves, um dos poucos no país, segundo Fernando Henrique Cardoso, com condições de aliar-se à base social do

---

/5/ IBGE, Anuário do Brasil, 1985.

minante no país, ao sistema heterogêneo do PMDB e às dissidências do PDS /6/.

Não é de admirar que, ao se instalar formalmente em 1985, a Nova República viesse carregada de todas essas ambigüidades. A sucessão presidencial foi feita via Colégio Eleitoral, exatamente como em todas as sucessões dos presidentes militares nos vinte anos anteriores. Grande parte dos novos governantes, a começar do presidente, veio dos quadros dirigentes da situação anterior. O vasto sistema de compromissos, consubstanciado na Aliança Democrática e urdido com habilidade por Tancredo Neves (cuja morte impediu que se viesse a conhecer sua real extensão /7/), fez do Estado pós-85 um novo episódio do já conhecido fenômeno, reiterado em diversas oportunidades ao longo da história brasileira, do "condomínio de poder". Desse condomínio não foram excluídos os militares, que apenas mudaram de função, passando das chefias diretas, ostensivas e executivas do governo para a tutela — o que, em política, equivale ao exercício de um dos poderes mais efetivos: o poder de veto. Florestan Fernandes, em artigos publicados no jornal Folha de São Paulo, foi dos primeiros a reconhecerem o fenômeno, hoje reconhecido por especialistas /8/.

Além da sucessão presidencial via Colégio Eleitoral, outro momento ambíguo da instauração da Nova República foi a convocação da Assembléia Nacional Constituinte, que, ao invés de se erigir em fonte de legitimidade para a nova res publica, o que aconteceria caso se partisse para um poder constituinte autônomo, acabou por se transformar num produto híbrido, de escassa vis legitimadora: meio Congresso ordinário,

---

/6/ Cit. por Laymert Garcia dos Santos e Paulo Mesquita Neto, "Sinais dos tempos que correm", Folha de São Paulo, Folhetim, 5 de maio de 1985, p.4-8.

/7/ João Gilberto Lucas Coelho, A transição e sua crise, ibid., p. A-3.

/8/ João Quartim de Moraes e outros, A tutela militar, 1987.

meio Congresso constituinte. É certo que, à semelhança da análise feita por Weber a respeito do Parlamento alemão depois de Bismarck /9/, não é o Parlamento que faz nascer a democracia. Ao contrário, é esta que nasce de uma sociedade civil forte, ou seja, é a força da sociedade civil que condiciona um Parlamento democrático.

A questão da democracia tem-se colocado à meditação da ciência política comprometida com a mudança qualitativa da sociedade brasileira /10/. No quadro das tendências que se agrupam em torno dos temas da transição e da ruptura na sociedade brasileira /11/, todas, desde a democrático-tutelar até à socialista, passando pela condomínial e a participativa, reconhecem a prioridade da questão democrática.

O que parece certo é que conquistas sociais como as de auto-organização popular geradas nos anos setenta no seio de movimentos sociais urbanos não se perdem a não ser pela força repressiva. Elas são, por sinal, um dos maiores focos de resistência a um retorno ao autoritarismo.

#### O impasse da política educacional.

A ambigüidade, marca distintiva dos tempos inaugurados com a contestação ao autoritarismo, invade todos os setores

---

/9/ Max Weber, "Parlamentarismo e Governo numa Alemanha reconstruída", Textos selecionados, 1985.

/10/ Francisco Weffort, Por que democracia, 1985.

/11/ Carlos R. Jamil Cury, "Tendências do Ensino no Brasil hoje", Educação & Sociedade, nº 25, dezembro de 1986, p.44-54.

da sociedade, a educação aí incluída. O que é a ambigüidade, em termos de política educacional? O que está na raiz dessa ambigüidade?

Retornando-se sobre os próprios passos e refocalizando o momento de elaboração da política educacional do autoritarismo, marcada pela Reforma Universitária (1968) e pela Reforma do Ensino do 1º e do 2º Graus (1971), vai-se notar que a preocupação principal era inserir a educação num grande esforço de modernização, tal como isso era entendido pela elite do poder e nos limites de sua compatibilidade com a rígida direção desse processo pelo Estado. A universidade, como era vista pelo economicismo em 1968, deveria sepultar sua estrutura tradicional européia e fazer surgir uma nova, funcional americana, para, arejada, passar a um diálogo mais eficaz com a sociedade (leia-se: a indústria, o mercado) e ser um fator de desenvolvimento (do capitalismo monopolista e associado). Desse leque de objetivos, só o primeiro, referente à organização interna, logrou êxito. Quanto aos demais, os administradores, docentes e especialistas consideram que redundaram em malogro.

O Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB constatou-o em 1982 /12/, reconhecendo o esgotamento do modelo híbrido de 68; lamentando os traumas causados pelo autoritarismo; proclamando o caráter crítico da instituição: a universidade é crítica porque critica e porque vive em crise; e enfim encarecendo a necessidade de uma nova reforma, cuja tônica deveria recair no binômio organização-administração. Já o magistério universitário, de acordo com documento da ANDES - Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior. /13/, levou a discussão mais além. Primeiro porque lançou seu

---

/12/ Luís Antônio Cunha, "A Reforma da Universidade Brasileira vista de dentro", Educação & Sociedade, nº 15, ago/83, p.80.

/13/ Id. ibid.

olhar sobre o conjunto do ensino superior, não somente o federal. Também porque trouxe à baila o aspecto trabalhista do docente universitário, colaborando para dessacralização e, conseqüentemente, para sua inserção, como "trabalhador intelectual", no movimento reivindicatório que engrossa o lado mobilizador da sociedade civil. Enfim porque apontou o problema que se tornou o mais agudo de todos: a privatização do ensino superior e sua profunda crise de qualidade. Dados então arrolados mostram que a inegável expansão do ensino superior se fez pela crescente particularização ao custo de uma acentuada perda de nível. Se, em 1962, 60% dos alunos estavam matriculados em estabelecimentos de ensino superior público, em 1977 essa proporção havia caído para 27%. Não houve apenas contenção de investimento governamental em ensino superior, mas foram criadas facilidades para que se multiplicassem os estabelecimentos particulares como negócios rendosos, baseados na economia da precariedade: anuidades pagas por uma clientela de renda cada vez mais baixa, redução na folha de pagamento pela adoção de práticas pedagógicas rudimentares, virtual eliminação da pesquisa e ausência de investimentos em equipamentos. O documento da ANDES resume esse quadro ao apontar para o fato de que, com muito mais alunos do que a rede pública, a rede privada tem menos professores e contribui com apenas 2% da pesquisa e do ensino de pós-graduação.

Essa foi, portanto, a ambigüidade básica de uma universidade concebida para ser "fator de desenvolvimento" do país e que, justamente nesse período, passa por sua mais aguda crise de competência /14/. Por outro lado, foi nesse tempo em que o país teve suas mais altas taxas de crescimento eco

---

/14/ José Arthur Giannotti, em A Universidade em tempos de barbárie, 1981, radicaliza essa crítica. V. também Denise B. Catani e outros, Universidade, escola e formação de professores, 1986.

nômico que a universidade conheceu essa aguda perda de nível, o que levou muitos a crerem, ou a robustecerem sua crença, em que o desenvolvimento, qualquer que seja o seu modelo, prescinde da escola /15/ e que a universidade forjada nos anos setenta — domesticada, acrítica, meramente reprodutora das relações sociais — foi exatamente "a escola do regime" /16/.

Inversamente, quando cresce, dentro e fora dela, o movimento de contestação ao regime, dos primeiros pontos em pauta é conflituoso e diz respeito à relação entre a universidade e o Estado: de um lado aponta para a necessidade do Estado assumir sua responsabilidade com o ensino superior — luta pela gratuidade e caráter público da universidade — e de outro lado pressiona contra a tutela do Estado em relação à universidade via Ministério da Educação e, especialmente, Conselho Federal de Educação.

Na medida em que o Estado se aproxima do bem-estar social, pelo menos formulando políticas com esse objetivo, sob pressão da sociedade civil, ele é entendido como o provedor do bem comum. Na medida em que, como instrumento de dominação, o Estado faz essa provisão nos limites dos interesses das classes dominantes, ele é obstáculo à consecução do bem comum. Nisso reside a ambigüidade aludida.

Voltando-se agora os olhos para o ensino de 1º e de 2º graus, pode-se observar, em prisma inverso, um fenômeno semelhante de subversão dos propósitos reformistas da 2ª LDB, de 1971. Pretendia esta, efetivamente, dar seu quinhão ao desenvolvimento do país por meio da "terminalidade", isto é, a capacidade do ensino de fornecer, em diversos níveis, profissionais "terminados", prontos para ingressar no mercado de

---

/15/ Cláudio Salm, Escola e trabalho, 1980.

/16/ Carlos B. Martins, Ensino pago: um retrato sem retoques, 1981. A expressão é do prefaciador da obra, Maurício Tragtenberg, p. 17-21.

trabalho. Uma equipe de educadoras, pesquisando a fundo a questão das habilitações técnicas para o exercício profissional em São Paulo, chegou a uma dramática conclusão: "Diante dessas e de outras constatações, somos levados a crer que a tão decantada 'profissionalização a nível de 2º grau' não passa de um lamentável engodo, especialmente no que diz respeito às escolas estaduais" /17/. Esse desgaste da profissionalização no ensino médio culminou com a revisão da lei nº 5.692/71 pela lei 7.044, em 1982. Desfazendo o equívoco, a profissionalização em sentido estrito preconizada pela lei de 1971 foi substituída pela "preparação para o trabalho" latu sensu pela lei de 1982. E as escolas técnicas tradicionais, que preexistiram à lei de 1971, continuaram em funcionamento, prestigiadas, atraindo alunos, disputadas em termos de vagas /18/.

Ainda em paralelismo estreito com o ocorrido no ensino superior, também se encontra no ensino médio o problema da privatização, estimulada pelo poder público, aliado ao da perda de qualidade. Só que com sinal invertido. No primeiro e no segundo graus a rede privada, de melhor qualidade, atende à clientela de classe alta e média, enquanto que a rede pública, deteriorada qualitativamente (salas superlotadas, má remuneração dos docentes etc.), passa a atender aos alunos das classes populares /19/.

Esse quadro persistiu com a implantação da Nova República. Tanto é que, pouco antes da realização da IV Conferência Brasileira de Educação - CBE, realizada em Goiânia em 1986, os educadores, reunidos em entidades como ANDE - Associação Nacional de Educação, a ANPED - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação e o CEDES - Centro de Estudos Educação e Sociedade, manifestavam sua preocupação

---

/17/ Maria Laura Puglisi B. Franco e outras, "Áreas críticas e Distorções do Ensino de II Grau no Município de São Paulo", Educação & Sociedade, nº 14, abril de 1983, p. 35-39.

/18/ Maria Laura P.B. Franco e Ediógenes Aragão, "Procurando um novo espaço para o 2º grau", ANDE, nº 7, 1984, p. 21-26.

/19/ Luís Antônio Cunha, "Pelo Ensino Público e Gratuito", Educação & Sociedade, nº 12, setembro de 1982, p. 132-134.

ção ante o fato de que as políticas governamentais têm sido insuficientes, especificamente na área educacional, onde "persistem os problemas crônicos referentes à universalização e gratuidade escolar, situação do magistério e qualidade do ensino" /20/. Sobretudo, queixavam-se da falta "de uma política de educação nacional, global, coerente e eficaz". Os graves problemas apontados pelos educadores diziam respeito, basicamente, à "mobilização pela escola pública democrática" e à criação de "condições indispensáveis para sua expansão e funcionamento — priorização de recursos para o ensino de 1º grau, gratuidade, valorização e condições de trabalho para o magistério, redefinição de currículos e metodologia para sua clientela majoritária" /21/.

A Carta de Goiânia /22/, resultado da IV CBE, à qual a correram seis mil participantes, constatou "o estado lastimável da educação nacional": mais de 50% de alunos repetentes ou excluídos ao longo da 1ª série do ensino de 1º grau; cerca de 30% de crianças e jovens na faixa dos 7 aos 14 anos fora da escola; 30% de analfabetos adultos sem acesso à escolarização básica; 22% de professores leigos; precária formação e aperfeiçoamento profissional de professores em todo o país; salários aviltados em todos os graus de ensino.

Diante disso, a proposta é uma nova política educacional. Os educadores em Goiânia, ainda que numa linha altamente crítica, demonstraram crer na virtude regenerativa de uma política educacional. E propuseram-na para realização em duas fases: na Constituição e numa futura Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Do longo peticionário de Goiânia, dois itens merecem a atenção na linha de reflexão aqui adotada. Um deles é o que

---

/20/ Educação & Sociedade, nº 23, 1986, p. 158.

/21/ Idem, p. 158.

/22/ "Carta de Goiânia", Educação & Sociedade, nº 25, dez. 86, p. 6-10.

pede a participação das universidades públicas na elaboração da política cultural, científica e tecnológica e sua definição como "agentes primordiais" na execução dessas políticas. O outro é o que reclama o controle da política educacional pela sociedade civil através de organismos colegiados democraticamente constituídos.

Esta última petição, que tem como alvo o controle exercido pelo Conselho Federal de Educação e pelos conselhos estaduais, deixa claro o caminho futuro, que passa pelo centro da questão democrática: o de uma relação tensa entre a sociedade civil e o Estado, com um aumento da demanda por políticas sociais e um rechaço aos mecanismos de controle nestas embutidos.

Quanto à primeira, trata-se igualmente de uma reivindicação anticentralizadora. Na medida em que as universidades públicas passem a participar da política cultural, nas fases de elaboração e execução, organismos como o Conselho Federal de Cultura tendem a perder peso. Isso efetivamente significaria uma possibilidade de retirar à política cultural a unidimensionalidade que a caracteriza, apesar das proclamações pluralistas, em favor dum crescimento ponderável da sociedade civil.

#### A ideologia da política cultural.

É certo que, a partir do momento em que se disputa o espaço público, o Estado já não conseguindo manter sua dominação pela força pura e simples, e a sociedade civil opondo-lhe projetos hegemônicos alternativos, instaura-se novamen-

te a "era das ideologias", que, no momento da dominação pacífica, dava-se por liquidada.

A política cultural, contrapartida estatal da cultura política, a partir de certo momento já não é uma emanção incontrastável da vontade estatal. Ela precisa justificar-se. É o momento da formulação da ideologia da política cultural.

Esta ideologia vai sendo formulada progressivamente, estalando ora em setores da sociedade civil que nutrem projetos de participação no aparelho estatal, ora em províncias estatais já sob controle oposicionista — e até em setores da burocracia que começam a articular um discurso de adequação à nova ordem hegemônica em gestação. Não se pode esquecer que a burocracia, no sentido cardinalício que assume no Brasil, tem caráter estamental, sobrepassando, assim, às disputas classistas. O que ela colima é a permanência no poder. Para isso, vale-se do congelamento dos conflitos, no sentido de não envolvimento, mediante uma racionalidade sistêmica que privilegia os fluxos funcionais, as hierarquias decisórias, o decisions taking process, em detrimento do objeto da contenda e do contencioso propriamente dito. Serve-se ainda da paralisação da história, estagnando seu tempo pulsante e acabando por ser muito mais conservadora do que a fração militante da burguesia. Por fim, difunde a idéia de um Estado multifuncional, perfeitamente adequado, como lógica de meios, aos fins permanentes da sociedade. No extremo, um manual de rotinas.

Globalmente considerada, a ideologia da política cultural provém dessas fontes, cruzadas, é certo, mas mantendo, apesar de tudo, uma relativa autonomia.

Do nacionalismo ao marketing cultural.

"É relativamente recente a idéia de política cultural com a abrangência que lhe emprestamos hoje. Seu ponto de partida foi a tomada de consciência de que a qualidade de vida nem sempre melhora com o avanço da riqueza material. (...)

Essa a razão pela qual a política cultural é particularmente necessária nas sociedades em que o fluxo de bens culturais possui grande autonomia com respeito ao próprio sistema de cultura, cuja coerência é permanentemente submetida à prova".

Celso Furtado /23/

Celso Furtado representa uma das sínteses mais perfeitas desse novo discurso. desse novo projeto, dessa ideologia posta a circular em função de um projeto hegemônico. Intelectual perfeito para os novos tempos, pois é economista quando ainda não se celebraram as exéquias do economicismo e é humanista quando os sinos já começam a dobrar pelo tecnicismo — sua obra integra aqueles grandes ciclos que Car-

---

/23/ Celso Furtado, Depoimento perante a Sub-Comissão da Educação, Cultura e Esporte da Assembléia Nacional Constituinte em 12 de maio de 1987. In: MinC, 7 dias na Cultura, ano 2, nº 17, 21 de maio de 1987.

los Guilherme Mota considerou fundamentais na continuidade edificante da cultura brasileira /24/. Cepaliano, é um dos pensadores da integração latino-americana. Sudeniano, é um arauto das soluções regionais. Isebiano, participou da corrente nacionalista ao explicar as causas do subdesenvolvimento ao nível econômico, deixando de parte interpretações depreciativas da formação étnica brasileira. Estruturalista, foi considerado retrógrado pelo triunfante monetarismo de 64 e depois passou a ser progressista quando aqueles tiveram que assumir os insucessos monetaristas das últimas duas décadas. Com todo esse envolvimento e a condição de um dos grandes intérpretes do Brasil ainda em militância, tem tudo para ser o ideólogo de que os novos tempos necessitam.

Sua estréia na ideologia foi feita numa obra nem sempre muito lembrada, mas fundamental para a compreensão do seu projeto: Prefácio à nova economia política /25/. Nela Furtado reclamava uma teoria geral das formações sociais : bem mais do que uma análise multidisciplinar, uma teoria social global. Tal teoria devia dar conta do todo social, da demografia, da acumulação econômica, da estratificação social e do poder. Esta obra, como o próprio autor admite, é lacunar. Tem o título semelhante, como que parodiando o Prefácio à crítica da economia política, de Marx. Ela é um prefácio, às vezes um índice. Como prefácio e como índice, porém, é abrangente de um todo integrável. Ajusta-se ao modelo ideológico.

Como ideólogo da política cultural, Celso Furtado co-

---

/24/ Carlos Guilherme Mota, op. cit.

/25/ Celso Furtado, Prefácio à nova economia política, 1976.

meçou há menos tempo. Escreveu algumas teses acadêmicas sobre a cultura /26/ e, depois delas, deu palestras e entrevistas, nas quais revelou, mais que naquelas, seu projeto de intervenção do Estado na esfera cultural.

Em palestra no 1º Fórum Unicamp /27/, mostra que o desenvolvimento imitativo da industrialização tardia brasileira foi posto a serviço dos "estamentos sociais de rendas médias e altas, desatendo a satisfação das necessidades mais elementares da massa da população". A crise daí resultante aumentou "o poder de percepção do homem com respeito às contradições do mundo que ele mesmo cria". Com isso, foi-se formando uma vontade política, "capaz de canalizar as forças criativas para a reconstrução de estruturas sociais avariadas e a reconquista de novos avanços na direção de formas superiores de vida". No entanto, o quadro que essa vontade política deve enfrentar é extremamente adverso: "Como não perceber que os elevados padrões de consumo em que se instalara a chamada classe média tinham como contrapartida a esterilização de parte substancial da poupança e estavam em direta contradição com os ambiciosos planos de investimento do setor público? As tensões estruturais que daí resultaram estão na origem da proclividade ao endividamento externo e das pressões inflacionárias incontroláveis, essas duas tenazes que hoje imobilizam o governo e asfixiam o sistema produtivo". Qual a saída para a "vontade política"? A cultura: "Ora essa vontade coletiva somente poderá surgir se se dá um reencontro das lideranças políticas com os valores permanentes de nossa cultura, cujas raízes estão na

---

/26/ Celso Furtado, Sete teses sobre a cultura brasileira, 1984.

/27/ Celso Furtado, Desenvolvimento e Cultura (mimeo), 1º Fórum Unicamp, 13 de junho de 1984.

massa da população". Valores permanentes, fins substantivos, logo utopia: "Mas que é a utopia senão o fruto da percepção de dimensões secretas da realidade...? Esta ação de vanguarda constitui uma das tarefas mais nobres a serem cumpridas pelos intelectuais nas épocas de crise". Como manifesto ideológico, não poderia o discurso descurar dos agentes aos quais incumbe levar adiante as tarefas eminentes da vontade coletiva. São os eternos intelectuais. Mas estes não agem no vazio, Sua ação se dá num contexto determinado. Qual? O do sistema capitalista, onde se travam as relações "entre a cultura como sistema de valores e o processo de desenvolvimento das forças produtivas, entre a lógica dos fins, que rege a cultura, e a dos meios, razão instrumental inerente à acumulação". Furtado não tem nenhuma dúvida: " a produção de bens culturais transformou-se num ciclópico negócio e uma das leis que regem esse negócio é a uniformização dos padrões de comportamento, base da criação de grandes mercados". Adotar as regras desse negócio comporta um risco, concede Furtado, pois "seria equivocado imaginar que as técnicas são neutras". No entanto, no contexto capitalista, não existe saída: ou a política fomenta a produção (e o mercado cuida do consumo) ou fomenta o consumo (e a produção se auto-organiza). Antes de optar face ao dilema, Furtado avança uma estratégia: "preservar nossa identidade cultural". Este é o lado "puro" da política cultural. Quanto ao lado "impuro", "uma política cultural que se limite a fomentar o consumo de bens culturais tende a ser inibitória de atividades criativas e a impor barreiras à inovação". Por isso, a política cultural, com relação à atividade criativa, deve cuidar, não de monitorá-la, "mas de abrir espaço para que ela floresça". A síntese ideológica está perfeitamente traçada no parágrafo final do documento em exame: "Necessitamos de

instrumentos para remover os obstáculos à atividade criativa, venham eles de instituições venerandas que se dizem guardiãs da herança cultural, de comerciantes travestidos de mecenas ou do poder burocrático". Na amplitude de sua conciliação, o discurso ressalva, a um tempo, a posição dos intelectuais tradicionais e de seus nichos arcaicos, a dos empresários modernizantes e a dos tecnoburocratas racionalizadores. Com tanto apoio, a "política de desenvolvimento será posta a serviço do processo de enriquecimento cultural".

Um ano e meio depois, já Ministro da Cultura da Nova República, Furtado dá entrevistas em que reafirma esses pressupostos ideológicos e repisa alguns conceitos já em circulação na política cultural da república autoritária e vanescente, ao tempo em que Eduardo Portela "estava" ministro.

Nessas manifestações /28/, volta a insistir na tese de que o Estado não substitui a sociedade na produção cultural, mas funciona como difusor e democratizador de bens culturais: "Numa sociedade como a brasileira, muito elitista e estratificada, a produção cultural tende a se difundir de maneira desigual e pouco democrática. Ao Estado caberia o papel de tentar corrigir esses desequilíbrios". Ou: "O Estado tende, nessa atividade, a democratizar e criar espaços de participação". Dividindo o âmbito da atuação estatal na área de cultura em dois grandes setores — o de preservação do patrimônio e o da vida criativa — Furtado faz ver que no primeiro o Estado está por inteiro, enquanto que, no segundo, com cautela.

Uma interessante articulação na interpretação furtadiana da política cultural (uma expressão "ambígua", segundo afirma), é sua aproximação com a política educacional :

---

/28/ Entrevistas à revista Veja, de 19.02.1986, p. 5-8, e ao jornal Folha de São Paulo, de 21.02.1986.

"Neste caso o Estado tem uma idéia do que deve ser a educação, por equívoca que seja. O Estado produz educação. Já na área da cultura, se o Estado mete a pata /29/, e isso se constata nos países socialistas, o que se dá é uma asfixia". Nesta passagem fica clara a desvinculação entre educação e cultura, procedida pela ideologia da política cultural. Basta comparar esta com uma outra entrevista em que o pergunta dor põe explicitamente a questão levantada por Roberto Schwarz /30/ de que o problema da cultura no Brasil atual passaria muito mais pelo Ministério da Educação e pelo Ministério das Comunicações do que pelo Ministério da Cultura/31/. Furtado continua respondendo que o Estado é responsável pela geração e prestação educacional, enquanto que, na área da criação cultural (não na do patrimônio cultural, que esta é da natureza do Estado preservar), o Estado "foi levado" a intervir para garantir sua democratização. Diante do avanço da indústria cultural, que se apropria da cultura, o Estado precisa agir: "Se o Estado não intervém, evidentemente os grandes segmentos da população quase não têm acesso aos bens da cultura".

Mais dois pontos completam a ideologia da política cultural. Um diz respeito à censura, outro ao marketing cultural.

A censura é, por definição, a intervenção do Estado na criação cultural. Se o Estado não pode intervir na criação cultural, conforme ficou dito, a não ser para lhe democratizar o acesso, segue-se que o Estado não pode legitimamente exercer a censura. Nesse momento a ideologia produz um prodigioso salto: o jeito é eliminar o "nome censura".

---

/29/ Ipsis verbis, na entrevista à revista Veja, cit.

/30/ Roberto Schwarz expõe esse ponto de vista em mesa redonda na Folha de São Paulo. Cf. Folhetim, Folha de São Paulo, 3 de março de 1985, p. 6-11.

/31/ Entrevista a Matinas Suzuki Jr., Folha de São Paulo, r. cit.

Mas não a realidade da censura, compreendida como "defesa natural de uma sociedade que trata de evitar o conflito e a destruição dos seus valores". Aqui completa-se o discurso ideológico: o Estado identifica-se com a sociedade, ontológica e não apenas nominalmente, de maneira natural, e defende os seus valores. Mas estes não são plurais? Sim: cabe ao Estado "evitar o conflito". No limite, portanto, a função da censura acaba por se revelar profundamente reacionária, na medida em que oculta as contradições entre os valores sociais, permitindo que se manifestem apenas os dominantes.

O outro ponto é o do marketing cultural, que, antes de se oficializar com a aprovação da Lei Sarney, já tem sua justificativa ideológica. Segundo Furtado, o Brasil de 1986 já não é um país pobre, já alcançou um alto nível de acumulação e, por isso, já pode "estimular o mecenato privado". Ocorre que esse nível de acumulação beneficiou apenas uma minoria. Urge, pois, desconcentrar a renda. De que maneira? Pela via que o capitalismo moderno gerou: a do salário indireto, que incorpora à renda do trabalhador, além do salário monetário, os diversos benefícios decorrentes da implementação de políticas sociais: educação, saúde, habitação, previdência — e cultura. Porque a cultura pode ser "concebida no sentido de qualidade de vida". Ela é composta de bens, os bens culturais, que devem ser democratizados, facilitando-se o acesso a eles, de jeito a engrossar o salário indireto da massa trabalhadora. Uma parte dessa tarefa cabe ao Estado diretamente implementar. A outra parte, correspondente à feição do Estado de agência política numa sociedade em que a agência econômica ( e em certa medida também política ) é a empresa, cabe àquele criar mecanismos para que estas venham a financiar a produção e distribuição da cultura, beneficiando-se, por sua vez, de estímulos fiscais. Fi-

ca legitimado, como democratizador, o marketing cultural.

A ideologia que nasce de dentro:  
as idéias em seu lugar.

A construção de Celso Furtado foi tomada paradigmaticamente na elaboração da ideologia da política cultural, não só em função do encadeamento de fatos que o levaram ao Ministério da Cultura, mas sobretudo em virtude de sua inegável força teórica, conquistada através de uma obra que trouxe incontáveis contributos à ciência social e à interpretação da sociedade brasileira.

Mas a criação e a difusão dessa ideologia não se estancam nesse paradigma. Dentro do aparelho estatal, seja em províncias controladas pela oposição, seja em setores burocráticos do governo central que adequavam seu discurso à nova ordem em gestação, a ideologia vinha sendo pacientemente elaborada.

Numa publicação prefaciada por Fernando Henrique Cardoso /32/, de 1985, contendo artigos publicados em 1984, o então Secretário Estadual de Cultura de São Paulo, Jorge da Cunha Lima, do governo peemedebista de Franco Montoro, escreve: "Os valores de uma sociedade, que devem traduzir a vontade coletiva, terão de surgir de um reencontro das lideranças políticas com os valores permanentes de nossa cultura, dentro da anotação correta de Celso Furtado. E pressu

---

/32/ Jorge da Cunha Lima, Notas sobre política cultural, 1985.

põe ainda, conforme a indicação de Carlos Guilherme Mota, , que a sociedade política só define seus rumos através de uma política cultural orgânica que, além de gerar críticas e conceitos, seja capaz de coordenar as várias esferas da vida do Estado, de uma forma eficiente e atuante" /33/. A primeira parte é repisativa do discurso furtadiano, e mostra como se difunde rapidamente a ideologia da política cultural. A segunda parte tem um poderoso conteúdo ideológico: o Estado, como um todo, somente se unifica a partir da política cultural. Esta já não precisa restringir-se ao respeitoso espaço do "incentivo", do "estímulo": vai adiante e gera "críticas e conceitos". Resultado dessa cultura estatal (conceito fascista que diverge do de política cultural, perfeitamente combinável com uma concepção democrática) é a coordenação das várias esferas da vida do Estado. Quer dizer: a política cultural subordina todas as demais políticas emanadas do Estado. De onde lhe vem tanta força? De seu caráter ideológico: "No governo de transição as esperanças populares exigem uma composição de forças capaz de pôr em prática o ideário comum" /34/. O ideário comum são os conceitos que cabe à política cultural elaborar e fazer circular. É necessário definir "a participação do Estado na produção cultural da sociedade, na preservação dos seus valores e no resgate de sua alma nacional". O discurso vai ganhando nitidez: participação estatal na cultura social, "preservação", "alma nacional". A ideologia da identidade cultural desenha-se com nitidez: "A Nação brasileira não é ficção. Ela é realidade complexa, enraizada nos homens e mulheres, nas pessoas de todas as idades pertencentes às diver-

---

/33/ Id. ibid., "Cultura na transição ou transição na cultura?".

/34/ Id. ibid., "Postulados políticos".

sas classes sociais, etnias e regiões, ou seja, nas múltiplas identidades que vêm sendo construídas e transformadas ao longo da História. O processo cultural democrático implica, pois, fortalecer a construção cultural da grande comunidade nacional e, ao mesmo tempo, fertilizar todos os fragmentos que dão lastro, alimentam e enriquecem a nossa unidade e o nosso presente" /35/.

Trata-se claramente de uma ideologia que se apropria de uma linguagem democrática mas veicula um conteúdo até certo ponto conservador, pois no seu universo lingüístico uma das poucas expressões operacionais é a preservação do passado. Em comum com todas as ideologias, tem caráter monopolista, atribuindo ao Estado a exclusividade do discurso legítimo na medida em que representa a Nação. O objetivo explícito da política cultural veiculada pelo discurso é a criação de condições institucionais para o funcionamento do mercado de bens simbólicos: circulação de produtos culturais nos meios de comunicação de massa públicos ou privados; direitos autorais; incentivos fiscais para ajuda a programas culturais; incentivo à exportação de produtos culturais; incentivo à produção nacional de matérias-primas necessárias aos diversos setores da produção cultural; isenção tributária à importação de matérias-primas não produzidas no Brasil; e elaboração de normas administrativas adequadas ao setor cultural /36/.

Também de dentro do aparelho estatal a ideologia da política cultural começava a ensaiar seus passos, através

---

/35/ Id. ibid., "Postulados políticos".

/36/ id. ibid., "A Máquina do Estado".

de setores burocráticos do governo central que adequavam seu discurso à nova ordem em gestação. Um exemplo típico é a intensa produção discursiva de Aloísio Magalhães, considerado o "pai do Ministério da Cultura", tendo chefiado diversos órgãos da burocracia cultural federal e procedido à reforma administrativa que alargou o âmbito dessa burocracia praticamente para as mesmas dimensões com que ficou com a posterior criação do Ministério /37/.

Para Aloísio de Magalhães, o processo de integração universal determinado pelo avanço tecnológico tem sua face negativa, que é a perda de identidade cultural dos diversos países. Para compensar essa perda, já que o processo de universalização tecnológica é irreversível, o instrumento adequado é a política cultural.

No Brasil, a política cultural de integração tem um forte lastro no passado, marcado pelo princípio da justaposição dos contrários. O desenvolvimento é visto por Magalhães na perspectiva da síntese entre componentes diversificados. É por aí que ele chega à conclusão de que, se num momento anterior houve uma grande centralização (a seu ver necessária na fase de implantação da infra-estrutura para o grande salto posterior), o tempo que se avizinha será marcado pela "tendência à descentralização do poder decisório e executório e à procura de novos valores em nossas bases culturais, onde se exprimem os anseios e necessidades da comunidade" /38/.

Evidente discurso de adequação à nova ordem, o de Aloísio de Magalhães teve a peculiaridade de fazer, por dentro, a transição que se vinha forçando por fora. /39/.

---

/37/ Essa produção está reunida no volume E Triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil, 1985.

/38/ Id. ibid., p. 51.

/39/ O próprio Aloísio Magalhães não assistiu à instalação da Nova República, tendo falecido em junho de 1982, no exercício do cargo de Secretário de Cultura do MEC.

Pródromos da criação  
do Ministério da Cultura.

A criação do Ministério da Cultura foi precedida de amplo debate de que participaram significativos setores da intelectualidade brasileira. Uma parte dessa discussão foi reunida em registros jornalísticos consolidados /40/, enquanto outra parte encontra-se dispersa. Atenho-me aqui ao debate consolidado.

Uma primeira observação diz respeito à ausência de educadores nesse debate, o que causa espécie e chama a atenção. Fica o registro.

No jargão da nova especialidade pública, participam do debate: produtores culturais, assim entendidos especialmente os criadores de obras de arte, literatos, teatrólogos, cineastas, poetas etc.; administradores culturais, isto é, os que, como José Aparecido de Oliveira e Aluísio Pimenta, que breve seriam titulares do novo ministério, já haviam participado da burocracia governamental da cultura em algum nível; e metacultores, assim denominados, com um neologismo discutível, os sociólogos, lingüistas, cientistas políticos, antropólogos, historiadores, críticos de arte, en-

---

/40/ Especialmente: "Política cultural: o grande debate", Leia, edição especial, ano VII, nº 77, março de 1985; "Política cultural: isso ainda faz a cabeça?", Folhetim, Folha de São Paulo, 3 de março de 1985; e, mais recuadamente, "O Estado e a Cultura", Folhetim, Folha de São Paulo, 25 de maio de 1980.

saístas, filósofos e cientistas sociais que se colocaram o problema da cultura como tema de pesquisa e reflexão.

Em geral, os produtores culturais são desconfiados em relação ao avanço do Estado na área cultural. Talvez como homens do métier, possuindo relações de natureza pessoal com os organismos governamentais encarregados de política cultural, ficam a meio caminho entre aceitar essa política, como facilitadora de meios, e rejeitá-la, enquanto ameaça à sua liberdade de criação. Ferreira Gullar chega a reclamar da negligência do Estado em assumir sua responsabilidade nesse campo. No outro extremo, Millôr Fernandes opõe-se a qualquer forma institucionalizada de cultura, porque isso leva ao fascismo (Göbbels procurava a arma quando ouvia falar em cultura) e à exacerbação do capitalismo (Jean-Luc Godard, em vez da arma, procura o talão de cheque). É exceção. Todos os demais aceitam que o Estado finque estacas no chão da cultura, divergindo em aspectos organizacionais, funcionais, nunca quanto ao princípio mesmo da intervenção. O que é comum aos produtores culturais é a defesa ciosa do espaço criativo. A questão ideológica — a que interesses serve o Estado? a que projeto hegemônico serve a política cultural em elaboração? — não é colocada. O Estado é visto como essência atemporal mantendo relações de "mais" e de "menos" intervenção com uma sociedade também atemporalmente considerada. Falta de consciência histórica? Pela obra desses produtores culturais sabe-se que não. É possível que sua posição no debate reflita interesses corporativos, já que o Estado, para muitos deles que atuam no cinema, no teatro e mesmo na música, é a condição de possibilidade para a realizações de seus projetos artísticos.

Quanto aos administradores culturais, seu envolvimento direto nos fatos políticos não suscita grande dúvida quanto ao seu posicionamento. José Aparecido de Oliveira, na

altura dos debates Secretário Estadual de Cultura de Minas Gerais, viria a ser o primeiro Ministro da Cultura da Nova República. E Aluísio Pimenta acabaria seu sucessor no Ministério.

Em ambos o discurso readquire a postura universalista da ideologia. Para José Aparecido, "o objetivo de uma política cultural é implementar a cultura de tal forma que, enquanto força propulsora da individualidade, funcione na criação de um novo tipo de homem e de vida social" /41/. Aluísio Pimenta considera a cultura como "um processo de desenvolvimento", em que "o povo tem de se afirmar como nação. Assumindo a dinâmica da sua cultura e da cultura universal, sem fronteiras e também sem colonialismo imposto, A cultura se faz dessa dinâmica" /42/.

A crítica ideológica, às vezes aprofundada como em Florestan Fernandes, às vezes limitada como Hélio Jaguaribe, é uma constante no posicionamento dos "metacultores". Florestan Fernandes rejeita cabalmente toda política cultural, vista como "estratégia cultural" a partir do poder, que sempre recorre às elites recrutadas na burguesia para manter sua dominação. Além do mais, no contexto do capitalismo dependente, o intelectual vale pelo "endosso internacional" que recebe. O Estado é um mediador da dominação, não podendo, pois, ser agente de transformação. Assim, à política cultural é necessário opor a mobilização efetiva da massa, o que não se confunde com a adesão a rótulos, como "cultura popular" dos anos sessenta, mas aos movimentos reais e históricos das classes subalternas /43/.

---

/41/ "Projeto do novo homem", Leia, op. cit., p. 6.

/42/ "Competência, a principal virtude", ibid., p. 25.

/43/ "Revolução libertária: a massa fará um Brasil moderno", ibid., p. 11.

Entre essa rejeição em bloco da política cultural e sua valorização também global pelo sociólogo Sérgio Miceli, há os "discursos de conteúdo" de Antônio Houaiss, Hélio Jaguaribe e Franklin de Oliveira. Para Houaiss, a política cultural, numa sociedade semiliterada como a brasileira, é, em primeiro lugar, acesso à língua, educação básica. Por isso, a política cultural está necessariamente imbricada com a política educacional, começando por esta, através da escolarização básica, e prosseguindo através de "centros culturais" disseminados pelo país, formando uma rede estreitamente conjugada com a rede escolar. Hélio Jaguaribe fala de uma "nova ética" a embasar um "projeto nacional". E Franklin de Oliveira, que admite o Ministério da Cultura porque "educação é diferente de cultura", reclama uma "visão cultural humanista" para acautelar os interesses do homem sobrepondo-se aos do Estado" /44/.

No outro extremo, Sérgio Miceli procura entender o estabelecimento da política cultural, não como um projeto hegemônico, mas como uma imperiosa necessidade de modernização, no sentido de "integração na modernidade". Descartando a teoria da dependência, a teoria da invasão cultural e o saudosismo da cultura popular — cada uma dessas teorias teve sua razão de ser em diferentes momentos da história brasileira, mas hoje estão deslocadas, — Miceli pensa na democratização cultural como uma possibilidade de conquista da sociedade civil em relação ao Estado. Estabelece então algumas prioridades, como a de enfrentar a indústria cultural para que esta possa vir a servir aos vazios de escolaridade

---

/44/ Antônio Houaiss, "Cultura em crise: o mais baixo índice de domínio do vernáculo", Leia, op. cit., p. 5; Hélio Jaguaribe, "A Nova Ética: Projeto nacional para a 'Nova República'", ibid., p. 7; Franklin de Oliveira, "Pela excelência do homem no país que tem de ser passado a limpo", ibid., p. 8.

existentes no país. Pensa também em formas alternativas de retirar o consumidor da indústria cultural da passividade, criando algum tipo de espaço à sua participação. Sugere a descentralização da política cultural, com a criação de centros culturais regionais dinâmicos. E, como linha básica, a superação da linha preservacionista em favor da linha de cultura contemporânea /45/.

No seu conjunto, os intelectuais — aí compreendidos políticos, escritores, cineastas, músicos e artistas, representantes de associações culturais civis e de órgãos governamentais, movimentos feministas, negros e indigenistas, além de outros — fizeram circular, a partir de 7 de maio de 1985, quase que simultaneamente com a criação do Ministério da Cultura, um Manifesto, listando problemas e prioridades que o novo ministério deveria enfrentar e atender /46/.

O Manifesto, ao qual não se há de cobrar coerência, devido à amplitude de orientações e de forças sociais que o inspiram /46/, pede que o MinC se ponha "a serviço da socie

---

/45/ Manifesto, Folha de São Paulo, 11 de maio de 1985. É assinado por Severo Gomes, Celso Furtado, Antônio Carlos de Brito (Cacaso), CNBB, Luís Carlos Barreto, Joaquim Pedro, Zé lito Viana, Sérgio Cabral, Cláudio Tozzi, Alexandre Eulário Pimenta da Cunha, Miguel Arraes, João Eudes, Eduardo Suplicy, Bete Mendes, João Calmon, Rômulo Galvão, Cristina Tavares, Haroldo Lima, Francisco Pinto, Freitas Nobre, Abdias Nascimento, J.G. de Araújo Jorge, Dante de Oliveira, João Cunha, Roberto Cardoso Alves, Carlos Brandão, Fredy Carneiro, Ruth Escobar, Marlos Nobre, Tisuka Yamasaki, ANDES, Pompeu de Sousa, José Fragelli, Aracy Amaral, Lisbeth Rebolon Gonçalves, José Alberto Teixeira Leite, David Arrigucci, Roberto Schwarz, Sábato Magaldi, Edla van Steen, Antônio Cândido de Melo e Sousa, Gilda de Melo e Sousa e outros.

/46/ A comparação com o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova é quase obrigatória. Apesar de também abrigar expressões contraditórias, o dos Pioneiros possuía unidade e coerência, derivadas de uma concepção filosófica claramente estabelecida. O Manifesto da "cultura nova" apenas lança pontos de uma plataforma, sem os ancorar numa concepção geral da cultura. E mesmo assim os pontos são conflitantes.

dade brasileira" e seja um impulsionador "da mudança a que se propõe a 'Nova República!'. Para tanto, deverá honrar uma série de compromissos, "considerados como imprescindíveis ao processo de sua contínua legitimação junto aos segmentos sociais que deve ouvir e apoiar". Que segmentos? O Manifesto não especifica, nem pode especificar sem revelar as contradição que seu caráter de "frente ampla" inevitavelmente abraça. No entanto, ao incluir no "interesse público" três parcelas que o integram, dá alguma idéia a respeito. São elas: "específicos setores sociais", "determinadas reivindicações político-partidárias" e "os argumentos de personalidades importantes no processo cultural e político do país". Ainda genérico, apesar de tudo o Manifesto deixa entrever que fala em nome do conjunto de forças sociais que, mobilizadas a partir de 1978, sob a liderança de uma fração da burguesia industrial brasileira, procuram estabelecer uma nova hegemonia a partir do Estado. O Manifesto repete as formulações da ideologia da política cultural, mas é de difícil leitura, caminhando entre proposições opostas. O próprio Manifesto esclarece que os compromissos são "explicitados em nível de amplitude", devendo portanto ser particularizados "na determinação da política cultural". Os compromissos são: 1º) que a cultura seja concebida como um processo decorrente dos diversos modos de agir e de pensar da sociedade brasileira e que a política cultural estenda suas preocupações "a aspectos fundamentais desse processo, como, por exemplo, saúde, educação, acesso e uso do solo, trabalho, habitação, etc."; 2º) que a diversidade cultural não justifique a desigualdade social e que os grupos "em situação de subalternidade" recebam "atenção e apoio especiais para superação desse estado". Dentre esses grupos, os indígenas, negros, favelados, ciganos, migrantes, mulheres, ga-

rimpeiros, bóias-frias, etc.; 3º) que se discutam amplamente os projetos "ditos de desenvolvimento", em função dos custos "sócio-culturais" por eles exigidos; 4º) que Brasília, cidade "politicamente cassada e culturalmente discriminada", seja o símbolo do "espírito federativo" de uma sociedade "pluricultural e multiétnica"; 5º) que o Ministério da Cultura sirva ao "processo de democratização do país", "aos interesses e à identidade de nossa sociedade plural" e de todo preste contas segundo o "dever do diálogo".

Não é necessário deter-se no Manifesto para verificar os evidentes equívocos presentes na confusão entre áreas de distintas políticas, em deslocamentos como a simbolização de Brasília e outros. Não se trata de uma comunicação científica. É um documento de ideologia.

O que é importante salientar, neste ponto, é que o Ministério da Cultura não nasce como um simples episódio burocrático. De uma parte, ele é o paroxismo do processo de separação entre educação e cultura. De outra parte, ele surge no bojo das pautas de negociação para a recomposição política no seio da classe dominante, recomposição essa que veio batizada de "Nova República". Além disso, a interpretação da identidade nacional, tarefa que sempre contou com a mediação dos intelectuais, passa agora a ser feita de dentro do Estado, que por sua vez convoca para isso a intelectualidade /47/.

---

/47/ A respeito dos riscos de uma cooptação em larga escala, no que chama de "estatismo administrativista" dos anos 80, v. Luís Alfredo Galvão: "Do iluminismo ao cinemismo", Folha de São Paulo, 29 de maio de 1987, p. 3.

Surge o Ministério da Cultura.

De início, à busca da própria identidade.

Não foi no momento de sua criação que o MinC - Ministério da Cultura conseguiu auto-definir-se. O decreto que o criou, de nº 91.144, de 15 de março de 1985 /48/, não destinou uma linha sequer para esclarecer o objeto a que vinha. Umas poucas indicações podem ser colhidas nos considerandos do decreto. E, assim mesmo, apontando sobretudo para a necessidade funcional de divisão de áreas entre educação e cultura. De um lado estão "o crescimento econômico e demográfico do país, a expansão da rede escolar e universitária" e a "complexidade cada vez maior dos problemas ligados à política educacional". De outro lado estão "o enriquecimento da cultura nacional, decorrente da integração crescente entre as diversas regiões brasileiras e da multiplicação das iniciativas de valor cultural". O resultado é que o MEC tornou-se "incapaz de cumprir simultaneamente as exigências dos dois campos de sua competência". Os assuntos educacionais e os culturais passaram, nas duas décadas anteriores, por uma "transformação radical", exigindo, por isso, "métodos, técnicas e instrumentos diversificados de reflexão e administração", assim como "políticas específicas bem caracterizadas". Acrescem ainda dois fatores: primeiro, a cultura nunca pôde ser objeto de "uma política mais consistente", porque a educação sempre atraiu a preferência governamental;

segundo, os novos tempos e "o desenvolvimento já alcançado pelo país" exigem uma política nacional de cultura.

O resultado de tudo isso é o Ministério da Cultura , que nasce por desdobramento do MEC para cuidar de: 1. le - tras, artes, folclore e outras formas de expressão da cultura nacional; 2. patrimônio histórico, arqueológico, artístico e cultural /49/. Nada de novo sob o Sol. Os objetivos nesse grau de generalidade, são os mesmos do Plano Nacional de Cultura, de 1975. No fundo, consagram o mesmo dualismo e litista. E não avançam nada em termos de um maior esclarecimento sobre o conteúdo de sua área de atuação.

Surgido, portanto, para acabar com a dicotomia educação-cultura, que a ótica oficial tem por insuportável, o MinC não inova no assunto e muito pouco na estrutura. Na verdade, em termos de estrutura, o ministério já estava antecipado pelo decreto de 10 de abril de 1981 que havia criado a Secretaria de Cultura - SEC, do MEC, por força da atuação de Aloísio Magalhães: "O cuidado de não avançar muito o sinal gerou uma situação anômala curiosa. A Secretaria de Cultura do MEC surgiu com estrutura, organograma e estatuto burocrático de um Ministério, para preencher funções e alcançar objetivos de um Departamento" /50/.

Somente um ano após a sua criação foi que o Ministério da Cultura acabou ganhando configuração estrutural mais acabada e conseguiu avançar também na definição de seu objeto, através do Decreto nº 92,489, de 24 de março de 1986 - /51/.

Os quadros na página seguinte mostram a estrutura da

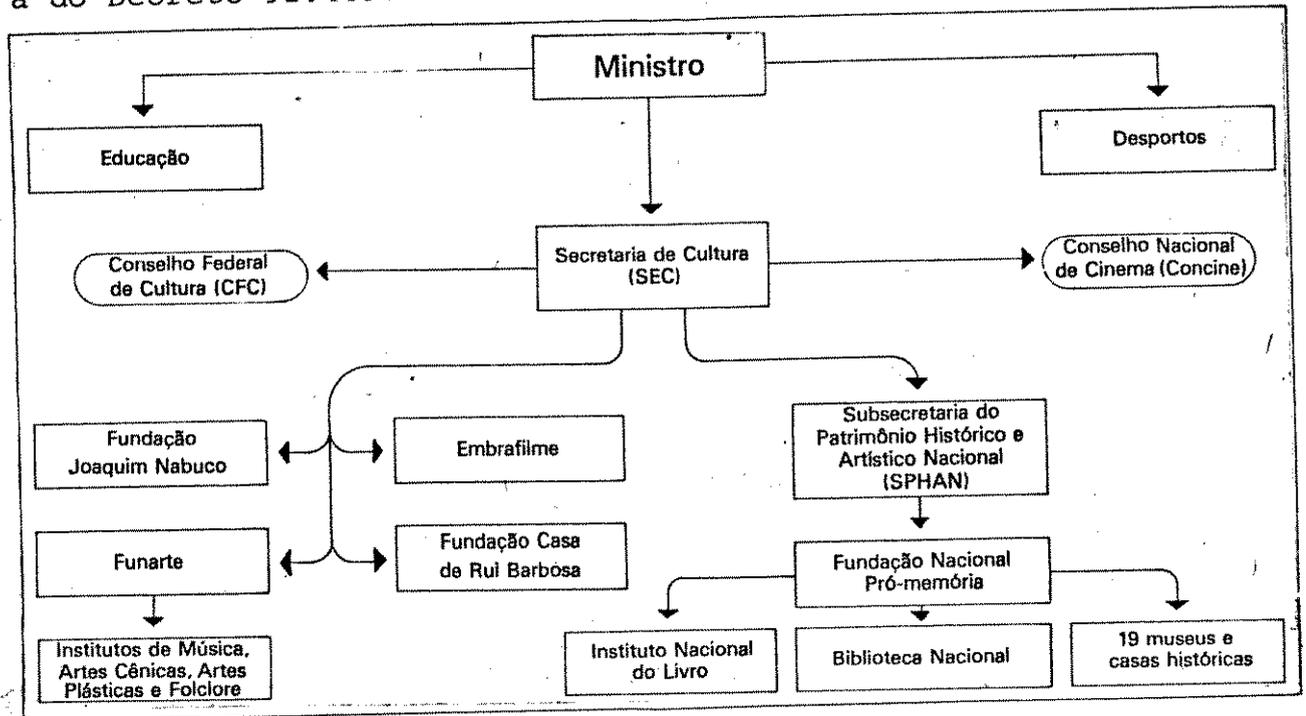
---

/49/ Decreto nº 91.144/1985, Art. 1º, I e II.

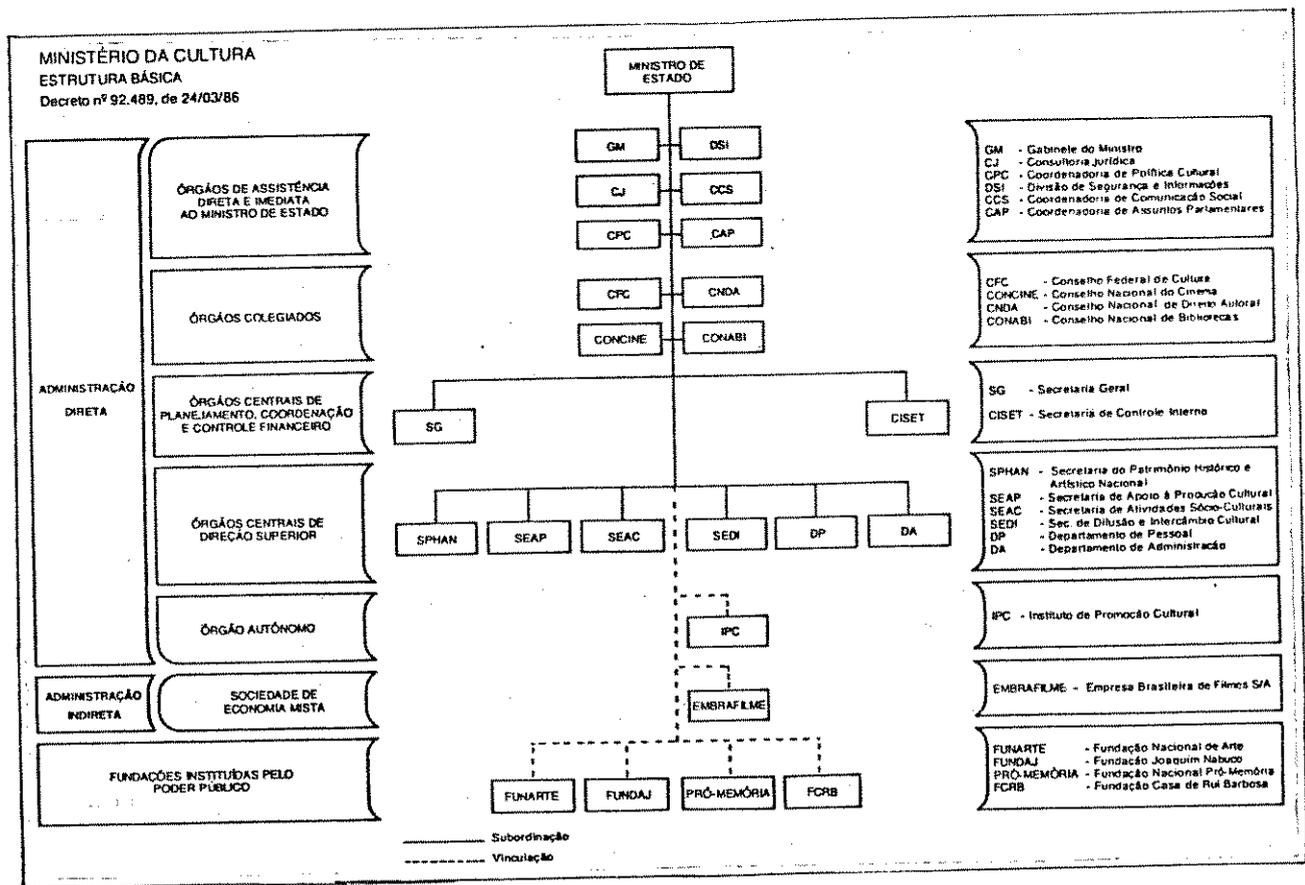
/50/ Mário Chamie, "Ansiedades à parte, um fato irreversível", Leia, op. cit., p. 22.

/51/ Legisl.Fed. e Marginália, Lex, Ano L, 2º Trim./1986 , p. 251-255.

SEC do MEC antes do MinC (Quadro 1) e a deste em decorrência do Decreto 92.489.



QUADRO 1. Fonte: Leia /52/



QUADRO 2. Fonte: Ministério da Cultura /53/

/52/ Leia, op. cit., p. 37.

/53/ MinC, "O Ministério da Cultura em 1986", Ministério da Cultura, s/d.

Não constam deste último organograma importantes órgãos, como o Instituto Nacional do Livro, o Instituto Nacional de Artes Cênicas e outros, por estarem englobados em órgãos de maior amplitude.

Mas onde o decreto 92.489 realmente avançou foi no tocante à conceituação da área de atuação do Ministério da Cultura. Ficam aí definidos os objetivos do MinC: 1º) preservação e desenvolvimento do patrimônio cultural brasileiro; 2º) Estímulo à criatividade artística; e 3º) Defesa da identidade cultural do país. /54/.

Um velho problema recoloca-se aqui. O estímulo à criatividade artística — que seria, em última análise, o único elemento verdadeiramente popular na tríade — não encontrou ainda formulação operacional. Em outras palavras, a política cultural ainda não aprendeu a operar com esse elemento. Por isso, pelo menos por enquanto, ele ficará a nível retórico, esperando pelo lance decisivo, que será o do marketing cultural.

Restam, então, como funcionais, o patrimônio cultural e a identidade do país. Os se articulam e merecem uma conceituação: "O patrimônio cultural é entendido como um todo orgânico, cuja unidade expressa a identidade do país e cuja significação é tanto maior quanto mais incorporado se encontra ao viver corrente da cidadania" /55/.

O que se vê nestas definições legais é o Estado exercendo, em plenitude, sua função de totalizador da identidade nacional. Esta não é uma realidade que possa ser apreendida no contato com a cultura popular. Como totalidade, ela é construída, através da mediação simbólica dos intelectuais, e encontra no Estado sua expressão mais acabada.

---

/54/ Decreto 92.489/86, Art. 1º.

/55/ Idem, art. 1º, § único.

Por que se disse que o patrimônio cultural e a identidade do país, ou, numa palavra-chave, a memória, pode ser considerada funcionalizável? Porque ela se apresenta já totalizada na obra dos "grandes intérpretes" da nação, cristalizada nos documentos e monumentos nacionais. Ao passo que a cultura popular, a criatividade artística do povo, é fragmentária. E, embora a ideologia da política cultural proclame-a como a fonte da identidade nacional, ela é em última análise apenas isso, a "fonte"; mas quem nela bebe são os detentores dos meios de acesso ao saber, os donos do código que permite decifrar essa massa simbólica incoerente, fazendo a mediação entre ela e o Estado, que finalmente se erige em preservador, defensor dessa identidade.

Um exemplo da dificuldade encontrada pelo Estado para operar diretamente ao nível das fontes populares da cultura pode-se encontrar na análise de programas a elas voltados, onde as palavras centrais são "conhecimento", "levantamento", "documentação", "registro", "avaliação", "elaboração", "referenciação", "sistematização", "classificação", "organização": todo um léxico do superior olhando para o inferior, do príncipe em relação ao súdito, de quem está de posse do global e vai documentar o episódico /56/.

É verdade que estes problemas são estruturais, dizendo respeito à própria estrutura da sociedade de classes. Do ponto de vista conjuntural, o decreto reestruturador do MinC deu diversos passos. Confirmou o Conselho Federal de Cultura na função de traçar diretrizes da política nacional de cultura. Estabeleceu competências funcionais, através de conselhos nacionais, nas áreas de cinema, direito autoral e

---

/56/ Levantamento vocabular procedido no Relatório do Centro Nacional de Referência Cultural, in: Aloísio Magalhães, op. cit., p. 57-62.

bibliotecas. Enfatizou os objetivos da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na linha preservaciona**l** básica do ministério. Com dificuldades conceituais, procurou traçar as áreas da Secretaria de Apoio à Produção Cultural (os produtores culturais de sempre e uma novidade: o "profissional da cultura"), da Secretaria de Atividades Sócio-Culturais (o homem no cotidiano, grupos desprivilegiados e etnias, qualidade de vida do brasileiro) e da Secretaria de Difusão e Intercâmbio Cultural. E, quase despercebida entre inúmeros artigos tratando das rotinas burocráticas, uma autêntica inovação: o Fundo de Promoção Cultural /57/, meio hábil para a captação de recursos financeiros fora do âmbito orçamentário. Será graças ao mecanismo deste Fundo que se criará, no momento seguinte, a maneira específica de atuação estatal junto à criação cultural, até então não operacionalizada. Esse modus será a institucionalização do marketing cultural. Tão certas encontravam-se as autoridades da Nova República da sua implantação que, meses antes da promulgação da Lei Sarney, que lhe daria estatuto jurídico, já a mensagem presidencial na abertura dos trabalhos legislativos de 1986, em março, saudava com euforia os novos tempos: "O Ministério da Cultura prosseguirá no estímulo à criatividade favorecendo oportunidades de acesso aos bens culturais, à formas artísticas e à referência à dinâmica cultural. Para tanto, valer-se-á dos recursos do Tesouro e de formas de captação de recursos particulares, especialmente pela via do benefício fiscal" /58/.

---

/57/ Decreto 92.489/86, artigo 22.

/58/ "Cultura e Educação na Mensagem Presidencial: diretrizes dos Ministérios da Cultura e da Educação na mensagem do Presidente José Sarney na abertura do Congresso Nacional em 1º de março de 1986", Folha de São Paulo, 2 de março/1986.

A organização mercadológica da cultura.

Finalmente, em julho de 1986, é promulgada a Lei nº 7.505 /59/, conhecida como Lei Sarney /60/. Ela vem completar o composto da política cultural, tornando operacional o terceiro objetivo do Ministério da Cultura, o de apoiar a criatividade artística, uma vez que os outros dois — patrimônio e identidade — já haviam encontrado o seu lugar. Regulamentando a lei, o Decreto nº 93.305 /61/ preenche seus claros.

A Lei Sarney estabelece o mecenato privado sob controle estatal. Não há, porém, nenhum ponto de aproximação com o mecenato clássico. Trata-se da organização do mercado cultural, algo específico das sociedades capitalistas, que apenas remotamente se liga com o mecenato cortesão.

A organização do mercado cultural foi muito bem estudada por Pierre Bourdieu no contexto das sociedades europeias do século XVIII em diante /62/. A diferença entre a situação dos países capitalistas avançados e a dos periféricos na organização dos mercados em geral, e não apenas quanto aos mercados de cultura, refere-se à atuação do Estado. Nas sociedades capitalistas europeias o avanço do modo de produção capitalista foi concomitante com o crescimento e a autonomização da burguesia como principal agente do proces-

---

/59/ Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, DOU de 3.07.86, S.I.

/60/ O projeto original foi apresentado pelo então senador José Sarney em 26 de setembro de 1972. Foi 5 vezes derrubado por inconstitucionalidade. Finalmente aprovado em 25 de junho de 1986.

/61/ Dec. 93.305, de 3.10.1986, Folha de São Paulo, 4.10.1986.

/62/ Pierre Bourdieu, A economia das trocas simbólicas, 1987.

so. Ao passo que em países de economia dependente, como o Brasil, a indisponibilidade de uma classe empresarial autônoma levou o Estado a exercer um crescente agenciamento sobre inúmeros setores do mercado.

O mesmo se deu quanto à organização do mercado cultural. Ao passo que a formação simultânea de um campo de produtores de bens simbólicos e de um campo de consumidores desses mesmos bens acabou por constituir, na Europa, um mercado que procurou instituir suas próprias instâncias de legitimação e consagração, dando origem a uma auto-normatividade não raro exercida contra a ingerência de poderes não especificamente culturais, como o político e o religioso; no caso de um país como o Brasil a formação dessa esfera autônoma de produtores, empresários e consumidores de bens simbólicos jamais se realiza em oposição ao Estado, mas agenciada pelo Estado. Ou seja, sob o capitalismo seródio e periférico, o mercado simbólico é apenas parcialmente auto-regulado, cabendo ao Estado agenciar e controlar sua organização.

A Lei Sarney (ou o conjunto lei + regulamento) estabelece o que são "atividades culturais", estatui benefícios fiscais às pessoas físicas ou jurídicas que lhes dêem apoio, elege o modelo empresarial para a produção cultural, fixa o controle estatal sobre esta ao exigir o cadastramento no MinC dos beneficiários-receptores e ainda cria o mecanismo para a captação de recursos destinados ao Fundo de Promoção Cultural.

Pela sistemática da lei, as pessoas jurídicas ou físicas podem obter benefícios fiscais, na área do imposto de renda, caso façam, em favor de "pessoas jurídicas de natureza cultural", doações, patrocínios e investimentos. Considera-se doação a transferência definitiva de bens ou nume

rário para o receptor cultural. Patrocínio é a realização de despesas com publicidade e promoção de atividades culturais. E investimento é a aplicação de recursos, com expectativa de retorno econômico, em empresas de interesse cultural, como editoras, produtoras cinematográficas, de vídeo, fonográficas e outras.

O relacionamento de "atividades culturais" consta de vinte e dois itens do artigo 2º e inclui (aqui não exaustivamente) bolsas e prêmios para produtores culturais, doações a bibliotecas, museus e arquivos, edição de obras de ciências humanas, letras e artes, produção de discos, vídeos e filmes, patrocínio de exposições, festivais artísticos, espetáculos de teatro, de dança, de música, de ópera e de circo, restauração, preservação e conservação de prédios, monumentos e obras de arte, construção e conservação de museus, bibliotecas e salas de arte, destinação de recursos para fundações culturais ou para instalação e manutenção de cursos de caráter cultural ou artístico para aperfeiçoamento de pessoal em estabelecimentos de ensino que não visem lucro, pesquisa no campo das artes e da cultura, preservação do folclore e das tradições populares nacionais, patrocínio de espetáculos folclóricos, distribuição gratuita de ingressos para espetáculos artísticos ou culturais, doação de livros a bibliotecas de acesso público — e ainda outras que compreendem até a criação de jardins botânicos e parques zoológicos.

Quem é o beneficiário-receptor das doações e patrocínios? O produtor cultural. No entanto, elegendo o modelo empresarial como unidade de produção cultural, o novo regime legal exclui da recepção dos benefícios o produtor individual. Só o produtor-pessoa jurídica habilita-se a receber as benesses do quase-mecenato privado.

Existe, porém, uma outra exigência: a de que a empre-

sa produtora cultural esteja cadastrada no Ministério da Cultura. Para isso é instituído o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas de Natureza Cultural, o CPC, "que expedirá certificado às entidades", conforme estatui, não sem uma ponta de pitoresco, o artigo 19 do Regulamento. Esse cadastramento é o modo de estabelecer controle estatal sobre a produção cultural. Na outra ponta, o controle vai ser exercido também sobre os quase-mecenas doadores e patrocinadores, embora com intuito diverso: aqui apenas com o fim de evitar evasão fiscal, enquanto que, lá, com o propósito claro de definir o Estado como instância legitimadora da produção cultural.

Dessa forma, o estabelecimento do marketing cultural, que representa a fase mais adiantada da política cultural enquanto ideologia e enquanto prática, fecha-se num sistema cujos componentes básicos poderiam ser assim traçados:

1. Ao Estado cabe controlar o planejamento da cultura. Isto é, a cultura, como esfera e considerada no seu todo, é planejada pelo Estado, da mesma forma como cabe ao Estado planejar a economia como um todo ou a previdência social como um todo, não obstante existir uma diversidade de agentes econômicos e de agentes previdenciários. E da mesma maneira como o Estado reconhece existir uma diversidade de agentes culturais, cuja pluralidade é incessantemente proclamada como apanágio da situação democrática.

2. Também ao Estado compete controlar, através de seus critérios classificatórios, a produção cultural, do ponto de vista da habilitação para o seu exercício. O Estado identifica os produtores e erige-se em instância legitimadora de sua participação no mercado. Tal é a função do CPC.

3. O Estado somente se exime de financiar diretamente a produção e distribuição cultural, delegando essa tarefa às empresas, privadas ou públicas.

4. As empresas, por seu turno, são compensadas pelo Estado através de incentivos fiscais. Restabelece-se assim o mecenato, mas agora com duas mediações que o distinguem substancialmente do mecenato clássico: 1º) a mediação estatal que aponta quem é financiável e indica as condições e limites do financiamento, ou seja, da função mecênica; 2º) a mediação do mercado, tornado agora instância pública, onde os bens culturais são avaliados e apoiados na medida de sua "qualidade". Esta qualidade está ligada à sua consumibilidade no mercado e, finalmente, à capacidade de transferência de prestígio (via promoção e propaganda) à fonte financiadora.

Embora afirme que "a política cultural deve voltar-se para a abertura de espaços de liberdade, portanto para o reforço das instituições da sociedade civil", Celso Furtado em nenhum momento oculta que a grande agência capaz de liberar a criatividade no seio da sociedade é o Estado: "Também é necessário que a ação dos poderes públicos reforce as correntes renovadoras. O gênio criador foi Fídias. Mas o século foi de Péricles" /63/.

Garantido o controle estatal — jamais percamos de vista que estamos acompanhando a implantação de um projeto hegemônico, que somente se viabiliza no e pelo Estado — espera-se que o jogo relativamente autônomo do mercado faça o resto.

As evidências, no momento em que estas notas são redigidas, no quadro de uma crise econômica exacerbada pelo desequilíbrio provocado pela dívida externa, são de que o

---

/63/ Celso Furtado, "O alcance da Lei Sarney", 7 dias na Cultura, MinC, Ano II, nº 8, 5-12 de março de 1987.

mercado, apesar do desaquecimento causado por essa crise, esteja fazendo sua parte. Não se dispõe ainda de números capazes de revelar a quantidade de atividades culturais, bem assim a sua composição, beneficiadas por recursos incentivados pela Lei Sarney. Também não se dispõe do volume total financeiro aplicado, nas suas diferentes modalidades, em operações de natureza cultural. Sabe-se apenas que os recursos carregados pelas empresas para o Fundo de Promoção Cultural do MinC foi ínfimo: apenas Cz\$94 milhões no segundo semestre de 1986, equivalendo a 0,18% do total arrecadado pelos outros treze fundos de investimentos e programas especiais do governo /64/. Mas isso era de se esperar, pois a destinação de recursos para o FPC é a única modalidade prevista pela Lei Sarney que não gera retorno ou expectativa de retorno para as empresas aplicadoras, seja do ponto de vista pecuniário, seja promocional ou publicitário.

Quanto às demais hipóteses legais, tudo faz crer que estejam prosperando.

Num dos Estudos da Escola Superior de Propaganda e Marketing, publicado em fevereiro de 1986 (antes, portanto, do advento da Lei Sarney, mas já na expectativa da regulação desse mercado), a pauta editorial incluía artigos com os seguintes títulos: "Marketing na Cultura X Cultura no Marketing", "A experiência da Xerox", "A Sul América e o apoio à Cultura", "Marketing Cultural: mais um bom negócio da Souza Cruz", "Bienal Nestlé: uma vitoriosa promoção cultural", "Cultura: a Shell responde", "O Citybank e o Marketing Cultural", entre outros /65/.

---

/64/ Folha de São Paulo, 25 de setembro de 1987.

/65/ José Roberto Whitaker Penteado Filho (coord.), "Marketing e Cultura", Estudos ESPM, revista Marketing, nº 148, fevereiro de 1986, p. 41-60.

Um ano e meio depois, já sob a regulamentação da Lei Sarney, um número da mesma revista Marketing tomado ao acaso, revela que dos 20 tópicos noticiados na seção "Marketing Mix", em duas páginas (6 e 7) também tomadas ao acaso, nada menos que 6 tópicos eram de natureza cultural. É de notar que a referida revista é tradicional no noticiário e interpretação de fatos mercadológicos, como lançamento de novos produtos, estratégias de vendas, embalagens etc./66/.

O anúncio que vai reproduzido na página seguinte, preparado pela agência Caio para a Confederação Nacional da Indústria e inserido na revista Isto É de 10 de junho de 1987, mostra o lançamento de um novo produto no mercado: a Cultura. O logotipo Cultura aparece grafado verticalmente numa lata de refrigerante, com os tipos gráficos característicos do logotipo da Coca-Cola. O texto do anúncio começa dizendo que "Sem indústria nenhum país vai para a frente. Sem cultura, também não". E termina afirmando: "Quando o dinheiro e o talento se encontram todo mundo sai ganhando".

A reificação da cultura é condição da constituição do mercado de bens simbólicos. Sua transformação em artigo de consumo é requisito insubstituível para que o mercado a assimile em termos de produção-distribuição-consumo. Numa ponta. Na outra, é condição para sua operacionalização pelo Estado "agente do processo de desenvolvimento" (Hélio Jaguaribe /67/) e também para o exercício da função de controle exigida pela permanência de seu exercício hegemônico.

Essa visão da política cultural do Estado capitalista

---

/66/ "Marketing Mix", revista Marketing, nº 164, junho de 1987, p. 6-7.

/67/ Hélio Jaguaribe, Problemas do desenvolvimento latino-americano, 1967.

# A CNI está lançando um novo produto no mercado:

Sem indústria, nenhum país vai para a frente.

Sem cultura, também não.

E por isso a Confederação Nacional da Indústria está dando todo apoio à produção cultural brasileira.

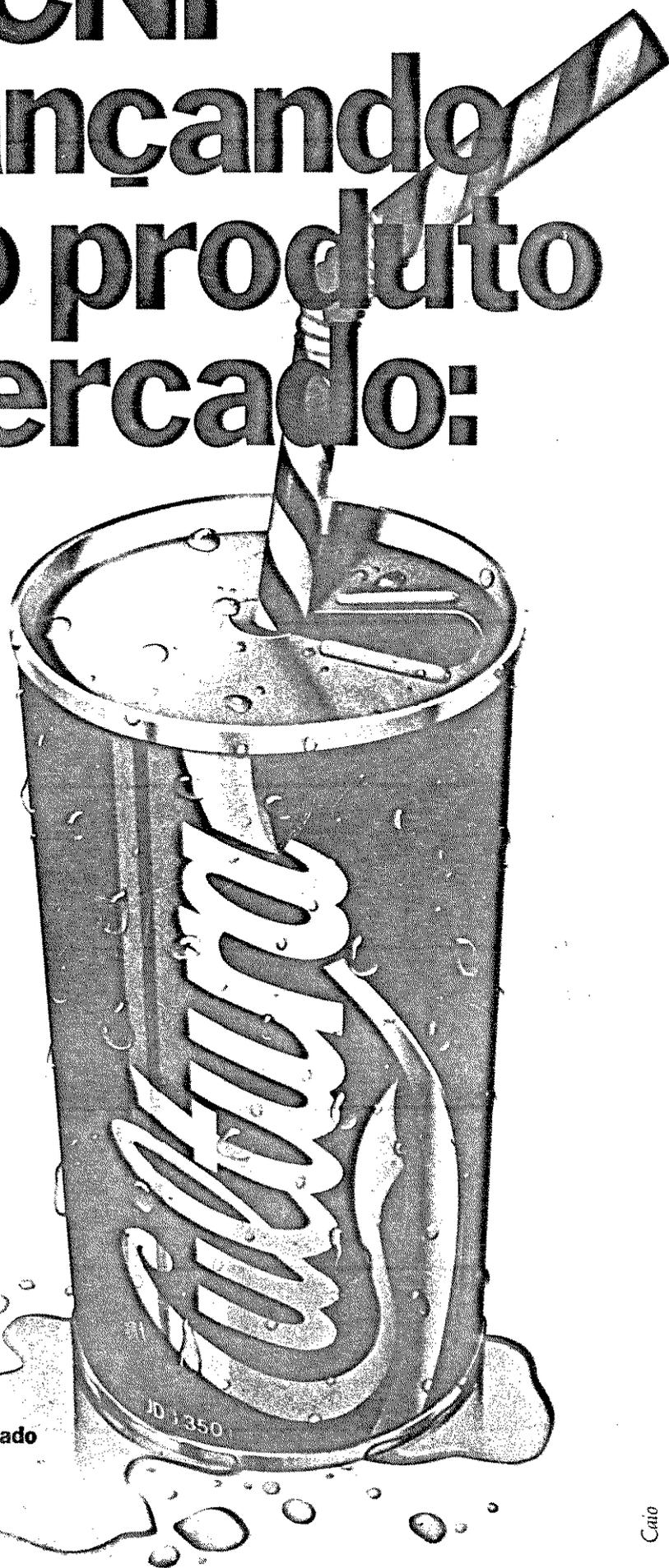
E para que esse apoio não fique só em palavras, a CNI, com a colaboração da Secretaria Estadual de Cultura do Rio de Janeiro, vai promover um seminário sobre a Lei Sarney e os investimentos em atividades culturais.

Se você é empresário e acredita que investir em cultura é bom negócio para o país, você não pode perder.

Se você é produtor cultural e está precisando de financiamento para o seu projeto, anote aí:

Dia 11 de junho, às 10 horas, no auditório da Confederação Nacional da Indústria, Av. Nilo Peçanha, 50/33º andar, Rio de Janeiro.

Quando o dinheiro e o talento se encontram todo mundo sai ganhando.



## C.N.I.



**Lei Sarney:**  
um encontro marcado  
entre o dinheiro  
e o talento.

Confederação Nacional da Indústria.

moderno e periférico só não leva à passividade e ao imobilismo desde que discutido o conceito de cultura que está na base de sua formulação. É o que tenho procurado fazer, retirando as capas com que o produto cultural é apresentado e buscando apresentá-lo na perspectiva dos grupos sociais e dos diferentes momentos históricos em que se dá sua apropriação. Correlativamente, penso ser necessário manter sempre em mente o fundamental do significado de cultura, reificável mas irreduzível à sua dimensão reificada. Irreduzível, ademais, a qualquer das dimensões em que se pretende petrificá-la, inclusive a mais corrente de todas, a de "valor", que é aquela em que os sentidos são apropriados pelas classes ou frações de classes nas suas disputas pelo poder: a dimensão ideológica. Trama de significações que constitui o mundo para o homem e constitui o próprio homem no mundo, aportando sentido ao fazer humano e ao dizer do homem para o homem, a cultura é um processo fundamental inscrito no núcleo mais dialético do existir: ela é ao mesmo tempo constituinte, enquanto doa sentido, e constituída, enquanto sentido portado por sujeitos sociais, razão por que a cultura acaba sendo o palco de uma perpétua disputa social e é ao mesmo tempo a possibilidade radical de sua superação.

### Política cultural e indústria cultural.

Embora consideradas, o mais das vezes, como realidades autônomas, passíveis de tratamento autônomo, a política cultural e a indústria cultural estão — no quadro brasilei

ro contemporâneo, intimamente associadas, imbricadas e complementarizadas. Por indústria cultural entendo, depois que Benjamin, Adorno e Horkheimer deixaram aberto o caminho /68/, o modo de produção da cultura, iniciado com a tecnologia da reprodução de seus signos, com vistas à sua absorção por um mercado de consumidores indiferenciados (massa), modo de produção esse que, inserido na economia capitalista como um todo, tendeu ao monopolismo no tardo-capitalismo, homologamente à produção em geral de bens materiais, mas ampliou o seu poder social ao elaborar uma ideologia centrada na sua própria potência — ideologia de caráter "totalitário" sem precedentes na história. O pressuposto básico da indústria cultural — um complexo de jornais e cadeias de jornais, e ditoras de livros e revistas, emissoras e cadeias de emissoras de rádio e, com maior abrangência, emissoras e redes de emissoras de televisão — é a standardização, ou homogeneização, tanto da produção propriamente dita quanto do produto e, no fim da linha, no consumo /69/.

As relações entre a estratégia estatal no âmbito da produção e distribuição de bens simbólicos (política cultural) e o modo de produção e difusão de bens simbólicos indiferenciados para um público consumidor indiferenciado ( indústria cultural), são complexas. No caso do rádio e da televisão no Brasil incluem, pelo mecanismo do regime de concessão de prefixos e canais, um sistema cooptativo evidente. Sua contrapartida é o compromisso de sustentação política e de integração no sistema de manipulação ideológica /70/. Tais relações são consideradas externas, entre esferas. No

---

/68/ Benjamin descobriu a mudança estrutural induzida pela reprodutibilidade dos signos culturais. Adorno e Horkheimer desvendaram a ideologia totalitária da indústria cultural.

/69/ Bourdieu, op. cit., prefere indiferenciação.

/70/ Ciro Marcondes Filho, Quem manipula quem? Poder e massas na indústria da cultura e da comunicação no Brasil, 1986.

entanto, há uma tendência também inequívoca de, através do mecanismo de concessão, aproximarem-se as esferas. Isso fica particularmente claro com as concessões feitas, um pouco por toda parte no Brasil, de emissoras de televisão e de rádio para políticos com posição de destaque nos jogos de composição eleitoral, ministerial etc. Forma-se, assim, uma simbiose entre detentores do poder concedente, a classe política e os detentores dos meios de produção cultural, especialmente rádio e televisão. Dessa simbiose nasce uma dupla segurança: a de que a mídia eletrônica dará sustentação à parcela da classe política que depende de eleições ou de prestígio político para nomeações e a de que, na outra mão, a classe política assegurará o establishment da mídia eletrônica. Um fenômeno mais recente estende essa situação também para a mídia impressa, através de mecanismos de formação de pools de comunicação /71/ e da dependência dos meios impressos em relação ao Estado no tocante a certos insumos (como o papel) e às verbas publicitárias da administração direta e das empresas paraestatais.

Se há, pois, uma relação simbiótica entre a sociedade política e a indústria cultural, entre esta e o sistema econômico abrangente as relações são de dependência estrutural e de reprodução ideológica. Os meios de comunicação dependem estruturalmente das empresas anunciantes, que lhes garantem o faturamento através da aplicação de verbas publicitárias. E, por sua vez, além de inserirem os anúncios das empresas — que são, por sinal, bens simbólicos de alto nível técnico de elaboração, — emprestam também seu espaço -

---

/71/ Os pools se formam a partir de veículos eletrônicos, que absorvem veículos impressos sem condição de competitividade no mercado, fortalecendo-os através de tabelas conjuntas e de divulgação institucional nos próprios veículos eletrônicos (exemplo: Rede Brasil Sul), ou a partir de editores que, por sua força econômica e política, conquistam a concessão de rádio ou televisão (exemplo: Rede Manchete).

-tempo editorial (nas reportagens dos jornais, nas telenovelas, nos shows etc.) à difusão da ideologia consumista.

Mesmo sendo o Estado brasileiro o fruto de um processo de modernização com vistas a um ganho de eficácia na sua tarefa de produzir e reproduzir, pela força e pela convicção, as relações sociais que estão em sua base; mesmo existindo, como decorrência de sua especialização, um organismo próprio para o planejamento e execução de sua estratégia no âmbito cultural, que é o Ministério da Cultura; mesmo assim uma parte da política cultural flui por órgãos não especializados.

A forma mais tradicional desse fluxo é através da própria política educacional, que não se cinge, é sabido, ao sistema de ensino, à organização e administração escolares, à estrutura e funcionamento do ensino, à sua metodologia, infra-estrutura física e financiamento — mas vai além e penetra no seu próprio conteúdo, tanto vertical quanto horizontalmente considerado: programas e currículos. Vale dizer: o Estado pervade a própria seleção da cultura sistematizada a ser transmitida no processo educacional /72/. Mais difícil é fazer fluir uma política cultural através da universidade. Se, no dealbar da República, havia uma unidade educação-cultura justamente por via do ensino superior, a ruptura dessa unidade e a autonomização do campo da cultura tiveram na conquista progressiva da autonomia universitária sua contrapartida, às vezes até sua causa /73/.

Outro setor por onde o Estado faz correr a política cultural é justamente o das Comunicações. O ministério des-

---

/72/ V. Georges Snyders, "Continuidade e ruptura na relação pedagógica com a cultura", Para onde vão as pedagogias não-diretivas?, 1976, p. 333-363.

/73/ Cf. Alfredo Bosi, "Cultura Brasileira", in: Durmeval Trigueiro Mendes (org.), Filosofia da educação brasileira, 1983, p. 125-194.

sa área "tem em suas mãos um poder de manipulação e distribuição dos bens culturais que o Ministério da Cultura não terá, sobretudo numa sociedade em crise econômica como a nossa", acredita Renato Ortiz /74/. No mesmo sentido, Roberto Schwarz: "E o que é o problema substantivo hoje na esfera cultural? A democratização do aparelho de produção cultural e de suas partes mais importantes: a TV, as grandes verbas, as fundações, a política universitária. (...). E o mais importante aí é a legislação sobre televisão. Inventar a democratização da TV, isso é que seria realmente substantivo" /75/.

O enorme poder da indústria cultural e sua aliança estreita com o Estado concedente /76/, juntamente com a autonomização da esfera da cultura em relação à da educação no seio da política estatal, a elaboração de uma política cultural dotada de autonomia administrativa no aparelho de Estado e a implantação, por este agenciada, do marketing cultural, constituem o termo desta evolução acompanhada longo da história republicana.

Essa é a situação atual da cultura como esfera pública no Brasil.

Situação massacrante, opressora, diminuição dos espaços conferidos à criação humana, restrição do protesto, contenção à oposição social, marginalização das classes subalternas — e, no limite, paralisação da história sob o poder totalitário de uma dominação cultural que enfim atinge o sonho do Príncipe de se apossar por completo da consciência do Súdito ?

---

/74/ Renato Ortiz, no debate "'Nova República' de brigas e novidades", Folhetim, Folha de São Paulo, 03.03.1985, p. 8.

/75/ Roberto Schwarz, ibid., p. 8.

/76/ Daniel Herz, A história secreta da Rede Globo, 1986.

Um pouco de tudo isso, mas nada disso com exclusividade. Porque esse processo todo, que estabelece um poder leviatânico sobre a cultura, é o mesmo que sociali-za a cultura, socializando seus signos. E estes, como fez ver Vorochilov/Bakhtin, são contraditórios, podendo expressar uma conformidade ou um radical inconformismo.

3. UMA EXPERIÊNCIA: A CRIAÇÃO E  
IMPLANTAÇÃO DA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE CAMPINAS.

### 3.1 - As condições

Tal como Ibitinga, a cidade de Campinas-SP, teve sua integração no mercado de consumo fortemente acelerada pela televisão. Diferentemente de Ibitinga, cujo relativo isolamento antes da televisão fazia-a viver num mundo rural fortemente descompassado em relação aos núcleos dinâmicos da sociedade em mudança pela industrialização, Campinas, pela sua proximidade de São Paulo e pela própria implantação no município de um parque industrial diversificado e fortalecido na década de cinquenta com a chegada das empresas multinacionais, teve essa inserção até certo ponto antecipada /1/. No entanto, é com a televisão, inaugurada em São Paulo em 1950 e expandida nos anos sessenta, que os hábitos de consumo irão alterar-se também em Campinas, em conjunto com os novos padrões da indústria cultural.

A cultura de Campinas, entendida aqui, não no sentido das culturas dos diversos segmentos de sua população, mas no sentido da expressão dos setores dominantes que interpretam o espaço público, até à quebra representada pelo avanço da indústria cultural (quebra que acarreta, não propriamente uma "ruptura", mas uma "diluição"), foi sempre caracterizadamente tradicionalista. O culto ao passado, como forma de perenizar os "feitos gloriosos" dos "filhos ilustres" da terra, era a nota distintiva de grande parte do que se escrevia e se registrava. No campo artístico, o culto a Car-

---

/1/ A comparação com Ibitinga deve-se ao estudo de Luís Augusto Milanesi, O paraíso via Embratel, 1985, ter-se constituído num autêntico roteiro para o entendimento de qualquer cidade do interior brasileiro na sociedade de consumo.

los Gomes obnubilava tudo o mais, correlativamente à celebração de Campos Sales, na área política. Essa deferência para com o passado /2/ raramente era contraditada, quando muito passava infensa aos intelectuais imigrantes, que, porém, não chegavam a articular um discurso de disputa do espaço público, antes refugiando-se, ao abrigo de instituições como o Instituto Agrônomo, na aparente neutralidade da ciência.

O culto ao passado, como forma de preservação da identidade cultural (de uma nação ou de uma cidade), costuma ocultar o fato de que essa identidade está sendo plasmada no presente, apesar de ou com ou ainda por força dos conflitos inerentes a uma sociedade heterogênea. Ocorre que, para não aceitar esta heterogeneidade, o discurso prevalecente na esfera pública vai buscar no passado momentos ou vultos paradigmáticos da identidade cultural da nação ou da cidade, reestabelecendo a homogeneidade necessária a seu tipo de interpretação coincidente com os valores dominantes. É importante notar que não estamos desacreditando a pesquisa do passado, que, quando orientada no sentido de resgate da história (temporalidade, divergência), serve de estímulo ao conhecimento do presente histórico (temporal, divergente). O que estamos é localizando a ideologia da identidade cultural - correspondente à cultura tradicionalista - construída a partir de paradigmas do passado que, por erigirem uma "imagem cultural" paralisada e paralisante, lança uma barreira à compreensão do presente cultural.

---

/2/ Seria útil, mas desbordaria do objetivo deste trabalho, uma análise de conteúdo da publicação do IBGE, Monografia histórica do município de Campinas, 1952.

A cultura tradicionalista ocupa por completo o espaço público em Campinas antes das mudanças acarretadas pela industrialização (do país e da cidade em particular), pelo incremento demográfico, pela intensa urbanização, pelo avanço da política populista e enfim pela penetração da indústria cultural. Este processo tem lugar a partir dos anos cinquenta, intensifica-se nos sessenta e eclode nos setenta, por ocasião do "milagre brasileiro", quando ocorrem os fatos institucionais na área da cultura cujo estudo nos interessa.

Não cabe aqui detalhar esses processos econômicos, sociais e políticos que, ampliadamente, foram enfocados em outras partes deste trabalho. O que importa agora é ressaltar que tais processos permitiram uma reinterpretação do espaço público, alternativa ao discurso tradicionalista, tendo como característica a modernização.

Ao longo dos anos cinquenta e sessenta o crescimento industrial ininterrupto atraiu para Campinas consideráveis correntes migratórias, responsáveis por incrementos demográficos anuais no município em média de 4,3% no período 1940-1970 /3/, acelerados para 5,8% a.a. na década 1960-1970 /4/, taxas explosivas quando comparadas à média nacional de 2,8% /5/. Como os fluxos migratórios tinham por atrativo a possibilidade de emprego industrial, não é difícil concluir como nesse período houve uma alteração na composição da população, passando a predominar largamente o segmento dos

---

/3/ Plano Preliminar de Desenvolvimento Integrado de Campinas - PPDI, setembro de 1976, p.12.

/4/ Plano Plurianual de Investimentos CURA - PPI/Cura - Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas-EMDEC, 1975, item 2.2.

/5/ PPDI, op. cit., p.12.

trabalhadores assalariados, juntamente com o dos subempregados e desempregados (as migrações dificilmente são absorvidas de imediato e no seu todo). Ao mesmo tempo, crescia o setor de serviços (tanto públicos quanto privados), ampliavam-se as hierarquias ocupacionais - com isso a classe média urbana e, por aí, a demanda de serviços educacionais e culturais.

Pelos demonstrativos a seguir poderemos acompanhar melhor essa evolução.

### 1. Crescimento industrial

Anos	Nº de estabelecimentos industriais
1956	440
1959	520
1962	550
1965	673
1967	822

Fonte: PPDI, p.10.

### 2. Setor terciário

Anos	Expansão do comércio %
1950-1959	5
1959-1965	10

Fonte: PPDI, p.11.

### 3. Urbanização

Anos	População Total 1.000 hab.	População Urbana 1.000 hab.	Taxa de Urbanização %
1960	213,5	184,5	85,5
1970	335,0	308,5	92,0

Fonte: PPDI, p.13.

4. Fluxos migratórios

Período	Crescimento natural %	Crescimento migratório %
1940-1950	58,9	41,1
1950-1960	39,1	60,9

Fonte: PPDI, p.15.

5. Distribuição ocupacional da população economicamente ativa

Ramos de atividades	%
Indústria de transformação	24,3
Serviços não especificados	19,8
Comércio e armazenagem	16,2
Ensino, saúde e assistência social	9,6
Construção civil	6,9
Serviços administrativos governamentais	6,7
Transporte	6,3
Instituições financeiras e de seguros	2,6
Serviços de consultório e escritório	2,3
Serviços públicos	2,2
Profissionais liberais (nível universitário)	1,5
Defesa e segurança	1,1
Agricultura, pecuária e extrativismo	0,5

Fonte: PPDI, p.20.

6. Renda individual mensal  
(Em Cr\$-Cruzeiros de 1969)

Renda Mensal (Cr\$)	%
Menos de 201,00	40,92
201,00 - 500,00	35,57
501,00 - 800,00	10,26
801,00 - 1.200,00	4,99
1.201,00 - 2.000,00	4,63
2.001,00 - 3.000,00	2,28
Mais de 3.000,00	1,35

Fonte: PPDI, p.22.

A alteração na composição da população fornece a base social para a implantação do modelo populista na política local, culminando na segunda administração do Prefeito Ruy Novaes (1964-1968), que realiza uma ampla reforma administrativa de sentido modernizante — no seio da qual é criada a Secretaria de Educação e Cultura — e na aprovação legislativa de autorização para elaboração do "Plano Diretor" do município. Já nas eleições seguintes (1968) é eleito Orestes Quêrcia, pelo MDB, transformando a cidade num reduto oposicionista. No governo de Quêrcia é elaborado o I Plano Preliminar de Desenvolvimento Integrado do Município de Campinas, com financiamento do Ministério Interior, interessado como estava o Governo Federal na implantação de práticas administrativas modernizantes dentro do espírito da aliança tecnoburocrática-empresarial que governava o Estado no pós-64. Ainda dentro da administração Quêrcia novas alterações são realizadas no âmbito da burocracia educacional e cultural. Na sucessão de Quêrcia (1972) novamente o MDB vence as eleições, cabendo a chefia do Executivo municipal a Lauro Péricles Gonçalves. Na administração de Péricles são feitos grandes investimentos públicos na área da política cultural e enfim é criada a Secretaria Municipal de Cultura, desmembrada da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo.

Se as alterações sociais acarretadas pela industrialização e pela expansão do setor terciário, pela urbanização e pelos fluxos migratórios permitem explicar, devido ao crescimento da classe trabalhadora e de setores da classe média, os sucessos eleitorais da oposição política, estes, por sua vez, ajudam a compreender o avanço da visão cultural tradicionalista, o que, evidentemente, não é um fato

imediatos, mas um processo incoativo. Colaborando na formulação deste novo discurso e estando por sua vez articulado com o processo econômico e social que aqui vem sendo descrito, encontra-se a expansão da rede de ensino e particularmente (tratando-se da elaboração do discurso público) da universidade. Em Campinas as duas universidades existentes surgiram entre meados da década de cinquenta e da de sessenta. A Universidade Católica de Campinas foi fundada em 1955 e elevada a "pontifícia" em 1972 /6/: é a PUCAMP. A Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP surgiu legalmente em 1962, teve sua montagem iniciada em 1965 e seu funcionamento no campus atual começado em 1966 /7/. No ano da criação da Secretaria Municipal de Cultura, em 1975, para uma população de 500.410 habitantes /8/, a Unicamp matriculava 4.175 alunos e a Puccamp, 11.268, totalizando 15.443 alunos /9/, ou 3,1% sobre a população, número percentual bem superior à média brasileira.

A universidade, mercê da extensão e da heterogeneidade da composição social de sua população estudantil e mesmo de seu corpo docente, acaba sendo um lugar de crítica, portanto de avanço no sentido da compreensão da realidade. O mesmo não se poderia dizer de outras "instituições culturais", em sua maioria presas à contemplação do passado e com grandes dificuldades para estabelecer uma prática cultural no sentido dinâmico da expressão.

---

/6/ PUCAMP, A Universidade e a construção de seu próprio projeto: a continuidade da experiência da Puccamp, texto para Painel na III Conferência Brasileira de Educação, Niterói, 1984, p.6.

/7/ "Unicamp completa seus 20 anos de existência", Correio Popular, 16 de fevereiro de 1986.

/8/ PPI/Cura, op cit., item 2.2.

/9/ id. ibid., item 2.6.

### 3.2 - A autonomização da esfera cultural burocrática

É precisamente quando a cultura tradicionalista é posta em questão pela emergência de novas forças sociais que também começam a surgir os primeiros sinais do que viria a ser a autonomização burocrática da esfera cultural. Podemos localizar em 1966 um desses marcos. Até aí, a nível de municipalidade, a cultura era considerada em termos de "difusão cultural", o que pressupunha uma "cultura pronta", um meio "difusor" e um fim de linha "receptor". Geralmente, essa cultura era o próprio conteúdo escolar, o meio difusor era a própria rede escolar municipal e o receptor era o próprio aluno dessa rede.

Em 1966 vivia-se, em termos nacionais, sob o influxo das propostas modernizantes partidas da tecnoburocracia empresarial instalada no Estado pós-64. A Reforma Administrativa, como meio de aumentar a eficácia governamental "na promoção do desenvolvimento", estava em pauta. Pois foi no bojo de uma ampla reforma na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Campinas, promovida através da Lei nº 3,533, de 12 de dezembro de 1966, que, do antigo Departamento de Ensino e Difusão Cultural, originou-se a Secretaria de Educação e Cultura.

A lei previa um solene Conselho Municipal de Educação e Cultura /10/, uma Comissão Municipal de Esportes, o indefectível Serviço de Expediente, um Serviço de Merenda Esco-

---

/10/ A proliferação de "Conselhos" dentro do Executivo, em seus diferentes níveis (municipal, estadual e federal), foi uma tônica no pós-64 e representou uma forma de desprestigiar o Legislativo, que é normalmente a instância da representatividade, atraindo para o governo, via conselhos, os "representantes da comunidade".

lar e os dois pilares de uma secretaria destinada ao cuidado da educação e da cultura: o Departamento de Ensino e o Departamento de Cultura e Recreação. Dentro da perspectiva que foi estudada nos capítulos precedentes, havia aí um avanço: a cultura, ainda que unida à educação sob a mesma secretaria, ganhava um departamento próprio. Fica claro também que a recreação, atrelada à cultura no novo departamento, fornece a pista para entender a concepção de cultura que subjazia a seu aparato burocrático. Pouco mais ou menos do que uma forma de lazer. O contraponto "elevado" e mais sério da recreação.

No Departamento de Cultura e Recreação estavam o sempiterno Setor de Administração e mais: o Serviço de Cinema Educativo (a separação entre a educação e a cultura esbarrava em dificuldades dessa ordem, de saber se o cinema educativo, como cinema, deveria estar na cultura, ou, como educativo, ficaria melhor na educação), o Museu de Arte Contemporânea, a Escola de Artes (uma vez mais o problema educação-cultura repontando na organização burocrática), o Museu Municipal, a Biblioteca Pública Municipal, o Teatro Municipal, a Orquestra Sinfônica, o Teatro Escola, o Bosque dos Jequitibás e o Centro de Educação Física. Pela simples enumeração se pode compreender a dificuldade existente para encontrar o lugar próprio de cada esfera. Na organização do departamento depara-se com uma coleção de serviços artístico-educativos, sala de espetáculos, conjunto instrumental musical, bosque e, coroando a série, o Centro de Educação Física.

Em 1968 a audácia legislativa dá mais um passo. Através da Lei nº 3.707, de 13 de novembro de 1968, a Secretaria de Educação e Cultura passa pelas seguintes alterações:

o Serviço de Merenda Escolar, que era da Secretaria, desloca-se para o interior do Departamento de Ensino. O Departamento de Cultura e Recreação depura-se e torna-se Departamento de Cultura, tout court. Do âmago do novo departamento é expellido o Centro de Educação Física que, juntamente com a também rejeitada recreação, vai formar o Centro de Educação Física e Recreação. Não iria parar aí, porém, o itinerário burocrático dos componentes desta última repartição. O corpus sanus e o otium ainda peregrinarão por inúmeras instâncias da administração e, como as almas penadas, jamais encontrarão morada definitiva.

Durante toda a administração do prefeito Orestes Quêrcia (1969-1972) essa organização administrativa não se alterará. O Departamento de Cultura, dirigido por José Alexandre dos Santos Ribeiro, passará por um período de intensa atividade, especialmente a nível de eventos e de infraestrutura física /11/.

A fúria legisferante revém em 1973. Através da Lei nº 4.261, de 21 de fevereiro de 1973, a Secretaria de Educação e Cultura transforma-se em Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Turismo. A novidade nominal era o turismo, porque os esportes, helenicamente, já estavam de par com a educação havia muito /12/. A nova secretaria passava a contar com um Gabinete do Secretário /13/, um ampliado Conselho Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo e

---

/11/ Salão Anual de Arte Contemporânea, Salão Anual do Artista Jovem, Salão Nacional de Arte Fotográfica, 1º Salão Nacional de Estórias em Quadros etc. Ver Anexo 1, Política Cultural em Camoínas: 1969 a 1975.

/12/ A ascensão militar ao poder coincidiu com uma ênfase muito grande emprestada à educação física e aos esportes.

/13/ Seria preciso estudar os "gabinetes" republicanos como sobrevivência de hábitos da Corte.

quatro departamentos: o de Educação, o de Cultura, o de Educação Física, Esportes e Recreação e o de Turismo.

O Departamento de Cultura passa a ter uma estrutura mais racional, com oito órgãos: o jamais esquecido Setor de Administração e ainda o Serviço de Som e Imagem, o Centro Municipal de Cultura "Carlos Gomes" /14/, o Museu de Arte Contemporânea, o Museu Histórico Municipal, o Serviço de Bibliotecas, o Serviço de Teatros (constituído, na ocasião, pelo Teatro Municipal "Castro Mendes" e pelo Centro Popular de Artes) e o Serviço de Corpos Artísticos, reunindo a Orquestra Sinfônica Municipal, a Orquestra Jovem Municipal, o Corpo de Baile Municipal, o Coral Municipal e o Grupo de Teatro Municipal. Como a imaginação burocrática voa muito além de sua prática real, alguns destes "corpos" artísticos jamais ganharam vida, jazendo por toda a eternidade na campa de papel e tinta do Diário Oficial. De qualquer maneira, é digno de registro o avanço representado pela Lei 4.261 que, pelo menos a nível de racionalidade, dotou a cultura oficial-burocrática de uma organização modernizada.

O grande passo, no entanto, estava reservado para fins de 1975, na segunda metade da administração do prefeito Lauro Péricles Gonçalves. A Lei nº 4.576, de 30 de dezembro de 1975, cria a Secretaria Municipal de Cultura. Convém examinarmos em que circunstâncias, que conceitos oficializou e sua estrutura propriamente dita.

---

/14/ Diversas instituições públicas e privadas ligadas à cultura passaram a chamar-se "Carlos Gomes" quando este nome ganhou natureza emblemática.

### 3.3. - A implantação da Secretaria de Cultura de Campinas

Em fins de 1975 vivia-se um momento, que se aprofundaria em 1978, prenúncio das grandes manifestações da sociedade civil por mudanças na ordem estatal. E o Estado autoritário iniciava sua "distensão". O presidente Geisel advertia que esta seria "lenta, gradual e segura". Tão lenta que os principais instrumentos de repressão, como o Ato Institucional nº 5, ainda permaneceriam até à administração seguinte. Tão gradual que as eleições de 1976 ainda excluiriam os prefeitos das capitais estaduais e dos municípios considerados de segurança nacional. E tão segura que a sua própria sucessão presidencial ainda seria considerada "assunto militar". A despeito disso, os "meios culturais", os setores intelectuais da sociedade civil, a "classe política", a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e outras forçavam o avanço, quer postando-se na sua ponta, quer acompanhando-o, teorizando-o, animando-o através do seu discurso artístico, científico, teológico, en bref, "cultural".

Foi nesse clima que se criou a Secretaria Municipal de Cultura de Campinas. Mas dizer que ela se instituiu para funcionar como um núcleo de cultura de resistência é evidente exagero. No máximo, animava-a um vago populismo, que impelia a Orquestra Sinfônica para os bairros e incluía na programação o teatro de feira para ser representado nos bairros periféricos da cidade em cima da carroceria de um caminhão. No mais, o espírito que presidiu a criação da Secretaria Municipal de Cultura foi modernizante (no sentido de contraposição à cultura tradicionalista, mas assim mesmo com

conciliações dignas de nota /15/ e napoleônico, no sentido de "criar os lugares" jurídicos e arquitetônicos para a cultura celebrar a ordem pública /16/.

Dentro dessa visão modernizante e napoleônica da cultura, a Lei nº 4.576, cujo projeto foi inteiramente redigido pelo primeiro titular da Secretaria de Cultura, discrimina com clareza sua área de competência, à qual denomina "campo funcional", neste incluindo: 1º) a promoção, manutenção e administração das "atividades e serviços culturais, aí abrangidos os de fomento à ciência"; 2º) o apoio aos "equipamentos culturais", isto é, "os prédios e instalações de propriedade do Município destinados a atividades e serviços culturais" (art.2º). Perfilando claramente a ideologia em elaboração a nível nacional, a lei destina a Secretaria de Cultura à promoção da "política cultural" no município, incluindo uma novidade: a política "de fomento à ciência" (art.1º).

A lei revela, a todo instante, a preocupação em criar um esquema "funcional" para a cultura, evitando cuidadosamente comprometer-se, quer com o patrimonialismo — que implicaria uma concessão ao tradicionalismo, — quer com o lado da cultura popular — que seria uma opção no conflito cultural, incompatível com a neutralidade funcional que demonstra perseguir. Daí os "serviços culturais". Como neutralizar melhor uma "política cultural" do que fazê-la uma presta

---

/15/ Uma dessas conciliações foi celebrada com a Academia Campinense de Letras, um dos "nichos", na expressão de Roberto Schwarz, da cultura tradicionalista local. A Prefeitura assumiu a construção da sede da Academia, em puro estilo greco-romano, assomando-lhe no acrotério, num bronze do escultor Lélío Colluccini, a figura da fênix, que é o símbolo da cidade.

/16/ No Túmulo do Imperador, no Hôtel des Invalides, em Paris, está a cripta onde jaz o corpo de Napoleão I. Em torno, as inscrições apresentam os três pilares de sua "obra": o jurídico, o arquitetônico e o militar.

ção de serviços culturais? E como melhor enfatizar isso do que incluir, entre os serviços culturais, os de fomento à ciência, sabendo-se que é a ciência a bandeira do "discurso competente" /17/, que busca a superação das "limitações ideológicas"?

De outra parte, ao criar a categoria de "equipamentos culturais" e incluir o apoio a eles no campo funcional da Secretaria de Cultura, a lei pretende estabelecer um sistema de cultura operacionalizável, incluindo serviços de um lado e equipamentos de outro. Estes já não são simples meios. Passam a integrar os fins.

A organização da secretaria é muito simples. A Orquestra Sinfônica Municipal destaca-se dos "corpos artísticos" e passa a integrar o primeiro escalão da secretaria. Neste mesmo escalão encontram-se três coordenadorias (que substituem, no mesmo nível, as excessivamente burocráticas diretorias). Estas coordenadorias constituem a base operacional da secretaria. São elas: a de Assuntos Culturais, a de Apoio aos Equipamentos e a de Fomento à Ciência. A coerência com os objetivos proclamados é absoluta, já que a secretaria presta serviços culturais, de fomento à ciência e de apoio aos equipamentos. À primeira das coordenadorias, a de Assuntos Culturais, subordinam-se: o Serviço de Programação Cultural (alma do sistema, responsável pelos eventos), o Museu da Imagem e do Som (calcado no homônimo carioca, mas sem condições de ser, como este, o registro de videogramas e de fonogramas para a memória cultural da cidade, devendo ter, então,

---

/17/ A pretensão do discurso científico à competência auto-legitimada foi muito bem estudada por Marilena Chauí em: Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas, 1982.

uma função ativa, de programação audiovisual), o Museu de Arte Contemporânea (também destituído de características memorialistas e mais voltado para a promoção de artes visuais), o Serviço de Museus Históricos, o Serviço de Bibliotecas (nascido com o propósito de descentralizar os acervos de livros nos bairros e distritos), o Serviço de Patrimônio Histórico-Cultural do Município (ao qual a lei, na continuação, não dedica sequer uma linha) e o Serviço de Corpos Artísticos, com relação ao qual a lei mostra-se particularmente severa, apenas admitindo "corpos" não estáveis, contratados pro tempore (art.69). A segunda coordenadoria, a de Apoio aos Equipamentos, subordina seis serviços de manutenção: do Teatro Castro Mendes, do Centro de Convivência Municipal, da Concha Acústica Municipal, do Museu Histórico Municipal, da Biblioteca Pública e Museu de Arte Contemporânea e do Observatório Municipal. Em síntese, trata-se, acima de tudo, de dar prestígio ao amplo programa de investimentos em infraestrutura cultural levado a cabo pelo governo municipal. O sétimo serviço listado, o de Apoio às Atividades Culturais, engloba genericamente a manutenção de equipamentos não implantados pelo governo do município nessa administração. Enfim, a terceira coordenadoria, de Fomento à Ciência, tem em mira o Observatório do Capricórnio.

A mesma preocupação com a funcionalidade determina o traçamento das competências, a começar pela da Coordenadoria de Assuntos Culturais, que fica definida como sendo: de programação de iniciativas da própria Secretaria ou de fora, no âmbito do município; de prestação de serviços culturais diretos ou indiretos; e de controle, qualitativo e quantitativo, da demanda e da oferta desses serviços à população. O cuidado é extremo: não se trata de controlar a qualidade ou

a quantidade dos serviços culturais, mas da demanda e da oferta desses serviços — o que isenta a Secretaria de ser uma agência ideológica e lhe permite ser uma central de gerenciamento cultural, no estilo do management empresarial . Idêntico zelo revela-se na demarcação do que é "atividade cultural", adotando-se critério classificatório semelhante ao curricular universitário. Dessa maneira, inclui o conjunto das atividades "relacionadas com a arte dramática, a música, o canto, a literatura, a poesia, as artes visuais em geral, a dança e outras expressões de arte corporal, a museologia, a biblioteconomia, a acústica, a imagética, a história, o folclore e outras disciplinas científicas humanísticas e, por exclusão, as que não estiverem compreendidas no âmbito da Coordenadoria de Fomento à Ciência". Não se pode dizer que cultura é sinônimo de arte, aqui, embora seja um de seus fortes componentes. Primeiro porque no seu âmbito está a acústica, que não é arte, mas ciência do som. Segundo, porque se trata de atividades relacionadas com tais artes, tais ciências. Com isso, a definição da área ganha em extensão, passando a ser aplicável a um número maior de casos, embora perca, por uma lei lógica jamais abolida, em compreensão.

Com isso, a ênfase volta ao gerenciamento. Ao definir a competência da Assessoria de Comunicações (art.9º, nº 1), a lei atribui-lhe, não só divulgar as atividades da Secretaria, mas "propiciar, mediante técnicas adequadas, a indispensável interação entre os fornecedores e os consumidores de bens culturais". No caso, as técnicas comunicacionais (jornalísticas, publicitárias e de relações públicas) empregadas com isenção para propiciar interação de produtores e consumidores de "bens culturais".

A nível de proclamações, o discurso tem as mesmas características. Por quê Secretaria de Cultura? O secretário responde: "Campinas está vivendo intensa atividade cultural, merecendo maior atenção do poder público. Essas atividades em parte nascem na própria sociedade e em parte são fomentadas e estimuladas pelo poder público, que assume o caráter de agente cultural. De outro lado, a Secretaria nasce também como consequência do aumento de equipamentos culturais nos últimos anos..." /18/. Ao agradecer o apoio do prefeito às iniciativas na área cultural, o secretário, como diretor da Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes, enumeras: "Criou a Secretaria Municipal de Cultura, (...), estruturou a Orquestra Sinfônica Municipal, deu arrimo aos grupos de teatro, construiu o Auditório Beethoven na Lagoa do Taquaral, o Centro de Convivência Cultural, o Teatro Municipal Castro Mendes, a Biblioteca Pública e o Museu de Arte Contemporânea no Edifício 'Roque Melillo', a sede da Academia Campinense de Letras, o Observatório do Capricórnio no Monte Urânia... Não é preciso dizer mais!" /19/.

No momento de sua constituição, a secretaria recebeu um documento do historiador Odilon Nogueira de Matos /20/, contendo observações sobre a vida cultural de Campinas, suas universidades, bibliotecas, museus, sua imprensa, suas "instituições culturais" — o Centro de Ciências, Letras e Artes, o Instituto Agrônomo, a Academia Campinense de Letras e outras venerandas entidades. O autor reconhecia "a

---

/18/ Historiografia da Política Cultural Municipal de Campinas de 1975 a 1987, Anexo 2, item 5.

/19/ Sérgio Castanho, "A Cultura de Campinas", Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes, 31 de outubro de 1976, p.7-8.

/20/ Odilon Nogueira de Matos, Valorização da cultura comunitária, (mimeo) s/d.

renovação cultural que estamos assistindo em Campinas", principalmente em termos de teatro e música, neste último caso ressaltando a atuação da Orquestra Sinfônica Municipal e do Departamento de Música da Unicamp. Depois apresentava sugestões para o que entendia ser uma "valorização", pelo poder público, "da cultura comunitária", como a construção de um "Silogeu Campineiro", a edição da "Campiniana" (obras sobre Campinas), a preservação de locais de interesse histórico, ao lado de outras como a modernização museológica, a dinamização das Semanas de Carlos Gomes no sentido de serem transformadas em festivais de música e a ampliação e abertura do Centro e Documentação e Pesquisa. No seu todo, o documento, de indiscutível valor, transitava entre a cultura tradicionalista e uma visão renovadora, mas o peso maior era no lado do tradicionalismo. Daí a dificuldade de sua absorção pela Secretaria de Cultura.

A proposta desta era modernizante, gerencial, napoleônica (no sentido arquitetônico) e funcional.

O desenvolvimento posterior da secretaria será uma explicitação desta proposta e uma busca de identificação, que até certo ponto representará uma superação desse posicionamento inicial, com a ideologia da política cultural que se elaborará como projeto alternativo de poder pela oposição ao Estado autoritário.

### 3.4 - Desenvolvimento da Secretaria de Cultura

Após a fase inicial de euforia com a racionalidade administrativa (descobria-se a possibilidade de "administrar a cultura") e com os equipamentos culturais, a tônica vai

paulatinamente deslocando-se para a área de programação. Intensificam-se as apresentações teatrais profissionais e amadoras, as exposições de arte, festivais etc. Um acompanhamento da historiografia da política cultural campineira nos onze primeiros anos da Secretaria de Cultura /21/ mostra-o claramente. Já em 1977 é criado um Fundo de Assistência à Cultura, para a captação de recursos e intensificação da programação. Racionaliza-se o uso dos espaços, aprimora-se a máquina arrecadadora. A Orquestra Sinfônica firma-se cada vez mais como ponta de lança da programação oficial. Num movimento pendular, oscila-se entre as "semanas" memorialistas (Guilherme de Almeida, Carlos Gomes), étnicas (do Negro, do Índio) e folclóricas, de um lado, e os eventos de contemporaneidade, de outro.

Quanto a estes, nota-se um crescente movimento em três direções: 1º) projetos de arte popular (Projeto Pixinguinha, Viola na Praça, etc.); 2º) reaproximação com a rede escolar, nos moldes da antiga difusão cultural, porém em perspectiva mais participativa (Sábado na Escola e outros); 3º) intensificação da "comunicação cultural".

Um ponto que chama a atenção, porém, é que, desde a sua implantação, a Secretaria de Cultura assumiu sem contestação a condução da política cultural da cidade. Nem mesmo o tradicionalismo, que perdera suas posições (a arte acadêmica ficou anos sem seus salões oficiais, há pouco tendo-os recuperado; a Orquestra Sinfônica, inicialmente um grupo amador/22/,

---

/21/ Historiografia da Política Cultural Municipal de Campinas de 1975 a 1987, Anexo 2.

/22/ José Alexandre dos Santos Ribeiro, Política Cultural em Campinas : 1969 a 1975, Anexo 1, item 3.3.

foi inteiramente desalojada com a profissionalização efetuada entre 1975 e 1976), chegou a reagir. Em parte devido à política conciliadora dos primórdios, em parte devido ao discurso funcionalista que adotou, parcialmente também em função do clima repressivo do país que desencorajava as rebeldias — o certo é que só em 1983 surge um primeiro movimento, não propriamente de contestação, mas de tentativa de participação na formulação da política cultural da Secretaria de Cultura de Campinas.

Em 1983 é entregue ao prefeito eleito, Magalhães Teixeira, documento de artistas e técnicos "apontando falhas e sugerindo mudanças na política cultural da cidade" /23/. Os grupos de teatro pedem que continuem participando da programação dos teatros e que seja incentivada a produção teatral destinada aos bairros de periferia da cidade; de um modo geral, reivindicam mais comunicação cultural; e, o que é absolutamente novo, postulam "cursos técnicos de cultura nas escolas públicas e cursos profissionalizantes". Técnicos de cultura? A reivindicação coincide com o que ficaria consagrado no decreto 92.489 (que deu a estrutura do Ministério da Cultura, em 1986), a figura do "profissional de cultura". Não nos esqueçamos de que este documento foi firmado, não só por artistas e intelectuais independentes, mas por funcionários da Secretaria de Cultura.

A demanda dos intelectuais, artistas e "técnicos de cultura" não cairá no vazio. A par da intensificação da programação, as gestões 83-84 (Chaves); 84 (Plínio e Eliezer) e

---

/23/ Historiografia da política cultural municipal de Campinas de 1975 a 1987, Anexo 2, item 17.

84-87 (Arantes) irão reafirmar a descentralização da cultura, com a manutenção e ampliação de projetos como "Sábado na Escola", "Viola na Praça", "Encontro com os Escritores", "Teatro nos Bairros", "Coral na Periferia", "Caixas de Biblioteca", "Domingo no Parque", "Grande Circo", "Cultura em Debate", "Grande Festa Junina", "Encontro de Dança", "Feira das Feiras", "Pontos de Cultura", "Roda da Dança" etc. /24/. A prática será descentralizadora, embora em caráter centrífugo, isto é, com afastamento do centro, representado pela Secretaria de Cultura, em direção à periferia, mas com o movimento sendo determinado pela rotação do eixo central. Nenhuma política oficial consegue fugir desse tropismo. No entanto, a nível de proclamação, a "coincidência entre governo e povo" será cada vez mais perfeita /25/. Aproximando-se da ideologia da política cultural, cuja elaboração foi acompanhada a nível nacional, e que vê, no Estado, a grande possibilidade de mediação para a realização efetiva da democracia (não só "democracia cultural"), os formuladores e executores locais de política cultural vão empenhar-se, nos "anos da transição", em oferecer, não apenas "projetos" para a produção e distribuição de bens simbólicos, mas "discursos" sobre o caráter democrático, popular, social, participativo dessa política.

Com a promulgação da Lei Sarney e sua posterior regulamentação, em 1986, já foi visto que se criaram condições institucionais para o estabelecimento de um autêntico marketing cultural no país. Os órgãos oficiais — a Delegacia

---

/24/ Historiografia... Anexo 2, a partir do item 19.

/25/ Id., item 29. E também Anexo 3.

Regional de Campinas da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo e a Secretaria Municipal de Cultura de Campinas — já se mobilizaram nesse sentido /26/. A Secretaria de Cultura de Campinas publicou uma apostila, "Projetos Culturais para 1987", listando nada menos que 107 projetos nas áreas de música, museus, livros/bibliotecas, fotografia, artes plásticas, descentralização/eventos especiais e teatro, pon-do-os à disposição dos empresários para aplicações financeiras com benefícios fiscais /27/.

### 3.5 - A percepção

Pelo que ficou dito, foi especialmente nos últimos anos que se aprofundou, no sentido ideológico, a face proclamadora da política cultural campineira. A pesquisa com os secretários municipais de cultura /28/ revela exatamente isso: a predominância do "administrativismo cultural" sobre o "politicismo cultural" (ou "ideologismo cultural", a despeito de se saber longamente que tanto uma quanto outra postura podem recobrir um discurso sempre ideológico).

Assim, por exemplo, quando colocados diante da questão do acerto ou não da criação de uma secretaria só para cuidar da cultura em Campinas, não há uma voz discrepante: são todos a favor, ninguém sequer problematizando-a. Ao justificar esse acerto, todos, sem exceção, reconhecem razões

---

/26/ "Lei Sarney, otimismo na arte campineira", Correio Popular, 18.1.87.

/27/ Anexo 2, último item.

/28/ Levantamento sobre o nível de percepção da política cultural dos secretários municipais de cultura de Campinas, Anexo 3.

de ordem administrativa a lastrear a especialização burocrática em cultura. Além disso, 85% das respostas confinam essas razões na esfera administrativa exclusiva, apenas uma abrindo-se para o continuum histórico ("Campinas é exigente e sua auto-identificação passa pela cultura") e para a conjuntura ("crescimento da demanda por bens culturais"). Não quer isso dizer que todas as justificações administrativas tenham sido iguais. Na sua variabilidade, apontaram para: especificidade de políticas, gigantismo da educação, adequabilidade e detalhação, permanência do uso da infra-estrutura, crescimento da área cultural.

Com essa questão cruza-se necessariamente uma outra, propositadamente posta fora da seqüência numérica, sobre os pontos considerados básicos na atuação de cada um na Secretaria de Cultura. Todos responderam de sorte a priorizar o lado administrativo de sua gestão: 100%. Um número significativo (64%) confinou a gestão nos limites administrativos, priorizando a programação de eventos culturais e os instrumentos que para isso foram mobilizados. As demais respostas uniram administração com descentralização cultural, com política participativa da sociedade civil, com resgate da identidade cultural e com criação popular. O seu valor administrativo, conquanto unificável sob essa categoria, apontou para uma diversidade de aspectos de grande riqueza analítica: criação de equipamentos, geração de oportunidades para a produção cultural, atuação de corpos artísticos, fomento artístico, abertura de novos espaços, estrutura ágil para programação, aperfeiçoamento do mecanismo arrecadador, convênios externos, participação da comunidade nas propostas oficiais, incentivo à formação de associações de produtores, seleção de programação, vinculação com o turismo, cam

panha de popularização do livro, enriquecimento do acervo biblioteconômico etc. Foi nesta questão, por sinal, que os respondentes estiveram mais à vontade, sem dificuldades conceituais. Foi igualmente aqui que se pôde colher, pesquisando na imprensa, o maior número de manifestações de não-respondentes.

Quando perguntados sobre o significado da criação do Ministério da Cultura, 83,3% dos secretários manifestaram-se favoráveis à sua instituição. A única resposta divergente aponta para a "falta de clareza" tanto da criação do MinC quanto da presença de Celso Furtado à sua testa. E em seguida aponta o perigo fascista: "cheira a Estado Novo". Quanto aos demais, não só se mostram favoráveis, como, em geral, atribuem-lhe mérito administrativo, no sentido de aumento da eficácia. Uma das respostas lamenta que o ministério ainda não tenha encontrado o seu caminho. Outra se preocupa com a burocratização, fazendo dos meios os fins. Mas todas ressaltam que os assuntos culturais vão beneficiar-se com o MinC.

Coerentemente com essa postura administrativista, todos os respondentes admitiram a validade da intervenção estatal no âmbito da cultura. Mas a coerência não seria completa se a aceitação fosse incondicional. Ela não é. Todos condicionam essa intervenção a que ela não seja propriamente "intervencionista", mas administrativa, quer dizer, que o Estado não seja o fim, mas o meio, o propiciador de condições para que a comunidade se manifeste, produza, crie. Do ponto de vista geral é isso. Particularizadamente, há a riqueza dos caminhos: modelo próprio entre o privatismo norte-americano e o estatismo europeu, necessidade de altos investimentos em cultura que só o Estado pode satisfazer, fun-

ção seletiva da qualidade cultural, provisoriedade, preservacionismo cultural, desenvolvimentismo agenciado pelo Estado, supletividade em relação aos espaços vagos do capitalismo tardio e dependente, função de defesa do nacional na cultura, garantia da liberdade de expressão e ampliação do acesso à boa informação.

A questão onde foi mais difícil encontrar o caminho central foi a relativa à relação entre educação e cultura. Isso porque, apesar da separação entre as esferas ser um fato na prática administrativa — e, como fato, não ser contestada, — não existe um suporte teórico disponível para sua sustentação. Daí que todos os respondentes, com exceção de apenas um que se eximiu de qualquer resposta por "não ser educador", terem insistido na idéia da interdependência, da complementaridade. Ou seja, e agora reencontrando o caminho anterior, a idéia de complementaridade traz embutida a idéia de uma separação no início com vistas a uma integração no fim. É possível administrar a cultura como cultura, à condição de que essa administração direcione-se a completar, numa área, o que não foi possível ofertar na outra. Uma das respostas, por exemplo, associa educação e cultura como código e mensagem, mas dissocia-as na prática administrativa em função da diversidade de clientelas (aluno e cidadão) e até de conteúdo operacional. Outra junta-as sob a ótica prevalente da educação, que se apropria da cultura (processo e produto), devendo, portanto, na prática administrativa, procurar-se a reintegração. Na linha da complementaridade, uma das respostas considera a educação como processo formal escolar e a cultura como educação não-formal, devendo ambas, por efeito de políticas conduzidas nesse sentido, reencontrar-se na prática, tanto a nível de planejamento conjunto

quanto de execução em certas linhas onde isso é possível, como em serviços de museus e bibliotecas.

Nem mesmo a questão da cultura popular chegou a provocar divisões profundas. Para todos os secretários a cultura popular não está na Secretaria de Cultura. Esta deve fazer um movimento em direção à cultura popular. Para 75% dos secretários tal movimento é incondicional. Apenas 25% condicionaram o apoio à cultura popular a que esta seja "autêntica". Apenas um respondente explicitou o entendimento do que seria esta autenticidade, ao alargar a aplicação da qualidade "popular" a toda cultura, que na origem ou no fim acaba sempre sendo popular. Quanto aos que não condicionaram o apoio à cultura popular, as palavras-chaves que empregaram foram "valorização", "atenção", "preservação", "nossas raízes", "apoio", "política cultural democrática", "direito à manifestação da diversidade".

#### 4. EPÍLOGO

Ao encerrar este trabalho, gostaria de aduzir algumas poucas palavras sobre aqueles que considero os principais problemas aflorados ao longo dele. Não todos os problemas, porque a respeito de muitos deles não vejo mais nada a fazer do que tê-los apontado. Não têm propriamente uma solução. Ou melhor: sua solução está do lado de lá do papel, nos embates da prática. O máximo que se pode fazer, no papel, é reconhecê-los. Também as palavras acrescentar não representam um ponto final. O discurso não tem finalidade. Pode ter metas, não finalidade. A meta do discurso é um fim provisório. O discurso se realiza no próprio discorrer, banaliza-se quando apenas percorre ( porque aí ele "passa" pelos problemas, sem os reconhecer ou aflorar) e perverte-se quando, concluindo, interrompe-se. A conclusão do discurso, sua morte, coincide com uma das

maiores ambições do espírito: a de resolver problemas , que por sua natureza não se resolvem senão a nível da prática. Sua solução corresponde exatamente à sua superação. O concurso teórico é no sentido do esclarecimento radical da prática, vale dizer, no revolver de suas raízes. Isso posto, dá-se a teoria por satisfeita, dá-se a prática por enriquecida e segue a história seu rumo feito de novos afrontamentos.

A paralisação da história é o que mais deseja a cultura. Foi nesse sentido que Benjamin fez sua clássica afirmação de que todo monumento de cultura é um documento de barbárie. É que a cultura é um núcleo de significação. E que só significa em relação à história viva dos homens vivos. No momento em que a cultura se identifica com os valores e os produtos, ela já não é mais a cultura: ela é um monumento da cultura. Ou um documento de barbárie, porque, ao se cristalizar, ela pereniza um momento em que alguém impõe seus valores a outrem, exercendo sua dominação. A barbárie, para Benjamin, é toda dominação. A história humana ansia pela reconciliação, mas seu lugar está sempre adiante: é u-tópico.

Não há por que se separarem a educação e a cultura. Assim como não há por que não se separarem. A rácio-lógica aponta no sentido de sua integração. A sócio-lógica impõe sua separação. Apesar de ser na educação que o sistema de cultura encontra sua instância de reprodução, e nesse sentido manter com ela relações de dependência estrutural, como campos ambos se distinguem. E, à medida em que esses campos distintos criam suas próprias instâncias de legitimação e de consagração social, o fosso entre eles se aprofunda. A distinção entre educação e cul-

tura, extremamente débil a nível teórico, torna-se poderosa praticamente porque se criam mecanismos de "distinção" propriamente dita: mecanismos pelos quais aumenta o capital social.

A separação educação-cultura decorre, portanto, de uma formação de um campo específico e dotado de autonomia para a produção e consumo de bens simbólicos.

Quando o Estado intervém nesse campo não é para fazer sua integração. É para intervir nas relações sociais que o campo da cultura mediatiza. Nesse sentido, para aprofundar a autonomia do cultural em relação ao educacional. É isso que significa a ação estratégica do Estado na esfera cultural.

Resta saber como a sociedade civil, ou setores desta que possam representar resistência em relação à sociedade política, conseguiria contrastar essa política cultural separacionista.

Por exemplo: como se posiciona a teoria pedagógica face à separação ou à eventualidade de integração?

Do lado conservador vejo dois posicionamentos, aparentemente antitéticos, mas articuláveis na realidade. Um deles tem horror à unificação entre educação e cultura porque existe o risco de, permeada pela cultura, a educação politizar-se. O fantasma da cultura popular dos anos sessenta está muito próximo para que a consciência conservadora consiga um sono tranqüilo. A política dentro das escolas, levada pelas mãos espertas da cultura, é um risco inaceitável para o pensamento e a ação do conservadorismo.

No extremo oposto, o conservadorismo identifica a cultura como sendo a consagração do status quo, o livre mercado de trocas, a cidadania restrita, o sistema produ

tivo, a demanda e a oferta do trabalho. "O mercado é cul  
tura", na célebre fórmula de Gustavo Dahl. Deste ponto  
de vista, a educação é tratada como uma rotina institu-  
cional de preparação para a cidadania restrita e o merca-  
do de trabalho. E, por aí, dá-se a integração educação -  
-cultura.

Claro que esses dois rios juntam-se na sua foz. Um  
e outro querem a reprodução das relações sociais, para  
um deles sendo isso mais facilmente alcançável desde que  
se mantenham separadas a educação reprodutiva e a cultu-  
ra contestatória, o outro pretendendo a união entre a e-  
ducação formadora de mão-de-obra e a cultura da socieda-  
de produtora.

A meio caminho entre o conservadorismo militante e  
as posições contestatórias, mudancistas, crítico-sociais,  
existe uma tendência à união educação-cultura que se pro  
cessa mais a nível de ideal filosófico, como a que postu-  
la os direitos do modelo platoniano para a criação de um  
espírito ético no Brasil /1/.

Da mesma maneira, do outro lado do espectro políti  
co as posições se extremam.

Num dos pólos defende-se a separação da educação e  
da cultura, não por suas virtudes intrínsecas, mas por  
receio de, fazendo a educação depender da cultura, em no  
me de interesses populares, acabar-se por prejudicar es-  
ses mesmos interesses. A cultura popular sendo "mais fra  
ca", a escola que nela se baseasse seria "inferior" à es  
cola destinada a alunos provenientes das classes dominan  
tes. Ademais, considera-se que as metodologias de apro -

---

/1/ V. Mário Vieira de Mello, O conceito de uma educação  
da cultura: com referência ao estetismo e à criação de  
um espírito ético no Brasil, 1986.

priação da cultura do educando são, ou "equivocadas" (como as da Escola Nova, com seu psicologismo e biologismo a-históricos), ou "confusas", acabando por uma difícil operacionalização ao nível da escola real, redundando num prejuízo à educação das classes populares.

Outra tendência pedagógica inclina-se para um certo nível de integração educação-cultura, chegando até a enfatizar a necessidade de aprofundamento do conteúdo cultural da educação, mas distinguindo: a cultura escolar é o saber sistematizado, hoje apropriado pelas classes dominantes, que cumpre socializar através da escola. Não se trata de ir à procura da cultura das classes subalternas porque estas, em virtude do próprio estado de dominadas, foram desapropriadas do saber sistemático, ficando de posse apenas de um conhecimento sincrético, feito de fragmentos culturais.

No extremo, a pedagogia radical /2/ postula um retorno absoluto da educação às suas fontes culturais. Mas não considera a cultura como um depósito de conhecimentos ou mesmo de práticas sociais e valores que se acumulam e se transmitem aos estudantes. Ela vê a cultura como "parte do terreno da política e do poder" /3/. Desde essa perspectiva, a cultura é uma esfera "de luta e de contradições" e deve ser vista "como inacabada, como parte de uma continuada de indivíduos e grupos sociais para definir e afirmar suas histórias e espaços de vida" /4/. A tarefa mais importante, na perspectiva da pedagogia radical, será a educação dos educadores. Ao educador radi-

---

/2/ Ver Henry Giroux, Pedagogia radical: subsídios, 1983, e Escola crítica e política cultural, 1987.

/3/ Id., Escola crítica e política cultural, 1987, p. 46.

/4/ Id., ibid., p. 47.

cal caberá trabalhar nesse terreno de conflito que é a cultura, tendo continuamente que distinguir de onde procedem as vozes culturais que lhe chegam aos ouvidos. Esse trabalho é feito na escola, que é vista como uma instituição dilacerada, ao mesmo tempo espaço das relações sociais de dominação e lugar de contestação, "construído socialmente e ativamente envolvido na produção de experiências vividas". Mas não só na escola. A pedagogia radical, entendendo o trabalho educativo como parte de uma estratégia política mais ampla desenvolvida no seio da sociedade civil, quer estendê-lo a outros âmbitos.

Com isso, a pedagogia radical ao mesmo tempo "salva" o especificamente pedagógico de se diluir no político mas não cede à tentação de um pedagogismo auto-contemplativo que poderia ser — eis uma pista de pesquisa — uma ideologia a serviço de justificar a inserção de intelectuais progressistas na política educacional da "transição".

Outras posições, como a da "desescolarização" (que também parte da constatação de uma separação entre a cultura social e a educação escolar, optando por abandonar a escola e ir ao encontro da cultura onde quer que ela esteja na malha social); da "educação popular", que também acredita mais no trabalho político-pedagógico realizado diretamente em comunidades rurais e outros lugares sociais das classes subalternas (aldeias, grupos de vizinhança de bairros periféricos, comunidades de base da Igreja etc.) do que na escola; da "educação política", uma variante da anterior, que prefere o trabalho pedagógico nos sindicatos e partidos políticos orgânicos das camadas populares; e até da "educação informal", que des-

toa de todas as precedentes por não se apresentar como uma postura propriamente pedagógica, mas culturalista, acentuando a vis educativa da própria expansão cultural, fora da escola (que seria a "educação formal"); — estas posições, no seu conjunto, refletem a desesperada busca de soluções para a quebra da unidade entre a educação e a cultura.

Penso que este problema será cada vez mais central na reflexão de educadores preocupados com o problema da educação das classes subalternas e, em geral, com o da transformação social.

Penso também que questões como as colocadas pela pedagogia radical poderão contribuir, pelo lado crítico, para que novas políticas educacionais não sejam simples imposições estatais, mas possam ser permeadas por pressões da sociedade civil.

Do lado da política cultural, entendo-a como irreversível na fase de desenvolvimento da sociedade capitalista no Brasil. Já não se discute mais se queremos uma política cultural. Querendo ou não, a teremos. A autonomia conquistada pelos campos da produção e do consumo de bens simbólicos, num mercado específico estruturado para sua economia de trocas, determinam a inevitabilidade da intervenção estatal sobre essa área. Resta saber, então, que política cultural queremos, se é que o querer social poderá exercer uma ação de retorno sobre a formulação dessa política considerada de vital importância para a fração hegemônica no Estado.

Perguntado certa ocasião sobre um certo pessimismo que ronda sua obra, muito enfática nas determinações sociais do comportamento, levando talvez a um desencoraja-

mento da ação política transformadora, Pierre Bourdieu repondeu serenamente que "o conhecimento do mais provável é o que torna possível, em função de outros objetivos, a realização do menos provável. É jogando conscientemente com a lógica do mundo social que se pode fazer a contecer os possíveis que não parecem inscritos nesta lógica".

Ora a lógica do mundo simbólico, principalmente quando ele se organiza em mercado onde circulam bens com características de mercadorias, conferindo distinções a certas categorias de agentes, que assim acumulam e ampliam seu capital específico, é a lógica homóloga à do mundo da produção material: tende à sua reprodução. A cresça-se a isso a particularidade, própria de países capitalistas periféricos, que tiveram tardiamente seu take off, de um intenso agenciamento estatal, para se ver a dimensão da tarefa de quem se proponha alterar a lógica reprodutiva inscrita nesse mundo.

Mas — e a palavra retorna ainda uma vez a Bourdieu — "a verdadeira ação política consiste em se servir do conhecimento do provável a fim de reforçar as chances do possível" /5/.

Nessa área da política cultural, o que é possível a agentes culturais (e políticos) empenhados num projeto de mudança social? Tendo em vista que, no seu horizonte, colocam-se a eliminação da desigualdade, a construção de uma sociedade política democrática, o acesso universal à cultura (enquanto código de decifração da verdade científica e tecnológica) e o respeito cabal à cultura de cada um (enquanto referencial simbólico mediante o qual se constróem as visões de mundo de sujeitos situa -

dos em situações determinadas) — tendo em vista que o seu "possível último" deverá, para se tornar politicamente operacional, compor-se de possíveis próximos, quais seriam os "pontos inegociáveis" de uma pauta para intervenção na política cultural?

Como precondição, e é nisso que vejo algum préstimo na pesquisa aqui empreendida, torna-se imprescindível o conhecimento do mundo da cultura e do como e por que nele se organizou uma estratégia de controle por parte do Estado. Trata-se de conhecer a política cultural.

De outra parte, e ainda como precondição, é preciso conhecer os mecanismos da ação cultural, ou seja, do como e por que a sociedade civil se organiza para colocar perante a sociedade política suas demandas.

E então tentar avançar o rol de possíveis próximos, o peticionário mediante o qual se há de negociar com o Estado e buscar conquistar espaços.

Um primeiro ponto diz respeito ao espaço da diferença. O Estado, todo Estado, tende a anular as diferenças porque sua missão de universalidade casa mal com as discrepâncias. Ocorre que o Estado não quer acabar com as diferenças reais, porque também isso é contraditório com sua essência pretoriana de mantenedor da desigualdade. O Estado quer acabar com as diferenças no plano simbólico. No auge do autoritarismo brasileiro, a política nacional de cultura tinha como meta a construção do sistema nacional de cultura. Quer dizer: lidar com a cultura como algo monolítico, uno, indivisível, fazendo tabula rasa da diversidade de universos culturais construída sobre a diversidade de mundos econômicos e de constelações sociais. Quando o Estado autoritário entrou em cri-

se de esgotamento, teve início a "transição". A linguagem mudou. Passou-se a falar em diversidade cultural. Mas, pendularmente, a diversidade cultural foi sendo restrita à "referência" (documentação), enquanto que o objetivo central foi-se deslocando, paulatinamente, para a construção da identidade nacional. Novamente aparece a idéia de que o Brasil é culturalmente "o mesmo", porque é isso que quer dizer identidade.

Penso, pois, com respeito a este ponto, na necessidade de uma ação cultural da diferença. A sociedade civil, pelos seus diversos setores, tem aí um caminho de expressão razoavelmente operacionável. A finalidade é ganhar espaço para a heterogeneidade cultural dentro da política cultural, ganhando-o em relação aos programas de identidade que sempre se revelam, cedo ou tarde, de caráter inevitavelmente retórico. Além disso, os programas de identidade têm propensão a se compor com a indústria cultural, também esta interessada numa linguagem nacional /6/, numa cultura homogênea. Todas as grandes agências de poder, o Estado e a indústria cultural, querem a unidade. A pluralidade tem que ser conquistada pela sociedade civil.

Um outro ponto, extremamente articulado com o primeiro, diz respeito ao espaço da socialidade. Toda cultura é, fundamentalmente, socialização do indivíduo humano. Essa socialização é um processo ininterrupto, ao menos virtualmente. Ele só é interrompido quando uma potência exterior ao processo intervém e consegue, para algum tipo de proveito alheio aos interesses dos agentes, estabe

---

/6/ Décio Pignatari, Signagem da televisão, 1984.

lecer alguma forma de monopólio. No caso da política cultural, o monopólio pelo Estado da "cultura legítima" tem antecedentes tenebrosos nos impérios teocráticos da antigüidade e no Estado clerical xiita do Irã atual. A nível de proclamação, o Estado da "transição" reconhece o espaço da sociedade civil e declara não pretender exercer o monopólio. Até exemplifica com a Lei Sarney, que descentralizou o incentivo à produção cultural. Já foi feito aqui o inventário da Lei Sarney e de como funciona o novo esquema do marketing cultural. Outras demandas, que reforcem a descentralização cultural, devem ser requeridas, a fim de que se lance para mais longe o risco de um retrocesso no sentido monopolista cultural do Estado.

Um terceiro ponto refere-se ao espaço da participação e igualmente se articula com os demais porque é improvável uma perspectiva participacionista no contexto de políticas culturais unitaristas e monopolistas. Entendo participação aqui, não no sentido de fazer com que a cultura participe, mas no sentido de permitir que os sujeitos da cultura participem, em alguma medida, da formulação de políticas culturais. Uma das propostas da Carta de Goiânia — instrumento de pressão dos educadores para a mudança da política educacional brasileira — foi no sentido de que a universidade participasse da formulação da política cultural — e de sua execução e controle. É neste sentido que penso numa ampliação do espaço de participação. A universidade, como um dos setores representativos da sociedade civil, estaria perfeitamente bem no papel de sua ponta-de-lança na elaboração da política de cultura. Penso, no entanto, na ampliação ainda maior desse espaço, já que a universidade tem demandas muito específicas e provavelmente não esgotaria o requisitório da

sociedade civil.

Ao encerrar este trabalho, gostaria de acrescentar apenas duas observações. A primeira é a de que foi criada pelo governo federal e teve sua primeira reunião no dia 10 de março de 1987 uma comissão mista do Ministério da Cultura e do Ministério da Educação: "A Comissão, que tem caráter permanente, irá regular ações dos dois ministérios nos campos da cultura e da educação" /7/. Ações setoriais, provavelmente, como uma das pautas deixa entrever: problemas de Arte-Educação no 1º, 2º e 3º graus. De qualquer maneira, a questão da separação da educação e da cultura bateu às portas do Estado, que começa a montar uma estratégia em relação a ela.

A outra observação é na verdade uma volta ao início, quando penso ter deixado clara a necessidade de um aprofundamento teórico da questão da cultura em confronto com a da educação. Mas este é um outro caminho a que algum dia pretendo retornar, se até lá a lira não desafinar nem a voz enrouquecer, não do canto da cultura, que este é plenificador, mas de ver que venho... O mais fica com Camões e a sua porfia cultural com o Estado português.

---

/7/ MinC, "MEC/MinC", 7 dias na Cultura, Ministério da Cultura, Ano II, nº 9, p. 4.

- BIBLIOGRAFIA -

- ADORNO, T.W. e HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*, Rio, Zahar, 1985.
- AGUIAR, F. "Crise da cultura e alternativa nacional-popular. (O nacionalismo na máquina de moer)." in *Cadernos de Debate*, nº 5, São Paulo, Brasiliense, 1978.
- ALBUQUERQUE, J.A.G. *Cultura, educação e desenvolvimento*, Petrópolis, Vozes, 1971.
- ALMEIDA, M. *A comunicação de massa no Brasil*, Belo Horizonte, Júpiter, 1971.
- ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado*, Rio, Edições do Graal, 1983.
- . *Análise crítica da teoria marxista*, Rio, Zahar, 1967.
- ALVES, M.M. *Beabã dos MEC-USAID*, Rio, Ed. Gernaca, 1968.
- ARANTES, A.A. *O que é cultura popular*, São Paulo, Brasiliense, 1985.
- ARENDT, H. *A condição humana*, Rio, Forense/Universitária, 1981.
- ATAÍDE, T. *Debates pedagógicos*, Rio, Schmidt, 1931.
- AZEVEDO, F. *A Cultura Brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*, Brasília, Edit. Universidade de Brasília, 1963.

- AZEVEDO, T. *Cultura e situação racial no Brasil*, Rio, Civilização Brasileira, 1966.
- BAKHTIN, M. (VOLOCHÍNOV, V.N.). *Marxismo e filosofia da linguagem*, São Paulo, Edit. Hucitec, 1981.
- BARBOSA, A.M.T.B. *Arte-educação no Brasil: das origens ao modernismo*, São Paulo, Perspectiva, 1978.
- BARROS, R.J.M. - *Ensaíos sobre educação*, São Paulo, Grijalbo/EDUSP, 1971.
- BASBAUM, L. *História sincera da república*, 4 vol., São Paulo, Alfa-Ômega, 1975-1976.
- BASTOS, H. (Coord.) *Educação para o desenvolvimento*, Rio, Reper Editora, s/d.
- BEISIEGEL, C.R. *Política e educação popular*, São Paulo, Ática, 1982.
- . *Estado e educação popular*, São Paulo, Pioneira, 1974.
- BENJAMIN, W.; HORKHEIMER, M.; ADORNO, T.W.; e HABERMAS, J. *Textos escolhidos*, São Paulo, Abril Cultural (Os Pensadores), 1980.
- BENJAMIN, W. *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*, São Paulo, Brasiliense, 1985.
- . *Textos*, São Paulo, Ática (Col. Sociologia), 1985.
- BERGER, P. e LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*, Petrópolis, Vozes, 1985.

- BERNADET, J.C. *Brasil em Tempo de Cinema: ensaio sobre o cinema brasileiro de 1958 a 1966*, Rio, Civilização Brasileira, 1967.
- BOSI, A. "Cultura Brasileira", *in* MENDES, D.T. (Org.). *Filosofia da educação brasileira*, Rio, Civilização Brasileira, 1983.
- . *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo, Cultrix, 1978.
- BOSI, E. *Cultura de Massa e Cultura Popular: leituras de operárias*, Petrópolis, Vozes, 1973.
- BOURDIEU, P. e PASSERON, J.C. *A reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino*, Rio, Francisco Alves, 1975.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*, São Paulo, Perspectiva, 1987.
- . *Questões de sociologia*, Rio, Marco Zero, 1983.
- BRANDÃO, C.R. *A educação como cultura*, São Paulo, Brasiliense, 1985.
- . *O ardil da ordem*, Campinas, Papyrus, 1986.
- CAMPANHOLE, A. e CAMPANHOLE, H.L. *Todas as Constituições do Brasil*, São Paulo, Atlas, 1971.
- CANCLINI, N.G. *A socialização da arte*, São Paulo, Cultrix, 1980.
- . *As culturas populares no capitalismo*, São Paulo, Brasiliense, 1982.
- . "Políticas culturais na América Latina", *in re*

vista *Novos Estudos CEBRAP*, vol. 2, julho, 1983.

CANCLINI, N.G. "O sentido dialético do humano", in revista *Paz e Terra*, nº 9, 1967.

CARDONEL, F.; VAZ, H.L. e SOUZA, H.J. *Cristianismo hoje*, Rio, Editora Universitária, 1962.

CARDOSO, F.H. *O modelo político brasileiro*, São Paulo, Difel, 1972.

CARTA DE GOIÂNIA. *Educação e Sociedade*, nº 25, São Paulo, Cortez, dezembro de 1986.

CASSIRER, E. *Antropologia Filosófica: ensaios sobre o homem*. (Introdução a uma filosofia da cultura humana). São Paulo, Mestre Jou, 1977.

CASTELLO BRANCO, J. "Os intelectuais e o Estado", *Opinião*, nº 227, Rio, 11-março, 1977.

CASTANHO, S. *História do Brasil*, Campinas, ICEC, 1969 (mimeo).

CATANI, D. et al. (Orgs.). *Universidade, escola e formação de professores*, São Paulo, Brasiliense, 1985.

CHACON, V. "Comunicação de massa na sociedade democrática", in JAGUARIBE, H. (Org.) et al. *Brasil, sociedade democrática*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1985.

———. *História das idéias socialistas no Brasil*, Rio, Civilização Brasileira, 1965.

CHARLOT, B. *A mistificação pedagógica*, Rio, Zahar, 1983.

- CHAUI, M. *Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1986.
- . *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*, São Paulo, Editora Moderna, 1982.
- . *O que é ideologia*, São Paulo, Brasiliense, 1980.
- COELHO, J.G.L. "A transição e sua crise", *Folha de São Paulo*, 5 de maio de 1985.
- COELHO, T. *O que é indústria cultural*, São Paulo, Brasiliense, 1983.
- COHN, G. "O patrocinador é você: e daí?", *Folha de São Paulo*, Folhetim, 25 de maio de 1980.
- CORBISIER, R. *Filosofia política e liberdade*, Rio, Paz e Terra, 1975.
- . *Formação e problema da cultura brasileira*, Rio, MEC-ISEB, 1960.
- . "Notas para uma definição de cultura", *in Revista Civilização Brasileira*, 5-6, março, 1966.
- . *Reforma ou revolução?*, Rio, Civilização Brasileira, 1968.
- CORREIA, A. et al. *Pedagogia de escola nova*, São Paulo, Centro D. Vital, 1931.
- COUTINHO, C.N. "Os intelectuais e a organização da cultura no Brasil", *in Temas de Ciências Humanas*, nº 10, São Paulo, Edit. Ciências Humanas, 1981.

CRUZ COSTA, J. *Contribuição à história das idéias no Brasil*, Rio, Civilização Brasileira, 1967.

CUNHA, L.A. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*, Rio, Francisco Alves, 1980.

———. "A reforma da Universidade Brasileira vista de dentro", *Educação & Sociedade*, nº 15, São Paulo, Cortez, agosto de 1983.

———. "Pelo ensino público e gratuito", *Educação & Sociedade*, nº 12, São Paulo, Cortez, setembro de 1982.

CURY, C.R.J. *Educação e contradição*, São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1985.

———. *Ideologia e Educação Brasileira: católicos e liberais*, São Paulo, Cortez, 1984.

———. "Tendências do ensino no Brasil hoje", *Educação & Sociedade*, nº 25, São Paulo, Cortez, dezembro de 1986.

DAHL, G. "Mercado e Cultura", *Cultura*, ano 6, nº 24, Brasília, MEC, janeiro-março 1977.

DEBESSE, M. e MIALARET, G. *Tratado das ciências pedagógicas*, São Paulo, Nacional/EDUSP, 1974.

DEBRUN, M. *A conciliação e outras estratégias*, São Paulo, Brasiliense, 1983.

———. *Ideologia e realidade*, Rio, MEC/ISEB, 1959.

———. *O fato político*, Rio, Fundação Getúlio Vargas, 1962.

DECCA, E. *O silêncio dos vencidos*, São Paulo, Brasiliense, 1984.

- DIAS, E.F. "Cultura, política e cidadania na produção gramsciana de 1914 a 1918", in *Cadernos CEDES*, nº 3, São Paulo, Cortez, s/d.
- DREYFUSS, R.A. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*, Petrópolis, Vozes, 1981.
- DURHAM, E.R. *A reconstituição da realidade*, São Paulo, Ática, 1978.
- ELIOT, T.S. *Notas para a definição de cultura*, Rio, Zahar, 1965.
- EMDEC. *Plano Plurianual de Investimento Cura*, 1975.
- ECO, U. *Apocalípticos e integrados*, São Paulo, Perspectiva, 1979.
- EURASQUIN, M.A. et al. *Os teledependentes*, São Paulo, Summus, 1983.
- . *Obra aberta*, São Paulo, Perspectiva, 1968.
- FAORO, R. *Os donos do poder. Formação do patronato brasileiro*, Porto Alegre, Globo, 1979.
- FAUSTO, B. *Trabalho urbano e conflito social*, São Paulo, Difel, 1983.
- . *História geral da civilização brasileira*, São Paulo, Difel, 1978.
- FÁVERO, O. (Org.). *Cultura popular e educação popular: a memória dos anos 60*, Rio, Graal, 1983.
- FEIJÓ, M.C. *O que é política cultural*, São Paulo, Brasiliense, 1983.

FERNANDES, F. "Na revolução da democracia", in *Leitura*, São Paulo, 4(37) junho, 1985.

———. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*, São Paulo, Edit. Nacional, 1967.

———. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, Rio, Zahar, 1968.

FISCHLOWITZ, E. *Fundamentos de política social*, Rio, Agir, 1964.

FORACCHI, M.M. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*, São Paulo, Nacional, 1965.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*, Rio, Graal, 1985.

FRANCASTEL, P. *Arte y técnica en los siglos XIX y XX*, Valencia, Fomento de Cultura, s/d.

FRANCO, M.L.P.B. et al. "Áreas críticas e distorções do Ensino de II grau no município de São Paulo", *Educação & Sociedade*, nº 14, São Paulo, Cortez, abril de 1983.

FRANCO, M.L.P.B. e ARAGÃO, E. "Procurando um novo espaço para o 2º grau", *ANDE*, nº 12, São Paulo, setembro de 1982.

FREIRE, P. *Ação cultural para a liberdade*, Rio, Paz e Terra, 1982.

———. *Educação e mudança*, Rio, Paz e Terra, 1983.

———. *Educação como prática da liberdade*, Rio, Paz e Terra, 1969.

———. *Pedagogia do oprimido*, Rio, Paz e Terra, 1970.

FREITAG, B. *Escola, Estado e Sociedade*, São Paulo, Edart, 1977.

———. "Política social e educação". *Em aberto*, nº 27, Brasília, julho-setembro de 1985.

FREYRE, G. *Casa grande e senzala*, Brasília, EQ.UnB, 1963.

———. *Pessoas, coisas e animais*, São Paulo, MPM (ed. esp.), 1979.

FURTADO, C. *Análise do modelo brasileiro*, Rio, Civilização Brasileira, 1975.

———. *Formação econômica do Brasil*, Brasília, Edit.UnB, 1963.

———. *O Brasil pós-"milagre"*, Rio, Paz e Terra, 1981.

———. *Dialética do desenvolvimento*, Rio, Fundo de Cultura, 1964.

———. *Desenvolvimento e cultura*, Campinas, UNICAMP (19 Fórum UNICAMP), mimeo, 1984.

———. *Um projeto para o Brasil*, Rio, Saga, 1968.

———. *Prefácio à nova economia política*, Rio, Paz e Terra, 1976.

———. *Sete teses sobre a cultura brasileira*, Rio, Paz e Terra, 1984.

GADOTTI, M. *Concepção dialética da educação*, São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1983.

GALVÃO, L.A. "Do iluminismo ao cinemismo", *Folha de São Paulo*, 29 de maio de 1987.

GARRAUDY, R. *Perspectiva do homem*, Rio, Civilização Brasileira, 1965.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*, Rio, Zahar, 1978.

GHIRALDELLI JR., P. "Introdução à evolução das idéias pedagógicas no Brasil", *Educação & Sociedade*, nº 26, São Paulo, Cortez, abril de 1987.

GIANNOTTI, J.A. *A universidade em tempos de barbãrie*, São Paulo, Brasiliensi, 1981.

GIROUX, H. *Pedagogia Radical: subsídios*, São Paulo, Cortez, 1983.

———. *Escola crítica e política cultural*, São Paulo, Cortez, 1987.

GOLDMANN, L. *Dialética e Cultura*, Rio, Paz e Terra, 1967.

GOERTZEL, T. "MEC-USAID: Ideologia de desenvolvimento americano aplicado à Educação Superior Brasileira", *Revista Civilização Brasileira*, Ano III, nº 14, Rio, Julho de 1967.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*, Rio, Civilização Brasileira, 1982.

———. *Literatura e vida nacional*, Rio, Civilização Brasileira, 1978.

———. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*, Rio, Civilização Brasileira, 1968.

———. *Concepção dialética da história*, Rio, Civilização Brasileira, 1984.

GULLAR, F. *Cultura posta em questão*, Rio, Civilização Brasileira

leira, 1965.

HABERMAS, J. *Textos*, São Paulo, Ática (Col.Sociologia), 1980.

———. *Mudança estrutural da esfera pública*, Rio, Tempo Brasileiro, 1984.

HALEBSKY, S. *Sociedade de massas e conflito político*, Rio, Zahar, 1978.

HALL, S. et al. *Da ideologia*, Rio, Zahar, 1983.

HEGEL, G.W.P. *La raison dans l'histoire: introduction à la philosophie de l'histoire*, Paris, Union Générale d'Éditions, 1965.

HERZ, D. *A história secreta da Rede Globo*, Porto Alegre, Tchê! Editora, 1986.

HOLANDA, S.B. *Raízes do Brasil*, Brasília, Edit. Universidade de Brasília, 1963.

IANNI, O. *O colapso do populismo no Brasil*, Rio, Civilização Brasileira, 1971.

———. *Política e revolução social no Brasil*, Rio, Civilização Brasileira, 1965.

———. *Sociologia e sociedade no Brasil*, São Paulo, Alfa-ômega, 1975.

———. "O Estado e a organização da cultura", *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº 1, Rio, Julho de 1978.

IBGE. *Anuário do Brasil*, 1985.

- JAGUARIBE, H. *Introdução ao desenvolvimento social*, São Paulo, Círculo do Livro, s/d.
- . *Problemas do desenvolvimento latino-americano*, Rio, Civilização Brasileira, 1967.
- . *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*, Rio, Paz e Terra, 1969.
- JAY, M. *La imaginación dialéctica*, Madrid, Taurus, 1974.
- KANDIR, A. et al. *Constituinte, economia e política da Nova República*, São Paulo, Cortez-Educ., 1986.
- KAPLAN, D. e MANNERS, R. *Culture Theory*, Englewood Cliffs, J. Jersey, Prentice Hall, Inc., 1972.
- KOSIK, K. *Dialética do concreto*, Rio, Paz e Terra, 1969.
- KRISCHKE, P.J. *Brasil: do "milagre" à "abertura"*, São Paulo, Cortez, 1982.
- LAMBERT, J. *Os dois Brasis*, São Paulo, Nacional, 1967.
- LEACH, E. *Cultura e Comunicação: a lógica pela qual os símbolos estão ligados*, Rio, Zahar, 1978.
- LEAL, P. *Iniciação à televisão*, Rio, Falangola, 1964.
- LEAL, V.N. *Coronelismo, enxada e voto*, São Paulo, Alfa-Ômega, 1978.
- LEFÈBVRE, H. *Lógica formal/lógica dialéctica*, Rio, Civilização Brasileira, 1975.
- LEITE, D.M. *O caráter nacional brasileiro*, São Paulo, Pioneira, 1969.

- LÉVI-STRAUSS, C. *La pensée sauvage*, Paris, Plon, 1962.
- LIMA, J.C. *Notas sobre a política cultural*, São Paulo, IMESP, 1985.
- . *A organização política do sonho*, São Paulo, IMESP, 1985.
- LOBROT, M. *A favor ou contra a autoridade*, Rio, Francisco Alves, 1977.
- . *A pedagogia institucional*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1973.
- LOPES, J.R.B. *Desenvolvimento e mudança social*, São Paulo, Nacional/EDUSP, 1968.
- LIMA, L.C. (Org.). *Teoria da cultura de massa*, Rio, Paz e Terra, 1982.
- LUKÁCS, G. *Ensaio sobre literatura*, Rio, Civilização Brasileira, 1965.
- MACHADO, L.Z. *Estado, escola e ideologia*, São Paulo, Brasiliense, 1983.
- MACHADO NETO, A.L. "A ex-Universidade de Brasília", *Revista Civilização Brasileira*, Ano III, nº 14, Rio, Julho de 1969.
- MADEIRA, F.R. e MELLO, G.N. *Educação na América Latina: os modelos teóricos e a realidade social*, São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1985.
- MAGALHÃES, A. *É Triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil*, Rio, Nova Fronteira, 1985.

- MAGNANI, J.J.C. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*, São Paulo, Brasiliense, 1985.
- MANHEIM, K. *Ideologia e utopia*, Rio, Zahar, 1968.
- MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, nº 79, 1960.
- MANIFESTO DOS INTELECTUAIS (Ministério da Cultura). *Folha de São Paulo*, 11 de maio de 1985.
- MARCELINO, N.C. *Lazer e humanização*, Campinas, Papyrus, 1983.
- MARCONDES FILHO, C. *Quem manipula quem? Poder e massas na indústria da cultura e da comunicação no Brasil*, Petrópolis, Vozes, 1986.
- MARCUSE, H. *Eros e civilização*, Rio, Zahar, 1968.
- . *Ideologia da sociedade industrial*, Rio, Zahar, 1967.
- . *Soviet Marxism*, Columbia, Columbia University Press, s/d.
- MARSHALL, T.H. *Política social*, Rio, Zahar, 1967.
- MARTINS, C.B. *Ensino pago: um retrato sem retoques*, São Paulo, Global, 1981.
- MARTINS, J.S. *Sobre o modo capitalista de pensar*, São Paulo, Hucitec, 1978.
- MARTINS, W. *História da inteligência brasileira*, São Paulo, Cultrix/EDUSP, 1976.

MARX, K. *Para a crítica da economia política*, São Paulo ,  
Abril Cultural, 1982.

MARX, K. e ENGELS, F. *A ideologia alemã e outros escritos*,  
Rio, Zahar, 1965.

———. *Sobre literatura e arte (Compil.)*, São Paulo,  
Global, s/d.

MASER, S. *Fundamentos da teoria geral da comunicação*, São  
Paulo, EPU/EDUSP, 1975.

MATOS, O.N. *Valorização da cultura comunitária*, Campinas ,  
mimeo, s/d.

MCLUHAN, M. *Os meios de comunicação como extensões do ho-  
mem*, São Paulo, Cultrix, 1979.

MEC. *Dicionário da Legislação Federal*, Rio de Janeiro, 1961.

MELLO, M.V. *O conceito de uma educação da cultura: com re-  
ferência ao estetismo e à criação de um conceito ético  
no Brasil*, Rio, Paz e Terra, 1986.

MENDES, C. *Memento dos vivos: a esquerda católica no Bra-  
sil*, Rio, Tempo Brasileiro, 1966.

MENDES, D.T. "Desenvolvimento, Tecocracia e Universidade",  
*Revista de Cultura Vozes*, nº 6, Petrópolis, 1975.

MERCADANTE, P. *A consciência conservadora no Brasil*, Rio,  
Saga, 1965.

MILANESI, L.A. *O paraíso via Embratel*, Rio, Paz e Terra ,  
1985.

MinC. "O Ministério da Cultura em 1986", Brasília, MinC ,  
s/d.

- MINGUZZI, R.B. (Org.). *Constituição da República Federativa do Brasil*, São Paulo, Sugestões Literárias, 1970.
- MOISÉS, J.A. "Nova República: ambigüidade como formade controle", in: KANDIR, A. et al: *Constituinte, economia e política da Nova República*, São Paulo, Cortez-Educ., 1986.
- MORAES, J.Q. et al. *A tutela militar*, São Paulo, Vértice, 1987.
- MORAIS, R. *Ciência e tecnologia - uma introdução metodolôgica e crítica*, Campinas, Papirus, 1983.
- . *Entre a educação e a barbárie*, Campinas, Papirus, 1982.
- . (Org.). *Sala de aula: que espaço é esse?*, Campinas, Papirus, 1986.
- MORIN, E. *Cultura de massas no século XX*, Rio, Forense, 1967.
- MOTA, C.G. (Org.). *Brasil em perspectiva*, São Paulo, Difel, 1968.
- . *Ideologia da cultura brasileira*, São Paulo, Ática, 1980.
- MOUNIER, E. *El personalismo*, Buenos Aires, Editorial Universitária, 1962.
- NAGLE, J. *Educação e linguagem*, São Paulo, Edart, 1976.
- NOVAIS, A. "O debate ideológico e a questão cultural", *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº 12, Rio, Junho 1979.
- ORTIZ, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*, São Pau

- lo, Brasiliense, 1985.
- PAIM, A. *A filosofia da escola do Recife*. Rio, Saga, 1966.
- . *A história das idéias filosóficas no Brasil*, São Paulo, Grijalbo/EDUSP, 1967.
- PAIVA, G. (Apres.). *A educação que nos convêm*, Rio, IPES/GB, 1969.
- PAIVA, V.P. *Educação popular e educação de adultos: contribuição à história da educação brasileira*, São Paulo, Loyola, 1973.
- . *Paulo Freire e o nacionalismo-desenvolvimentista*, Rio, Civilização Brasileira, 1980.
- (Org.). *Perspectivas e dilemas da educação popular*, Rio, Graal, 1984.
- PEDREIRA, F. *Brasil política*, São Paulo, Difel, 1975.
- PENTEADO FILHO, J.M.W. (Coord.) "Marketing e Cultura", *Revista Marketing* (Estudos ESPM), nº 148, São Paulo, Edit. Referência, fevereiro de 1986.
- PEREIRA, C.A.M. *O que é contracultura*, São Paulo, Brasiliense, 1984.
- PEREIRA, L. *Trabalho e desenvolvimento no Brasil*, São Paulo, Difel, 1965.
- PEREIRA, L. e FORACCHI, M. *Educação e Sociedade*, São Paulo, Nacional, 1967.
- PEREIRA, L.C.B. *Desenvolvimento e crise no Brasil: 1960 - 1967*, Rio, Zahar, 1968.

- PEREZ, F.G. *Linguagem total: uma pedagogia dos meios de comunicação*, São Paulo, Summus, 1978.
- PIGNATARI, D. *Signagem da televisão*, São Paulo, Brasiliense, 1984.
- PINTO, A.V. *Consciência e realidade nacional*, Rio, ISEB, 1960.
- PISTRAK. *Fundamentos da escola do trabalho*, São Paulo, Brasiliense, 1981.
- PONCE, A. *Educação e luta de classes*, São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1985.
- PORTELLI, H. *Gramsci e o bloco histórico*, Rio, Paz e Terra, 1977.
- PRADO JÚNIOR, C. *Evolução política do Brasil e outros estudos*, São Paulo, Brasiliense, 1966.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. *Plano Preliminar de Desenvolvimento Integrado de Campinas*, PPDI, 1970.
- PRIMEIRO DOCUMENTO DOS EMPRESÁRIOS. *Folha de São Paulo*, junho, 1968.
- PUCCAMP. *A universidade e a construção de seu próprio projeto: a continuidade da experiência da PUCCAMP*, 1984.
- RAMOS, G. *Mito e verdade da revolução brasileira*, Rio, Zahar, 1963.
- . *A crise do poder no Brasil*, Rio, Zahar, 1961.
- . *A redução sociológica*, Rio, Tempo Brasileiro, 1965.

REIS FILHO, C. *A educação e a ilusão liberal*, São Paulo ,  
Cortez/Autores Associados, 1981.

RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO DA REFORMA UNIVERSITÁRIA, *Re-  
vista Paz e Terra*, nº 9, Rio, outubro de 1969.

RELATÓRIO MEIRA MATOS, *Revista Paz e Terra*, Rio, outubro de  
1969.

REZENDE, A.M. *Educação e ser no mundo: projeto de uma feno-  
menologia da educação*, tese de livre docência em Educação,  
Unicamp, 1978 (mimeo).

———. (Org.). *Iniciação teórica e prática às ciên-  
cias da educação*, Petrópolis, Vozes, 1979.

RIBEIRO, D. *Configurações histórico-culturais e os povos  
americanos*, Rio, Civilização Brasileira, 1975.

———. *O processo civilizatório*, Rio, Civilização Bra-  
sileira, 1968.

———. *A universidade necessária*, Rio, Paz e Terra ,  
1969.

———. *Teoria do Brasil*, Rio, Paz e Terra, 1972.

ROMANELLI, O.R. *História da educação no Brasil*, Petrópolis,  
Vozes, 1984.

RICOEUR, P. (Org. e introd.). *Les cultures et les temps*, Pa-  
ris, Payot, 1975.

RODRIGUES, J.H. *Conciliação e reforma no Brasil, um desa-  
fio histórico-cultural*, Rio, Civilização Brasileira, 1965.

SÃ, N.P. *Política educacional e populismo no Brasil*, São

- Paulo, Cortez/Autores Associados, 1982.
- SAHLINS, M. *Cultura e razão prática*, Rio, Zahar, 1979.
- SALM, C. *Escola e Trabalho*, São Paulo, Brasiliense, 1980.
- SALVADOR, A.D. *Cultura e educação brasileiras*, Petrópolis, Vozes, 1971.
- SAMPAIO, M.F. *História do rádio e da televisão no Brasil e no mundo*, Rio, Achiamé, 1984.
- SAMPAIO, F.R. (Pref.) et al. *Monografia histórica do município de Campinas*, Rio, IBGE, 1952.
- SANTOS, J.L. *O que é cultura*, São Paulo, Brasiliense, 1985.
- SANTOS, L.G. e MESQUITA NETO, P. "Sinais dos tempos que correm", *Folha de São Paulo*, 5 de maio de 1985.
- SAVIANI, D. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*, São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1984.
- . *Ensino público e algumas falas sobre universidade*, São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1984.
- . *Escola e democracia*, São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1985.
- SCHILLER, F. "Sobre a educação estética do homem - 9a. carta, in *Ar'te*, nº 9, 1984.
- SCHWARTZENBERG, R.G. *O Estado espetáculo*, São Paulo, Círculo do Livro, s/d.
- SCHWARTZMAN, S. *Formação da comunidade científica no Brasil*, São Paulo, Nacional/FINEP, 1979.

- SCHWARZ, R. e FAUSTO, R. "Sobre o raciocínio político de Oliveiros S. Ferreira", *Teoria e Prática*, nº 1, 1967.
- SEVCENKO, N. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, São Paulo, Brasiliense, 1985.
- SIGRIST, J.L. *Fenomenologia da consciência universitária cristã no Brasil*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, 1973.
- SINGER, P. "A economia da Nova República: modelos em contradição", *in*: KANDIR, A. *et al.* *Constituinte, economia e política da Nova República*, São Paulo, Cortez-Educ. , 1986.
- SLATER, P. *Origem e significado da escola de Frankfurt* , Rio, Zahar, 1978.
- SNYDERS, G. *Para onde vão as pedagogias não-diretivas?* Lisboa, Martins Editores, 1976.
- SODRÉ, N.W. *A história da imprensa no Brasil*, Rio, Civilização Brasileira, 1966.
- . *A verdade sobre o ISEB*, Rio, Avenir, 1978.
- . *Formação histórica do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1964.
- . *O que se deve ler para conhecer o Brasil*, Rio, Civilização Brasileira, 1973.
- . *Síntese da história da cultura brasileira*, São Paulo, Difel, 1984.

- SODRÉ, N.W. *A coluna Prestes*, São Paulo, Círculo do Livro, s/d.
- SOUZA, M.I.S. *Os empresários e a educação: o IPES e a política educacional após 1964*, Petrópolis, Vozes, 1981.
- SPENGLER, O. *A decadência do Ocidente*, Rio, Zahar, 1973.
- STEPAN, A. *Os militares na política*, Rio, Artenova, 1975.
- TARTALHA, C. "O império Roberto Marinho. Dinheiro e Poder Político". *Cadernos do CEAS*, nº 95, Salvador, Ceas, março-abril de 1985.
- TEIXEIRA, A. *Pequena introdução à filosofia da educação*, São Paulo, Nacional, 1978.
- TOBIAS, J.A. *História das idéias estéticas no Brasil*, São Paulo, Grijalbo/EDUSP, 1967.
- TOLEDO, C.N. *ISEB: fábrica de ideologias*, São Paulo, Ática, 1977.
- TRAGTENBERG, *Burocracia e ideologia*, São Paulo, Ática, 1977.
- VÁZQUEZ, A.S. *As idéias estéticas de Marx*, Rio, Paz e Terra, 1978.
- . *Filosofia da práxis*, Rio, Paz e Terra, 1977.
- VAZ, H.L. *Cultura e universidade*, Petrópolis, Vozes, 1966.
- VIANA, C.R. *Estratégia do desenvolvimento brasileiro*, Rio, Civilização Brasileira, 1967.
- VIANA FILHO, L. *O governo Castelo Branco*, Rio, José Olympio, 1965.

VIEIRA, E.A. "Estado e Política Social", *Educação & Sociedade*, nº 2, São Paulo, Cortez, janeiro de 1979.

WEBER, M. "Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída", *Textos Seleccionados*, São Paulo, Abril Cultural (Os Pensadores), 1985.

WEFFORT, F.C. *Por que democracia?*, São Paulo, Brasiliense, 1984.

———. "Estado e Massas no Brasil", *Revista Civilização Brasileira*, Ano I, nº 7, Rio, Maio de 1966.

WILLIAMS, R. *Cultura e sociedade*, São Paulo, Nacional, 1969.

———. *Marxismo e literatura*, Rio, Zahar, 1979.

XAVIER, M.E.S.P. *Poder político e educação de elite*, São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1980.

- EDIÇÕES JORNALÍSTICAS ESPECIAIS

SOBRE POLÍTICA CULTURAL

1. "O Estado e a Cultura", *Folha de São Paulo*, Folhetim, 25 de maio de 1987.
2. "Política Cultural: o grande debate", *Leia*, ano VII, nº 77, março de 1985.
3. "Política Cultural: isso ainda faz a cabeça?", *Folha de São Paulo*, Folhetim, 25 de maio de 1980.

POLÍTICA CULTURAL

EM CAMPINAS:

1969 A 1975.

22 de junho de 1987.

POLÍTICA CULTURAL EM CAMPINAS: 1969-1975

De 1969 a 1975, José Alexandre dos Santos Ribeiro teve a incumbência de orientar a política cultural da municipalidade campineira, de início como diretor do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura, depois como secretário. Em 1975, com a criação da Secretaria de Cultura, separada da de Educação, José Alexandre permaneceu como titular desta última. No entanto, somados os períodos, ficou quase sete anos como responsável pela política cultural municipal campineira. É sobre essa experiência que produziu o relatório a seguir:

1. Quando Quêrcia assumiu a Prefeitura (fevereiro de 1969), o Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura estava criado por lei (a partir da reforma administrativa feita no fim da administração anterior), mas ainda não instalado. Coube-me então, como primeiro Diretor desse Departamento, instalar o meu gabinete e criar a coordenação funcional das seções e serviços que passariam a compô-lo.
2. Durante 1969, o Departamento de Cultura funcionou no andar superior do prédio da avenida da Saudade, 1004, onde ficava a Secretaria.
3. Basicamente, o Departamento possuía:
  - 3.1 - um "Museu de Arte Contemporânea" estático, cuja única programação sistemática era um Salão Anual de Arte Contemporânea, em cujas dependências chovia mais que na rua. Tratei então de trocar todo o telhado e o

sistema de calhas do Museu, restaurei e classifiquei-lhe o acervo e criei outras atividades para o Museu, como o *Salão Anual do Artista Jovem* e o *Salão Nacional de Arte Fotográfica*, além de criar, na agenda do Museu, atividades paralelas eventuais, como a Exposição Cândido Portinari, que, pela primeira vez no país, reuniu mais de trinta obras originais desse Artista; o Primeiro Salão Nacional de Estórias em Quadrinhos, com um curso sobre essa linguagem; exposições de Cartazes estrangeiros, em articulação com Embaixadas estrangeiras no Brasil, etc.

3.2 - um "Museu Municipal de História Natural", no Bosque dos Jequitibás, que estava razoavelmente bem organizado mas que funcionava precariamente e abria para visitas apenas uma vez por semana. Comecei então por fechar o "cabaré de 5a. classe" que funcionava no prédio desse museu, o que permitiu ampliar bastante suas instalações; propiciei a ampliação e o aperfeiçoamento dos trabalhos de taxidermia do chefe do Museu; criei novas seções para o Museu, como a seção de etnografia, lá criada pelo Dr. Desidério Aitai; instalei no andar de cima do prédio do Museu o acervo relativo à Revolução Constitucionalista do MMDC/Campinas; o Museu passou a abrir para o público diariamente, com exceção das segundas-feiras, o que permitiu às escolas locais organizarem freqüentes visitas dos seus alunos ao Museu.

3.3 - uma "Orquestra Sinfônica Municipal", que nascera da incorporação pela Prefeitura, a partir de 1968, da an-

tiga "Orquestra Sinfônica Universitária", que durante alguns anos fora precariamente mantida pela PUC/Campinas. A orquestra era amadora, e contava com o concurso de alguns músicos profissionais da Orquestra Sinfônica Municipal de São Paulo.

Durante a administração Quêrcia consegui melhorar a remuneração dos músicos, o que me permitiu exigir o comparecimento mais sistemático dos músicos de São Paulo aos ensaios, além de criar um programa de apresentação da Orquestra em escolas, clubes e igrejas da cidade (sobretudo enquanto não possuíamos teatro). Além disso, organizei, classifiquei e ampliei bastante o acervo de partituras e livros de pesquisa da orquestra, contando para isso com a colaboração de Embaixadas e Consulados de São Paulo. A orquestra passou também a fazer ensaios sistemáticos, às segundas, quartas e sextas-feiras, na "fase amadora", até quando se tornou profissional (já na administração Lauro), a partir de 1974.

- 3.4 - uma "Biblioteca Pública Municipal", que encontrei muito mal instalada na avenida da Saudade, e que tratei logo de transferir para o andar térreo do novo prédio da Prefeitura, onde ela ficou até que se construísse sua sede nova (na administração Lauro), em prédio que ela divide com o Museu de Arte Contemporânea (que, antes disso, eu instalei, a partir de 1972, no terceiro andar do Paço Municipal, quando a Secretaria de Educação deixou o prédio da avenida da Saudade). Quanto à Biblioteca, procurei ampliar e atualizar ao máximo (dentro do possível) o seu acervo, além de abri-la pa

ra o público de manhã, à tarde e à noite, o que *quadruplicou* a frequência. Além disso, a Biblioteca passou a promover atividades culturais relacionadas com aspectos da Literatura, Cultura e História locais, realizando tardes e noites de autógrafos de autores campineiros, exposições sistemáticas sobre figuras como Guilherme de Almeida, Campos Sales, etc. Criou-se na Biblioteca uma seção de documentação sobre a História de Campinas e um serviço de microfilmagem de documentos que, no meu tempo, chegou a microfilmar, em Campinas e outras cidades, mais de 20 mil documentos importantes. Por outro lado, desloquei e melhorei as instalações e o acervo da Biblioteca Distrital de Sousas e criei a Biblioteca do Bairro do Bonfim, cuja sede foi especialmente construída, em terreno previamente desapropriado pelo Prefeito Quêrcia.

3.5 - *Teatro Castro Mendes* - criado em 1970, na administração Quêrcia que, atendendo a minha exposição de motivos (a partir de quando me tornei Secretário de Educação e Cultura), desapropriou o antigo "Cine Casablanca", submetendo-o a reformas e ampliações que o transformaram no Teatro. Sua inauguração deu-se em 1970, para as comemorações do Centenário da estréia de "Il Guarany" de Carlos Gomes. Criamos então as *temporadas líricas* da década de setenta, montando óperas como "Il Guarany", "La Traviata", "Fosca" e "Colombo". Foi também possível reestruturar a *vida teatral* da cidade, com a produção de grandes espetáculos, como o Ricardo III de Shakespeare, em direção de Antunes Filho, além de ceder o teatro para espetáculos teatrais

profissionais e amadores de nível.

3.6 - *Centro de Convivência Cultural* - Atendendo a nossa exposição de motivos, o Prefeito Lauro resolveu, além de autorizar completa reforma e modernização do Teatro Castro Mendes, em 1974, concluir as obras do Centro de Convivência Cultural, o que propiciou a criação de novos equipamentos culturais importantes para a cidade. A *arena externa* do Centro de Convivência, eu já utilizava desde 1971, com espetáculos populares que tivessem bom nível cultural, como a montagem da tragédia grega "Hipólito", em plena arena externa, com areia do mar no chão e iluminação natural a fogo, com elenco profissional de alto nível. Mas a conclusão das obras do Centro de Convivência possibilitou intensificar muito a vida teatral da cidade, centralizada, então, no Teatro Castro Mendes, já que o Centro de Convivência tornou-se a sede permanente da "nova" Orquestra Sinfônica Municipal, além de ter novo espaço para exposições e propiciar a (então) futura criação do *Museu da Imagem e do Som*.

3.7 - *Nova Orquestra Sinfônica Municipal* - aproveitando as motivações musicais do Prefeito Lauro, consegui que o Maestro Benito Juarez, que viera para a Unicamp, fosse contratado, com a devida vênia da Unicamp, como Diretor Artístico e Regente Titular da Orquestra, recebendo "carta branca" para profissionalizá-la, com a obrigação de transformá-la numa orquestra sinfônica de primeira linha (para os padrões brasileiros), sem, porém, deixar de democratizar ao máximo suas apresenta-

ções, inclusive em termos de repertório.

- 3.8 - *Aquisição de um novo piano* - O Prefeito Lauro autorizou, em 1975, a aquisição, por importação direta, de um piano de concerto de cauda inteira da legendária marca "Steinway" de Hamburgo - sabidamente o mais perfeito piano do mundo, que foi oficialmente inaugurado pela pianista brasileira Anna Stella Schik, que é campeira e que veio especialmente de Paris.
- 3.9 - *Temporada Municipal Internacional* - Com os novos equipamentos culturais, a cidade pôde ter - e teve, entre 1970 e 1975, uma grande temporada internacional de concertos, o que se fez a partir da constatação de marcadas motivações musicais do público da cidade. Promovemos, assim, concertos e recitais de artistas como Guiomar Novaes (piano), a Orquestra de Câmara de Versailles, o conjunto italiano "I Musici" (cordas), o quinteto de sopros de Viena, e a presença de pianistas como Iara Bernette, Joerg Demus, Antônio Guedes Barbosa, Alícia de Larrocha, etc.
- 3.10 - *Cinema de Arte* - A desapropriação do antigo Cine Casablanca incluiu a aquisição de seus ótimos projetores cinematográficos profissionais. Com isso, o Teatro pôde ser usado também como um Cinema Cultural alternativo que, a partir de 1970, realizou inúmeros ciclos cinematográficos importantes, inicialmente promovidos através do antigo Serviço de Som e Imagem do Departamento de Cultura, o que acabou sendo o ponto de partida para a criação posterior do atual Museu da Imagem

gem e do Som.

3.11 - Departamento de Ensino

- a) Quadruplicação da *rede física* (entre 1970 e 1976) de Parques Infantis e Escolas de 1º Grau.
- b) Implantação do 1º Grau completo na rede escolar municipal, nos termos da Lei Federal nº 5.692/71, que reformulou o ensino básico no país.
- c) Reestruturação das bases salariais do pessoal do Magistério Municipal, que, em 1976, ganhava mais que o pessoal do Magistério Estadual.
- d) Criação de Cursos de Educação Integrada e de uma rede de telepostos de "Madureza", através de articulação com a TV Cultura de São Paulo.
- e) Modernização dos *antigos cursos supletivos noturnos*.
- f) Criação de cursos de "madureza" de 2º grau municipais, em convênio com o Curso Evolução de Campinas.
- g) Criação, antecipadamente em relação ao MOBREAL, de uma ampla Campanha Permanente de Erradicação do Analfabetismo em Campinas, posteriormente integrada ao MOBREAL, com a criação deste em setembro de 1970.
- h) Ampliação e modernização do programa de *alimentação escolar* nas escolas municipais, com a implantação, por exemplo, das primeiras "vacas mecânicas" em nossas escolas municipais.
- i) Ampliação do *programa preventivo de saúde escolar*,

com a criação de gabinetes odontológicos e postos de atendimento médico em praticamente todos os prédios escolares municipais de então.

- j) Ampliação dos programas de bolsas de estudos (por isenção e por subvenção) junto à PUC e a escolas particulares de caráter profissionalizante.
- l) Apresentação de tese sobre a implantação da reforma do ensino básico, a nível municipal, no Congresso da *União dos Vereadores do Brasil*, em junho de 1976, em Caxias do Sul, com base no nosso trabalho junto ao Departamento Municipal de Educação. A tese foi apresentada no Congresso pelo então Vereador Antônio Rodrigues dos Santos Júnior. A tese foi aprovada pelo Plenário do Congresso e foi enviada pela União dos Vereadores do Brasil a todos os municípios do país, bem como ao Governo Federal, como sugestão de modelo a seguir.

3.12 - *Departamento Municipal de Educação Física, Esportes e Recreação* - criado pelo Prefeito Lauro a partir de pedido meu, em 1973. O projeto foi elaborado por mim. Entre outras coisas o Departamento (cujo primeiro Diretor, por indicação minha, foi o atual Prefeito Magalhães Teixeira) sistematizou todas as atividades do Esporte Amador, construiu e instalou inúmeras praças de esportes em bairros, modernizou os equipamentos esportivos do Parque Taquaral e trouxe a Campinas, entre 1973 e 1976, alguns dos mais importantes certames desportivos itinerantes do país, como os *Jogos Estudantis* e o *Troféu Brasil de Atletismo*.

3.13 - *Departamento Municipal de Turismo* - Transferido do Gabinete do Prefeito para a Secretaria de Educação, em 1973, esse novo (e último) Departamento da então *Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo* realizou, entre 1973 e 1976, dentre outras coisas:

- a) utilização mais intensa e sistemática do Bosque dos Jequitibás, do Parque Taquaral e, especificamente, da hoje abandonada Caravela da lagoa do Taquaral, na qual o Departamento de Turismo começou a instalar uma espécie de *Museu de Assuntos Náuticos relacionados com a História do Brasil* (que hoje, infelizmente, parece que está desativado);
- b) criação de um guichê permanente de informações turísticas sobre a cidade, junto ao "Convívio" que circundava a Catedral (e que hoje, segundo parece, está também desativado);
- c) publicação e distribuição de farto e bem elaborado material gráfico informativo e promocional sobre Campinas, que era distribuído em pontos de chegada da cidade, portarias de hotéis, etc.;
- d) organização de todo o programa de recepção e hospedagem por ocasião das festividades comemorativas do Bicentenário da Fundação de Campinas (1974), cuja Comissão Organizadora, por decisão do Prefeito Lauro, foi presidida por mim.

HISTORIOGRAFIA DA POLÍTICA CULTURAL  
MUNICIPAL DE CAMPINAS DE 1975 A 1987

HISTORIOGRAFIA DA POLÍTICA CULTURAL  
MUNICIPAL DE CAMPINAS DE 1975 A 1987

Fontes: 1. Imprensa, especialmente a de Campinas.

Abreviaturas: CP = Correio Popular;

DP = Diário do Povo.

2. Arquivo: "Documentário de Campinas", da Biblioteca Pública Municipal "Professor Ernesto Manuel Zink".

1. "A criação da Secretaria de Cultura e Tecnologia dentro da administração pública de Campinas já é praticamente certa". (...) "Proposta pelo próprio prefeito Lauro Péricles Gonçalves, a nova Secretaria, depois de implantada, trataria dos assuntos que hoje estão subordinados ao Departamento de Cultura da Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Turismo. Suas atribuições, contudo, seriam extensivas à área tecnológica, com a instalação do Observatório Astronômico do Capricórnio no Pico das Cabras, em Joaquim Egídio". (...) "Depois de estruturada e implantada, a Secretaria de Cultura e Tecnologia passaria a ser responsável pela Biblioteca e Pinacoteca, pelo Museu Histórico, Museu do MMDC, Documentário Histórico Microfilmado, Museu de Arte Contemporânea, Orquestra Sinfônica Municipal, Serviço de Som e Imagem, Teatro "Castro Mendes", Concha Acústica, Academia Campinense de Letras, Centro de Cultura "Carlos Gomes" e Observatório Astronômico do Capricórnio". CP 10.10.1975.

2. "Campinas terá Secretaria de Cultura e Tecnologia". O Esta-

do de São Paulo 14.10.1975.

3. "Educação e Cultura em Campinas. O desdobramento de uma das secretarias municipais torna mais racional o planejamento da promoção humana em Campinas..." (...). "Se a educação municipal se cinge aos grupos escolares antigos, aos primeiros graus do ensino, agora com as adaptações impositivas, e aos parques infantis e à formação pré-escolar, mesmo assim a sua tarefa de elemento auxiliar do processo formativo é das mais importantes..." (...). "Mas, ao Departamento de Cultura está reservada a tarefa que mais nos preocupa e que atinge mais de perto a sensibilidade, ao interesse, ao desenvolvimento pretendido desta cidade e de sua gente..." CP 04.01.1976.
4. "Campinas já tem Secretaria Municipal de Cultura". "Desde 31 de dezembro último, data em que foi publicada no Diário Oficial do Município a Lei nº 4.576, assinada pelo prefeito Lauro Péricles Gonçalves no dia anterior, existe de direito a Secretaria Municipal de Cultura, que terá, com nova estruturação, todas as atribuições anteriormente a cargo do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Turismo. A mesma Lei, que em seu artigo 18 extingue o Departamento de Cultura, dispõe em seu artigo 17 que a antiga secretaria, à qual estavam afetos os negócios relativos à Educação, à Cultura, aos Esportes e ao Turismo, se transforma em Secretaria de Educação, Esportes e Turismo" (...). "Contará o titular com três Coordenadorias, uma de Assuntos Culturais, outra de Apoio aos Equipamentos e a terceira de Fomento à Ciência..." (...). "É atribuição da Coordenadoria de Assuntos Culturais programar as iniciativas

da Secretaria no campo da cultura, assim como fazer a programação dos incentivos às ações nesse campo. Assim, as atividades desenvolvidas no Município no âmbito cultural, a prestação, direta ou indireta, de serviços culturais, o controle qualitativo e quantitativo, enfim, da demanda e oferta de serviços à população são da alçada dessa Coordenadoria". (...). "Incluem-se no elenco das atividades culturais as relacionadas com: a arte dramática, a música, o canto, a literatura, a poesia, as artes visuais em geral, a dança e outras expressões da arte corporal, a museologia, a biblioteconomia, a acústica, a imagética, a história, o folclore, e outras disciplinas científicas humanísticas e, por exclusão, as que não estiverem compreendidas no âmbito da Coordenadoria de Fomento à Ciência". CP 08.01.1976.

5. "Secretário da Cultura mostra os seus planos. Biblioteca e Museu de Arte Contemporânea, Concha Acústica da Lagoa do Taquaral, Observatório Astronômico, Centro de Convivência Cultural Carlos Gomes e Museu da Imagem e do Som são as principais metas para 1976 da nova Secretaria Municipal de Cultura, anunciadas ontem pelo seu primeiro titular, Sérgio Eduardo Montes Castanho, que, ao mesmo tempo, justificou a sua criação". (...). "As razões pelas quais a Secretaria de Cultura foi criada foram explicadas por Sérgio Castanho: - 'Campinas está vivendo intensa atividade cultural, merecendo uma maior atenção do poder público. Essas atividades em parte nascem na própria sociedade e em parte são fomentadas e estimuladas pelo poder público, que assume o caráter de agente cultural. De outro lado, a Secretaria nasce também como consequência do aumento de equipamentos culturais nos últimos anos...'. "A Secretaria Municipal de Cultura, des-

tinada a promover a política cultural e de fomento à ciência, está assim organizada: I - Gabinete do Secretário; II - Orquestra Sinfônica Municipal; III - Coordenadoria de Assuntos Culturais, englobando serviço de programação cultural, Museu de Imagem e do Som, Museu de Arte Contemporânea, Serviço de Museus Históricos, Serviço de Bibliotecas, Serviço de Patrimônio Histórico-Cultural, Serviço de Corpos Artísticos; IV - Coordenadoria de Apoio aos Equipamentos, que inclui serviço de manutenção do Teatro Castro Mendes, Centro de Convivência Cultural Carlos Gomes, Concha Acústica, Museu Histórico, Biblioteca Pública e Museu de Arte Contemporânea, Observatório Municipal e serviço de apoio às atividades culturais; V - Coordenadoria de Fomento à Ciência; VI - Assessorias de Comunicações, Finanças, Administração e Jurídica". DP 09.01.1976.

6. "Racionalidade é parte do plano de 77 da Secretaria. Fazer um planejamento que tenha atrás de si uma filosofia de trabalho, com condições de uma racionalidade maior, tendo em vista uma maior penetração e popularização da cultura. Este poderá ser o ponto de partida da Secretaria Municipal de Cultura para o próximo ano. A opinião é de Marilúcia Nucci Vacchiano, Secretária Municipal de Cultura, no final de seu exercício". Realizações destacadas pela Secretária em 1976:

- Inauguração de equipamentos: Centro de Convivência Cultural, Museu de Arte Contemporânea, Biblioteca Pública e Auditório Beethoven (Concha Acústica);
- "Música para Todos": apresentação da Orquestra Sinfônica Municipal nos bairros periféricos da cidade;
- Temporadas teatrais e apresentação de peças;

- Apresentação de grupos teatrais amadores;
- "Festival de Teatro Amador de Campinas" - FECAMTA;
- Exposições na Galeria de Arte do Centro de Convivência Cultural. DP 17.12.1976.

7. "Amaral anuncia secretariado". José Roberto Magalhães Teixeira - Vice-Prefeito - Cultura". DP 10.03.1977.

#### 1977

#### 8. Realizações:

- Semanas de Guilherme de Almeida, Carlos Gomes e do Folclore.
- Salão de Arte Contemporânea.
- Reestruturação da programação dos teatros.
- Pintura infantil no Centro de Convivência Cultural aos domingos pela manhã.
- Apresentação da Orquestra Sinfônica Municipal de Campinas no Circo Irmãos Almeida.
- Apresentações da Orquestra em bairros periféricos com o Circo.
- Projeto-piloto de integração cultural com a Secretaria de Educação, na área da Administração Regional nº 2.
- Programa de Férias, em conjunto com a Secretaria de Educação.
- Lançamento do boletim "Ver e Ouvir".
- Rotina de trabalho dos teatros, das galerias do Centro de Convivência Cultural, do Museu da Imagem e do Som, do Museu de Arte Contemporânea, das Bibliotecas, do Observatório do Capricórnio, dos museus do Bosque dos Jequitibás e

da Orquestra Sinfônica.

1978

9. Realizações:

- Semanas Guilherme de Almeida, Carlos Gomes e Folclore.
- Feira do Livro.
- Semana do Negro.
- Semana do Índio (concurso para escolas públicas).
- Salão de Arte Contemporânea.
- Programa de Férias (em conjunto com a Secretaria da Educação).

10. "O prefeito Francisco Amaral anunciou ontem ao secretariado municipal a desincompatibilização do vice-prefeito José Roberto Magalhães Teixeira do seu cargo como Secretário de Cultura". (...). "Após um ano e quatro meses ocupando o cargo, (...), disse que (...) a Secretaria da Cultura atingiu, em 10 meses, um público de 417.508 espectadores; (...) tendo sido entregue ao chefe do gabinete (...) um projeto criando um Conselho do Patrimônio-Histórico-Artístico de Campinas (...) convênio que está sendo estudado entre a Prefeitura e a Unicamp para um aperfeiçoamento da utilização do Observatório". CP 29.04.1978.

11. "O projeto de construção de uma praça urbanizada em torno do Palácio dos Azulejos, na qual será erigido um edifício que deverá servir como Fundação Mantenedora do setor cultural de Campinas, encaminhado ao Executivo pelo Vice-Prefeito José Roberto Magalhães Teixeira, é resultante de um estu

do feito pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (sic), cujo objetivo é converter o monumento - Palácio dos Azulejos - numa unidade de cultura através de um convênio entre o IPHAN, o CONDEPHAAT e a Prefeitura de Campinas". DP 10.05.1978.

1979

12. Realizações:

- Semanas Guilherme de Almeida, Carlos Gomes e Folclore.
- I Feira das Feiras.
- Semana do Índio (palestras nas escolas).
- Projeto Franqueza.

1980

13. Realizações:

- Projeto Pixinguinha.
- Semanas como nos anos anteriores.
- II Feira das Feiras.
- Festival de Teatro Infantil, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Turismo e com o SESC - (Serviço Social do Comércio).
- Mostra de Cinema de Animação.

1981

14. Realizações:

- Semanas como nos anos anteriores.
- Projeto Pixinguinha.

1982

15. Realizações:

- Semanas Guilherme de Almeida, Carlos Gomes e Folclore.
- Projeto Memória "Vanguarda" - Museu da Imagem e do Som.
- Shows na arena externa do Centro de Convivência: Paixão de Cristo, Oswaldinho, Pompeo e Independentes.

16. "Prefeitura cria órgão para fomentar a ciência. Campinas tornou-se definitivamente um dos principais pólos científicos do país, graças às duas Universidades, UNICAMP e PUCC e a inúmeros outros organismos de pesquisa instalados na cidade e na região. Agora é a vez da Prefeitura Municipal incorporar a esta realidade, de uma forma dinâmica, com a ativação da Coordenadoria de Fomento à Ciência, na Secretaria de Cultura Municipal. Esta Coordenadoria, que será dirigida por Antonio David Vicente, reunirá os trabalhos do Observatório aos do Planetário, Museu de Ciências e Centro de Ciências que deverão entrar em funcionamento ainda este ano, na Lagoa do Taquaral". DP 24.06.1982.

1983

17. "Artistas e técnicos das diversas áreas culturais de Campinas entregaram ontem ao prefeito eleito Magalhães Teixeira um extenso documento apontando falhas e sugerindo mudanças na política cultural da cidade. O documento, assinado pela Federação Campineira de Teatro Amador, Associação dos Produtores Teatrais de Campinas, Cooperativa dos Músicos de Campinas e Região, setor de dança, cinema, música e pelos

próprios funcionários da Secretaria de Cultura, reivindica uma política cultural democrática não excludente, que tenha como prioridade de ação o alcance das classes sociais excluídas, até hoje, do poder e da vida cultural". (...) "Os artistas da APTC, por exemplo, sugerem que, sem a perda das etapas já conquistadas, como a programação em comum com a Secretaria de Cultura dos teatros Castro Mendes e Centro de Convivência Cultural e a promoção anual da campanha de popularização do teatro, seja dado maior incentivo à produção que se dirija, especificamente, à periferia; mais promoções que reúnam profissionais dos diversos grupos e áreas a exemplo do que ocorreu na Semana Santa de 1982; maior incentivo aos ciclos de leitura dramática; a busca de novos meios de promoção, além das placas de rua; oferecimento de cursos técnicos de cultura nas escolas públicas e cursos profissionalizantes; criação de novos espaços para os espetáculos; manutenção de temporadas mais longas dos espetáculos". (...). "A dança quer se popularizar; e a música, cursos". (...). "Apoio à leitura e reativação dos salões de arte". (...). "Da Secretaria, uma sugestão de maior atuação". DP 13.01.1983.

18. "Chaves quer Cultura voltada à periferia. Reconhecendo que este será um ano difícil, o futuro secretário de Cultura, Esportes e Turismo, Antônio Carlos Guedes Chaves, (...) não fará uma administração centralizadora nem deixará de ouvir os artistas e técnicos de Cultura de Campinas". DP 23.01.1983.

19. Realizações:

- Viola na Praça.

- Festas populares na periferia.
- Sábado na Escola.
- Encontro com Escritores.
- Semans Guilherme de Almeida, Carlos Gomes e Folclore.
- Aniversário da Cidade.
- Semana da Criança.
- Programação de Natal.
- Festival Regional de Teatro Amador, com a Federação Campineira de Teatro Amador.
- I Encontro de Dança, com a Associação Campineira de Dança.
- III Feira das Feiras.
- Apresentações da Orquestra Sinfônica Municipal de Campinas.

20. "Conselho de Cultura traz Pignatari e Hugo Carvana para debate aqui. Com a finalidade de colaborar no planejamento e execução de projetos artístico-culturais para Campinas, está sendo criado pela Secretaria Municipal de Cultura, através do Departamento de Assuntos Culturais, o 'Conselho Municipal de Cultura', formado por entidades representantes dos vários segmentos da produção artística local".(...) "Como primeira promoção do Conselho, estará sendo realizado (...) o projeto 'Cultura em Debate', (...) um passo inicial para uma avaliação específica sobre o processo de arte em Campinas e, a partir daí, (...) propostas e objetivos de orientação geral da cultura local". DP 29.09.1983.

21. " 'Feira das Feiras': uma reunião de cultura". (...) "pelo quinto ano consecutivo" (...). "O projeto abrange cinco feiras: do livro, de Artes Plásticas, de Artesanato, do Verde,

do Disco e uma Mostra de Ciências, além de atividades artísticas que acontecerão tanto no teatro de arena (...) quanto no teatro interno (...)" . DP 06.11.1983.

1984

22. Realizações:

- Viola na Praça (Março a Dezembro).
- Sábado na Escola.
- Festas Populares.
- Shows de MPB (Música Popular Brasileira) na Concha Acústica da Lagoa do Taquaral (Auditório Beethoven), de agosto a dezembro, com produção local.
- Semanas Guilherme de Almeida, Carlos Gomes e do Folclore.
- Aniversário da Cidade.
- Semana da Criança no Parque Taquaral.
- Programação de Natal.
- Via Sacra.
- Festa Junina.
- II Encontro de Dança, com a Associação Campineira de Dança.
- Feira das Feiras.
- Festival do Teatro Amador, com a Fecamta.
- Campanha de Popularização do Teatro, com a APTC.
- Cinema de Animação feito por crianças: Panorama nacional-aprendizagem.
- 1º Salão de Belas Artes de Campinas.
- 1º Concurso de Crônicas.
- Programação de concertos da Orquestra Sinfônica.
- Encontro Municipal de Corais e Encontro Municipal de Ban

das, na Concha Acústica da Lagoa do Taquaral.

23. "Em 84, segundo afirmou Ezequiel" (Ezequiel Theodoro da Silva, diretor de Assuntos Culturais da Secretaria de Cultura), "muita novidade vai acontecer, mas a meta principal da Secretaria continua sendo a descentralização da cultura". (...) "... 'Sábado na Escola', 'Viola na Praça' e 'Encontro com os Escritores' vão permanecer. Entre os novos projetos, o 'Teatro nos Bairros' (...) o 'Coral na Periferia', em convênio com os alunos do Curso de Regência da Unicamp (...) as caixas de biblioteca, que atualmente estão em 7 bairros, deverão se estender para 15 (...) o 'Domingo no Parque' vai integrar espetáculos de dança, teatro e outras atividades (...) o 'Grande Circo', que (...) visa recuperar o circo em seu todo (...) 2ª Cultura e Debate de verá reunir intelectuais de Campinas e região para debater os diversos aspectos da cultura (...) a 'Grande Festa Junina' (...) o 2ª Encontro de Dança, o Projeto Seis e Meia, a Feira das Feiras e (...) um Seminário de Cinema de Animação feito para crianças (...) o 1ª Salão de Belas Artes de Campinas (...) e o Salão de Arte Contemporânea (...) a 3a. Campanha do Livro e do Disco (...) o Concurso de Dramaturgia de Campinas e Região e o 2ª Concurso de Contos (...)". (...) "Segundo Ezequiel, todas essas campanhas e projetos só serão possíveis se houver o apoio das empresas privadas". CP 06.01.1984.
24. " 'Os melhores contos de Campinas e região', livro que reúne os dez contos premiados no 1ª Concurso de Contos de Campinas, realizado no último trimestre de 1983 pela Secretaria Municipal de Cultura, terá lançamento hoje, a partir

das 20 horas, na galeria do Centro de Convivência Cultural". (...). "... abrange um conjunto de projetos (...) com o objetivo de valorizar e incentivar realizações na área da literatura (...) o 'Varal de Poesia', 'Encontro com Escritores', 'Exposição da Memória', 'Feira do Livro', 'Campanha do Livro e do Disco' (...)" . DP 10.07.1984.

25. "Antonio Augusto Arantes Neto, ex-presidente do Condephaat e professor de antropologia da Unicamp desde 1968, é o novo secretário de Cultura, Esportes e Turismo de Campinas, devendo ser empossado (...) doutorado em Ciências Sociais pela Universidade de Cambridge (...) professor visitante na Universidade de Nova Iorque (...) Ainda na Unicamp, foi chefe do Departamento de Ciências Sociais (1977/1979) e coordenador dos Programas de Pós-Graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (1979/83)". CP 20.11.1984.
26. "Cultura, pasta pobre mas com muitos 'donos'". CP 25.11.1984.
27. "Permitir que todas as camadas sociais, principalmente as mais carentes, tenham acesso à arte e à cultura, assim como aos espaços dedicados a essas atividades. Essa é uma das principais propostas que o novo diretor de Cultura, Flávio Alvarenga Pereira Costa, pretende colocar em prática...". "Segundo Flávio, foi através de seu trabalho junto a projetos de urbanização de favelas que ele pôde ter acesso a 'verdadeiros artistas' das mais diferentes áreas como artes plásticas, grupos folclóricos, etc. Devido a isso, acredita o novo diretor de Cultura no sucesso de um dos projetos a serem desenvolvidos pela Secretaria, que é o de trazer artistas da periferia até os espaços culturais exis—

tentes na cidade, isto, como deixa bem claro, 'sem eliminar os grupos e artistas que já atuam em Campinas' ". DP 18.12.1984.

1985

28. "Cultura oficial: muita reclamação durante 84".(...). "Lamentavelmente a idéia de que a Secretaria de Cultura faz tudo e entrega pronto ao povo, não se alterou. O que é de fora continua na lista de prioridade...". Célia Búriço. CP 01.01.1985.

29. Realizações:

- Viola na Praça: festival de música sertaneja, de março a dezembro, com 4 a 5 shows por mês, em bairros da periferia.
- Festas Populares: apoio e iniciativas comunitárias nos bairros periféricos, com a realização de 1 a 2 festas mensais, de março a dezembro.
- Semana Guilherme de Almeida.
- Aniversário da Cidade. Inauguração do "Tancredão", com a Orquestra Sinfônica, show circense e teatro: 30.000 pessoas (estim.).
- Semana de Carlos Gomes.
- Nomeação da Comissão Nacional do Sesquicentenário de Carlos Gomes.
- Dia da Criança, na Concha Acústica.
- Feira de Natal, no Jardim Carlos Gomes.
- Pontos de Cultura: projeto de descentralização cultural, com shows mensais. 1) Parque dos Garantãs: shows mensais

- e duas programações maiores, Tiradentes e Festa Junina ;
- 2) Vila Padre Anchieta: inauguração do teatro, programação semanal com participação da comunidade e mostra "Etc. e Tal", para divulgação e valorização da produção local e da cidade.
- 2ª Cultura em Debate, de agosto a novembro, com produtores e administradores culturais, sobre: 1) patrimônio histórico e cultural; 2) papel das empresas, universidades e veículos de comunicação; 3) produção cultural da cidade nas áreas de dança, artes plásticas, artesanato, teatro e música.
  - Salão de Arte Contemporânea.
  - Campanha de Popularização do Teatro.
  - 2ª Salão de Belas Artes.
  - Projeto "Memória do Trabalhador Ferroviário".
  - Reforma e reestruturação do Museu do Índio e do conjunto museológico do Bosque dos Jequitibás.
  - Programação de concertos da Orquestra Sinfônica.
  - Projeto MPB. Shows com produção local de MPB, com 8 grupos, apresentando 16 shows, em bairros e na Concha Acústica do Taquaral, de agosto a dezembro.
  - Projeto Roda de Dança, no Jardim Carlos Gomes.

#### NOTA

A pesquisa sistemática encerrou-se em 1985. Mas, com o fito de dar um seguimento historiográfico, levantamos junto ao Departamento de Cultura da Secretaria de Cultura uma relação de 107 projetos, eventos e atividades "pretendidos para o ano de 1987", conforme consta da publicação "Projetos Culturais - 1987", editado por esse Departamento. A fi

nalidade da publicação, segundo a "Apresentação" estampada à guisa de prefácio, do secretário de cultura, Antonio Augusto Arantes Neto, é, "além de sistematizar e ordenar as intenções de realização do Departamento, no intuito de proporcionar uma dinâmica cultural à altura do Município", também a de "informar os interessados - pessoas físicas e pessoas jurídicas - acerca das possibilidades de aplicação financeira de modo que elas possam usufruir das vantagens proporcionadas pela Lei Sarney". Segue-se a relação de projetos:

1987

Música: 001 - Franqueza no meio do dia; 002 - Coral Campinas (COCA); 003 - Coro dos Meninos de Campinas; 004 - Madrigal Campinas; 005 - "É disso que o povo gosta"; 006 - Bandas Musicais de Campinas.

Museus: 007 - Reformulação: Museu Histórico / Museu da Cidade; 008 - Memória do Trabalhador Ferroviário; 009 - Exposições Especiais.

Livros/Bibliotecas: 010 - Recuperação do Acervo; 011 - Atualização do Acervo; 012 - Divulgação das Bibliotecas; 013 - Exposições Didáticas; 014 - Exposições Culturais - Mostra de Artes Plásticas; 015 - Exposições Culturais - Mostra de Artes Plásticas; 016 - Exposições Culturais - Outras exposições - Exposições de fotografias; 017 - Exposições culturais - Exposição de revistas antigas, discos e sebo; 018 - Exposições culturais - Exposição de tipos de encadernação - Livros antigos e curiosos; 019 - Atividades culturais espe

cíficas de literatura - Contos de fadas e mitologia; 020 - Atividades culturais específicas de literatura - Monteiro Lobato; 021 - Atividades culturais específicas de literatura - Jornal "O Corujinha" - Reativação; 022 - Atividades culturais específicas de literatura - Oficinas de textos - Publicação; 023 - Atividades culturais específicas de literatura - VII Concurso Literário; 024 - Atividades culturais específicas de literatura - História da história (Objetivo: recuperar a história do bairro onde se encontra a biblioteca); 025 - Atividades culturais específicas de literatura - Leituras dramáticas de peças teatrais; 026 - Atividades culturais específicas de literatura - Semana de Guilherme de Almeida; 027 - Atividades culturais específicas de literatura - Pagu (Objetivo: fazer conhecida a atuação cultural da escritora Patrícia Galvão); 028 - Atividades culturais específicas de literatura: Histórias populares; 029 - Atividades culturais específicas de literatura- Manhas, medos e manias; 030 - Atividades culturais específicas de literatura - Folclore; 031 - Atividades culturais específicas de literatura - Semana Nacional do Livro e da Biblioteca; 032 - Atividades culturais específicas da literatura - Autor do mês; 033 - Atividades culturais específicas de literatura - Autor do mês; 034 - Atividades culturais específicas de literatura - Autor do mês; 035 - Oficina de Artesanato em Madeira; 036 - Jogue Xadrez-Pense! ; 037 - Oficina de Arte; 038 - Filatelia na Biblioteca; 039 - la. Reunião da SAS (Sociedade Amigos de Sousas) e Biblioteca - Integração; 040 - Controle seu peso ("reunir pessoas com problemas de obesidade"); 041 - Bibliotecário: a hora e a vez - Painel; 042 - Sociedade Amigos da Biblioteca - Reativação; 043 - Cinema na Biblioteca; 044 - Comemoração do

Aniversário da Seção Infantil - Sousas; 045 - Passeio a um Sítio ou Fazenda; 046 - Personagem do Bairro; 047 - Formação da Brinquedoteca (por meio de doação); 048 - Festa Junina; 049 - Aniversário de Campinas; 050 - Comemoração do Aniversário da Biblioteca Central; 051 - Visita ao Museu de História Natural; 052 - Criança e Cultura (Integrar a Biblioteca com outros equipamentos da Cultura); 053 - Visita a um Jornal; 054 - Música nas Bibliotecas; 055 - Comemoração do Aniversário da Biblioteca de Sousas.

Fotografia: 056 - Implantação da Galeria Fotográfica Hércules Florence; 057 - Implantação da Sala Hércules Florence; 058 - Instalação de micro-computador na área de Memória Cultural (no MIS - Museu da Imagem e do Som, para consulta pública).

Artes Plásticas: 059 - Recuperação do Acervo do Museu de Arte Contemporânea - Acondicionamento Adequado; 060 - I Bienal Internacional de Gravura; 061 - Escultura: Tendência e Singularidade; 062 - Artistas do Mundo contra o Apartheid; 063 - 13º Salão de Arte Contemporânea de Campinas; 064 - Convívio de Arte - Instalação da Loja do MACC (Museu de Arte Contemporânea de Campinas); 065 - Encontro de Arte; 066 - Museu Didático; 067 - Geraldo Porto - Pinturas; 068 - Franco Cilia - Pinturas; 069 - O Papel Artesanal no Brasil; 070 - Pinturas de Júlia Szebely; 071 - Desenhos de Naum Knop - artista argentino; 072 - Mostra "Nos Trilhos da Mogiana"; 073 - Texturas; 074 - Desenhos de Luiz Maia e esculturas de Clélia Souza; 075 - Aquarelas de Roberto Gallo; 076 - Mostra de Cezare Manfredi; 077 - Fotografia - "Portugal"; 078 - Retrospectiva "Aldo Cardarelli";

079 - Mostra de "Pepino de Casola"; 080 - Pinturas de J. Rissin e esculturas de Celso Berto; 081 - Concurso de Fotos Turísticas "Fotografe Campinas"; 082 - Arte Brasileira: Academicismo e Modernismo.

Descentralização - Eventos Especiais: 083 - Pontos de Cultura (expressão artística nos bairros); 084 - Oficinas de Arte; 085 - Brinquedoteca; 086 - Parque de Aventuras - Parque Construtivo (as próprias crianças constroem seu espaço de brincar); 087 - Oficina de Dança; 088 - Preparação do Ator; 089 - Canto Coral; 090 - Viola na Praça; 091 - MPB (Música Popular Brasileira, exceto a sertaneja, produzida em Campinas); 092 - Apoio a Festas Populares (associações de bairros); 093 - Mês da Criança; 094 - Mês do Folclore - (folclore na dança: cirandas, cantigas de roda; tradições regionais e folguedos, para espetáculos em escolas e enfim em teatro de bairro); 095 - Espaço Cultural Móvel (lona de circo); 096 - Curso-Montagem "A Vida Íntima de Laura" ; 097 - Encontro de Corais; 098 - Bailes Públicos (música caribenha); 099 - Festa junina.

Teatro: 100 - "As Bacantes" (de Eurípedes, na Concha Acústica); 101 - Festival Campineiro de Teatro Amador; 102 - Campanha de Popularização do Teatro; 103 - Festival de Teatro Estudantil; 104 - Teatro de Bolso (construção dum teatro para 200 espectadores); 105 - Teatro de Bonecos (construção em bosques públicos); 106 - Biblioteca Científica ; 107 - Palco Móvel e Sistema de Iluminação (para espetáculos ao ar livre em pontos diversos da cidade).

LEVANTAMENTO SOBRE  
O NÍVEL DE PERCEPÇÃO DA POLÍTICA CULTURAL  
DOS SECRETÁRIOS DE CULTURA DE CAMPINAS.

SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE CULTURA DE  
CAMPINAS

Desde sua criação pela Lei 4.576 de 30 de dezembro de 1975, a Secretaria Municipal de Cultura teve 13 secretários até à data em que o presente trabalho foi executado: 1) Sérgio Eduardo Montes Castanho, de 7.1.76 a 24.4.76; 2) Marilúcia Nucci Vacciano, de 24.4.76 a 1.2.77; 3) José Roberto Magalhães Teixeira (atual Prefeito Municipal), de 1.2.77 a 14.5.78; 4) Alfredo Maia Bonato, de 14.5.78 a 1.12.78; 5) Itagiba D'Ávila Ribeiro, de 1.12.78 a 29.8.79; 6) José Luiz Fernandes Rogê Ferreira, já falecido, exerceu o cargo duas vezes, de 29.8.79 a 11.5.81; 7) Ana Cristina Amaral Lorena de Mello, pro-tempore duas vezes, em 14.5.81 e de 21.8.81 a 2.9.81; 8) Rogério Cesar Cerqueira Leite, de 18.5.81 a 20.8.81; 9) Airton Martins, de 17.5.82 a 31.1.83; 10) Antônio Carlos Guedes Chaves, de 1.2.83 a 16.2.84; 11) Plínio Guimarães de Moraes, duas vezes, de 16.2.84 a 4.4.84 e de 9.11.84 a 20.11.84; 12) Eliezer Rizzo de Oliveira, de 4.4.84 a 9.11.84; e 13) Antônio Augusto Arantes Neto, atual secretário, exercendo o cargo desde 20.11.84.

Nível de percepção

Tínhamos interesse de conhecer o nível de percepção dos secretários municipais de cultura relativamente à condução da política cultural no município. Por que a percepção dos formuladores e executores da política cultural e não, por exemplo, a dos produtores culturais ou a dos consumidores de bens culturais? Sem dúvida isso seria enriquecedor. No entanto, como a pesquisa histórica envolvendo a política cultural brasileira

tinha sido orientada justamente para a estratégia do Estado, pa-  
receu-nos que haveria proveito em conhecer a perspectiva dos que  
foram os responsáveis pela formulação e execução dessa políti-  
ca a nível de municipalidade.

Essa opção poderia chocar-se, em alguma medida, com a  
situação pessoal do autor deste trabalho, por ter sido o pri-  
meiro dos secretários municipais de cultura. No entanto, a to-  
mada de contato com abordagens qualitativas e participantes em  
pesquisa social /1/, que não só admitem mas até pressupõem o  
envolvimento do pesquisador na investigação, levaram-nos a pôr  
de parte essa preocupação.

Organizamos então um questionário (Anexo I) que, acompa-  
nhado de uma carta, foi enviado a 10 secretários - excluindo, dos  
13, o autor da pesquisa, um falecido, Rogê Ferreira, e uma que  
exercera o cargo pro-tempore, Ana Cristina. Optamos também por  
entrevistar o secretário que exerceu o cargo imediatamente an-  
tes da criação da Secretaria de Cultura, José Alexandre dos San-  
tos Ribeiro, pela circunstância especialíssima de ter sido o  
responsável pela área de cultura da municipalidade durante seis  
anos, quatro como diretor do Departamento de Cultura e dois co-  
mo secretário da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Es-  
portes e Turismo. Diferentemente das demais, sua entrevista  
foi gravada e depois transcrita (Anexo II).

No total, portanto, 11 entrevistados. Destes, obtivemos  
respostas de seis, enquanto que um justificou sua impossibili-  
dade de o fazer. Restaram, pois, quatro não respondentes, cor-  
respondendo a um nível de recusa de 28,5% ou 36,3%, respectiva

---

/1/ Menga Lücke e Marli E.B.A. André, *Pesquisa em Educação: abordagens qua-  
litativas*, 1986. Carlos Rodrigues Brandão, *Pesquisa participante*, 1981, e  
*Repensando a pesquisa participante*, 1984.

mente sobre o total de secretários e sobre o total de entrevistados, nível esse não comprometedor do procedimento.

Ao tabular as respostas, sabíamos que não nos serviriam os "sim-e-não", os "bom-regular-ruim" e outros critérios desse gênero, empregados em pesquisas de natureza quantitativa. Teríamos que construir categorias que permitissem avaliar as respostas, não em termos de certo/errado, mas no sentido de permitir conjunções e disjunções, aproximações e separações entre as próprias respostas /2/.

Na tentativa de preencher o vazio dos não respondentes, fizemos ainda um levantamento no noticiário de jornais de Campinas à época em que eles exerceram o cargo, a ver se era possível extrair, de declarações ou entrevistas, respostas para aquelas perguntas. Tivemos algum êxito nesse levantamento. Apenas dois secretários, Alfredo Maia Bonato e Ana Cristina Amaral Lorena de Mello, permaneceram sem qualquer resposta. Dos demais, alguma resposta, a alguma(s) pergunta(s), foi possível obter.

Os respondentes estão a seguir identificados, na tabulação, com um nome (prenome ou sobrenome) antecedido da letra R (de "Respondente") e barra. Assim: R/ALEXANDRE: José Alexandre dos Santos Ribeiro; R/MAGALHÃES: José Roberto Magalhães Teixeira; R/ITAGIBA: Itagiba D'Ávila Ribeiro; R/CHAVES: Antônio Carlos Guedes Chaves; R/PLÍNIO: Plínio Guimarães de Moraes; e R/ARANTES: Antônio Augusto Arantes Neto.

Os não respondentes identificam-se com um nome antecedido da letra I (de "Imprensa") e barra. Assim: I/MARILÚCIA: Marilúcia Nucci Vacchiano; I/ROGÊ: José Luiz Fernando Rogê Ferrei

---

/2/ Menga Lüdke e Marli E.D.A. André, *op.cit.*, p.43.

ra; I/ROGÉRIO: Rogério Cesar Cerqueira Leite; I/AÍRTON: Aírton Martins; I/ELIEZER: Eliezer Rizzo de Oliveira.

(1) FOI ACERTADA A CRIAÇÃO DE UMA SECRETARIA SÕ PARA CUIDAR DA CULTURA EM CAMPINAS?

R/MAGALHÃES: SIM. Por dois motivos: 1º) O principal: administrativo (muitos setores a controlar); 2º) Especificidade das áreas exigindo políticas específicas: Educação - transmissão/assimilação de conhecimentos/valores; Cultura - apoio e promoção de produções.

R/ITAGIBA: SIM. Nas grandes cidades, Estados e União. Por motivo administrativo: para a cultura não ficar relegada a segundo plano em favor da educação.

R/CHAVES: SIM. Por motivo administrativo: o gigantismo da Secretaria da Educação e Cultura.

R/PLÍNIO: SIM. Para propiciar uma política mais adequada e detalhada.

R/ARANTES: SIM. Porque Campinas é exigente e sua auto-identificação passa pela cultura. E também porque cresce a demanda por bens culturais.

R/ALEXANDRE: SIM. Para tornar permanente o uso da infraestrutura cultural de Campinas.

I/MARILÚCIA: SIM. Por motivo administrativo: porque as atividades culturais tomaram grande vulto e o Departamento de Cultura passou a ser insuficien

te para lhes dar embasamento e suporte.

(2) É LEGÍTIMA A INTERVENÇÃO DO ESTADO NO ÂMBITO DA CULTURA ?

(A) QUE DEVE CARACTERIZAR ESSA INTERVENÇÃO? (B)

R/ALEXANDRE: (A) SIM, EM TERMOS. Não como intervenção propriamente, mas como facilitação, propiciação de condições.

(B) Características: modelo próprio, nem norte-americano (privatismo), nem europeu (estatismo).

R/MAGALHÃES: (A) SIM. Porque os investimentos são substanciais e os produtores culturais não poderiam suportá-los.

(B) Características: 1) Promoção do que se produz na comunidade; 2) Função seletiva para que se produza cultura de primeira linha e se dissemine pelos bairros e outras cidades, como faz a Orquestra Sinfônica; 3) Propiciação de fruição cultural aos diversos segmentos da sociedade.

R/ITAGIBA: (A) SIM. Mas a título provisório, enquanto não surgir o mecenato particular.

(B) Característica: provisoriedade.

R/CHAVES: (A) SIM, EM TERMOS. Não como "intervenção", mas como facilitação e incentivo, nas três fases: produção, divulgação, consumo.

(B) Características: preservação da cultura nacional.

R/PLÍNIO: (A) SIM. Porque o Estado tem papel essencial no desenvolvimento sócio-econômico-político e cultural.

(B) Características: 1) Incentivo e abertura para o desenvolvimento da cultura; 2) Ocupação do espaço deixado vago pelas deficiências dum capitalismo tardio e dependente.

R/ARANTES: (A) SIM. Com a condição de que o Estado "atue" "com" a sociedade e não "em nome" dela.

(B) Características: 1) Defesa da produção cultural e artística nacional; 2) Garantia da liberdade de expressão em todas as camadas sociais; 3) Ampliação do acesso à informação de boa qualidade.

(3) QUAL A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E CULTURA? (A)

COMO DEVEM RELACIONAR-SE NAS POLÍTICAS OFICIAIS? (B)

R/ALEXANDRE: (A) Teoricamente: a educação está para a cultura como o código está para a mensagem.

(B) A nível de políticas, devem separar-se, pois têm clientelas diferentes: a da educação, o alunado da rede escolar; a da cultura, o contribuinte, o cidadão como um todo. / É preciso desmistificar: cultura, em termos de política cultural, separa-se mesmo de educação, pois significa promoção artística como forma de lazer alternativo.

R/MAGALHÃES: (A) Teoricamente: nada respondeu.

(B) Politicamente: 1) Vencer a compartimentalização, partir para projetos conjuntos educação/cultura. O capitalismo bloqueia a integração comunitária; 2) Escolas: pontos de cultura. Planejamento conjunto entre as secretarias da educação e da cultura para a realização de programas culturais nas escolas. Descentralização da cultura; 3) Papel dos professores: a) aproveitar a produção cultural (conhecimento e reflexão); b) estimular a produção cultural.

R/ITAGIBA: (A) Teoricamente: 1) Interdependência a nível macro; 2) Independência (não subordinação) a nível individual: defesa da criatividade.

R/CHAVES: (A) Teoricamente: 1) A educação utiliza-se da cultura, como processo e como produto, para operacionalizar seus objetivos de formação e informação; 2) A escola é onde se dá a transmissão da cultura e valores. B) Politicamente: 1) Políticas cultural e educacional devem interrelacionar-se, apesar da compartimentalização e dos entraves burocráticos; 2) Envolver o estudante em diversas faixas etárias; 3) Fazer da escola um local de apresentação da cultura produzida na comunidade e na cidade.

R/PLÍNIO: (A) e (B): nada respondeu, "por não ser educador".

R/ARANTES: (A) Teoricamente: 1) São complementares; 2) Educação: processo na e pela escola; 3) Cultu

ra: serviços de educação não-formal ou para-escolar.

(B) Politicamente: complementariedade no planejamento e execução de serviços de museu, bibliotecas etc., envolvendo professores e estudantes.

I/ROGÉRIO: (A) Teoricamente: complementariedade.

(B) Politicamente: estímulo à leitura (popularização do livro) e estímulo à ciência.

(4) PONTOS BÁSICOS DE SUA ATUAÇÃO NA SECRETARIA DE CULTURA.

R/ALEXANDRE: 1. Criação de equipamentos e instalações; 2. Geração de ocasiões para os produtores de cultura se manifestarem; 3. Atuação de corpos artísticos onde a iniciativa social foi insuficiente; 4. Fomento às artes; 5. Novos espaços.

R/MAGALHÃES: 1. Estrutura ágil para programação, eliminando intermediários e valorizando o Serviço de Programação Cultural; 2. Criação do Fundo de Assistência à Cultura, gerador de verbas para levar cultura à periferia.

R/ITAGIBA: Convênio entre a Prefeitura de Campinas e a Unicamp, a PUCCAMP e o Observatório da UFRJ, redundando em melhorias para o Observatório do Capricórnio.

R/CHAVES: 1. Participação da comunidade nas propostas da Secretaria de Cultura; 2. Incentivo à forma-

ção de "associações de produtores culturais " (música, teatro, dança, artes plásticas etc.); 3. Recuperação do Fundo de Assistência à Cultura, carreando verbas para projetos ligados à memória cultural (Guilherme de Almeida, Carlos Gomes, Folclore, Índio, etc.); 4. "Sábado na Escola": descentralização, espaços alternativos - escolas, quadra de esportes, sedes de associações de bairros.

R/PLÍNIO: Abertura de espaço para manifestações e organizações da sociedade civil.

R/ARANTES: 1. Interiorização da cultura sem torná-la interiorana; 2. Cultura: Identidade, informação e comunicação. Identidade: resgatar a tradição para fertilizar o hoje; Informação: captar o múltiplo atual. (Em Campinas: riqueza da cultura mineira, caipira, etc., e da cultura mundial); Comunicação: aperfeiçoar canais entre produtores, administradores e população em geral; 3. Subsídio à produção de espetáculos e festas populares; 4. Trazer o que "de melhor se faz fora"; 5. Ampliação da "capacidade de uso das instalações e equipamentos públicos" para uma diversificação da clientela (preços, horários e atividades pedagógicas) ; 6. Valorização da população como criadora de cultura.

I/MARILÚCIA: 1. Equilíbrio entre atividades programadas pela S.C.; 2. Programação diversificada.

I/ROGÊ: 1. Maior vinculação entre turismo e cultura ;  
2. Ativação do Fundo de Assistência à Cultura;  
3. Intensificação da programação de eventos.

I/ROGÉRIO: 1. Campanha de popularização do livro; 2. Enriquecimento do acervo da Biblioteca Central;  
3. Criação de um Centro de Ciências (estímulo à reflexão científica).

I/AÍRTON: Programação de shows e espetáculos.

I/ELIEZER: Criação de mais espaços culturais com vistas à descentralização.

(5) COMPORTAMENTO DA SECRETARIA DE CULTURA FACE À "CULTURA POPULAR".

R/ALEXANDRE: Toda cultura é popular, no início ou no fim . Mas não se confunde com o popularesco, que é o sem gosto e sem graça, o que não foi e nunca vai ser popular. Nem com o folclórico, que é a criação popular sem pai. Objetivo: preservar o autenticamente popular na cultura de bom nível para preservar a identidade cultural do povo. Preservação do patrimônio sem necrofilia.

R/MAGALHÃES: 1. Cultura popular tem sido folclorizada e ridicularizada pelas elites. 2. Cabe à Secretaria de Cultura valorizar as criações culturais do povo, em busca de novos valores, que reorientem a visão das pessoas sobre a cultura brasileira, o nacional-popular, e permitam

a superação de preconceitos.

R/ITAGIBA: Apoio à "legítima e autêntica cultura popular", separando o joio do trigo".

R/CHAVES: "Atenção especial", porque a) atinge a maioria; b) é forma de preservar "nossas raízes".

R/PLÍNIO: A política cultura democrática deve apoiar a cultura popular "como expressão dos dominados" (Marilena Chauí), identificando o que é assimilação e o que é recusa da cultura dominante pelos dominados.

R/ARANTES: "Informar e reconhecer o direito à manifestação da diversidade".

I/MARILÚCIA: A Secretaria de Cultura deve popularizar a cultura.

I/ELIEZER: "A Secretaria deve nortear-se por linha democrática e popular para atingir os diversos setores da sociedade".

#### (6) SIGNIFICADO DA CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CULTURA.

R/ALEXANDRE: Favorável. Mas foi criado para atender ao esquema político de Tancredo Neves. Foi criado mas não existe.

R/MAGALHÃES: Atenção mais contundente aos problemas culturais brasileiros e formulação de políticas para minimizá-los ou solucioná-los.

R/ITAGIBA: 1. Foi acertada; 2. Faz parte da "costura po-

lítica" do "Dr. Tancredo".

R/CHAVES: 1. Fato "extremamente significativo". 2. Preocupação do Governo Federal em "promover a cultura nacional", com assistência e apoio.

R/PLÍNIO: Não são muito claros a criação do MinC e a presença de Celso Furtado lá. "Cheira a Estado Novo".

R/ARANTES: 1. Administração mais competente e mais séria da cultura; 2. Deve evitar fazer dos meios os fins (a burocracia consumindo a maior parte das verbas).

1. A lei nº 4.576, de 30.12.1975, criou a Secretaria Municipal de Cultura, em Campinas, desdobrando-a da antiga Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, originária, por sua vez, da Secretaria de Educação e Cultura. No seu entender, foi acertada a criação de uma secretaria só para cuidar de cultura em Campinas?
2. É legítima a intervenção do Estado, pelas suas administrações federal, estadual ou municipal, no âmbito da cultura? O que deve caracterizar essa intervenção?
3. Qual é, no seu entender, a relação entre educação e cultura? A nível de políticas oficiais, como devem relacionar-se as políticas cultural e educacional?
4. Quais os pontos básicos de sua atuação na Secretaria de Cultura?
5. Como deve comportar-se a Secretaria de Cultura (ou órgãos congêneres em outros níveis administrativos) frente à chamada "cultura popular"?
6. A Nova República criou o Ministério da Cultura. Que significado tem esse fato?

A CULTURA NO BRASIL

VAI PARA A PONTA ESQUERDA

Entrevista sobre Política Cultural  
com José Alexandre dos Santos Ribeiro.

POLÍTICA CULTURAL

Entrevista com o Prof. José Alexandre dos Santos Ribeiro, professor de literatura e de lingüística no Instituto de Letras da PUCCAMP, ex-Secretário de Educação e Cultura de Campinas, articulista e musicófilo. Em 22 de junho de 1987.

JA: - José Alexandre.

SC: - Sérgio Castanho.

SC: — A lei municipal nº 4.576, de 30 de dezembro de 1975, criou a Secretaria Municipal de Cultura, em Campinas, desdobrando-a da antiga Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, originária, por sua vez, da Secretaria de Educação e Cultura. No seu entender, foi acertada a criação de uma secretaria só para cuidar de cultura em Campinas?

JA: — Sem dúvida que foi. Vejo nesse expediente encontrado à época pela Prefeitura o emprego de uma forma bastante pragmática até de preservar, de tornar tanto quanto possível permanentes o uso e o desenvolvimento da infra-estrutura cultural que em Campinas se vinha criando a nível de municipalidade, nesse período, que é, em números redondos, o da primeira metade da década de sessenta. Acredito que a idéia tenha sido essa, a de preservar o clima de motivação para as atividades culturais sistemáticas da cidade, a nível de municipalidade.

SC: — Você acha, portanto, legítima a intervenção do Estado pe

las suas administrações federal, estadual ou municipal no âmbito da cultura?

JA: — Acho, desde que isso que você está chamando de "intervenção do Estado" seja encarado, não propriamente como "intervenção", mas neste sentido em que o Estado, por definição, deve ser um aglutinador e um sistematizador das potencialidades reais da comunidade para as atividades culturais. Explico-me melhor: não acho que o Estado deva intervir para inventar, para estatizar a cultura ou a militância cultural. Penso que a função do Estado é a de criar condições, sobretudo infra-estruturais, para o exercício das atividades de cultura por parte da comunidade via Estado, que também é comunidade. Neste sentido, sim. Não, porém, no sentido em que o Estado seja um real "interventor", ou mesmo um "condicionador" das opções culturais da comunidade.

SC: — Intervenção aqui quase que no sentido etimológico da palavra, isto é, aquele que "intervém", "vem entre" os acontecimentos e não é necessariamente aquele que os faz surgir ou lhes determina a feição.

JA: — Nesse sentido, sim.

SC: — De uma certa maneira, você já respondeu à segunda parte dessa pergunta, que era: "O que deve caracterizar tal intervenção?"

JA: — Sim, mas é bom enfatizar: o Estado deve ser uma espécie de facilitador, de dinamizador, um criador de infra-estru-

tura, sem ser propriamente um "intromissor".

SC: — Algo como um "animador cultural"?

JA: — Perfeitamente. Animador cultural e também o propiciador de condições, inclusive materiais quando necessário. Repor to-me a este fato tomado como exemplo: no fim da década de sessenta, especificamente em 1969, Campinas era uma cidade com cerca de 600 mil habitantes e estava literalmente a ze ro em termos de infra-estrutura para atividades culturais sistemáticas. Com a derrubada do teatro que a cidade tinha e devido à inexistência duma série de outros equipamentos e instalações minimamente necessários, Campinas, uma cida de que historicamente teve teatro antes de ter água, luz e esgoto — o que é bem sintomático de suas altas motivações para atividades culturais — Campinas vivia, no fim dos anos sessenta, de atividades esporádicas de iniciativa di reta da comunidade, eventualmente através de entidades pres tantes como é o caso do Centro de Ciências, Letras e Artes. No entanto, mesmo o Centro de Ciências, Letras e Artes, que no passado desenvolvera atividades importantíssimas, sem pre se serviu para suas iniciativas culturais, e sobretudo para as ligadas à "cultura de espetáculo", de equipamentos e instalações que a municipalidade possuía, a principal das quais era sem dúvida o Teatro Municipal. Agora, nem isso podia fazer, pois simplesmente não havia mais nem teatro em Campinas. Como, nessa época, na condição de diretor do Departamento de Cultura, cabiam-me responsabilidades nessa área, cheguei à conclusão que o melhor a fazer era uma es pécie de trabalho braçal, de criação de condições para que a cidade como um todo pudesse exercer suas atividades cul-

turais. Em miúdos, não tínhamos piano, teatro, nada!

SC: — A razão de minha pergunta está, não apenas no nível dos princípios daquilo que seria uma filosofia da cultura, mas no nível prático e histórico. A intervenção do Estado no domínio cultural varia e tem variado muito de tempo para tempo e de país para país, a ponto de nos Estados Unidos, por exemplo (e não adianta sair pela evidente força de expressão de que se trata de "um país sem cultura"), a intervenção estatal ser mínima, praticamente não existindo, salvo um serviço de museus, órgãos governamentais atuando no setor. O Smithsonian Institute, que é atuante, é uma fundação. Por outro lado, existem países de forte tradição intervencionista, como a França, cujo ministério de cultura, por assim dizer, "entra na briga", bastando-nos lembrar da gestão Malraux. Há países, como o Japão, em que o problema Estado-Cultura nem sequer se coloca. Enfim, há países de médio intervencionismo, como a Alemanha Federal. Daí minha pergunta, porque parece existir no Brasil um forte intervencionismo estatal, e não apenas na cultura, mas em todos os âmbitos a que o Estado se volte.

JA: — Estas suas últimas ponderações são muito oportunas. Eu resumiria o assunto assim: tirando o Japão, que traz uma ambigüidade que dificulta situar-nos (Oriente ou Ocidente?), e restringindo-nos ao Ocidente, que é onde se pensa com a categoria de transcendência e não com a de imanência...

SC: — O Ocidente aristotélico...

JA: — ... nesse Ocidente poderíamos ver três grandes blocos,

representados pelos Estados Unidos, a Europa e o Brasil . Realmente, nos Estados Unidos as atividades culturais são fundamentalmente fomentadas e subvencionadas pela iniciativa privada, que vê nisso inclusive uma ótima opção promocional. Pegue o programa duma temporada lírica no Lincoln Center e observe que as cinco primeiras páginas contêm os nomes das pessoas jurídicas e físicas que, com seu rico dinheirinho, propiciaram, com abate total do respectivo imposto de renda, a realização daquela temporada, com aquele elenco e por aí afora. Na Europa, de um modo geral, a coisa é estatal. A tradição é a iniciativa partir do Estado , muitas vezes apoiada pela iniciativa privada, quando não paralelamente estimulada, como é o caso, em Portugal, da Fundação Calouste Gulbenkian, o verdadeiro ministério da cultura por lá em termos de dinheiro. No Brasil, que seria o terceiro tipo, na verdade as atividades culturais não são apoiadas nem pela iniciativa privada nem pelo Estado , desde que a coisa seja vista pelo prisma estatisticamente relevante. Então, quando aqui se resolve fazer alguma coisa, quer através da iniciativa particular, quer através dos poderes constituídos, a tendência inicial é para um certo excesso. Quando se vê que há tudo por fazer, pensa-se que é para fazer tudo, e então as coisas começam a ser excessivas. Admito que, talvez inconscientemente, tenha-se caminhado para um estatismo exagerado. Mas acho que o mesmo se dá quando uma fábrica, para comemorar seu aniversário, monta uma grande produção, com tudo pago, e de repente não sabe nem a quantas anda em termos de gastos; mas que fez um belo papel, isso fez.

SC: — Bem, até agora buscamos, procuramos a origem do nosso

problema. Mas o seu núcleo ainda precisa ser atingido. E, já que o nosso problema é a separação entre a educação e a cultura, talvez devêssemos ver, antes, qual a relação entre esses dois termos. Gostaria de saber qual sua percepção, como você vê esse assunto. Mas antes vamos situar : nem sempre a educação foi objeto de uma instituição específica, nem sempre teve um "lugar" institucional próprio, como tem modernamente na escola...

JA: — Moderno histórico, bem entendido...

SC: — Moderno histórico, sem dúvida. Na antigüidade não havia escolas como as conhecemos. No início dos tempos medievais, ainda com a marca dos antigos, Santo Agostinho escreve seu famoso "De Magistro", onde delinea um modelo de relação pedagógica, um tipo puro de relação educativa que só cabe no contato face a face, não se ajustando, não se prestando a uma sala de aula, a uma escola; ajustava-se ao diálogo, a conversa a dois, no caso entre ele e Adeodato. Realmente a escola como a entendemos hoje é fruto da modernidade...

JA: — ... é a instrução erigida em linha de montagem...

SC: — ... um dos frutos da revolução burguesa...

JA: — ... da revolução industrial...

SC: — Não conseguiríamos entender hoje a educação sem a escola. No entanto, se você perguntar a qualquer professor o que é que ele transmite na escola, ele irá responder que é a cultura. A escola, e isso é consensual, é um lugar onde

se educa, sim, mas onde se transmite, não a educação, porém a cultura. A educação é vista como o "processo" de transmissão da cultura. Postos estes prolegômenos, vamos ao ponto: como você vê educação e cultura, a sua relação recíproca?

JA: — Este não é bem um assunto que eu tenha vivenciado a ponto de poder dar-lhe uma solução verbal ex-abrupto. Mas, a nível de primeira aproximação, eu diria que a relação entre educação e cultura deve variar na razão direta da relação entre código e mensagem, já puxando a brasa para minha fogueira de semioticista militante...

SC: — De fato este problema não pode passar sem a semiótica..

JA: — ... pois eu acho que a relação é essa. Quer dizer: a escola, ou de resto a educação (já partindo daquele seu pressuposto, que tenho por meu, da moderna união indissolúvel entre educação e escola), a escola é o código, é o sistema; e o que se faz com o código, o que se manipula do código, o que se produz efetivamente, é a cultura. É isso: langue e parole, ou código e mensagem na terminologia de Jakobson; ou até, num certo sentido, "competência" e "atuação", como em Chomsky. A relação é por aí. A escola seria o sistema enquanto que aquilo que aqui chamamos cultura seria a atuação efetiva, o que o homem efetivamente faz nessa área, na área do não natural, da convenção, efetivamente a atuação, a enérgeia, ao passo que a escola é o érgon. Essa é a idéia, a dicotomia básica: a educação estaria para a cultura assim como o código está para a mensagem.

SC: — A cultura recebendo na escola o seu tratamento sistemá-

tico...

JA: — Recebendo ou devendo receber...

SC: — E entre o que acontece e o que deixa de acontecer corre a tensão dialética do real.

JA: — Exatamente.

SC: — Falemos um pouco a nível de políticas oficiais. Vamos ver conseqüências do que foi posto até agora. Como devem relacionar-se a política cultural e a política educacional, se é que há sentido em se falar de ambas separadamente?

JA: — Há sentido e não há. Não há na medida em que as clientelas não são exatamente as mesmas. A clientela da política educacional é o alunado da rede escolar enquanto que a da política cultural é o contribuinte como um todo, grande parte do qual não é aluno de escola, embora seja fruidor, consumidor e produtor de cultura.

SC: — O cidadão?

JA: — O cidadão, como um todo.

SC: — Você aproxima, assim, a esfera cultural e a esfera política?

JA: — Sem dúvida. Política é tudo o que acontece na pólis. Nesse sentido, sem dúvida.

SC: — Basicamente, qual seria a orientação a dar a uma política cultural e a uma política educacional, o que fazer com uma e com outra e, se for o caso, o que fazer para as aproximar?

JA: — Aproximadas creio que estão por natureza, na medida em que não há nem pode haver uma educação "contra" a cultura nem uma cultura contra a educação. O problema, parece-me, é como "fazer" uma e outra. Penso que, tanto num caso quanto noutro, o seu fazer encontra-se na linha da satisfação de carências. Isso posto, na prática, trata-se inicialmente de proceder a um levantamento, ainda que sumário, de quais são as carências e as características básicas do meio em que se vai atuar: que necessidades configuram-se como básicas, o que falta, o que as pessoas gostariam que se fizesse, o que elas, por seu turno, poderiam fazer. Creio ser assim que se começa a atuar. A política a realizar não é a que o eventual inquilino do palácio gostaria que fosse feita, já que esta ele pode fazer na casa dele, mas aquela que a comunidade como um todo precisa que seja feita.

SC: — Hoje discute-se bastante entre os estudiosos da cultura — e isto inclui uma gama bastante diversificada de especialistas, os antropólogos trabalhando no cerne da cultura, o filósofo da cultura questionando seus fundamentos, o sociólogo flagrando sua emergência, o educador balizando seu fluxo sistemático — qual seria realmente o conteúdo de uma política cultural oficial. Tantas são as controvérsias entre os "culturólogos" que até se convocou um simpósio, ao tempo em que se anunciava a iminente criação do Ministério da Cultura, para se debater os rumos da política cultural

brasileira: preservação da memória, promoção de eventos artísticos, realização direta ou fomento, mecenato governamental etc. Afinal, perguntava-se e ainda se pergunta, o que cabe a uma política cultural? Ou não cabe nada, e então a melhor política cultural seria a que desse mais apoio à política educacional, esta sim capaz de trazer para a "vida cultural" ativa grandes contingentes sociais de 1 a marginalizados?

JA: — Tenho minhas dúvidas quanto à eficiência desse tipo de simpósios. O mais das vezes as pessoas participam de uma reunião assim sabendo, mais do que achando, que só terão sua presença marcada e marcante se trouxerem à baila posições contestadoras. De outra parte, especialistas de renome dificilmente procuram em conjunto uma solução; eles apenas põem à prova o poder de fogo de suas próprias soluções.

SC: — Independentemente do simpósio, como você veria a questão?

JA: — Tenho para mim que grandes mistérios resolvem-se com soluções simples. Repito o que já disse: a atuação do poder público na área cultural não deve ser senão a de um facilitador de condições para que as atividades culturais aconteçam.

SC: — Que atividades culturais?

JA: — Também aqui procuro desmistificar, tirar o véu de mistério. Para mim, a esfera de ação do poder público na área cultural diz respeito precipuamente, quase exclusivamente,

à promoção artística como forma de lazer alternativo.

SC: — Como não podemos ficar apenas a nível dos acontecimentos (aliás, estes você já apresentou no relatório por escrito) e como também, quando responsáveis por um cargo político, não podemos contentar-nos com ser meros "programadores" de atividades, mas verdadeiramente orientadores de políticas, gostaria de perguntar-lhe: quais foram as linhas gerais de orientação de sua atuação quando lhe coube dirigir, como diretor de cultura e depois como secretário de educação e cultura, a política cultural municipal?

JA: — Como já disse, vejo na política cultural, não uma substituição de agentes, mas uma facilitação para que a atuação dos agentes comunitários possa efetivar-se. Como fazer teatro sem salas adequadas? Como fazer música sem auditórios, sem partituras, sem instrumentos? Nesse sentido, minha atuação teve como principais características: criação de equipamentos e instalações, geração de ocasiões para que os produtores de cultura se manifestassem, criação e atuação de corpos artísticos em áreas onde a iniciativa social mostrou-se insuficiente, fomento às artes e incentivo à criação de novos espaços culturais.

SC: — Basicamente arte?

JA: — Basicamente arte.

SC: — E na área de ciência e tecnologia?

JA: — Isso me parece muito ligado à indústria e me parece

mais correto ter tratamento à parte.

SC: — Mas em Campinas, na estrutura da Secretaria de Cultura criada em 1975, foi previsto um órgão para coordenar o fomento à ciência e à tecnologia, tendo em mira precipuamente o observatório municipal que estava em projeto e acabou redundando no Observatório de Capricórnio.

JA: — Isso sim, acho válido e creio que faz parte, legitimamente, de uma política cultural. Mas há um outro sentido — pesquisa aplicada, informática, química avançada e suas respectivas reservas — que não me parece bem colocada num organismo cultural.

SC: — Mudemos um pouco de rumo. Nos anos sessenta o Brasil viveu uma grande movimentação na área cultural, marcada pela preocupação, pela valorização e até pela entronização da "cultura popular". O que uma política cultural tem a ver com cultura popular?

JA: — Tudo e nada. Num certo sentido, não há cultura que não seja popular. Ou ela foi popular — e passou a ser erudita; ou ela ainda será popular. Mas a cultura é sempre popular: por origem ou por destino. Agora, este sentido amplo de "popular" deve distinguir-se de dois aspectos: o popularesco e o folclórico. O popularesco é o sem gosto e sem graça, o que não foi nem nunca será popular. E o folclórico é o que se define por uma ausência: é a criação popular que não tem pai. Acho que uma política cultural bem orientada deve preocupar-se com o autêntico popular expresso na cultura de bom nível, mas não com o popularesco. Quanto ao

folclore, também acho dever governamental zelar por sua ma nutenção, não como reserva, do jeito que se mantêm os índios, mas como forma de preservar a identidade cultural do povo.

SC: — Você acha importante, numa política cultural, a função de preservação do patrimônio histórico, da memória cultural?

JA: — Sem dúvida, desde que não se confunda preservacionismo com necrofilia.

SC: — Alfredo Bosi disse, num trabalho cujo único defeito é ser um artigo quando deveria ser um livro, que a cultura popular é o melhor critério para avaliar a autenticidade de toda e qualquer cultura.

JA: — Pessoalmente não gosto desses exageros! Que a cultura se ja popular na sua origem e no seu destino, de acordo. Que a "cultura popular" seja critério de avaliação de toda cultura, cheira-me mal. É como um simpósio que se realizou na Unicamp para estudar "a obra" de Caetano Veloso! Um talentoso sambista, por um lado, e um evidente exagero universitário, de outro lado.

SC: — A "Nova República" criou o Ministério da Cultura. Que significado tem esse fato?

JA: — Talvez um significado "francês", porque afinal na França há tempos que existe um ministério da cultura, que já fez a celebridade de muitos ministros e já recebeu a cele-

bridade de outros tantos, verbi gratia Malraux. Agora, cá para nós e que ninguém nos ouça, a criação do Ministério da Cultura deve ter sido para que o nosso bom Tancredo pudesse dar emprego a algum áulico. Veja quantos ministérios no vos ele acabou criando. Pessoalmente sou favorável a um ministério da cultura e a tudo quanto propicie ou pretenda propiciar melhores condições para a atuação cultural do povo e para o povo. Sou favorável à Lei Sarney, a que os adidos culturais das embaixadas sejam bem preparados e trabalhem. Agora, esse ministério que foi criado, não sei, parece-me que foi para o José Aparecido, depois para o Aluísio Pimenta e agora para esse economista Celso Furtado, que dizem que gosta um pouco de pintura, mas que não me parece muito à vontade onde está, meio assim como peixe no óleo, alguém que não é do ramo. Acho que o ministério foi criado, mas não existe.

SC: — Mas, já que o Ministério da Cultura foi criado e já teve três titulares, seria interessante dar uma palavra sobre esses três momentos. Digamos que o primeiro momento, para seguir por suas águas, tenha sido um momento "político", um momento político "tancrediano". E o segundo momento, a gestão Pimenta, celebrizada pela política da "broa de milho"?...

JA: — ... não dele, mas do Zirando!

SC: — Como você vê esse segundo momento?

JA: — Como membro da comissão nacional que cuidou das comemorações do centenário de Carlos Gomes, entrevistei-me algu-

mas vezes com o ministro Pimenta. A velha anedota do Ademar de Barros, quando soube da nomeação dum ex-udenista para o governo de São Paulo — "bom rapaz, de boa família, só que não é do ramo" — aplica-se bem aqui. Pimenta não era do ramo. Tinha dificuldade, não apenas para responder, mas até para ouvir as questões que lhe eram colocadas atinentes à área. Nas peladas dos meninos, quando algum moleque não cabe em nenhuma posição, todos já sabem o que fazer: vai pra ponta esquerda. Ministro da cultura no Brasil é assim: ponta esquerda. E o terceiro momento, Celso Furtado, também não está escapando à regra.